

**“Quão grande trabalho é viver!”**

**António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos**

**(1513-1549)**

**Rui Jorge Ferreira Henriques**

**Dissertação de Mestrado em História**

**Especialidade História Moderna e dos Descobrimentos**

**Março, 2012**



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em História, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Maria Pinheiro Pelúcia



Ao Alfredo e à Júlia.



## **Agradecimentos**

Faz parte da natureza humana só poder Ser com os outros. Também assim, só foi possível ser o produtor deste trabalho de investigação graças aos que, de mais perto ou mais longe, me rodearam com o seu apoio. Quero então agradecer nesta página a algumas pessoas que foram fundamentais para esta realização.

Agradeço à minha orientadora, Professora Alexandra Pelúcia, pela disponibilidade e incentivo com que me acompanhou neste labor. Um profundo reconhecimento à professora Maria Augusta Lima Cruz, pela generosa atenção com que leu os meus escritos e me deu sugestões. Aos meus companheiros de projecto de investigação: André, Patrícia e Teresa, e aos outros que passaram pelas campanhas em Marrocos, um agradecimento pelo seu incentivo e companheirismo. À minha companheira Teresa agradeço-lhe a sua carinhosa disponibilidade com que me ajudou a ultrapassar as dificuldades; pela leitura atenta deste trabalho e pelos seus preciosos conselhos. À minha amiga Isabel agradeço o seu valioso auxílio para pôr algumas palavras mais rebeldes no seu lugar. Obrigado aos meus queridos amigos Gustavo, Joana, Inês, João e Zé António pela sua atenção e afeição. Agradeço à minha família, dos maiores aos mais pequenos, o seu amor, sem o qual não teria sido possível empenhar-me na aventura desta investigação.





**“Quão grande trabalho é viver!”**

**António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos**

**(1513-1549)**

**Rui Henriques**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** nobreza, expansão portuguesa, Marrocos

O presente estudo consiste numa análise do percurso social de António Leite, um indivíduo oriundo de uma família de baixa condição nobiliárquica, de Entre-Douro-e-Minho, que viveu entre os finais do século XV e meados do século XVI. No contexto do projecto expansionista manuelino em Marrocos, este homem ascendeu, através do serviço à Coroa portuguesa, a contador de Azamor Mazagão e Tite e, mais tarde a capitão de Mazagão, Azamor e forte do Seinal, chegando no fim da vida a alcaide-mor de Santo António de Arenilha. Partindo do estudo da vida de António Leite fez-se uma caracterização das vivências e do perfil social da nobreza que ascendeu às capitánias das praças de Azamor e Mazagão, utilizando-se para tal uma avaliação comparativa das características sociais destes homens.

## **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** nobility, portuguese expansion, Marocco

The present work is a study of the social trajectory of António Leite, a man who belonged to a low nobility family from the Entre Douro e Minho zone, and who lived during the last years of fifteenth century to the mid sixteenth century. In a context of the south Morocco Portuguese expansion, this man would rise to the office of contador in Mazagão, Azamor and Tite, having later reached to the captaincy of Mazagão, Azamor and Seinal fortress. Based on the survey of the life of António Leite, it was possible to characterize the life and the social profile of the nobility who rose to the captaincy of Azamor and Mazagão, using a comparative analysis of the social characteristics of these men.



## INDÍCE

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	13
INTRODUÇÃO.....	15
1. A BIOGRAFIA DE ANTÓNIO LEITE NO CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO.....	17
2. O CONTEXTO FAMILIAR DE ANTÓNIO LEITE .....	38
3. O PERCURSO DE ANTÓNIO LEITE NO NORTE DE ÁFRICA .....	66
3.1 Contextualização Histórica de Azamor e Mazagão.....	66
3.2 António Leite a caminho da capitania de Azamor.....	77
3.3 A primeira capitania de António Leite em Azamor.....	94
3.4 A segunda capitania de António Leite em Azamor .....	106
3.5 António Leite, capitão do Seinal.....	115
4. MAROCOS E A MOBILIDADE SOCIAL DE ANTÓNIO LEITE.....	121
4.1 As mercês régias.....	121
4.2 António Leite e os outros. Uma comparação social.....	127
CONCLUSÃO.....	134
BIBLIOGRAFIA.....	139
I – Arquivos.....	139
II – Genealogias.....	140
III – Crónicas e outras fontes narrativas e literárias.....	140
IV – Colectâneas Documentais e fontes avulsas.....	141
V – Dicionários.....	141
VI – Estudos.....	142
ANEXOS.....	161
ANEXOS GENEALÓGICOS.....	163
ANEXOS SINÓPTICOS.....	169
ANEXOS CARTOGRÁFICOS.....	195
ANEXOS ICONOGRÁFICOS.....	201



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGU – Agência Geral do Ultramar.

APH – Academia Portuguesa de História.

CC – *Corpo Cronológico*.

CCCG – Centre Culturel Calouste Gulbenkian.

CCP – Centre Culturel Portugais.

CEHCA – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.

CEHU – Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

CEPCEP - Centro de Estudos de Povos de Cultura e Expressão Portuguesa.

CIDEUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.

CITCEM – Centro de Investigação Interdisciplinar. Cultura, Espaço e Memória.

CNCDP – Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.

CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique.

*Crónica –Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, citada por número do livro e capítulo.

FA/UP – Faculdade de Arquitectura/Universidade do Porto.

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian.

FCSH-UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.

*História Insulana - História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeitas no Oceano Occidental*, de António Cordeiro.

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

ICS – Instituto de Ciências Sociais.

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical.

IN-CM – Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica.

IPPAR – Instituto Português para o Património Arquitectónico.

NA – *Núcleo Antigo*.

*Nobiliário - Nobiliário das Famílias de Portugal*, de José Manuel da Costa Felgueiras Gaio.

*Nobiliário das Gerações - Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-e-Minho*, de Manuel de Souza da Silva.

*Patriciado - Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias Dominantes do Porto (1500-1580)*, de Pedro de Brito.

*Pedatura - Pedatura Lusitana*, de Cristóvão Alão de Morais.

SHIP – Sociedade Histórica para a Independência de Portugal

SI - *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, de Pierre de Cénival, Robert Ricard, David Lopes (ed.).

UCP– Universidade Católica Portuguesa.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho procurou responder ao desafio de construir uma biografia sobre um oficial actuante nas praças do sul de Marrocos, para o qual não existia um corpo documental coerente, devido ao carácter periférico que a memória do seu tempo lhe reservava. Não sendo um dos grande nomes da expansão portuguesa em Marrocos, nunca lhe foi devotada grande atenção. De facto, António Leite está longe de poder ser classificado como um “herói”, mas antes cabe-lhe o rótulo de homem comum. Embora pertencente ao grupo nobiliárquico, era membro dos seus escalões mais baixos. Raramente os investigadores se dedicaram à construção de biografias exclusivamente centradas em sujeitos com esta origem social.

Não obstante as dificuldades, foi possível reconstituir parte da vida de António Leite, ainda que o seu percurso evoque mais aspectos gerais da sociedade onde viveu, do que pormenores da sua existência pessoal. Leite aparece, aqui e ali, em carne e osso, mas fundamentalmente revela-se enquanto servidor da Coroa no sul de Marrocos. Neste contexto, assumiu vários papéis, alguns deles representando interesses opostos, sem contudo nunca deixarem de se interceptar. Em primeiro lugar, pode afirmar-se que foi membro de um corpo familiar, depois agente do Rei, patrono e cliente de alguém.

Assim, para tentar captar a existência deste indivíduo foi necessário elaborar uma busca em várias genealogias, em fontes avulsas e em colectâneas documentais. As suas aparições nas Crónicas são fugazes, o que sublinha o seu carácter extrínseco nas preocupações dos memorialistas da sua época.

O esforço de pesquisa documental permitiu criar uma lista de pessoas com ligações familiares a António Leite, reconstituindo-se o ambiente familiar de onde era oriundo. Por outro lado, do mesmo trabalho resultou um rol de agentes régios com os quais Leite manteve relações clientelares ou de amizade. Deste labor historiográfico ficou bem claro que a reconstituição da vida de um sujeito do Antigo Regime passa necessariamente pelo método prosopográfico. De facto, para dar sentido ao elencar de nomes foi preciso proceder a um trabalho de recolha de informações biográficas. Por outro lado, a figura de António Leite só aparece nítida quando comparada com a dos seus pares da aventura marroquina. No capítulo que encerra esta dissertação de mestrado, o estudo dos outros capitães de Azamor e Mazagão impôs-se, nomeadamente,

para se esclarecer o carácter excepcional do perfil social de António Leite, pelo menos no contexto da primeira praça.

Para compreendermos o indivíduo é imprescindível situá-lo na(s) sociedade(s) em que se movimentou. António Leite foi para o sul de Marrocos, em serviço régio, em busca de um proveito que não encontrava no Reino. Nesta região, para lá de ter que se relacionar com outros oficiais régios, de estatutos diversos, deparou-se com outras realidades culturais com que teve que interagir. Ainda dentro da zona de influência portuguesa, Leite, como contador e depois como capitão, teve que lidar com as comunidades muçulmanas e judias. Num círculo intermédio deparou-se com os grupos nómadas que intermitentemente estiveram subjugados aos poderes portugueses, ou seja, os denominados “mouros de pazes”. Já numa zona de confrontos contactou com os poderes muçulmanos, com os quais, esporadicamente, estabeleceu entendimentos. A biografia de António Leite obrigou também a uma reflexão sobre as questões administrativas, comerciais, político-diplomáticas e militares no Norte de África.

Assim, a presente dissertação, partindo do indivíduo e de uma metodologia própria da micro-história, alcançou uma abordagem global, onde vários círculos se interceptaram, resultando daí uma visão panorâmica do sul de Marrocos.



## 1. A BIOGRAFIA DE ANTÓNIO LEITE NO CONTEXTO HISTORIOGRÁFICO

A biografia de António Leite, contador e capitão de Mazagão Azamor e Seinal, movimenta-se em três domínios historiográficos: a história da presença portuguesa no Norte de África; as relações da nobreza (em especial da “baixa nobreza”) com a Expansão; e, por último, com a história das instituições e dos ofícios. Nas próximas páginas procura fazer-se uma avaliação dos contributos dos historiadores nestas áreas, assim como identificar as maiores lacunas. Neste sentido, referir-se-ão os obstáculos que a presente dissertação de mestrado teve de enfrentar, mas também as novidades que esta pretende comportar. Para este efeito, evitou-se fazer o levantamento dos trabalhos referentes ao século XV, não só porque este período foge ao recorte cronológico do biografado, mas sobretudo porque esta tem sido a centúria privilegiada pelos historiadores. Seguindo esta lógica, deu-se mais atenção às praças do Sul de Marrocos, espaço central da acção de António Leite, em detrimento das do Norte.

De certo modo, o grau de centralidade dos estudos sobre a presença portuguesa em Marrocos pode ser avaliado através das reflexões que os historiadores têm feito, nos últimos anos, sobre a sua actividade.

Em 1991, Luís de Albuquerque nas suas impressões sobre “A Historiografia Portuguesa Hoje”, tema da revista *Ler História* nº 21, apontou que “no caso da história de Marrocos, que em tempos me interessou vivamente, apenas sei que a ela se dedicam neste momento a fundo dois ou três investigadores, e que um deles, António Dias Farinha, tem dois importantes estudos concluídos”<sup>1</sup>.

A reflexão historiográfica que tratou com maior pormenor os trabalhos desenvolvidos para o Magrebe foi elaborada por Maria Augusta Lima Cruz, na colectânea de textos dirigidos por Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, sobre *Vinte Anos de Historiografia Portuguesa, 1972-1992*<sup>2</sup>.

Em 1998, Catarina Madeira Santos apresentou ao público internacional, através de um texto em castelhano, um sumário das actividades dos historiadores portugueses.

---

<sup>1</sup> Luís de Albuquerque, “História dos Descobrimentos e da Expansão”, in *Ler História*, Lisboa, Teorema, (n.º 21, 1991), p. 84.

<sup>2</sup> Maria Augusta Lima Cruz, “Marrocos” in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, *Vinte Anos de Historiografia Ultramarina Portuguesa 1972-1992*, Lisboa, CNCDP, 1993, pp. 67-72.

A autora, espelhando a própria tendência dos estudos expansionistas em Portugal, dissecou as obras produzidas para cada uma das áreas geográficas: África, “Estado da Índia” e Brasil, não tendo feito menção a Marrocos<sup>3</sup>. Ângela Barreto Xavier, em 2000, escreveu uma longa reflexão sobre as “tendências na historiografia da Expansão portuguesa”<sup>4</sup>, analisando com maior pormenor as questões ligadas à história social. Mais uma vez, o espaço marroquino não foi contemplado. Jorge Flores, num artigo de 2006, dedicado à “Expansão portuguesa, expansões europeias e mundos não-europeus na época moderna”, também não referiu os trabalhos desenvolvidos sobre a presença lusa em terras norte africanas<sup>5</sup>. Deste modo, pode inferir-se que o tema não tem ocupado centralidade na agenda de investigação em Portugal.

Não obstante, nos últimos quatro anos, os estudos luso-marroquinos beneficiaram do encontro de vários investigadores, reunidos em torno de um projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), “Portugal e o Sul de Marrocos. Contactos e Confrontos, séculos XV a XVIII”<sup>6</sup>, coordenado cientificamente por Maria Augusta Lima Cruz. A presente dissertação nasce no seio desta iniciativa, onde a História é apenas uma das vertentes de análise, juntando-se a outras duas disciplinas, a Arqueologia e a Arquitectura. Na área da História salientem-se algumas actividades, como a transcrição paleográfica de fontes inéditas, a criação de uma base de dados de referenciação documental, assim como a digitalização de fontes impressas de difícil acesso. Ao longo dos últimos quatro anos, os membros do projecto organizaram vários encontros científicos, tais como, os *Colóquios de História Luso-Marroquina*<sup>7</sup> e o *Congresso Internacional de História: Portugal e o Magrebe*<sup>8</sup>. Estas reuniões têm, entre outros benefícios, promovido o contacto entre investigadores portugueses e marroquinos.

---

<sup>3</sup> Catarina Madeira Santos, “Expansión y descubrimientos portugueses: problemática y líneas de investigación”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, Servicio de Publicaciones – Universidad Complutense, (n.º 20, 1998), pp. 111-128.

<sup>4</sup> “Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social”, in *Penélope*, Lisboa, Editora Celta, (n.º 22, 2000), pp. 141-179.

<sup>5</sup> Jorge Flores, “Expansão portuguesa, expansões europeias e mundos não-europeus na época moderna”, in *Ler História*, Lisboa, ISCTE, (n.º 50, 2006), pp. 23-43.

<sup>6</sup> O projecto nasceu de uma parceria entre o Centro de História de Além-Mar e a Universidade do Minho.

<sup>7</sup> Até à data, organizaram-se seis encontros que se realizaram em Lagos, Lisboa, El-Jadida, Marrakesh e Casablanca. O primeiro encontro data de 2005 e o último de 2010.

<sup>8</sup> O congresso foi organizado em parceria com o Centro de História de Além-Mar, Universidade do Minho e Câmara Municipal de Lagos, tendo-se realizado em Lisboa e em Lagos, entre os dias 12 e 15 de Novembro de 2008.

O projecto também tem dado o seu contributo para a edição de novos trabalhos, tendo publicado as actas dos *Colóquios de História Luso-Marroquina*<sup>9</sup>, assim como, em parceria com a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, a tese de doutoramento de Jorge Correia, intitulada *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*<sup>10</sup>, e um trabalho de João Figuiêroa-Rêgo sobre *O Algarve e as Praças Marroquinas nos Livros de Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI a XVIII)*<sup>11</sup>. Com a coordenação de Maria Augusta Lima Cruz, este projecto espera dar à estampa uma edição digital, que se designará como “Fontes para o estudo da história luso-marroquina”<sup>12</sup>, uma colectânea de investigações que terá a denominação de “Estudos sobre Portugal e o Sul de Marrocos”, e uma publicação de contornos monográficos com o título “Azamor sob o domínio português: memória e legado”.

De certo modo, o tratamento de fontes inéditas e a edição de uma colectânea documental digital entroncam-se numa linha de investigação que teve o seu início em Portugal, na primeira década do século XX, por diligência de Pedro de Azevedo que explorou a informação sobre o Magrebe contida nas *Chancelarias reais*<sup>13</sup>. Nos anos vinte, António Baião coordenou a publicação dos *Documentos do corpo chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*<sup>14</sup>. Na década seguinte, dois historiadores franceses, Pierre de Cénival e Robert Ricard, e o português David Lopes começaram a recolher documentação publicada nas *Sources Inédites de l’histoire du Maroc*<sup>15</sup>, relativas a Portugal. Esta publicação foi ainda enriquecida com artigos pontuais dos dois autores franceses sobre a presença portuguesa no território marroquino. Laranjo Coelho,

---

<sup>9</sup> Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010.

<sup>10</sup> Porto, FA/UP, 2008.

<sup>11</sup> Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2007.

<sup>12</sup> Esta edição será feita em parceria com o Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical.

<sup>13</sup> Pedro Azevedo (dir.), *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934. Como o título indica, a intenção do historiador era publicar documentos até 1531, não obstante, o último documento data de 1456, o que significa que esta colectânea documental não alcança o recorte cronológico da presente dissertação.

<sup>14</sup> Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1925.

<sup>15</sup> *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, 1ª série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946.

seguindo o plano gizado por David Lopes, editou, nos anos 40, os *Documentos Inéditos de Marrocos: Chancelaria de D: João II*<sup>16</sup>.

Apesar desta vertente positivista, por si só muito meritória, o projecto “Portugal e o Sul de Marrocos” procurou ir além, ao desenvolver uma dinâmica interdisciplinar, aliando História, Arqueologia e Arquitectura. O trabalho conjunto dos métodos associados a estas disciplinas permitirão dilatar os conhecimentos sobre o Magrebe, no período da presença portuguesa, nas seguintes vertentes: “cidades portuguesas e o espaço envolvente, arquitectura e urbanismo dos espaços urbanos; formas de habitar, cultura material e quotidianos das comunidades europeias e norte-africanas nas cidades portuguesas”<sup>17</sup>. Por outro lado, o projecto, ao fazer uso das novas tecnologias, transporta a actividade positivista de tratamento de fontes históricas para a era digital, abrindo portas a um novo leque de pesquisas e possibilitando novas análises.

A edição de crónicas sobre a presença portuguesa em Marrocos não se equipara ao volume de publicações dedicadas ao Oriente. Deve advertir-se que Marrocos e a Índia foram os únicos espaços da Expansão portuguesa sobre os quais foram feitas crónicas específicas, porque eram áreas em que predominava a conquista armada. Não existem crónicas, no sentido clássico do termo, sobre o Brasil e a África Negra<sup>18</sup>. Com excepção da Índia, o peso do Norte de África nas narrativas reais foi também mais substancial do que para qualquer outro espaço ultramarino. O melhor exemplo desta realidade é a *Crónica* de Damião de Góis, onde as acções dos portugueses nessa região ocupam cerca de setenta e sete capítulos em trezentos e onze<sup>19</sup>.

No âmbito cronológico do presente trabalho, outras fontes impressas são incontornáveis, nomeadamente a crónica sobre Santa Cruz do Cabo de Gué, escrita por um cavaleiro que aí serviu a Coroa que seguiu com especial atenção as acções dos

---

<sup>16</sup> Lisboa, Imprensa Nacional, 1943. Noutras colectâneas documentais dedicadas à História de Portugal ou à História da presença portuguesa no mundo é possível encontrar documentos sobre Marrocos. Como guia da documentação publicada nas *Gavetas da Torre do Tombo*, veja-se o artigo de Robert Ricard e António Dias Farinha, “Les Documents sur le Maroc dans le Volume IV de “As Gavetas da Torre do Tombo” in *Stvdia*, Lisboa, CEHU – AGU, (Nº 16, 1965), pp.167-177.

<sup>17</sup> Em linha (31 de Julho de 2011) <http://cham.fcsh.unl.pt/portugalemarrocos.html>.

<sup>18</sup> Sobre o predomínio dos feitos de armas nas crónicas veja-se Maria Augusta Lima Cruz, “Os cronistas do império: da gesta das armas aos heróis do mar”, in *Outro mundo novo vimos*, Ana Maria Rodrigues, Joaquim Soeiro de Brito (coord.), Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 51-59. Sobre a questão do relato dos feitos de armas e a violência em Marrocos nas crónicas, veja-se também Paulo Vicente, *A violência na cronística sobre Marrocos nos séculos XV e XVI*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2009.

<sup>19</sup> Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, 4 vols., Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1954.

capitães da praça, desde D. Francisco de Castro a D. Guterres de Monroy<sup>20</sup>. Arzila foi outro ponto que mereceu a atenção de um militar-cronista, Bernardo Rodrigues, que narrou a história dos portugueses naquela praça, desde 1508 até 1535<sup>21</sup>. Valentim Fernandes, na sua descrição de 1507 da Costa de África, desde Ceuta até ao Senegal, ofereceu algumas páginas sobre as praças marroquinas<sup>22</sup>.

As sínteses sobre a presença portuguesa no Norte de África, nomeadamente, nas obras gerais dedicadas à História dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa foram elaboradas por David Lopes<sup>23</sup>, António Dias Farinha<sup>24</sup>, Clara Junqueira<sup>25</sup>, Francisco Sales Loureiro<sup>26</sup>, Paulo Drumond Braga<sup>27</sup>.

---

<sup>20</sup> A Crónica foi alvo de várias publicações, a primeira data de 1934 e nasceu por iniciativa do francês Pierre de Cénival, *Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué, Agadir: texte portugais du XVI<sup>e</sup> siècle*, Paris, Paul Geuthner. Nos anos quarenta do século XX, Joaquim Figanier deu à estampa a primeira edição em português, *História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir), 1505-1541*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945. Mais recentemente, em 2007, uma equipa de investigadores da Universidade de Coimbra publicou uma versão bilingue, em português e árabe. João Marinho dos Santos; Mohammed Nadir; José Manuel Azevedo e Silva, *Santa Cruz do Cabo Gué D'Agua e Narba: Estudo e Crónica*, Viseu, Palimage & Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007.

<sup>21</sup> Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, 2 tomos, David Lopes (introd. e notas), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915-1919. Em 2007, os *Anais de Arzila* foram traduzidos para árabe por Ahmed Boucharb ("Hawliyat Assila"), tendo o trabalho ganho um prémio, em Marrocos (*Prix du Maroc du livre*, édition 2007, *catégorie Traduction*). O mesmo autor publicou alguns trabalhos baseados na leitura atenta desta fonte, como "La vision des Marocains dans les "Anais de Arzila" de B. Rodrigues", in Maria Augusta Lima Cruz e Rui Manuel Loureiro, *Estudos...*, op. cit., pp. 165-177; "La dynastie marocaine des Banu Quattas à travers les Anais de Arzila", 3.º Colóquio de História Luso-Marroquina, Marrakech, 13-16, Dezembro 2007, no prelo.

<sup>22</sup> A primeira publicação do manuscrito de Valentim Fernandes foi realizada por Pierre Cénival e Th. Monod (trad.), *Description de la Côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal*, Paris, Larose, 1938. Dois anos mais tarde, António Baião editava o manuscrito em português. *O Manuscrito "Valentim Fernandes", oferecido à academia por Joaquim Bensaúde*, António Baião (ed. lit.), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, especificamente sobre as praças marroquinas vejam-se as páginas 33-39. Embora relatando acontecimentos posteriores à vida de António Leite e, como tal, fora do âmbito deste trabalho, deve referir-se a publicação da *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603) de António de Saldanha*, *Chronique d'Al-Monsour, Sultan de Maroc (1578-1603), de António de Saldanha*, António Dias Farinha (est., introd. e notas) e Léon Bourdon (trad.), Lisboa, IICT, 1997.

<sup>23</sup> "Portugueses em Marrocos", in Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, tomo III, pp. 385-544, tomo IV, 1932, pp. 78-129; "A expansão em Marrocos", in António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, *História da Expansão portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 131-210. Parte do trabalho de David Lopes encontra-se reunido em *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema/Jornal DL, 1989.

<sup>24</sup> "O Interesse pelo Norte de África", in Luís de Albuquerque (ed.), *Portugal no Mundo*, vol. I, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 101-112; Idem, *Ibidem*, "Características da presença portuguesa em Marrocos", pp. 113-124; Idem, *Ibidem*, "O Declínio da Política Africana: de Alcácer Quibir ao Abandono de Mazagão", pp. 125-136; Idem, "Norte de África", in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (coord.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, *A Formação do Império (1415-1570)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 118-136. Veja-se também a síntese produzida por António Dias Farinha, intitulada *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.

<sup>25</sup> "Marrocos na política da expansão portuguesa (1481-1578)" in José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Alfa, 1988, pp. 93-126.

<sup>26</sup> "D. Sebastião e Alcácer Quibir" in José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Alfa, 1988, pp. 127-160.

Historiadores como Henri Terrasse<sup>28</sup>, Robert Ricard<sup>29</sup>, Bernard Rosenberger<sup>30</sup>, Maria Augusta Lima Cruz<sup>31</sup>, entre outros<sup>32</sup>, pensaram o tema no seu conjunto, produzindo textos gerais. Luís Filipe Thomaz, ao reflectir sobre questões como os motivos que impulsionaram a Expansão portuguesa, acabou por tocar na história dos portugueses em Marrocos. Assim, os seus artigos “Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexão em torno da génese dos descobrimentos”<sup>33</sup>, “Le Portugal et l’Afrique au XV siècle: les débuts de l’expansion”<sup>34</sup> e “L’idée impériale manuéline”<sup>35</sup> são indispensáveis para se compreender o projecto magrebino. Na mesma linha de estudos indirectos refira-se a obra de Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa constantes e linhas de força*<sup>36</sup>, onde o autor sublinha que a política de domínio do Norte de África, “realça a sua importância no quadro duma política externa de preservação de uma área estratégica de compensação e segurança de Portugal no equilíbrio peninsular”<sup>37</sup>.

<sup>27</sup> “A Expansão no Norte de África” in Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. II, A. H. de Oliveira Marques (coord.), *A Expansão Quatrocentista*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 237-337.

<sup>28</sup> *Histoire du Maroc: des origines à l’établissement du protectorat français*, 2 vols., Casablanca, Editions Atlantides, 1949-1950.

<sup>29</sup> “Les Portugais et l’Afrique du Nord sous le Règne de Jean III (1521-1557) d’après la Chronique de Francisco de Andrade”, in *Hesperis*, 1937; *Les Portugais et l’Afrique du Nord de 1521 à 1557. Extraits des “Annales de Jean III” de Luís de Sousa*, Lisboa, 1940; *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, AUC, 1955.

<sup>30</sup> “Le Portugal et l’Islam maghrébin (XV-XVI siècle)”, in *Histoire Européenne. Actes du Colloque*, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 59-83. Este autor analisa também a presença portuguesa em Marrocos na obra *Le Maroc au XVIème siècle. Au seuil de la modernité*, [Casablanca?], Fondation des Trois Cultures, 2008.

<sup>31</sup> “Os Portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI” in Aurélio de Oliveira, Maria Augusta Lima Cruz, Inácio Guerreiro, Francisco Contento Domingues, *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, pp. 55-125; “Marrocos”, in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Caminho, 1994, pp. 694-702.

<sup>32</sup> Vejam-se ainda as seguintes obras: Durval Pires de Lima, *Portugal em África*, parte I, Lisboa, 1931; Torquato de Sousa Soares, “Algumas observações sobre a política Marroquina da Monarquia Portuguesa” in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, (t. X, 1962). Embora centrado no Sul de Marrocos, o trabalho de Mathew T. Racine, ‘A most opulent Iliad’ contém uma síntese interpretativa que abarca todo o espaço da Berbéria. Mathew T. Racine, “A most opulent Iliad”. *The Portuguese occupation of Southern Morocco (1505-1542): the fortune of a frontier society*, Santa Barbara, University of California, 2003.

<sup>33</sup> In *De Ceuta a Timor*, s.l., Difel, 1994, (dissertation for the degree Doctor of Philosophy in History), pp. 1-41.

<sup>34</sup> In *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXVI, Paris, 1989, pp. 161-256.

<sup>35</sup> In *La Découverte, le Portugal et l’Europe. Actes du Colloque*, Jean Aubin (ed.), Paris, 1990, pp. 35-103.

<sup>36</sup> Lisboa, Rev. Nação e Defesa, [1987].

<sup>37</sup> Maria Augusta Lima Cruz, “Marrocos” in *Vinte anos de Historiografia...*, op. cit., pp. 67-68.

Os aspectos económicos, nomeadamente, o comércio e o contrabando, foram estudados, sobretudo, por Vitorino Magalhães Godinho<sup>38</sup>, conhecendo-se contribuições de autores como Robert Ricard<sup>39</sup>, Bernard Rosenberger<sup>40</sup> e Ahmed Boucharb<sup>41</sup>. Nesta temática, a historiografia deu especial atenção à feitoria portuguesa na Andaluzia<sup>42</sup>. Ao nível dos intercâmbios, alguns estudos procuraram explorar as relações estabelecidas entre o Magrebe e as ilhas Atlânticas<sup>43</sup>.

Saliente-se que a recente historiografia marroquina tem-se debruçado sobre o impacto da presença portuguesa em Marrocos, como é exemplo a obra de Ahmed Boucharb, já citada, e o livro de Yassir Benhima sobre Safim nos séculos XI ao XVI<sup>44</sup>.

Os portugueses no Norte de África tiveram de interagir com diversos poderes e grupos, nomeadamente, com as autoridades marroquinas<sup>45</sup>, com a comunidade judia<sup>46</sup>,

---

<sup>38</sup> *Sobre as Sociedades e Economias do Noroeste Africano*, Lisboa, Terra Editora, 1947; *O “Mediterrâneo” Saariano e as Caravanas do Ouro – Geografia Económica e Social do Saara Ocidental e Central do XI ao XVI Século*, São Paulo, 1956.

<sup>39</sup> “Le Commerce de Berbérie et l’Organisation économique de l’Empire Portugais aux XV<sup>e</sup> e XVI<sup>e</sup> siècles (avec une note annexe de P. Ricard sur les “hanbels” nord-africains), Paris, Extr. des A. I. E. O. – F. L. U. A., 1936; “Contribution à l’étude du Commerce génois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550)”, Paris, Extr. des A. I. E. O. – F. L. U. A., 1937; “La Factorerie portugaise d’Oran (1483-1487), Paris, Extr. des A. I. E. O. – F. L. U. A., 1939/41.

<sup>40</sup> “Aspects du commerce portugais avec le Maroc (XV-XVI siècle)”, in Luís Filipe Thomaz (ed.), *Aquém e Além da Tapobrana. Estudos Luso-Orientais à Memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 73-84.

<sup>41</sup> “Le contrebande portugaise le long de la côte atlantique marocaine au XVI<sup>e</sup> siècle d’après le procès de l’inquisition de Lisbonne” in *Actas do Colóquio Internacional: Portugal, Espanha e Marrocos, O Mediterrâneo e o Atlântico*, Universidade do Algarve, 2004, pp. 225-235.

<sup>42</sup> Tomás Garcia Figueras, Hipólito Sancho, *Dos Expedientes de abastecimiento de Mazagán, Tánger y Ceuta, por factores portugueses del Puerto de Santa Maria, (1563-1567)*, Tânger, Instituto General Franco para la Investigación Hispano-Árabe, 1939; Hipólito Sancho, *La colonia Portuguesa del Puerto de Santa Maria. Siglo XVI*, Jerez de la Frontera, s/d.; Hipólito Sancho, “Un foco de cooperación Española a la Obra Portuguesa en África: Jerez de la Frontera y el Puerto de Santa Maria, 1500-1550”, Mauritania, Tânger, 1943, pp. 189-190-19; Robert Ricard, “Les Facteurs Portugais d’Andalousie (1509-1588)”, in SI, vol. II, 2<sup>a</sup> parte, pp.564-573 e “Sur les facteurs portugais d’Andalousie” in *Mêlages d’études luso-marocains dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre Cénival*, Lisboa, Portugalíia, [1945] pp. 391-400; Vitorino Magalhães Godinho, “Les Présides Portugais au Maroc”, in *Homenaje a Jaime Vicens Vives*, vol. II, Barcelona, 1967, pp. 183-198; Manuel Henrique Corte Real, *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos Históricos Faculdade de Letras de Lisboa, 1967.

<sup>43</sup> Alberto Artur Sarmiento, *A Madeira e as Praças de África*, Funchal, 1932; Robert Ricard, “Les Places Luso-Marocaines et les Iles Portugaises de l’Atlantique” in *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 1949, pp. 401-410; Maria Augusta Lima Cruz, “O Trigo açoriano em Marrocos no século XVI”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, (vol. XLI, 1983), pp. 625-650; António Dias Farinha, “A Madeira e o Norte de África nos Séculos XV e XVI”, in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal, 1986), 2 vols., Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, DRAC, 1989, vol. I, pp. 360-377.

<sup>44</sup> Yassir Benhima, *Safi et son territoire. Une ville dans son espace au Maroc (11<sup>ème</sup> – 16<sup>ème</sup> siècle)*, Paris L’Harmattan, 2008.

<sup>45</sup> António Dias Farinha, “Os Xarifes de Marrocos”, in *Estudos de História de Portugal – Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. II, Estampa, 1983, pp. 57-68; Bernard Rosenberger, “Relations entre

assim como com um conjunto de muçulmanos que se submeteram à soberania da Coroa portuguesa e cuja acção foi imprescindível para o domínio da região da Duquela<sup>47</sup>. Em Portugal, os mouriscos desempenharam importantes papéis de intérpretes, essenciais para a condução da política marroquina<sup>48</sup>. Estas áreas de investigação tem interessado os historiadores, embora fosse desejável que houvesse um maior investimento neste campo de análise.

Embora o período da história da presença portuguesa no Norte de África eleito pelos estudiosos seja, claramente, o século XV, nos últimos anos deram-se passos firmes no conhecimento da centúria seguinte, impulsionados pelo interesse no período manuelino. Não obstante, também o reinado do seu sucessor, D. João III, que, como é sabido, constitui um período de viragem na política portuguesa no Magrebe, despertou algum interesse entre os especialistas<sup>49</sup>.

A arquitectura, urbanismo, cultura material e artística são áreas para as quais o projecto atrás citado, *Portugal e o Sul de Marrocos*, deu um importante contributo, quer através das suas campanhas arqueológicas e levantamentos arquitectónicos, quer através da publicação, já referida, da tese de doutoramento de Jorge Correia. Entre as muitas virtudes deste trabalho, destaque-se o levantamento bibliográfico que o autor fez sobre

---

portugais et musulmanes au Maroc au XVI siècle” in *O Rosto feminino da Expansão portuguesa. Actas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, 1995.

<sup>46</sup> Maria José Ferro Tavares, “Judeus de sinal em Portugal no século XVI” in *Cultura – História e Filosofia*, vol. V, Lisboa, INIC/Centro de História e Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 339-363; José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa de Marrocos durante o séc. XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997.

<sup>47</sup> Joseph Goulven, *La Politique indigène du Roi Manuel Ier dans le Sud Marocain*, s/l, s/d. Maria Augusta Lima Cruz, “Mouro para os cristãos e cristão para os mouros: o caso Bentafufá” in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, (vol. III, Dezembro de 2002), pp. 39-63.

<sup>48</sup> Vejam-se os seguintes trabalhos: Ahmed Boucharb, *Os Pseudo-Mouriscos de Portugal no Século XVI – estudo de uma especificidade a partir das fontes inquisitoriais*, Lisboa, Hugin, 2004; António Dias Farinha, “Os Marabutos e a Presença Portuguesa em Marrocos (Nótulas)” in *Colecção de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, APH, 1974, pp. 299-308; Rogério de Oliveira Ribas, “«Cide Abdella»: um marabuto na corte de D. João III” in Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro (coord.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 621-626.

<sup>49</sup> Afonso Dornelas, “O custo das Praças do Norte de África no século XVI – Subsídios Históricos”, in *História e Genealogia*, vol. V, Lisboa, 1919; Robert Ricard, “L’évacuation des places portugaises du Maroc sous Jean III”, in *SI*, vol. IV, pp. 335-349; Meyrelles do Souto, “O abandono das Praças do Norte de África”, in *Stvdia*, Lisboa, CEHU, (n.º33, 1971), pp. 251-339; Maria Leonor Garcia da Cruz, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África” in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, (n.º 13, 1997), pp. 123-199 e n.º 14, pp. 117-198; Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época da D. João III. Abandono ou Permanência?*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura & Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998; João Paulo Oliveira e Costa, “O Império em meados do século XVI”, in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, (vol. III, 2002), pp. 87-121.



estas matérias<sup>50</sup>. Sobre o urbanismo e arquitectura portuguesa em Marrocos realce-se também o trabalho de Rafael Moreira, membro da equipa do projecto mencionado<sup>51</sup>.

Outras problemáticas, como o papel da Igreja católica no Magrebe, deveriam ser mais desenvolvidos. Os principais estudos sobre esta matéria datam do final do século XIX e primeira metade do século XX<sup>52</sup>. Embora não se possa falar de uma verdadeira empresa evangelizadora no Norte de África, a Igreja não deixou de exercer influência<sup>53</sup>. O desempenho das Ordens Militares e dos seus agentes têm sido subavaliados<sup>54</sup>. Na questão da guerra ressaltam o nome do historiador Vítor Luís Gaspar Rodrigues<sup>55</sup> e de Luís Costa e Sousa<sup>56</sup>.

O âmbito geográfico da acção de António Leite que, como se verá, foi muito concentrada na região do sul de Marrocos, justifica que se olhe com maior atenção para as investigações dedicadas às praças aí localizadas. A listagem que se elaborou para esta avaliação permite concluir que não existem muitos estudos recentes. Para os primeiros anos do presente século, antes do início do projecto *Portugal e o Sul de Marrocos* (2008), no século XXI, apenas o trabalho sobre *A Guarnição de Safim* havia sido

---

<sup>50</sup> Veja-se, em especial, a bibliografia da tese de doutoramento de Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África...*, op. cit., pp. 429-445.

<sup>51</sup> Veja-se Rafael Moreira, *Construção de Mazagão. Cartas inéditas 1541-1542*, Lisboa, IPPAR/CPML, 2001 e Rafael Moreira (dir.), *Portugal no Mundo: História das fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

<sup>52</sup> Visconde de Paiva Manso, *História Eclesiástica Ultramarina. África Setentrional: Bispado de Ceuta, Tânger, Safim e Marrocos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872; António Gomes da Rocha Madahil (intr. e notas), *Tratado da vida e martírio dos Cinco Mártires de Marrocos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928; Domingos Maurício Gomes dos Santos, “A entrada dos Jesuítas em Marrocos no século XVI”, in *Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre Cénival*, Lisboa, Portugália, [1945], pp. 225-282; Robert Ricard, “L’Evêché de Safi”, in SI, vol. III, pp.75-82.

<sup>53</sup> Veja-se a síntese produzida por António Dias Farinha, “Marrocos”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 174-178.

<sup>54</sup> J. Vieira Guimarães, *Marrocos e Três Mestres da Ordem de Cristo*, Lisboa, Academia das Ciências, 1916.

<sup>55</sup> “As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III” in Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro (coord.), *D. João III e o Império...*, op. cit., pp. 185-195. Do mesmo autor, em parceria com João Paulo Oliveira e Costa, *A Batalha dos Alcaides - 1514. No Apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007. Veja-se ainda de Francisco Contente Domingues, “A Guerra em Marrocos”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severino Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, António Manuel Hespanha (coord.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 224-230.

<sup>56</sup> Este autor fez um apanhado da acção das ordenanças de D. Manuel I e de D. João III, nomeadamente, no Norte de África, mas centrou-se, sobretudo, no desenvolvimento em Portugal da doutrina militar renascentista, a organização das ordenanças implementadas por D. Sebastião e a campanha de Alcácer Quibir. Cf. Luís Costa e Sousa, *A Arte na Guerra. A Arquitectura dos Campos de Batalha no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

publicado<sup>57</sup>. Em relação a esta praça registam-se mais quatro estudos, publicados na primeira metade do século XX<sup>58</sup>.

Quanto a Azamor, espaço onde António Leite exerceu grande influência, também não abundam novos estudos. No entanto, devemos salientar o trabalho desenvolvido por Maria Augusta Lima Cruz e sumariado no longo artigo “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”<sup>59</sup>. O tema da conquista desta cidade por D. Jaime, duque de Bragança, teve a atenção de Durval Pires de Lima, Damião Peres e de Pierre Cénival<sup>60</sup>. Este último estudou o período anterior, referente ao estabelecimento da suserania da Coroa portuguesa, em 1486<sup>61</sup>.

Azamor e Mazagão, até ao abandono da primeira praça em 1542, tiveram uma história tão intricada, que não faz sentido estudá-las em separado. Esta constatação é reforçada pela própria biografia de António Leite, uma vez que circulou entre estes dois espaços, sendo contador e capitão das duas fortalezas. No entanto, os estudos sobre Mazagão são mais abundantes, o que não causa estranheza uma vez que esta praça tornou-se o reduto da presença portuguesa no Sul da Berbéria, depois do abandono das outras fortalezas na região, em 1542<sup>62</sup>.

---

<sup>57</sup> João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004.

<sup>58</sup> David Lopes, *Textos de Aljamia portuguesa: Documentos para a História do Domínio Português em Safim Extrahidos dos Originaes da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897; Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim, 1506-1542*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930; Joseph Goulven, *Safi – au Vieux Temps des Portugais*, Lisboa, 1938; Pierre Cénival, “La conquete de Safi”, in SI, vol. I, pp. 151-161.

<sup>59</sup> In, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, FCG, 1970, pp. 104-179.

<sup>60</sup> Durval Pires de Lima, *Os Precedentes da Conquista e a Expedição de D. Jaime*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930; Damião Peres, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisboa, 1955; Damião Peres, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime e 1513. Seguida duma nota Explicativa dos Três Painéis, que, Sobre o Assunto, Ornaram a Escadaria do Paço Ducal de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, 1951; Pierre Cénival, “La Conquête d’Azemmour, 3 Septembre 1513”, in SI, vol. I, pp. 394-402.

<sup>61</sup> Pierre Cénival, “L’établissement de la suzeraineté portugaise sur Azemmour 1486”, in SI, vol. I, pp. 1-3.

<sup>62</sup> Luís Maria do Couto de Albuquerque da Cunha, *Memória para a História da Praça de Mazagão*, Lisboa, 1864; Agostinho de Gary de Mendonça, *História do Cerco de Mazagão*, 2ª ed., Lisboa, 1890; Joseph Goulven, *La Place de Mazagan sous la Domination Portugaise (1502-1769)*, Paris, 1917; Robert Ricard, “Les travaux de Mazagan en 1541”, SI, vol IV, pp. 9-12; Pierre Cénival, “Les origines de Mazagan”, in SI, vol. I, pp. 103-107; Robert Ricard, *Mazagan et le Maroc sous les Règne du Sultan Moulay Zidan, 1608-1627*, Paris, Geuthner, 1956; António Dias Farinha, *História de Mazagão Durante o Período Filipino*, Lisboa, CEHU, 1970; António Dias Farinha, “Plantas de Mazagão e Larache no Início do Século XVII” in *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, vol. II, Lisboa, Presença, 1987, pp. 159-166. (reed. Lisboa, CECHA, 1987, sep. 187); Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989; Estela Ângela Leite de Barros Vilela Passos, *Os Almeida Barreto na História de Mazagão*, Braga, [Edição de Autor], 2007. Em 1769, a grande fortaleza de Mazagão foi abandonada e a sua população foi

No artigo de Ângela Barreto Xavier, atrás citado, a autora explica como a “nova história social” se contrapõe à “história social clássica”, procurando, entre outros aspectos, recentrar a importância do sujeito na história. Neste sentido, a biografia<sup>63</sup> e a micro-história<sup>64</sup> tornaram-se grandes aliadas nesse “novo” modo de analisar o social<sup>65</sup>. O presente trabalho usa estas duas ferramentas, não com o objectivo de avaliar isoladamente o papel do sujeito no processo histórico, mas antes com o propósito de testar concepções sobre o indivíduo, a nobreza e as relações sociais e familiares. Através da análise do percurso do indivíduo pretende-se, acima de tudo, compreender o contexto social onde este se inseria.

Por outro lado, o estudo que se apresenta sobre António Leite contraria a tendência de biografar as figuras maiores<sup>66</sup>, que continua a dominar os esforços dos historiadores. Não obstante, a publicação das biografias dos reis de Portugal<sup>67</sup>, entre

---

enviada para a Amazónia, no Brasil. Sobre este tema veja-se: F. A. d'Oliveira Martins, “A Fundação de Vila Nova de Mazagão no Pará: Subsídios para a História da Colonização Portuguesa do Brasil”, in *I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 3 Secção, Lisboa, 1938; Laurent Vidal, *Mazagão la ville qui traverse l'Atlantique du Maroc à l'Amazonie (1769-1783)*, Département Aubier, Editions Glammarrion, 2005; José Manuel Azevedo e Silva, *Mazagão: uma cidade Luso-Marroquina deportada para a Amazónia*, Estudo e publicação de Fontes, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura / Palimage Editores, 2007.

<sup>63</sup> Veja-se o balanço realizado por Magda Pinheiro, “A biografia em Portugal – uma agenda”, in *Ler História*, (n.º 50, 2006), pp. 67-80.

<sup>64</sup> Veja-se a colectânea clássica de textos de Carlo Ginzburg, *A Micro-História e Outros Ensaios*, Lisboa, Difel, 1991. Veja-se o artigo de Simona Cerutti, “Microhistory: social relations versus cultural models?” in Anna-Mija Castrén, Markku Lonkila, Matti Peltonen (eds.), *Between Sociology and History: essays on microhistory, collective action, and nation-building*, Helsinki, SKS/Finnish Literature Society, 2004, pp. 17-40.

<sup>65</sup> Cf. Ângela Barreto Xavier, “Tendências...”, op. cit, p. 144.

<sup>66</sup> A lista de biografias de indivíduos, relacionados com a Expansão portuguesa, que se enquadram nesta tendência é vasta. Nuno Silva Campo, *D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri, 2004. Os indivíduos actantes no “Estado da Índia” foram os que receberam maior número de biografias, o que exemplifica bem o desequilíbrio entre a atenção dada a este espaço e o marroquino. Destacam-se, apenas, algumas biografias de indivíduos actantes na primeira metade do século XVI e, como tal, contemporâneos de António Leite: Geneviève Bouchon, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998; Luís Adão da Fonseca, *Vasco da Gama, o homem, a viagem, e época*, Lisboa, Expo 98 e D.L., 1998; Sanjay Subrahmanyam, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998; Luís Adão Fonseca, *Pedro Álvares Cabral, uma viagem*, Lisboa, Inapa, 1999; Geneviève Bouchon, *Albuquerque, o Leão dos Mares*, Lisboa, Quetzal, 2000; António Alberto Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português. Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade de Letras e Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974; Joaquim Candeias Silva, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e IN-CM, 1996; Andreia Martins de Carvalho, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*, Lisboa, FCSH-UNL, 2006 (dissertação de mestrado); Alexandra Pelúcia, *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem. Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009.

<sup>67</sup> A tarefa de produzir biografias para todos os reis de Portugal foi dirigida por Roberto Carneiro e coordenada por Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa. Devido ao âmbito do presente trabalho destacam-se os seguintes volumes: Luís Adão da Fonseca, *D. João II*, Lisboa, Círculo de

outras obras<sup>68</sup>, deram um importante contributo para restaurar a biografia como ferramenta historiográfica que, de certa forma, se encontrava desacreditada pela “história social clássica” e que, em Portugal, nunca teve grande tradição. A falta de estudos sobre pessoas de baixo estatuto social explica-se pela escassez de informação e por uma certa agrura dos factos. Estas limitações condicionaram a realização do presente trabalho, uma vez que, para se construir um retrato de António Leite teve de se recorrer também ao método prosopográfico<sup>69</sup>, reunindo-se os dados referentes quer do capitão de Mazagão e Azamor, quer dos seus parentes e outros indivíduos com quem contactou. Por outro lado, a biografia de António Leite só se pode construir através do estudo comparativo dos demais capitães daquelas duas praças. De certo modo, a micro-memória deste homem só faz sentido recolhendo-se tantos outros fragmentos de história.

Em 1986, num artigo intitulado “Redescobrir os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa”, Vitorino Magalhães Godinho, notou que “ainda se não examinou o papel da nobreza e dos nobres na expansão, a relação entres as casas senhoriais e os réditos marítimos e ultramarinos”<sup>70</sup>. Nos últimos anos, os historiadores portugueses, nomeadamente através da formação de equipas de investigação, deram passos notórios para colmatar a falha apontada por Magalhães Godinho. Contudo, este contributo é marcado pela discrepância entre o Oriente e os restantes territórios onde os portugueses agiram. De facto, o trabalho pioneiro que, de certo modo, norteou as análises posteriores, incidiu sobre o Golfo de Bengala. Na sua obra conjunta, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy*<sup>71</sup>, Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz incluíram oito biografias de portugueses actuates nesse espaço, fazendo uso do método genealógico, o que permitiu elaborar considerações sobre as suas origens sociais, assim

---

Leitores, 2005; João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Ana Isabel Buescu, *D. João III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

<sup>68</sup> Destacam-se as recentes biografias: Ana Isabel Buescu, *Catarina de Áustria (1507-1578). Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007; João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique, o Infante*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

<sup>69</sup> Sobre o método prosopográfico vejam-se: Lawrence Stone, “Prosopography” in Lawrence Stone, *Past & Present Revisited*, Londres, Taylor & Francis, 1987, pp. 45-73; Neithard Bulst, “Sobre o objecto e o método da prosopografia”, in *Politéia*, História e Sociedade, (vol. 5, nº 1, 2005), pp. 47-67.

<sup>70</sup> Vitorino Magalhães Godinho, “Redescobrir os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa”, in Alfredo Pinheiro Marques, *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987, p. 13,

<sup>71</sup> Geneviève Bouchon e Luís Filipe Thomaz, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy – Relation portugaise anonyme (1521)*, Paris, CCCG, 1988.

como estabelecer algumas conclusões face a um problema recorrente quando se trabalha sobre sujeitos da época Moderna – a homonímia.

Em 1993, a revista *Mare Liberum* deu à estampa um conjunto de artigos resultantes do projecto de investigação dirigido por Kenneth Macpherson e Sanjay Subrahmanyam, intitulado “From biography to History: Essays in the Social History of Portuguese Asia, 1500-1800”<sup>72</sup>. Esta empresa acabou por ter continuidade em projectos de investigação, alguns dos quais financiados pela FCT, tais como: *OPTIMA PARS - As elites da sociedade portuguesa do antigo regime* (ICS&CIDEUS)<sup>73</sup>; *A Nobreza no Estado da Índia no Século XVI* (CHAM & IICT)<sup>74</sup>; e *Pequena Nobreza e "Nobreza da Terra" na Construção do Império. Os Arquipélagos Atlânticos* (IICT & CHAM)<sup>75</sup>.

No balanço sobre o estudo dos indivíduos e dos seus percursos, nomeadamente, na expansão portuguesa no Oriente, não se pode deixar de fazer menção a Jean Aubin<sup>76</sup> e a Luís Filipe Thomaz. Na obra deste último historiador, verifica-se a constante preocupação de definição dos indivíduos, procurando eliminar-se ou (quando a eliminação não é possível) esclarecer-se a questão da homonímia. Muito deste trabalho aparece discretamente em notas de rodapé que tornam ainda mais ricos os seus textos<sup>77</sup>.

---

<sup>72</sup> *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, (n.º 5, Julho 1993).

<sup>73</sup> Deste projecto resultou um livro, particularmente importante, para o tema do presente trabalho. Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha, *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005.

<sup>74</sup> Deste projecto destaque-se a produção das genealogias dos governadores e vice-reis da Índia, da primeira metade do século XVI, assim como a construção de uma base de dados intitulada *Nobres e Oficiais no Estado da Índia no século XVI*. <http://cham.fcsh.unl.pt/nobreza.htm>.

<sup>75</sup> Este projecto pretende desenvolver novas interpretações históricas a partir de uma base de dados prosopográfica. Entes as suas actividades destaque-se o Congresso Internacional *Pequena Nobreza nos Impérios de Antigo Regime*, realizado em Lisboa, entre os dias 18 a 21 de Maio de 2011; assim como o Ciclo de Conferências e Debates, intitulado *Império Português de Antigo Regime: Características Estruturantes e Papel da Pequena Nobreza*.

<sup>76</sup> *Le Latin et l'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, 2 vols., Lisboa-Paris, CNCDP – CCCG, 1996-2000; *Le Latin et l'Astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*, vol. III, (ed. póstuma preparada por Maria da Conceição Flores, Luís Filipe Thomaz e Françoise Aubin), Paris, CCCG, 2006. Neste último volume, em que o autor faz uma reflexão sobre vários aspectos do reinado de D. Manuel I, aborda, na segunda parte, a presença portuguesa em Marrocos. Vejam-se os capítulos “Le Maroc: Les Fondations Manuélines”, pp. 149-187 e “Autres Volets de L’Aventure Marocaine”, pp. 189-221.

<sup>77</sup> Vejam-se, a título de exemplo, as seguintes obras: *A questão da pimenta em meados do século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, UCP/CEPCEP, 1998; “O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda”, in *Aquém e Além da Taprobana*, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 381-607.

Nos últimos anos, surgiram inúmeras publicações sobre a nobreza quinhentista no Brasil e no Oriente. Estudaram-se os vice-reis e governadores<sup>78</sup>, os capitães<sup>79</sup> e capitães-mores<sup>80</sup> da Carreira da Índia e das viagens para o Japão<sup>81</sup>, os homens que participaram na armada que descobriu o Brasil<sup>82</sup>, avaliou-se o papel da Alta Nobreza e dos seus ramos secundários na empresa ultramarina<sup>83</sup>, ou simplesmente biografaram-se indivíduos cujo percurso passou pelo além-mar<sup>84</sup>.

Os historiadores também têm dedicado alguma atenção à participação dos nobres pertencentes aos mais baixos escalões deste grupo, tanto nos Descobrimentos como na Expansão portuguesa. Neste âmbito, o trabalho de Luís Filipe Oliveira destacou-se pelo pioneirismo, tendo identificado o estatuto social dos capitães das caravelas que exploraram o Atlântico no período henriquino, concluindo que “é a nobreza que constitui, portanto, o suporte social desta linha da expansão”<sup>85</sup>. Oliveira Marques, no seu estudo sobre o Atlântico, reconheceu que os principais agentes a actuar nessa região eram, maioritariamente, criados da Casa do infante D. Henrique<sup>86</sup>, ou seja, membros da “baixa nobreza”. João Paulo Oliveira e Costa deparou-se com sujeitos com o mesmo perfil social quando estudou a administração ultramarina do século XV, analisando o núcleo central instalado em Lisboa, o das ilhas Atlânticas e da costa ocidental africana<sup>87</sup>. Andreia Martins de Carvalho e Alexandra Pelúcia deram

---

<sup>78</sup> Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro, “Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social”, in *Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, (n.º 15, 1995), pp. 91-120.

<sup>79</sup> Teresa Lacerda, *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – Uma análise Social*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, no prelo.

<sup>80</sup> João Paulo Oliveira e Costa, “Os Capitães-mores das Armadas da Índia no Reinado de D. João III” in *A Carreira da Índia, V Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 213-231.

<sup>81</sup> Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “Os capitães-mores da carreira do Japão: o esboço de caracterização sócio-económica”, in *Arquipélago*, Ponta Delgada, (2.º Série, vol. I, n.º 1, 1995), pp. 141-159.

<sup>82</sup> João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000.

<sup>83</sup> João Paulo Oliveira Costa e Vítor Gaspar Rodrigues (coord.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, CHAM/IICT, 2004.

<sup>84</sup> João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000.

<sup>85</sup> Luís Filipe Oliveira, “A expansão quatrocentista portuguesa: um processo de recomposição social da nobreza”, in *1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV – Actas das Jornadas de História Medieval*. Lisboa, História e Crítica, 1985, p. 200.

<sup>86</sup> Cf. A. H. Oliveira Marques, “A Expansão no Atlântico”, in Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. II, A. H. Oliveira Marques (coord.), *A Expansão Quatrocentista*, Lisboa, Estampa, 1998, p. 203.

<sup>87</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “A formação do aparelho central da administração ultramarina no século XV”, in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, (n.º 2, 2002), pp. 87-102.

continuidade a esta linha de investigação, examinando a origem social dos agentes da Coroa portuguesa na costa da Guiné, nos reinados de D. Afonso V e D. João II<sup>88</sup>.

O mesmo tipo de trabalho não foi efectuado para a região de Marrocos. Apesar dos estudos sobre a nobreza neste espaço terem alguma tradição, estes desenvolveram-se mais por via do estudo da Alta Nobreza. De certo modo, esta tendência justifica-se pela relação que este grupo teve com aquele território, entendido como espaço de continuidade da “Reconquista” que, pela sua proximidade e domínio por parte do Islão, era propício ao exercício da sua função bélica, com vista a obter honra e proveito, fundamental para a manutenção e aumento do seu estatuto. De facto, pelo menos durante o século XV até à primeira metade do século XVI, a nobreza titulada não desenvolveu o mesmo tipo de relação com nenhum outro espaço ultramarino. O próprio “Estado da Índia”, localizado no mítico Oriente que sempre fascinara os europeus, só depois de 1561<sup>89</sup> recebeu sistematicamente governadores e vice-reis titulares<sup>90</sup>.

A história veio justificar o empenho especial que a nobreza colocou no serviço em Marrocos. Um estudo sobre o processo de titulação na segunda dinastia<sup>91</sup>, sobretudo para os reinados de D. João I e D. Afonso V, demonstrou como o combate na Berbéria fazia parte do currículo de um nobre com pretensões a um título. Os Meneses de Vila Real<sup>92</sup>, os Coutinhos de Borba<sup>93</sup> e os Meneses de Tarouca<sup>94</sup> são três famílias que

---

<sup>88</sup> Cf. Andreia Martins de Carvalho e Alexandra Pelúcia, “Os Primeiros Fidalgos na Costa da Guiné”, in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, (n.º 2, 2002), pp. 127-138.

<sup>89</sup> Nesta data foi nomeado vice-rei da Índia, D. Francisco Coutinho, conde Redondo.

<sup>90</sup> É certo que, em 1524, quando Vasco da Gama assumiu os comandos do Estado da Índia, tendo para o efeito recebido a honra de vice-rei (antes dele, só D. Francisco de Almeida recebera esse tratamento), o velho Almirante era já Conde da Vidigueira. No entanto, são conhecidas as dificuldades que teve para obter este reconhecimento por parte do monarca. Sobre este assunto vejam-se as biografias, atrás citadas, elaboradas por Geneviève Bouchoun e Sanjay Subrahmanyam. Em 1521, a nomeação de D. Duarte de Meneses para governador do “Estado da Índia” causou estranheza, uma vez que este era o filho herdeiro do Conde de Tarouca. Sobre este assunto veja-se: João Paulo Oliveira e Costa, “Duarte de Menezes and the Government of India (1521-1524)” in *Indo-Portuguese History: Global Trends*, Goa, ISIPH/CHAM, 2005, pp. 95-115.

<sup>91</sup> Cf. Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmim Rodrigues, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação da 2.ª dinastia” in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, (n.º 22, Janeiro/Abril, 1989), pp. 77-114.

<sup>92</sup> Baltazar Osório, *Ceuta e a Capitania de D. Pedro de Meneses, 1415-1437*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1933; André Pinto de Sousa Dias Teixeira, “Uma Linhagem ao Serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real em Marrocos e na Índia”, in João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Alta Nobreza...*, op. cit., pp. 109-174; Nuno Miguel Silva Campos, *D. Pedro de Meneses...*, op. cit.

<sup>93</sup> Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “As Linhagens Secundárias dos Coutinhos e a Construção do Império Manuelino”, in *A Alta Nobreza...*, op. cit., pp. 177-80; Luís Filipe Oliveira, *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimónia, 1999.

<sup>94</sup> Susannah Charlton Humble, “O fardo do patrocínio real: o caso do conde de Tarouca, mordomo-mor da Casa Real” in *A Alta Nobreza...*, op. cit., pp. 101-108.

ascenderam socialmente através do domínio das praças, respectivamente, de Ceuta, Arzila e Tânger.

O levantamento mais completo sobre a relação da nobreza portuguesa com o território marroquino foi realizado por Abel Santos Cruz, que enumerou os fidalgos que participaram nas diversas campanhas marroquinas, levadas a cabo pelos três primeiros monarcas da dinastia de Avis<sup>95</sup>. Através dos resultados apresentados nessa dissertação de mestrado, André Teixeira e Teresa Lacerda incorporaram, numa nova análise, os reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III. O alargamento do recorte cronológico permitiu comparar o *modus operandi* dos titulares perante o Norte de África e o “Estado da Índia”<sup>96</sup>.

A linha interpretativa que tenta buscar semelhanças e diferenças entre estes dois espaços da Expansão portuguesa tinha antecedentes. Vítor Luís Gaspar Rodrigues procurou compreender as influências do modo de fazer guerra em Marrocos nas acções militares dos portugueses no Oriente<sup>97</sup>. Vasco Resende seguiu esta hipótese de trabalho, trilhando os estudos sociais, recolhendo exemplos de nobres que serviram a Coroa nestas duas geografias<sup>98</sup>. O artigo de Fernanda Olival sobre o valor dos serviços no Norte de África e na Índia, no contexto da obtenção de um hábito, abre uma importante porta de análise sobre o modo como os portugueses e, sobretudo, o grupo nobiliárquico da época Moderna, entendiam estas duas regiões, elegendo, pelo menos até aos meados do século XVI, a primeira como espaço de maior prestígio<sup>99</sup>.

---

<sup>95</sup> Abel Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, Porto, FL/UP, 1995 (dissertação de mestrado).

<sup>96</sup> André Teixeira e Teresa Lacerda, “La Haute Noblesse au Maroc” in *Actas do III Colóquio de História Luso-Marroquina, Présence Portugaise au Maroc et les Relations Actuelles entre les Deux Pays* (realizado em Marráquexe, nos dias 14 e 15 de Dezembro de 2007), Mohammedia, Ed. Anajah Al yadidah, 2009. Tive conhecimento deste estudo pelos seus autores, não conseguindo aceder à publicação marroquina, desconheço assim em que páginas foi publicado.

<sup>97</sup> Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no séc. XV, princípios do XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente” in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, (vol. 2, 2001), pp. 157-168.

<sup>98</sup> Vasco Resende, *A Sociedade da Expansão na época de D. Manuel I: mobilidade, hierarquia e poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2006. Este trabalho, como salientou o autor, incorpora-se num projecto de investigação levado a cabo pelo Centro de História da Universidade de Lisboa, intitulado *Tecido Social e Redes de Poder: os Portugueses e o Magrebe dos séculos XV a XIX (estudo prosopográfico)*.

<sup>99</sup> Fernanda Olival, “Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI)”, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do Mundo Ocidental - Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795.



Mais recentemente, os estudos sobre a nobreza portuguesa em Marrocos foram seguidos por João de Figueirôa-Rêgo que estudou os nomes estantes nos *Livros de Portaria e de Matrícula da Casa Real*, com ligações ao Algarve e às praças marroquinas, destacando, entre outros aspectos, os motivos da mercê e a condição do filhamento<sup>100</sup>.

Outros pequenos esforços foram feitos nesta área, embora, como vimos, menos abundantes do que para o Oriente. Nos últimos anos elaboraram-se uma série de pequenas micro-histórias sobre homens que serviram em Marrocos. Estes estudos serviram para delinear com mais precisão o retrato da nobreza portuguesa, assim como para compreender melhor as estratégias do grupo nobiliárquico e da Coroa para esta região<sup>101</sup>. Na área da biografia destaque-se os trabalhos de Maria Augusta Lima Cruz, Bernard Rosemberger e Mathew T. Racine sobre o mulçulmano Bentafufa que, como alcaide dos “mouros de pazes”, exerceu uma acção determinante na criação de um protectorado português na região da Duquela<sup>102</sup>. As biografias de intermediários ou de figuras do poder local são especialmente bem-vindas, uma vez que permitem enquadrar o papel dos portugueses na região. Nesta área sublinhe-se o artigo de Robert Ricard sobre a acção de Sebastião Vargas, como agente de D. João III, em Fez<sup>103</sup>.

O estudo das “sociedades ultramarinas”, mais precisamente das suas elites, constitui uma área de trabalho que tem ganho muitos adeptos junto dos historiadores que se têm dedicado a outras regiões do Império<sup>104</sup>. A presente dissertação teria

---

<sup>100</sup> João de Figueirôa-Rêgo, *O Algarve e as Praças Marroquinas nos Livros de Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI a XVIII)*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2007.

<sup>101</sup> Vejam-se os seguintes artigos: Robert Ricard, “Inacio Nunes Gato”, in SI, vol. IV, pp. 67-69; André Pinto de S. D. Teixeira, “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim” in *A Nobreza e a Expansão...*, op. cit., pp. 159-206; *Idem*, “Nuno Fernandes de Ataíde et l’intervention portugaise à l’intérieur des terres du Maroc”, in Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro, (coord.), *Estudos...*, op. cit., pp. 97-116; Madalena Ribeiro, “O conde D. Henrique de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer e Arzila”, in *A Nobreza e a Expansão...*, op. cit., pp. 145-58; Teresa Lacerda, “D. João de Meneses, um retrato da nobreza portuguesa em Marrocos”, in Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro, (coord.), *Estudos...*, op. cit., pp. 117-140.

<sup>102</sup> Maria Augusta Lima Cruz, “Mouro para os Cristãos...”, op. cit., pp. 39-63; Bernard Rosenberger, “Yahya U Ta’fuft (1506.1518). Des ambitions décues”, in *Hespéris-Tamuda*, (vol. XXXI, 1993), pp. 21-59 e Mathew T. Racine, “Service and Honor in sixteenth-century portuguese North Africa: Yahya-u-Tafuft and portuguese noble culture”, in *The Sixteenth Century Journal*, Santa Barbara, University of California, (nº 32, 2001), pp. 67-90.

<sup>103</sup> Robert Ricard, “Bastião Vargas agent de Jean III de Portugal au Maroc et le project d’alliance entre le Portugal et le Royaume de Fés (1539-1541)”, in SI, vol. III, pp. 176-102.

<sup>104</sup> Maria Fernanda Bicalho “Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha, *Optima Pars...*, op. cit., pp. 73-97. Veja-se o volume 24/2007 da Revista *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*

beneficiado do desenvolvimento desta temática para Marrocos, tendo em conta as suas especificidades. Torna-se urgente uma análise social mais exaustiva da presença portuguesa na região. Como vimos, a adopção do Norte de África por parte da Alta Nobreza como espaço da sua realização, torna-o excepcional do ponto de vista do Império português. Neste sentido, o estudo dessas famílias, do seu quotidiano, do seu *modus operandi* guerreiro, do modo de exercício do seu poder, tornar-se-ia central na definição do papel desse território no âmbito do Império. Por outro lado, o exame das “sociedades locais” que, nomeadamente, para o Brasil<sup>105</sup> e ilhas Atlânticas<sup>106</sup>, tem, muitas vezes, assumido a denominação de estudos sobre a “nobreza da terra”<sup>107</sup>, permitiria aos historiadores de Marrocos compreender figuras tão centrais e abundantemente citadas, como os moradores.

Para além dos trabalhadores ocasionais que iam para as praças em Marrocos, a sociedade destas estava dividida entre habitantes muçulmanos, judeus e cristãos. Entre os últimos distinguem-se os fronteirais, os homens que estavam a realizar comissões militares temporárias, e os moradores que constituíam os indivíduos que se tinham fixado nesses lugares. Estes pertenciam a diversos grupos sociais, desde pessoas com ofícios mecânicos pertencentes ao terceiro estado, a nobres e eclesiásticos. Faltam estudos sobre a sua composição e origem, pois, com excepção do trabalho de Maria Augusta Lima Cruz<sup>108</sup>, que aborda esta problemática, mais nada foi feito. As fontes não

---

(Lisboa, Centro de História da Cultura & Campo das Letras), coordenado por Ângela Barreto Xavier e Catarina Madeira Santos, sobre a “Cultura Intelectual das Elites Coloniais”.

<sup>105</sup> Maria Fernanda Bicalho, “Conquista, Mercês e Poder local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, *Almanak Braziliense*, (nº 2, Novembro 2005), pp. 21-34. João Fragoso, “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra supracapitanias, no Setecentos” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha, *Optima Pars...*, op. cit., pp. 133-167. Maria Beatriz Nizza da Silva, *Ser Nobre na Colônia*, São Paulo, Editora, UNESP, 2005.

<sup>106</sup> Rute Dias Gregório, *Terra e fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*, Ponta Delgada, CHAM, 2007. José Damião Rodrigues, *São Miguel no século XVIII. Casa, Elites e Poder*, 2 vols., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003. Iva Cabral, “Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)”, in *Actas do Congresso Internacional, “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade”*, (Lisboa, FCSH, 2 Novembro 2005), em linha [http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/iva\\_cabral.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/iva_cabral.pdf)

<sup>107</sup> Sobre o termo “nobreza da terra”, enquanto categoria jurídica, veja-se Joaquim Romero Magalhães, “Os nobres da governança da terra” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha (org.), *Optima Pars...*, op. cit., p. 67. Sobre a discussão em torno das reais aplicações desta expressão veja-se Maria Fernanda Bicalho, “As câmaras ultramarinas e o governo do Império” in João Fragoso, Maria de Fátima Silva Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho (org.), *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 202.

<sup>108</sup> O único trabalho que abordou esta temática e que demonstrou a importância do tema foi realizado por Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos...”, op. cit., pp. 104-179.

são muitas, mas existe também uma carência no seu tratamento arquivístico e na sua análise.

\*

A presente dissertação debateu-se, de igual modo, com a falta de estudos que permitissem compreender, cabalmente, o peso social e económico do exercício dos diversos cargos administrativos, no Norte de África. Como se verá, António Leite e a sua entourage centraram-se no desempenho de ofícios com funções económico-financeiras e fiscais. Contudo, deve assinalar-se que, nos últimos anos, houve notórios avanços no estudo da história institucional. O grande galvanizador deste fluxo foi António Manuel Hespanha<sup>109</sup>. Contudo, os seus efeitos são mais visíveis no conhecimento das instituições metropolitanas e menos nas ultramarinas. À semelhança de outras áreas historiográficas, algumas das quais atrás citadas, o desequilíbrio entre o Norte de África e o Oriente é notório. Deste modo, no campo da administração é possível referir estudos dedicados ao “Estado da Índia”<sup>110</sup> de Luís Filipe Thomaz<sup>111</sup>, Catarina Madeira Santos<sup>112</sup> e Susana Münch Miranda<sup>113</sup>, e, sobre Macau, do próprio António Manuel Hespanha<sup>114</sup>.

A Índia foi, também, o espaço privilegiado pelos estudos que deram um assinalável avanço no conhecimento das feitorias e dos que foram responsáveis por elas.

---

<sup>109</sup> Vejam-se, a título de exemplo, de António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Época medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982; “A Fazenda” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 203-230; *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – Século XVIII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994; *História de Portugal Moderno. Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

<sup>110</sup> No princípio do século XX, Viriato A. C. B. de Albuquerque publicou um trabalho sobre a fazenda no “Estado da Índia”. “Breves notas para a história da administração da fazenda da Índia Portuguesa”, in *Oriente Português*, vol. I, n.º 10-11, 1904, pp. 408-417 e 468-477.

<sup>111</sup> “Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI”, in Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta...*, op. cit., pp. 207-243.

<sup>112</sup> “Goa é a Chave de toda a Índia”. *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, CNCDP, 1999.

<sup>113</sup> *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*, Lisboa, FCSH-UNL, 2007, (dissertação de doutoramento). Desta autora refira-se, ainda, o trabalho desenvolvido para a Madeira, intitulado *A Fazenda Real na Ilha da Madeira (Segunda Metade do Século XVI)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/Centro de Estudos de História do Atlântico/Instituto de História de Além-Mar, FCSH-UNL, 1994. Vejam-se os seguintes artigos: Susana Münch Miranda, “A Administração da Fazenda do Estado da Índia (1545-1560): vedores da fazenda e Casa dos Contos”, in *D. João III e o Império...*, op. cit., pp. 319-335; Susana Münch Miranda e Cristina Seuanes Serafim, “Organização Política e Administrativa” in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente. Em torno de Macau*, vol. I, tomo 1, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 217-245.

<sup>114</sup> *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*, Macau, Fundação Macau, 1995.

O conhecimento do perfil social dos feitores, assim como as suas competências, é especialmente importante para se determinar as diferenças e semelhanças entre o cargo de feitor e o de contador, este último, um dos ofícios que António Leite ocupou, no Norte de África. Nesta área destacam-se os nomes de Virgínia Rau<sup>115</sup> e Maria Emília Madeira Santos<sup>116</sup>.

Para a concepção desta dissertação de mestrado foram especialmente importantes as pequenas biografias existentes sobre feitores, ou sobre indivíduos que construíram a sua acção por via de cargos ligados à administração de possessões ultramarinas<sup>117</sup>. Nesta linha de trabalho, embora não recorrendo exclusivamente à biografia, deve ser assinalado o trabalho de Maria Leonor Garcia da Cruz, sobre *A Governação de D. João III: a fazenda real e os seus vedores*<sup>118</sup>.

A inexistência de estudos sobre o modo de funcionamento administrativo das praças marroquinas, sobretudo, no que diz respeito à sua gestão financeira, pode ser explicada através da proximidade deste espaço com o Reino. Vulgarmente, entende-se que esse factor facilitou a migração dos modelos aplicados na metrópole ou que esta seria capaz de um controlo directo e mais apertado sobre estes domínios. No entanto, a não existência de estudos aprofundados sobre estas matérias põe em causa a própria consubstancialidade desta asserção. De facto, seria importante que alguns modelos interpretativos usados para o mesmo período cronológico, sobre a presença portuguesa no Oriente, fossem aplicados na análise das instituições e formas de tributação no Norte de África. Como é sabido, os portugueses estantes na Ásia absorveram algumas normas

---

<sup>115</sup> “Feitores e Feitorias, ‘Instrumentos’ do Comércio Internacional Português no Século XVI” in *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, pp. 143-199.

<sup>116</sup> “Afonso de Albuquerque e os Feitores” in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (dir.), *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 201-226; “O Feitor e a sua Carreira: alguns casos”, in *Estudos Orientais*, vol. III, 1992, pp. 15-22; “O Confronto entre Capitães e Feitores no Estado Português da Índia (primeira década do século XVI), in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (dir.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa (Macau, 22 a 26 de Outubro de 1991)*, Lisboa, CNCDP, 1993, pp. 531-536.

<sup>117</sup> Ana Rita Canavarro, “Gonçalo Gil Barbosa”, in João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *Descobridores do Brasil...*, op. cit., pp. 255-278; Alexandra Pelúcia, “Lourenço Moreno: uma eminência parda em Cochim” in João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *Descobridores do Brasil...*, op. cit., pp. 279-297; Luís Filipe Thomaz, “Diogo Pereira, o Malabar” in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, (n.º 5, Julho 1993), pp. 49-64. Embora não de natureza biográfica, destaque-se o artigo de Inácio Guerreiro e Vítor Luís Gaspar Rodrigues sobre “O «grupo de Cochim» e a oposição a Afonso de Albuquerque”, in *Stvdia*, Lisboa, CEHCA, (n.º 51, 1992), pp.119-144. Neste trabalho, os dois autores demonstram como a oposição a Afonso de Albuquerque foi levada a cabo por indivíduos com cargos na administração, nomeadamente, na gestão da fazenda da capitania de Cochim.

<sup>118</sup> Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.

nativas e utilizaram os mesmos esquemas de cobrança de impostos. Terá sido o caso marroquino nesta matéria excepcional? Sabe-se que a população autóctone sujeita a tributação portuguesa foi muito flutuante e restrita. O número de “mouros de pazes” variou com a capacidade de imposição da máquina militar portuguesa no terreno, que, a partir de 1515, foi enfraquecendo.

O trabalho de Edite Alberto sobre o resgate dos cativos e por via deste tema, o estudo da figura do alfaqueque, é uma espécie de “lança em África”. Este ofício, que tinha a função de resgatar os cativos feitos pelo lado oposto nos confrontos entre cristãos e muçulmanos, já existia na Península Ibérica, desde os tempos da presença islâmica, mas ganhou relevo no contexto da expansão portuguesa no Norte de África<sup>119</sup>.

No presente trabalho, de cariz biográfico pretendeu analisar-se alguns aspectos sociais de Azamor e Mazagão até 1542, tais como: a caracterização social dos capitães; a relação entre os oficiais e os grupos que os rodeavam; o perfil social da baixa nobreza e o seu alcance na administração régia, assim como determinar o grau de mobilidade social que essas funções permitiam. No âmbito historiográfico descrito, este trabalho pretende ser um subsídio para o aprimoramento da história social das praças portuguesas no Sul de Marrocos.

---

<sup>119</sup> Edite Alberto, “Resgatar cristãos em terras no Norte de África. O ofício de Alfaqueque no século XV”, in Maria Augusta Lima Cruz e Rui Manuel Loureiro (coord.), *Estudos...*, op. cit., pp. 41-50. A tese de doutoramento de Edite Alberto, embora centrada nos sécs. XVII e XVIII, faz uma reflexão sobre o tema nos sécs. XV e XVI. *Um negócio piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2010, (dissertação de doutoramento), pp. 37-106.

## 2. O CONTEXTO FAMILIAR DE ANTÓNIO LEITE

Antes de desenvolver o presente capítulo convém comentar como era entendido o conceito de família na época abrangida por este estudo. O pensamento da Cristandade medieval, dominado pela teleologia aristotélica, que considerava que o mundo só era explicável mediante uma causa final, concebia uma ordem universal que orientava todas as criaturas para um objectivo último. Cada parte do todo participava de forma diversa, segundo as suas funções, para a realização desse destino universal, que era o encontro com o Criador. Este pensamento que se aplicava, de igual forma, à sociedade humana, manteve-se vivo ao longo da época moderna em muitos sectores da sociedade ocidental<sup>120</sup>.

Nesse contexto, no século XV e primeira parte do XVI, a sociedade era unanimemente considerada não como um conjunto de indivíduos, mas como um corpo constituído por um conexo de órgãos: as ordens ou estados, que possuíam estatutos desiguais e que participavam no destino cósmico com tarefas diferentes. Era uma sociedade complexa, plena de particularismos e desigualdades sancionadas pelo Direito, onde o estatuto de cada um dependia do corpo social onde se inseria o seu meio familiar. Deste modo, no centro desta sociedade corporativa estava a família. No círculo subsequente estavam os corpos sociais e as comunidades territoriais (lugares, vilas ou cidades) e, só depois, o Reino<sup>121</sup>.

A família, como núcleo natural e fundacional do sistema social, era o âmago da existência individual, sendo o primeiro espaço de solidariedade, basilar à sua sobrevivência social e física. O estatuto de cada um era, à partida, correspondente ao estatuto da sua família.

---

<sup>120</sup> Cf. António Hespanha, *História de Portugal Moderno...*, op. cit., 1995, pp. 29-30.

<sup>121</sup> Sobre a concepção corporativa da sociedade veja-se: *Ibidem*, pp. 29-34; João Cordeiro Pereira, “A estrutura social e o seu devir”, in *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, João José Alves Dias (coord.), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-283; José Adelino Maltez “O Estado e as Instituições”, in *Ibidem*, pp. 341-342.

Na época moderna, a família tinha um sentido lato, tanto sincrónica como diacronicamente, uma vez que os antepassados detinham um forte efeito unificador no presente, aproximando ramos considerados distantes pela sociedade contemporânea. Abrangia tanto os parentes relacionados por consanguinidade, como por afinidade, resultante de alianças matrimoniais, ligados entre si “por laços morais e jurídicos”, consubstanciados em redes de solidariedade. Desta maneira, os privilégios individuais atingiam tanto o estatuto dos parentes ligados por geração, como por afinidade, tal como o uso do nome e dos brasões. Também uma ofensa individual era extensível a toda a família e a totalidade dos seus elementos era responsável pelo seu resgate. Esta moral exigia, pelo princípio da “tutela legítima”, a defesa de todos os sujeitos do agregado que não o pudessem fazer por si<sup>122</sup>. O dever de auxílio mútuo e o zelo pela honra da família, de que dependia o seu estatuto, eram assim primados da existência familiar, nos quais todos os membros tinham de participar.

Este conceito de família era ainda extensível aos criados, escravos, sob o mando de um *pater*, podendo mesmo alargar-se aos amigos<sup>123</sup>. Deve realçar-se, quanto aos primeiros, que estes eram tradicionalmente os que viviam com o “senhor pelo comer e dormir”<sup>124</sup>. Daqui resultava, no grupo da nobreza, uma relação em que os criados eram abrangidos por algumas isenções dos seus senhores, que frequentemente intercediam por eles junto do Rei<sup>125</sup>.

Numa outra dimensão, os indivíduos interceptavam-se nas redes clientelares, que trespassavam o tecido social do Antigo Regime. As relações patrono-clientelares eram ligações interpessoais entre dois sujeitos de poderes diferentes que, numa lógica de

---

<sup>122</sup> Cf. António Manuel Hespanha, “Carne de uma só Carne. Para uma Compreensão dos Fundamentos Histórico-Antropológicos da Família na Época Moderna”, in *Análise Social*, Lisboa, ICS, (vol. XXVIII, nº 123-124, 1993), pp. 957-958. Sobre a família na Idade Moderna vejam-se também as seguintes obras: António Manuel Hespanha “A família”, in *História de Portugal Moderno...*, op. cit., pp. 99-119; Nuno G. Monteiro, “Os sistemas familiares” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, IV vol., António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa Círculo dos Leitores, 1993, pp. 279-282; James Casey, *História da Família*, Lisboa, Teorema, [1991]; Jean-Louis Flandrin, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995; André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Znaniecki (dir.), *História da Família*, 3º vol., *O Choque das Modernidades: Ásia, África, América, Europa*, Lisboa, Terramar, 1998; Henry Kamen, *Early Modern European Society*, Londres-Nova Iorque, Routledge, 2000. Sobre o conceito de família alargada e seus reflexos no grupo nobiliárquico veja-se Jonathan Dewald, *The European Nobility, 1400-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

<sup>123</sup> António Manuel Hespanha, “Carne de uma só Carne...”, op. cit., pp. 967-968. A este tipo de relação familiar Eva Maria Lakatos deu a designação de parentes fictícios ou pseudoparentes. Cf. *Sociologia Geral*, São Paulo, Editora Atlas S. A., 1990, p. 176.

<sup>124</sup> António Manuel Hespanha, “Carne de uma só Carne...”, op. cit., p. 968.

<sup>125</sup> *Ibidem*.

reciprocidade, tinham em vista vantagens mútuas a nível político, económico e simbólico. O patrono, como dominante, tinha obrigação de dar protecção e o cliente, como subalterno, tinha o dever de lhe prestar serviços. Estas relações eram organizadas em sistemas de rede que interligavam pessoas. Assim um patrono poderia ser cliente de um sujeito mais poderoso, ao mesmo tempo que os seus clientes poderiam ser patronos de outros, pertencentes a escalões inferiores da hierarquia social<sup>126</sup>.

Paralelamente à família, a rede clientelar onde um indivíduo se inseria determinava o seu devir social. Contudo, como os sujeitos eram atidos da família, as redes clientelares onde se inseriam envolviam tendencialmente a sua parentela. O quadro familiar era, na sociedade de Antigo Regime, o grande determinante do percurso social dos seus elementos.

Deste modo, o trabalho de biografar um pessoa da época Moderna não é exequível sem a apresentação do seu contexto familiar. Para se traçar o perfil social de António Leite recuou-se até à geração avoenga. O estudo atento das genealogias<sup>127</sup> da família Leite, do Porto, permite concluir que estas têm grandes incongruências entre si, não coincidindo na identificação de muitos dos seus elementos, entre os quais o próprio biografado. Embora estas obras não possam deixar de ser tidas em consideração, numa investigação como esta, devem, contudo, ser analisadas com alguma reserva. Mais do que uma listagem de nomes e o seu grau de parentesco com o capitão de Mazagão e Azamor, o estudo das referências genealógicas faculta uma caracterização geral da família, centrada nos seguintes tópicos: contexto de formação dos vários ramos; principais laços criados por via do casamento; áreas do oficialato em que se distinguiram; e geografia dos serviços e das mercês.

---

<sup>126</sup> Sobre a problemática das redes clientelares veja-se: Ângela Barreto Xavier, António Manuel Hespanha, “As redes clientelares” in *História de Portugal*, vol. IV, op. cit., pp. 381-393; Sharon Kettering, *Patronage in Sixteenth and Seventeenth – Century France*, Aldershot / Burlington, Ashgate, 2002; Gunner Lind, “Great Friends and Small Friends: Clientelism and the Power Elite” in *Power Elites and State Building*, Wolfgang Reinhard (edit.), Oxford, European Science Foundation / Clarendon Press, 1996, pp. 123-147.

<sup>127</sup> As genealogias utilizadas foram: Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana*, t. I, 2º v., Porto, Livraria Fernando Machado, pp. 654-655; Felgueiras Gaio, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, VI v., t. X, 3ª edição, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992; António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeitas no Oceano Occidental*, vol. I, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866; Manuel de Souza da Silva, *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-e-Minho*, vol. II, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, 2000; Pedro de Brito, *Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias Dominantes do Porto (1500-1580)*, Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997. Nos anexos genealogicos, a genealogia I sobre a família Leite do Porto sintetiza as múltiplas e complexas opiniões dos genealogistas atrás citados.



Apesar das discrepâncias, é unânime que a família era oriunda da região de Entre-Douro-e-Minho, tendo-se fixado, essencialmente, no Porto e nas suas regiões limítrofes. O ascendente mais antigo dos Leites, do Porto, com identificação credível, terá sido Álvaro Eanes Leite (avô ou bisavô do biografado<sup>128</sup>), senhor da terra de Calvos, em Cabeceiras de Basto, cuja acção se centrou na primeira metade do século XV<sup>129</sup>. Felgueiras Gaio coloca a hipótese das origens dos Leites remontarem até Rui Lopes, aquele que “conquistou aos mouros a vila de Chaves em 1160”<sup>130</sup>. Como veremos adiante, foi o apoio prestado pelos filhos de Álvaro Eanes Leite a D. Afonso V que, iniciando uma relação mais estreita com a Coroa, permitiu à estirpe ganhar maior relevo social<sup>131</sup>.

Ao nível das alianças matrimoniais, os genealogistas indicam que os Leites estabeleceram ligações com as principais famílias do Porto, a saber: os Babos, os Tavares, os Homens, os Carneiros, os Coutos, os Sousa Alcoforado, os Brandões, os Figueiroas, os Cernaches e os Novais. Foram também, como se verá, uma das primeiras linhagens da Invicta a casarem com cristãos-novos, nomeadamente, com os da Paz<sup>132</sup>.

Os filhos de Álvaro Eanes Leite geraram três ou quatro ramos, por via masculina: Vasco Leite, *o Velho*, Diogo Álvares Leite, *o Velho*, e Álvaro Leite. Felgueiras Gaio referiu mais dois filhos deste patriarca: Domingos Leite, do qual não dá mais informação; e João Fernandes Leite. Por via feminina, a descendência de Álvaro Eanes Leite destacou-se na figura da sua filha Leonor ou Isabel Leite, que casou com Álvaro Gonçalves, que herdou o senhorio de Calvos do seu sogro<sup>133</sup>.

---

<sup>128</sup> Como veremos a seguir as genealogias consultadas não têm informações coincidentes em relação à paternidade de António Leite. Para acompanhar a leitura deste capítulo, veja-se, nos anexos genealógicos, a genealogia I sobre a família Leite, do Porto e, nos anexos sinópticos, o quadro I sobre os parentes de António Leite.

<sup>129</sup> Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 654-655; *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 254-255; *História Insulana*, v. I, p.251; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 321; *Patriciado*, p. 134. Segundo Felgueiras Gaio, Álvaro Eanes Leite terá vivido nos reinados de D. João I e D. Duarte. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 254.

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 254.

<sup>131</sup> Cf. *Patriciado*, p.134.

<sup>132</sup> Cf. *Patriciado*, pp. 134, 138-139.

<sup>133</sup> Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 654-655; *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 254-255; *História Insulana*, v. I, p.251; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 321; *Patriciado*, p. 134.

Vasco Leite, *o Velho*, que terá herdado a casa de seu pai<sup>134</sup>, foi morador no Porto e escudeiro da guarda de D. Afonso V, tendo servido na batalha de Toro, em 1476, e, de igual modo, no Norte de África<sup>135</sup>. A análise da documentação estante na *Chancelaria* permite traçar um percurso com fortes ligações à Coroa. Por carta de 16 de Março de 1463, em que surge como escudeiro do Rei e servidor da toalha, foi nomeado tesoureiro de todos os direitos e coisas da rendição de cativos e indulgências, no bispado do Porto<sup>136</sup>. A 20 de Maio do mesmo ano, foi novamente designado como escudeiro da guarda do rei, num documento onde o monarca ofereceu-lhe isenção, assim como aos que a ele estavam ligados, de servirem na guerra com homens, armas e bestas, e da obrigação de dar pousada<sup>137</sup>. A documentação revela a sua ascensão social e económica. Em dez anos, Vasco Leite, *o Velho* ascendeu a cavaleiro da Casa Real, reuniu importantes cargos, além de ter auferido avultados rendimentos. A 1 de Julho de 1469, foi-lhe confirmada, por carta régia, a posse por compra da honra de Queiça, no concelho de Santa Cruz de Riba Tamega, com a jurisdição completa civil e crime de “mero e misto império”<sup>138</sup>. Em 1471, alcançou dignidade concelhia, ascendendo à vereação da cidade do Porto<sup>139</sup>, sendo que, no ano seguinte, foi-lhe emitida uma carta régia de quitação, onde se refere que tinha sido recebedor de “dinheiro de pedidos e outros de carnes e pescados que se despenderam na armada” constituída no Porto, com o objectivo da conquista de Arzila. Neste mesmo documento, Vasco Leite era já referido como cavaleiro da Casa Real<sup>140</sup>. Por último, note-se como a 6 de Abril de 1473, recebeu uma tença anual de quatro mil reais brancos, que deveria contar a partir de Janeiro do dito ano<sup>141</sup>.

Outro elemento importante, revelado pela perseguição do rasto documental deixado por Vasco Leite, prende-se com a rede de criados que viveram em torno dos ofícios financeiros que ocupou. Como patrono, Vasco Leite possibilitou o acesso a

<sup>134</sup> Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 255. Note-se que esta informação não é corroborada por outras genealogias.

<sup>135</sup> Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 255; *História Insulana*, v. I, p. 253, *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 655; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 329; *Patriciado*, p. 134, quadro 1.

<sup>136</sup> Segundo carta régia de 16 de Março de 1463. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 57v.

<sup>137</sup> Segundo carta régia de 20 de Maio de 1463. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 77.

<sup>138</sup> Este senhorio, que ficava na comarca de Entre-Douro-e-Minho, foi comprado a João da Silva, conselheiro régio e camareiro-mor do príncipe D. João, e a sua mulher D. Branca. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 60.

<sup>139</sup> Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 329; *Patriciado*, p. 134, quadro 1.

<sup>140</sup> Uma carta régia de 23 de Setembro de 1472, referia que “elle em o dicto carreguo mui bem servio e por sua guarda lhe damos carta”, ficando assim “quite e livre” de qualquer dívida. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 207 v e *Além Douro*, liv. 3, fl. 242v e liv. 4, fl. 13.

<sup>141</sup> Segundo carta régia de 6 de Abril de 1473. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 92v.

cargos aos seus apaniguados, gerindo as relações destes com a Coroa. Refira-se, a título de exemplo, dois seus criados, Pedro Álvares e Álvaro Eanes. O primeiro foi nomeado para o cargo de requeridor da sisa do pescado e dos vinhos da cidade do Porto, em 1463<sup>142</sup>. Cerca de dez anos mais tarde, este ofício transitaria, por desistência de Pedro Álvares, para Álvaro Eanes<sup>143</sup>, que em 1469 tinha recebido o cargo de “homem do almoxarifado e da alfândega” da Cidade Invicta<sup>144</sup>. Vasco Leite, fundador de um dos ramos da família dos Leite comportou-se como um patrono local, com capacidade de interceder no percurso social de outros homens e, assim, integrando-se de forma dinâmica, no tecido clientelar em que a Coroa ocupava o lugar superior.

Segundo a genealogia de Manuel de Sousa da Silva, o seu filho mais velho foi Afonso Leite, senhor de Gaia a Pequena, que morreu sem geração<sup>145</sup>. Contudo, os restantes genealogistas indicam Diogo Leite como o primogénito, tendo herdado a casa de seu pai e exercido os ofícios de juiz dos órfãos e capitão da moeda, uma vez mais no Porto<sup>146</sup>. Há ainda referências que o colocam como escudeiro do arcebispo de Braga<sup>147</sup>. Quanto ao filho mais novo de Vasco Leite, *o Velho*, Luís Leite, há notícia que foi desembargador do duque de Bragança<sup>148</sup>. No que diz respeito às filhas, D. Margarida casou com Manuel de Abreu, citado como guarda-roupa de D. Afonso V. Diogo Leite, o possível primogénito, terá recebido o cargo de capitão da moeda, por via deste seu cunhado, segundo alguns genealogistas<sup>149</sup>. D. Aldonça, a outra filha de Vasco Leite, casou com um vereador da cidade do Porto, João Rodrigues do Amaral<sup>150</sup>. O filho destes, que recebeu o nome do avô materno, desempenhou, de igual modo, este cargo, assegurando uma das várias presenças dos Leite na vereação dessa cidade. As

---

<sup>142</sup> Segundo carta régia de 5 de Agosto de 1463. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 123.

<sup>143</sup> Segundo carta régia de 23 de Dezembro de 1473. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 49 v.

<sup>144</sup> Segundo carta régia de 15 de Julho de 1469. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fls. 67v-68.

<sup>145</sup> Afonso Leite terá morrido em 1491. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 321 e 329. Segundo esta genealogia, foi o seu primo direito, Diogo Leite, *o Velho*, filho de Álvaro Leite, que herdou o senhorio de Gaia a Pequena, da qual teve confirmação régia em 1496. *Ibidem*, p. 32.

<sup>146</sup> Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 255; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 655; *Patriciado*, p. 134, quadro 1. Manuel de Souza da Silva refere-o como juiz dos órfãos, mas não como capitão da moeda. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 329.

<sup>147</sup> Cf. *Patriciado*, p. 134, quadro 1; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 655. Note-se que esta informação não é referida pelas outras genealogias consultadas.

<sup>148</sup> Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 255; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 656. *Patriciado*, p. 134, quadro 1; *História Insulana*, v. I, p. 253; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 329.

<sup>149</sup> *Patriciado*, p. 134, quadro 1; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 255. Manuel de Souza da Silva e António Cordeiro não referem esta filha, nas suas genealogias.

<sup>150</sup> Felgueiras Gaio citou-o como João Álvares do Amaral. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 255.

estratégias de casamentos das filhas de Vasco Leite são um exemplo da importância que a via feminina teve no jogo de alianças familiares, tendo em vista a consolidação social da família entre o patriciado da Invicta<sup>151</sup>.

Para finalizar a análise do percurso deste ramo familiar, deve ser sublinhado o papel do filho mais velho de Diogo Leite<sup>152</sup>, Afonso. Este herdou o cargo da moeda de seu pai, tendo-lhe juntado o de recebedor do tesouro do Rei. Obteve, de igual modo, o senhorio de Gaia a Pequena, já referida como senhorio de um homónimo, filho de Vasco Leite<sup>153</sup>. No fundo, as evidências em torno desta homonímia e detenção do mesmo senhorio, levam a pensar que se trata do mesmo indivíduo, neto e não filho de Vasco Leite, *o Velho*. Afonso, que no reinado de D. Manuel I era já cavaleiro da Casa Real, casou com Leonor Eanes, morrendo sem descendência<sup>154</sup>. Por esta razão, o cargo de capitão da moeda no Porto, passou para o seu cunhado Manuel Moura Coutinho, casado com a sua irmã Brites Leite<sup>155</sup>.

\*

O segundo ramo dos Leite, que descende do já referido “patriarca”, Álvaro Eanes Leite, era encabeçado por Diogo Álvares Leite, *o Velho*, que casou, em

---

<sup>151</sup> Cf. *Patriciado*, p. 134, quadro 1; *História Insulana*, v. I, pp. 253-254; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 255; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 330. Segundo Alão de Morais, Diogo Leite teve mais duas irmãs, a saber: D. Maria Leite, que contraiu matrimónio com António Fernandes, do Porto; e D. Filipa Leite. Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 655.

<sup>152</sup> Para lá do herdeiro da casa, Diogo Leite teve ainda, a saber: Baltasar Leite, que foi Abade de Santiago de Cambra e instituiu uma capela em S. Francisco do Porto; e Violante Mendes, que casou, em Braga, com Jorge Babo Ribeiro. Cf. *Patriciado*, p. 134, quadro 1; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 655. Manuel de Souza da Silva e Felgueiras Gaio não referiram estes dois filhos.

<sup>153</sup> Uma carta de D. João II, feita em Santarém, a 13 de Março de 1484, confirmava a posse por parte de Afonso Leite do senhorio de Gaia a Pequena. Anexo a esta carta encontra-se um alvará do mesmo Rei, feito a 16 de Dezembro de 1483, autorizando a passagem desta terra de João Vaz Ferraz para Afonso Leite, por casamento deste com a sua mãe, Leonor Eanes, antiga mulher de Vasco Gil. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 23, fls. 26v – 27v.

<sup>154</sup> Uma carta de D. Manuel I, feita no Porto, em 1502, confirmava um documento de aforamento de 25 de Novembro de 1489 de umas casas na Rua Nova da Cidade do Porto, a Leonor Eanes, em nome do seu marido Afonso Leite, cavaleiro da Casa Real, com a obrigação de um pagamento anual de 1413 reais. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 6, fls. 117v-118. A mulher de Afonso Leite era filha de Fernando Eanes Aranha; veja-se mais sobre o marido: *Patriciado*, p. 134, quadro 1, *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 329; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 655; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 255. Voltamos a encontrar Leonor Gomes numa carta manuelina de 18 Maio de 1514, onde se confirmava um aforamento a um Gil Monteiro. Leonor Eanes aparece referida como viúva de Vasco Gil e Afonso Leite. Cf. *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fls. 13v-15.

<sup>155</sup> Manuel Moura Coutinho foi senhor da quinta e paço de Borba de Agudim, no concelho de Basto, e alcaide-mor de Basto. Do seu casamento com D. Brites Leite houve descendência mas da qual existe pouca informação. Tem-se referência a três filhos, a saber: Diogo Moura; Luís Leite, que foi estudante em Coimbra; e D. Joana ou Isabel Leite, que casou com Pedro Pinto Henriques de Paramos. Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 655-656; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 255; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 329; *Patriciado*, p. 134, quadro 1.

Guimarães, com Maria Gonçalves Nogueira<sup>156</sup>. Ter-se-á estabelecido nesta vila, pois segundo carta régia de 5 de Março de 1486, recebeu a confirmação da nomeação, feita por D. Afonso V, do cargo de juiz das sisas daquela localidade<sup>157</sup>. Outra carta de D. João II, de 1462, refere-o como escudeiro régio e apresenta indícios da sua inclusão numa rede clientelar. O documento concedia a João Gonçalves, morador na freguesia de Santa Maria, julgado da Lousada, a isenção de ser colocado como besteiro do conto, através de recomendação de Diogo Álvares Leite<sup>158</sup>. Como patrono local, este homem conseguiu interceder, directa ou indirectamente, nas instâncias régias, a favor do seu cliente.

O tronco familiar agora em análise, apresenta, de igual modo, muitas contradições nas genealogias consultadas. O filho mais velho de Diogo Álvares Leite, João Dias Leite, viveu no Porto, casou com Catarina Carneira e instituiu o morgadio de Ramalde, a 6 de Março de 1543<sup>159</sup>. Da sua descendência, merece destaque um António Leite, que herdou a casa de seu pai e casou com D. Mécia da Paz, que provinha de uma família de cristãos-novos<sup>160</sup>. António recebeu autorização para usar as armas da família,

---

<sup>156</sup> Sobre este indivíduo veja-se: *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *História Insulana*, v. I, p. 253; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 256; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 656. Em desacordo com as outras genealogias, Manuel Souza e Silva considerou que este indivíduo era o terceiro e não o segundo filho de Álvaro Eanes Leite. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, pp. 321-322 e p. 324;

<sup>157</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv.6, fl. 64v.

<sup>158</sup> Segundo carta régia de 29 de Julho de 1462. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv.1, fl. 53.

<sup>159</sup> Felgueiras Gaio referiu que possuía capela em São Francisco do Porto e os dízimos de S. Martinho de Rio de Moinhos. Segundo Manuel de Souza da Silva, terá casado em 1499. Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 656; *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 256; *Nobiliário das Gerações*, v. II, pp. 324-325; *História Insulana*, v. I, p. 253.

<sup>160</sup> Os da Paz eram uma família de mercadores cristãos-novos que se fixaram Entre-Douro-e-Minho, primeiro em Guimarães e, a partir da segunda década do século XVI, no Porto. Notabilizaram-se pelo arrendamento das alfândegas a norte de Lisboa, no primeiro quartel do século XVI.

O patriarca da família João da Paz foi, para além de mercador, um prestigiado astrólogo, físico e cirurgião. Segundo Carlos Manuel Valentim, traduziu para castelhano a obra de Pompónio Mela e participou na armada de descobrimento do Brasil, onde Valentim identifica uma carta sua para o monarca, embora esteja assinada com o nome de António Faras. João da Paz foi próximo do círculo da corte de D. João II e de D. Manuel I, desde quando este era duque de Beja. Também terá prestado serviços a outros grandes do Reino, entre os quais o duque de Bragança, de quem recebeu mercês nas vilas de Guimarães e Barcelos. Segundo alguns autores, baptizou-se no tempo de D. João II, mas a maioria considerou que o seu baptismo realizou-se no reinado do Venturoso, que lhe atribuiu uma cota de armas pelos serviços prestados.

Alguns genealogistas referem que o mestre da Paz e os seus irmãos eram provenientes de Mazagão, mas, segundo Carlos Manuel Valentim, vieram de Castela aquando da expulsão dos judeus desse território. Esta confusão deve ter origem no serviço prestado por alguns dos seus filhos e sobrinhos naquela zona do Norte de África. O seu filho, Duarte da Paz, esteve durante três anos em Mazagão, tendo obtido o hábito da Ordem de Cristo pelos serviços aí realizados. Este indivíduo foi, ainda, armador de navios que iam até à Flandres negociar produtos ultramarinos e teve responsabilidades em ofícios alfandegários. Foi, de igual modo, o mais importante representante dos cristãos-novos junto da Santa Sé, aquando da tentativa de bloqueio da introdução da Inquisição em Portugal, o que o fez entrar em confronto com a Coroa.

por carta de D. João III, com data de 8 de Março de 1542<sup>161</sup>. O seu filho mais velho, que recebeu o nome do avô paterno, viveu no Porto, tendo herdado a sua casa<sup>162</sup>. O seu segundo filho, Diogo Álvares Leite, também viveu nessa cidade e, segundo alguns autores, herdou do seu avô materno, Diogo da Paz, uma capela em S. Francisco do Porto<sup>163</sup>. A filha deste António Leite e D. Mécia da Paz, Catarina Carneira, casou com o primo, Jorge Leite, *o Mazagão*<sup>164</sup>. Esta união entende-se em virtude do grande capital económico e social que os da Paz detinham, cujos contactos alcançavam os grandes do Reino e o próprio Rei. Mas, é também indiciadora do diminuto estatuto nobiliárquico da família Leite do Porto, pois apesar do poder que a parentela de cristãos novos tinha, a mácula simbólica que atingia os Leites em virtude da aliança com sangue judeu, sobretudo os descendentes desse casamento, só poderia ser vantajosa tendo em conta que o seu estatuto era suficientemente baixo para que os ganhos o justificassem<sup>165</sup>.

---

Mécia da Paz terá sido neta de mestre João da Paz e filha de Diogo da Paz e Ana Manrique. Diogo da Paz instituiu uma capela em S. Francisco do Porto, em 1558, que foi aumentada pelo seu irmão, Isidro. A capela foi herdada pelo neto do primeiro e filho de António Leite, Diogo Álvares Leite. As mulheres da família Paz tiveram um importante papel no estabelecimento de alianças com as famílias mais importantes do Porto, como os Leite Brandões e os Mesquitas. Cf. Carlos Manuel Valentim, “Tomé Pegado de Paz: espião e servidor do duque de Naxos (1552-1578)”, in *Cadernos de Estudos Sefaditas*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefaditas Alberto Benveniste, (nº 4, 2004), pp. 281-299; *Patriciado*, pp. 138-139.

<sup>161</sup> Segundo o documento, depois da inquirição, provou-se que este António Leite era descendente por via masculina da “geracam e linhagem” dos Leites “fidalgos de cota de armas”, sendo filho legítimo de João Dias Leite, neto de Diogo Álvares Leite e bisneto de Álvaro Eanes Leite, “todos eles fidalgos muito honrados”. As suas armas eram as seguintes: “o campo escartelado [o primeiro] de verde e três froll de lyzes douro em Roquete e ao seguido de vermelho a hua cruz da prata frorida vazia. E por deferença hua meileita de prata elmo de prata aberto garnido de ouro paquife douro e de verde e por timbre a mesma cruz”. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 32, fl. 35v. Sobre este António Leite veja-se: *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 256; *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 656-657; *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 325. António Cordeiro referiu, erradamente, o nome de Álvaro Leite casado com uma Maria da Paz. Cf. *História Insulana*, v. I, p. 253.

<sup>162</sup> Segundo Felgueiras Gaio, foi morgado de Rio de Moinhos. Sobre este indivíduo veja-se: *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 657; *História Insulana*, v. I, p. 253; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 256; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 325; *Patriciado*, p. 134, quadro 2.

<sup>163</sup> Sobre este Diogo Álvares Leite veja-se: *Nobiliário das Gerações*, v. II, p.325; *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 258; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 657 e p. 658. Cristóvão Alão não corroborou a herança da referida capela.

<sup>164</sup> Jorge Leite era filho de Miguel Leite. Cf. *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Nobiliário das Gerações*, v. II, pp. 325-328. *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 657, 670-671; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 256. Alguns genealogistas referem que este António Leite teve três filhos clérigos: Manuel, João Dias e Francisco Leite. Maria Carneiro, sua filha, casou com Francisco Couto, morador no Porto. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 256; *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 325. *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 656.

<sup>165</sup> A exclusão de cristãos-novos e descendentes para cargos e ofícios difundiu-se em Castela em meados do século XV. Em Portugal essa realidade foi mais tardia, as primeiras queixas que se conhecem de cristãos-novos que se sentiam discriminados nas misericórdias, colégios e corporações de ofícios datam de 1546. A partir da segunda metade desse século essas discriminações agravaram-se, surgindo legislação que interditava os cristãos-novos em várias instituições de cariz religioso. No século XVI estendeu-se a irmandades, cargos de alguns municípios e à Universidade de Coimbra. Cf. Fernanda Olival, “Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal”, in *Cadernos de Estudos Sefaditas*, Lisboa,

Segundo Felgueiras Gaio e Pedro de Brito, o segundo filho de Diogo Álvares Leite foi António Leite Cabral, que casou com D. Margarida de Berredo<sup>166</sup>. Acerca da descendência resultante deste matrimónio, não existem informações relevantes<sup>167</sup>. Note-se, contudo, que tanto Cristóvão Alão de Moraes, como António Cordeiro e Manuel de Souza da Silva indicam que o segundo filho de Diogo Álvares Leite, *o Velho*, foi o homem biografado neste trabalho - António Leite, capitão de Mazagão, Azamor e Seinal, cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador da igreja de São Miguel de Oliveira de Azeméis (bispado do Porto), senhor da vila de Santo António de Arenilha, que casou com D. Maria de Vasconcelos<sup>168</sup>. Esta hipótese não foi a única levantada pelos genealogistas, mas parece ser a mais correcta, como adiante se explanará melhor.

A descendência de António Leite merece atenção pormenorizada. O(s) matrimónio(s) do seu filho mais velho, Luís Leite de Vasconcelos, também senhor de Arenilha, são alvo de discórdia entre os genealogistas: terá casado com D. Genebra e D. Leonor Pinto ou só com D. Leonor de Oliveira<sup>169</sup>. Da união com esta última são mencionados três filhos: António Leite de Vasconcelos, que foi comendador da Ordem de Cristo e que não deixou descendência<sup>170</sup>; Francisco Pereira de Vasconcelos, que herdou do irmão a alcaidaria-mor da vila de Santo António de Arenilha, casando três vezes, mas, de igual modo, sem prole<sup>171</sup>; e D. Maria<sup>172</sup>. Através da documentação analisada, conclui-se que, de facto, o filho primogénito do capitão de Mazagão e

---

Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste / FL-UL, nº 4, 2004, pp. 151-182. Deve ter-se em conta que o significado pejorativo de judeu e de cristão-novo era anterior aos factos referidos.

<sup>166</sup> Filha de Vasco Pereira, senhor de Femedo, e de sua mulher, D. Isabel de Miranda. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 256, 258; *Patriciado*, p. 134, quadro 2.

<sup>167</sup> Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 256, 259-262; *Patriciado*, p. 134, quadro 2.

<sup>168</sup> Segundo Manuel de Souza, D. Maria de Vasconcelos era filha de Jorge de Oliveira e Vasconcelos e de sua mulher, D. Violante de Castro Corte Real. Na opinião de Cristóvão Alão de Moraes, a mulher de António Leite era filha de Jorge Mendes e de sua mulher, Violante Costa. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 326; *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 656 e 659; *História Insulana*, v. I, p. 253.

<sup>169</sup> Cristóvão Alão de Moraes e António Cordeiro referiram só o casamento com Leonor de Oliveira e Manuel de Souza da Silva referiu os casamentos com D. Genebra e D. Leonor Pinto. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 326; *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 659-660; *História Insulana*, v. I, p. 253.

<sup>170</sup> Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 326; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 660; *História Insulana*, v. I, p. 253.

<sup>171</sup> Manuel de Souza indica que Francisco Pereira de Vasconcelos, filho segundo, mas herdeiro da casa de seu pai, foi confirmado alcaide de Santo António de Arenilha a 10 de Agosto de 1601. O seu último casamento foi com D. Francisca da Cunha, irmã de Simão Mendonça da Cunha. Segundo o mesmo genealogista, por não ter tido filhos, Francisco Pereira de Vasconcelos doou o senhorio e a alcaidaria ao seu sobrinho, António Pinto Ribeiro de Vasconcelos e ao filho deste, António da Cunha e Vasconcelos. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 326. Cristóvão Alão de Moraes apenas o referiu como filho de Luís Leite, não dando mais informações. Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 660. António Cordeiro, por seu lado, limitou-se a indicar que Luís Leite teve dois filhos. Cf. *História Insulana*, v. I, p. 253.

<sup>172</sup> Só referida por Manuel Souza da Silva, com a indicação de que foi casada com o seu primo co-irmão D. Fernando Carrilho. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 326. Cristóvão Alão de Moraes referiu-a, depois, como mulher de seu primo, D. Fernando Carrilho.

Azamor, Luís Leite, foi cavaleiro da Ordem de Cristo, como fora seu pai, tendo herdado, após disputa com Jerónimo Melo<sup>173</sup>, a alcaidaria-mor de Santo António de Arenilha, que passaria para as mãos dos netos de António Leite, atrás referidos<sup>174</sup>.

No conjunto, os genealogistas atribuem ao biografado mais seis filhos, a saber: Paulo de Vasconcelos<sup>175</sup>; Jorge de Oliveira de Vasconcelos casado com D. Maior e pai de Jorge Mendes de São Tomé<sup>176</sup>; D. Maria, casada com Luís de Buenhelos ou Bunhuelos, fidalgo castelhano, pais de D. Fernando ou Francisco Carrilho<sup>177</sup>; D. Isabel e D. Antónia, que casaram com dois irmãos, respectivamente, Luís e Francisco da Gama<sup>178</sup>.

Felgueiras Gaio e Pedro de Brito levantaram uma outra hipótese sobre a filiação de António Leite. Os dois genealogistas são de opinião de que o capitão era filho da supracitada D. Maria Leite<sup>179</sup>, filha de Diogo Álvares Leite, que terá casado com Diogo Carneiro, morador no Porto<sup>180</sup>. Desta união teriam nascido Miguel Leite<sup>181</sup>, que serviu

---

<sup>173</sup> Quando António Leite morreu houve uma disputa por Santo António de Arenilha. Jerónimo Melo, fidalgo da Casa Real e alcaide-mor de Castro Marim, requereu e obteve o título. Então, Luís Leite entrepôs recurso. Após a morte de Jerónimo Melo, a alcaidaria-mor de Arenilha passou, em 1555, para as mãos do filho de António Leite, por uma vida. Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 13, fls. 375v-379v, publ. in Hugo Cavaco, *Revisitando Santo António de Arenilha*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Santo António, 1995, pp. 36-47.

<sup>174</sup> Em 1588, António Leite de Vasconcelos, neto do biografado, obteve o título de alcaide-mor de Santo António de Arenilha, “por uma vida somente”. Não obstante, o seu irmão, Francisco Pereira de Vasconcelos herdou esta mercê. Cf. *Ibidem*, pp. 36-47.

<sup>175</sup> Mencionado apenas por Manuel de Souza da Silva. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p.326.

<sup>176</sup> Jorge Oliveira de Vasconcelos foi mencionado apenas por Manuel de Souza da Silva. Segundo este autor, este filho de António Leite recebeu o nome do avô materno. Com a sua mulher, filha de João de S. Tomé, teve um filho chamado Jorge Mendes de São Tomé. Segundo o genealogista citado, Francisco Leite Pereira, alcaide-mor de Santo António de Arenilha, neto de António Leite e sobrinho de Jorge Oliveira de Vasconcelos, fez por sua mão, a 5 de Setembro de 1618, uma doação dessa alcaidaria-mor a António Pinto Ribeiro e a António da Cunha de Vasconcelos, correspondentemente filho e neto de Jorge Mendes de São Tomé. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p.326. No entanto, a documentação da chancelaria da Ordem de Cristo não confirma a posse dessa alcaidaria-mor por estes indivíduos. Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 13, fls. 375v-379v, publ. in Hugo Cavaco, *Revisitando...*, op. cit., pp. 36-47.

<sup>177</sup> Segundo Cristóvão Alão de Moraes, D. Fernando Carrilho foi comendador de Mogueimas, em Setúbal, e casou com a sua prima, filha de seu tio, Luís Leite de Vasconcelos. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 326; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 659.

<sup>178</sup> Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 326; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 659.

<sup>179</sup> Os genealogistas também não se entendem quanto ao nome da suposta mãe de António Leite. Pedro de Brito e Felgueiras Gaio denominam-na de D. Maria Carneiro Leite e Manuel de Souza da Silva, D. Maria Dias Leite. Cf. *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 256 e 269; *Nobiliário das Gerações*, v. II, pp. 324 e 326.

<sup>180</sup> Cf. *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 269; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 327. Cristóvão Alão de Moraes não referiu com quem casou. Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 670.

<sup>181</sup> Miguel Leite foi comendador de Santa Comba dos Vales. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, pp. 327-328; *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 670; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 269.



em Mazagão, e o próprio António Leite, referido apenas como capitão de Azamor<sup>182</sup>. Como já foi aludido, segundo outros genealogistas, Maria Leite era irmã do biografado e Miguel Leite seu sobrinho<sup>183</sup>.

As informações referentes a Miguel Leite ajudam a esclarecer as dúvidas em torno da ascendência de António Leite. Miguel, que serviu em Mazagão com o biografado, casou, em Arzila, com Domingas Valente de Macedo ou de Vasconcelos de Macedo. Segundo Felgueiras Gaio esta mulher era sobrinha da “mulher de seu tio”<sup>184</sup>. Os restantes genealogistas indicam que o apelido destas duas mulheres era Vasconcelos, reforçando a ideia da relação de parentesco entre ambas. A presença dos dois indivíduos no Norte de África e a referência de que Miguel Leite era casado com a sobrinha da esposa de seu tio, atesta a hipótese de que António Leite era, de facto, seu tio e não seu irmão<sup>185</sup>.

Este Miguel Leite teria tido os seguintes filhos: D. Maria<sup>186</sup> e Jorge Leite, o *Mazagão*, que casou com uma prima, D. Catarina Carneira, filha de António Leite e de D. Mécia da Paz. Num documento de 1536, Miguel Leite surge como secretário dos contos de Mazagão<sup>187</sup>. Mais tarde, a 1 de Outubro de 1540, já como morador em Mazagão, foi nomeado escrivão do almoxarifado e contos dessa vila, cargo que o seu filho Jorge Leite herdou, na década seguinte<sup>188</sup>.

Felgueiras Gaio tornou ainda mais nebulosa a ascendência do biografado, assinalando na genealogia dos Leite, um outro António Leite Carneiro, filho de um Diogo Álvares Leite e de uma D. Ambrósia. Se assim fosse, António Leite seria neto de um homónimo, que casou com D. Mécia da Paz, atrás referida. No entanto, descarta-se

---

<sup>182</sup> Cf. *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 256, 269.

<sup>183</sup> Cf. *Nobiliário das Gerações*, vol. II, pp. 327-328; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 670.

<sup>184</sup> *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 269.

<sup>185</sup> Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 269 e 326; *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 656 e 659; *História Insulana*, v. I, p. 253.

<sup>186</sup> Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, pp. 327-328; *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 269. Cristóvão Alão de Moraes não referiu esta filha.

<sup>187</sup> Numa ordem de Manuel de Sande, capitão de Mazagão, de 25 de Agosto de 1536, está registado que a mesma foi redigida por Miguel Leite, secretário dos contos de Mazagão. Cf. SI, vol. III, p. 56.

<sup>188</sup> Segundo carta régia de 1 de Outubro de 1540. Nesse documento, encontra-se à margem uma anotação indicando que depois da sua morte o seu filho, Jorge Leite, herdou o seu ofício, por carta régia, de 13 de Janeiro dos anos cinquenta desse século (o ano não está bem legível). Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 40, fl. 110. Miguel Leite, no entanto já antes exercia esse cargo como nos demonstra uma ordem de Manuel de Sande, feitor em Mazagão, com data de 25 de Outubro de 1536, que tem escrito “Miguell Leite a fez”. SI, vol. III, p. 56.

esta hipótese, uma vez que os outros membros desta geração são referidos como tendo vivido já no século XVII<sup>189</sup>.

\*

Como acima ficou demonstrado, as informações genealógicas sobre António Leite são muito incongruentes. Deste modo, urge esclarecer o que, de facto, se sabe sobre a família directa do capitão, recorrendo a outras fontes. Segundo Damião de Góis, em 1520, quando António Leite estava em Mazagão, tinha em sua companhia António das Neves, tio ou irmão de sua mulher<sup>190</sup>. Este homem aparece na documentação como escrivão do almoxarifado de Azamor em 1515<sup>191</sup> e, no mesmo ano, assinou uma carta dos “nobres moradores em Azamor”, pela qual pediam mais homens e mantimentos para a defesa da praça<sup>192</sup>. Entre Novembro de 1520 e Janeiro de 1521, António das Neves esteve como capitão interino de Mazagão, substituindo António Leite, certamente, em virtude de uma sua ausência<sup>193</sup>. Este facto indicia um elevado grau de confiança que o biografado tinha em relação a este parente.

Em Março de 1541, António Leite, ainda como capitão de Azamor, referiu que tinha um filho a servir em Mazagão, com Baltasar Rodrigues<sup>194</sup>. Em termos de descendência sabe-se, através de prova documental, que António Leite teve um filho, Luís Leite de Vasconcelos, e dois netos, António Leite de Vasconcelos e Francisco Pereira de Vasconcelos, havendo consonância com a informação veiculada pelos genealogistas citados. Uma carta de Sebastião Garcez para o Rei, a 3 de Novembro de 1540, informa que na Índia serviu Gaspar Leite. Esta missiva levanta a hipótese deste

---

<sup>189</sup> Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 258 e 265.

<sup>190</sup> Cf. *Crónica*, IV, lii. António das Neves terá participado na tomada de Azamor, pois consta no *Livro de pagamento à gente da ordenança do mês de Novembro, efectuado por Pedro Álvares de Faria, recebedor dos mantimentos*, o chamado “Livro do Alardo”. Cf. IAN/TT, NA, 600, fl. 8 v [os fôlios do livro não estão numerados]. Damião de Góis menciona este indivíduo como tio da mulher de António Leite, mas Frei Luís de Sousa refere-o como cunhado do biografado, subentendendo-se que o fosse como irmão da sua mulher. Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, 2 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-1954, cap. XVI.

<sup>191</sup> A 13 de Abril de 1515, assinou um documento como escrivão do almoxarifado de Azamor. Cf. António Baião, *Documentos...*, op. cit., p. 99.

<sup>192</sup> Cf. SI, vol. I, pp. 761-763.

<sup>193</sup> Conhecimento de António das Neves, feito em Mazagão, a 11 de Novembro de 1520. Cf. IAN/TT, CC-II-92-90; Conhecimento do mesmo, feito em Mazagão, a 7 de Janeiro de 1521. Cf. IAN/TT, CC-II-93-90; Mandado de António Leite, feito em Mazagão, a 28 de Abril de 1520. Cf. IAN/TT, CC-II-95-154. Estes documentos foram referidos por Augusto Ferreira do Amaral, *História...*, op. cit., p. 93.

<sup>194</sup> Baltasar Rodrigues tinha sido antes contador em Azamor. Segundo carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor, sem data, mas que os responsáveis da obra *Sources Inédites* consideram como elaborada em Março de 1541. Cf. SI, vol. III, pp. 313 e 317.

ser filho do biografado<sup>195</sup>. Por outro lado, embora o grau de parentesco entre António Leite e Miguel Leite não consiga ser absolutamente esclarecido, certo é que tanto este como o seu filho Jorge, tinham ligações familiares ao capitão de Azamor.

Do seguimento de análise de mais documentação, foi possível identificar um conjunto de elementos com o apelido Leite, com ligações ao Norte de África, com quem o biografado deve ter privado. Um deles terá sido Sebastião Leite, cavaleiro da Casa Real, que foi contador em Azamor durante, pelo menos, dois anos, nas capitâncias de Simão Correia e D. Álvaro de Noronha, terminando o exercício deste ofício entre 1518 e 1519<sup>196</sup>.

Um capitão de caravela chamado Gonçalo Leite navegava nas águas marroquinas nos anos vinte desse século<sup>197</sup>. Uma carta de Pero Mascarenhas, feita em Azamor, a 9 de Junho 1530, refere também um outro Sebastião Leite, como capitão de uma armada, que deixou dezassete homens de armas nessa cidade<sup>198</sup>. Outro indivíduo pertencente aos Leite, Diogo, morador em Azamor, viu confirmado o seu estatuto de cavaleiro, por carta régia em 1529<sup>199</sup>.

Em 1541, um homónimo do biografado, natural de Guimarães, filho de um Jorge Eanes, foi referido como seu sobrinho numa carta régia, que o confirmava como

---

<sup>195</sup> Esta carta descreve o ambiente de instabilidade que se viveu no Estado da Índia depois da morte do vice-rei D. Garcia de Noronha e a sua substituição, como governador, por D. Estêvão da Gama. Neste contexto, Gaspar Leite terá pedido a D. Estêvão um mantimento que a Coroa lhe devia, pelos serviços prestados durante três meses. Perante a recusa desse pagamento, terá participado num tumulto, motivo pelo qual foi preso. Cf. IAN/TT, CC-I-68-70.

<sup>196</sup> Sebastião Leite serviu em Azamor, pelo menos, desde o tempo do capitão Simão Correia (1516-1518), e antes de 30 de Dezembro de 1517. Incompatibilizou-se com D. Álvaro de Noronha, (capitão de Azamor entre 1518-1525) o que o levou à prisão durante 45 dias. Na documentação consultada, verifica-se a intercessão deste indivíduo junto ao Rei a favor de António Leite, no contexto do diferendo que ambos tiveram com D. Álvaro de Noronha. Cf. Carta de D. Álvaro de Noronha ao Rei, feita em Azamor, a 18 de Maio de 1519, publ. in SI, vol. II, pp. 240-242; Carta de Sebastião Leite ao Rei, feita em Azamor, datada de 12 de Novembro de 1510, erradamente, na publicação *As Gavetas da Torre do Tombo*, V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, pp. 463-471 (está em IAN/TT, Gavetas, gaveta XV, 21, 14) e Carta de D. Manuel I a Sebastião Leite, feita em 1519, mas sem referência ao dia e mês. Cf. IAN/TT, *Livro das Ilhas*, fl. 233. Segundo carta régia de 5 de Março de 1512, um Sebastião Leite, morador em Lisboa, obteve confirmação do estatuto de cavaleiro que lhe tinha sido concedido por alvará do vice-rei da Índia. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 7, fl. 12.

<sup>197</sup> Um certificado de António Leitão Gamboa, feitor em Santa Cruz do Cabo Gué, escrito a 8 de Julho de 1524, menciona que uma caravela capitaneada por Gonçalo Leite foi tomada por corsários franceses. Cf. SI, vol. II, 1ª parte, pp. 329-331. Uma carta para o rei, de Lançarote de Freitas, feitor em Azamor, com data de 9 de Junho de 1529 refere que Gonçalo Leite “que qua veo d’armada” lhe entregou uma carta do rei. Cf. SI, vol. II, 2ª parte, pp. 472-474.

<sup>198</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 526-530.

<sup>199</sup> Diogo Leite foi confirmado cavaleiro, por carta régia de 4 de Junho de 1529, por apresentação de um alvará de Garcia de Melo, que foi capitão de Safim, onde era referido que aquele membro dos Leite tinha servido com armas e cavalo. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 17, fl. 72 v.

cavaleiro. Este outro António Leite apresentou, para esse efeito, um alvará de D. Rodrigo de Noronha, então capitão de Azamor, onde este declarava que o fizera cavaleiro por estar há um ano e meio com armas e cavalo a servir naquela cidade<sup>200</sup>. No rol de pagamentos dos soldos, moradias e tenças de Azamor, do ano de 1538, está mencionado como homem do biografado, um outro António Leite, a cavalo<sup>201</sup>. Seria este o mesmo acima referido como sobrinho? Não foi possível identificar este sobrinho nas várias genealogias dos Leite, o que salienta as deficiências deste tipo de *corpus*, embora não se possa ignorar os traços gerais que fornecem.

Em 1543, outro homónimo do biografado, moço de câmara, viu confirmado pelo monarca, o seu estatuto de cavaleiro, com base num alvará de Luís de Loureiro, capitão de Mazagão, de 9 de Agosto de 1541, que comprovava os seus serviços com armas e cavalo naquela praça<sup>202</sup>. No ano de 1546, o mesmo ou outro homónimo, morador em Lisboa, viu o seu estatuto de cavaleiro ser confirmado, por carta régia, por ter servido com armas e cavalo em Mazagão<sup>203</sup>.

Nesta mesma vila do Norte de África, nos anos quarenta do século XVI, Fernão Leite, cavaleiro e morador de Mazagão, era confirmado como alfaaque<sup>204</sup>. Em Março de 1543, uma carta menciona-o como adail de Mazagão e emissário a Marráquexe, a Moulay Zidão<sup>205</sup>. A 15 de Outubro de 1554, surgiu novamente na documentação, como portador de uma carta de Álvaro de Carvalho destinada ao Rei<sup>206</sup>. No ano seguinte, Fernão Leite foi responsável por sustentar uma tranqueira durante acesos combates junto da vila de Mazagão. Nessa década, já referenciado como cavaleiro-fidalgo da Casa Real, recebeu uma carta padrão que lhe outorgava 10 mil reais de tença por ano, pagos

---

<sup>200</sup> Segundo carta régia de 9 de Outubro de 1541. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 32, fl. 31 v.

<sup>201</sup> Este Leite ganhava trezentos e cinquenta reais por mês de mantimento. Cf. IAN/TT, NA, liv. 627, fl. 3.

<sup>202</sup> Segundo carta régia cuja data parece ser de 5 de Fevereiro de 1543 (há dúvida quanto ao dia por dificuldade de leitura). Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 28, fl. 36.

<sup>203</sup> Segundo carta régia de 15 de Fevereiro de 1546, que confirmava como cavaleiro esse António Leite, com base num alvará de Luís Loureiro, capitão de Azamor, datado de 9 de Outubro de 1545. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 43, fl. 10.

<sup>204</sup> Segundo carta régia de 8 de Março de 1543[7], esta nomeação foi feita com base num alvará de Luís de Loureiro, capitão de Mazagão, datado de 18 de Abril de 1543 (ficam dúvidas quanto ao ano da data da carta régia, por dificuldades de leitura do número referente às unidades). Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 15, fl. 82.

<sup>205</sup> Segundo carta de Luís de Loureiro ao Rei, feita em Mazagão a 25 de Março de 1543. O cargo de adail só lhe foi confirmado em 1556. Cf. SI, vol. IV, pp. 124-125.

<sup>206</sup> Segundo carta de D. Álvaro de Carvalho, capitão de Mazagão, dirigida ao Rei, feita em Mazagão, a 15 de Outubro de 1554. Cf. SI, vol. V, pp. 23-26.

no almoxarifado da dita vila<sup>207</sup>. Em 1560, Álvaro de Carvalho informava a rainha D. Catarina que Fernão Leite morrera em combate<sup>208</sup>.

Os cargos e o parentesco de António Leite relacionaram-no, de igual modo, com a poderosa família de cristãos-novos, da Paz, uma vez que vários membros deste grupo familiar, com relações directas com a Coroa e outros grandes do Reino, prestaram serviço em Mazagão, nomeadamente, Duarte da Paz.

Desta breve resenha, centrada nos parentes de António Leite e na localização geográfica da sua actividade, fica claro que o Norte de África e, em especial, as praças do Sul, Azamor e Mazagão, funcionaram como um importante espaço de serviço da família Leite. Não parece excessivo afirmar que, neste contexto, António Leite tenha exercido uma influência determinante na acção de toda a família no espaço norte africano, pois foi ele que alcançou o posto de maior importância, tanto em Azamor, como em Mazagão.

\*

O terceiro ramo que descendia de Álvaro Eanes Leite, *o Velho*, foi encabeçado por Álvaro Leite, alcaide da moeda, juiz das sisas e vereador na cidade do Porto, morgado de Quebrantões e senhor da terra de Gaia a Pequena<sup>209</sup>. Uma carta régia de 1496 refere-o como detentor do senhorio de Gaia a Pequena<sup>210</sup>. Álvaro Leite casou com Filipa ou Brites Fernandes, filha do doutor Fernão Rodrigues, que terá sido do Conselho do Rei, desembargador do paço e deão de Coimbra<sup>211</sup>. Numa carta régia de 1453, onde Álvaro Eanes Leite é mencionado como escudeiro da Casa Real, encontra-se a sua

---

<sup>207</sup> Segundo carta padrão de 26 de Junho de 155[0] (há dúvidas em relação ao ano porque a referência às unidades não está bem legível). Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 71, fls. 186 v-187.

<sup>208</sup> Este indivíduo foi vítima de uma seta atirada por engano, por um português no meio de uma escaramuça. Segundo carta feita em Mazagão, a 13 de Julho de 1560. Cf. SI, vol. V, pp. 84-85.

<sup>209</sup> *História Insulana*, v. I, pp. 251-252; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 660. Felgueiras Gaio escreveu que Gaia a Pequena passou para Álvaro Leite, em 1451, por morte de Afonso Leite, referido pelo genealogista como seu sobrinho neto. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 255 e 257-258. Manuel de Sousa, que considerou que este indivíduo foi o segundo filho de Álvaro Eanes Leite e sucessor na sua casa, não o refere como senhor da terra de Gaia a Pequena, mas antes o seu filho Diogo Leite. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 322.

<sup>210</sup> Uma carta régia de 22 de Janeiro de 1496 confirmou a nomeação, feita por D. João II, de Fernão Vieira como juiz das sisas do Porto, em substituição de Álvaro Leite que “foi para a terra de Gaia”. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 33, fl. 61.

<sup>211</sup> Sobre este indivíduo veja-se: *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 257-258; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 660; *Patriciado*, p. 134, quadro 3; *História Insulana*, v. I, pp. 251-252, *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 321.

nomeação para o cargo de alcaide da moeda da cidade do Porto<sup>212</sup>. Uma carta de quitação de 1472, onde surge já como cavaleiro da Casa Real, indica-nos que foi recebedor do dinheiro para comprar farinha e fazer biscoito, para mantimento da armada, que se fez no Porto para conquistar Arzila<sup>213</sup>. Em 1476, D. Afonso V concedeu-lhe uma tença anual de cinco mil reais por ano, a juntar ao que recebia da alcaidaria da moeda, a contar a partir de Janeiro desse ano<sup>214</sup>. Duas cartas régias de 1496, confirmaram a um Álvaro Gonçalves, criado deste Álvaro Leite, o cargo de guarda da fundição da moeda do Porto<sup>215</sup> e o ofício de requeridor das sisas e dízimas no Porto<sup>216</sup>. De novo, regista-se uma situação em que um membro da família Leite surge como patrono, envolvido na vida/cargos dos seus criados.

O seu filho Diogo Leite foi casado com Violante Pereira, filha de Diogo Brandão, contador no Porto<sup>217</sup>. Por carta de D. Manuel I, em 1488, foi citado como cavaleiro da Casa Real, tendo sido nomeado alcaide da moeda no Porto, por renúncia de seu pai<sup>218</sup>. Obteve, também, o senhorio da terra de Gaia a Pequena, mercê outorgada por D. João II como recompensa pelos seus serviços em África<sup>219</sup>. O monarca concedeu-lhe, ainda, os casais de Celouro, Crasto e Trancoso em Gaia a Pequena, em 1504 (pelos

---

<sup>212</sup> Segundo carta régia de 2 de Setembro de 1453. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 4, fl. 47v.

<sup>213</sup> Segundo carta régia de quitação dirigida a Álvaro Leite, de 23 de Setembro de 1472. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 207v-208.

<sup>214</sup> Segundo carta régia de 26 de Julho de 1476. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 124.

<sup>215</sup> Segundo carta régia de 18 de Maio de 1496, tem-se a indicação que Álvaro Gonçalves ganhava quinhentos reais brancos, por ano. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 43, fl. 82. Noutra carta, de 25 de Novembro de 1515, era atribuído o cargo de guarda da fundição da moeda do Porto a um Afonso Gonçalves, como antes tinha Álvaro Gonçalves, que renunciou ao dito ofício, para esse familiar. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 97 v.

<sup>216</sup> Por carta régia de 18 de Maio de 1496, foi-lhe concedido, pelo exercício do cargo, o ganho de mil trezentos e cinquenta reais brancos, por ano. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 43, fl. 82.

<sup>217</sup> Por carta régia de 13 de Novembro, foi-lhe concedida uma mercê que garantia que a sua mulher receberia os duzentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais de arras que lhe tinham sido prometidas e os setecento mil reais do seu dote. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 90. Sobre Álvaro Leite veja-se: *Patriciado*, p. 134, quadro 2; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 661; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 258; *História Insulana*, v. I, p. 252. Manuel de Souza da Silva faz algumas confusões entre Diogo Leite e o seu pai, Álvaro Leite. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 322.

<sup>218</sup> Segundo carta régia de 22 de Julho de 1488. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 15, fl. 97v.

<sup>219</sup> Segundo Felgueiras Gaio, a terra de Gaia a Pequena passou para Diogo Leite por morte do seu primo como filho Afonso Leite, neto de Vasco Leite, o Velho, e filho de Diogo Leite, a 12 de Julho de 1496. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 257-258. Manuel de Souza da Silva considerou que Afonso Leite era filho de Vasco Leite e primo como filho de Diogo Leite. A 22 de Outubro de 1527, D. João III confirmou a doação feita por seu pai, de 12 de Julho de 1496, a Diogo Leite, cavaleiro da Casa Real, da terra de Gaia a Pequena, que antes era detida por Afonso Leite, seu pai. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 48, fl. 44. D. João III, por carta de 22 de Outubro de 1528, repetiu a confirmação anterior. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 72, fl. 164. Nas genealogias, nesta época, não aparece um Afonso Leite, como pai de um Diogo Leite, a transmitir a terra de Gaia a Pequena, o que lança mais dúvidas quanto à sua exactidão.

quais estava em demanda com Diogo Carneiro), graças aos serviços prestados pelo seu avô materno, o doutor Fernão Rodrigues<sup>220</sup>. Por carta de D. João III, de 13 de Outubro de 1542, Diogo Leite, já denominado cavaleiro-fidalgo da Casa Real, obteve uma tença de vinte mil reais por ano, para si e para os seus herdeiros, tendo para isso aplicado trezentos e vinte mil reais num fundo régio, destinado à construção da fortaleza de Mazagão<sup>221</sup>. Verifica-se que a família Leite investiu financeiramente na permanência da presença portuguesa naquela região marroquina, mesmo quando António Leite já aí tinha cessado funções. Simultaneamente outros elementos dos Leites continuaram a servir naquela praça, o que denota a continuidade da importância daquele espaço africano para a consolidação social desta família.

O filho mais velho de Diogo Leite foi Álvaro Leite Pereira, que herdou a casa de seu pai. Casou três vezes, a primeira com D. Maria Pereira, a segunda com D. Maria de Madureira e a terceira com Jerónima Cunha<sup>222</sup>. O seu filho mais velho, Diogo Leite Pereira, serviu em Tânger<sup>223</sup>. O seu segundo filho, Sebastião Leite Pereira, foi senhor de Gaia a Pequena e Morgado de Quebrantões, por morte de seu irmão<sup>224</sup>.

Diogo Leite teve três irmãos<sup>225</sup>: João Leite, D. Isabel<sup>226</sup> e D. Maria Leite<sup>227</sup>. Destes, importa salientar João Leite, que casou com Lucrecia Vaz<sup>228</sup>, de cujo matrimónio terá nascido um António Leite. Segundo Felgueiras Gaio, este António

---

<sup>220</sup> Segundo carta régia de 15 de Julho de 1504. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 24.

<sup>221</sup> No topo do documento, refere-se que, pelas partilhas que se fizeram pelo falecimento de Diogo Leite, em Dezembro de 1542, as suas filhas, Helena Pereira e Maria Leite, herdaram dez mil reais de tença, cada uma. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 50, fl. 134.

<sup>222</sup> Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 661-662; *História Insulana*, v. I, p. 252; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 258.

<sup>223</sup> Casou com D. Antónia de Magalhães, filha de Gaspar Pessoa, desembargador dos agravos em Lisboa, e Francisca de Magalhães. Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 661-662; *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 258, 261; *História Insulana*, v. I, p. 252.

<sup>224</sup> Casou com D. Luísa da Cunha, irmã de Jerónima da Cunha, sua segunda madrastra. Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 661-662; *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 258, 261; *História Insulana*, v. I, p. 252.

<sup>225</sup> Segundo Manuel Sousa da Silva, Diogo Leite, *o Velho* foi o único filho de Álvaro Leite, considerando que os seus filhos são os indivíduos que os outros genealogistas referem como seus irmãos, nomeadamente, Diogo Leite que é referido como *o Moço* e que terá herdado Gaia a Pequena, em 1496. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, pp. 321-322.

<sup>226</sup> Casou com Gonçalo Vaz Pinto. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 258; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 660; *História Insulana*, v. I, p. 253.

<sup>227</sup> Casou com um fidalgo castelhano de apelido Robles. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 258; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 660; *História Insulana*, v. I, pp. 252-253.

<sup>228</sup> *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 265; *Patriciado*, p. 134, quadro 3; Cristóvão Alão de Morais referiu apenas que sua mulher era filha do doutor Fernão Rodrigues. Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 660 e 753.

Leite serviu em Mazagão, com um tio<sup>229</sup>, provavelmente o biografado que talvez fosse primo direito do pai. Os genealogistas afirmam que foi guarda-roupa de D. João III<sup>230</sup>.

\*

Álvaro Eanes Leite, *o Velho*, o patriarca da família<sup>231</sup>, teve uma filha, Leonor ou Isabel Álvares Leite, que contraiu matrimónio com Álvaro Gonçalves. Este era filho de João Gonçalves, meirinho do condestável D. Nuno Álvares Pereira, e por morte do sogro, herdou o senhorio de Calvos<sup>232</sup>. Deste casamento nasceram João Leite Pereira, Rui Leite e D. Leonor Álvares Leite<sup>233</sup>.

Aprofundando um pouco este ramo familiar, os genealogistas informam que João Leite Pereira foi senhor da quinta de Vilar, na região de Cabeceiras de Bastos<sup>234</sup>. O segundo filho de Leonor ou Isabel Álvares Leite, Rui Leite, viveu nos reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III, tendo sido tesoureiro da moeda, em Lisboa e cavaleiro da Casa Real e da Ordem de Cristo. Casou duas vezes: a primeira mulher, Joana Pereira era filha do contador João Brandão<sup>235</sup>, e a segunda, Maria Figueiroa era filha de João de Figueiró, escrivão dos órfãos no Porto<sup>236</sup>. Claramente, o primeiro

---

<sup>229</sup> Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 265.

<sup>230</sup> Este António Leite casou com a filha de Pedro Álvares de Carvalho, de cujo matrimónio nasceu Sebastião Leite, que foi para a Índia, e Bento Leite, capelão do cardeal D. Henrique. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 265. *Patriciado*, p. 134, quadro 3; *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 660, 753.

<sup>231</sup> Apenas Felgueiras Gaio referiu mais dois filhos do patriarca da família, Álvaro Eanes Leite: Domingos Leite, do qual não dá mais informação; e João Fernandes Leite. Este terá tido um filho chamado Diogo Eanes Leite, que casou com a sua prima D. Brites Borges, filha de Pedro Borges, senhor da casa de Jue, perto de Chaves. Este casal teve Salvador Leite Borges que herdou a casa do avô materno. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 254-255, 275. Por esta razão estes dois supostos descendentes não foram considerados na árvore genealógica.

<sup>232</sup> Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 654-655, 664-665; *Nobiliário das Gerações*, v. II, pp. 322, 332; *Patriciado*, p. 134, quadro 4; *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 255, 268.

<sup>233</sup> D. Leonor casou com Fernão Velho, senhor da quinta do Sobrado, em Cabeceiras, de cujo matrimónio nasceram: João Leite, que foi casado com Violante Nunes Meireles; D. Catarina Leite; e Camila Leite, que foi casada com Álvaro ou Bernardo Gil de Araújo. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 268; *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 333.

<sup>234</sup> Segundo Manuel de Souza da Silva, não herdou o senhorio de Calvos por demanda com João Rodrigues Pereira. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, pp. 332-333. Casou com Catarina Morais de Bragança, de cuja união nasceram: Cristóvão Pereira Leite, que casou em Beja; Gonçalo ou Gaspar Leite ou Pereira, que serviu na Índia com Rui Vaz Pereira, capitão de Ceilão; Isabel Leite de Morais, que foi casada com Francisco Vaz Pimenta, sucessor na quinta de Vilar. Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, p. 333; Cf. *Nobiliário das Gerações*, v. II, pp. 332-333; *Patriciado*, p. 134, quadro 4; *Pedatura*, t. I, 2º v., p. 665; *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 268.

<sup>235</sup> Deste casamento nasceu D. Beatriz Pereira, que casou com Fernão Vaz Cernache, senhor de Gaia. Cf. *Nobiliário*, VI v., t. X, p. 270.

<sup>236</sup> Do segundo matrimónio nasceram: Sebastião Pereira, que casou com D. Francisca de Novais; Pedro Álvares Pereira, sem geração; e D. Catarina, que casou com Álvaro Barreto Corte Real. Cf. *Pedatura*, t. I, 2º v., pp. 665-666; *Nobiliário*, VI v., t. X, pp. 268, 270; *Patriciado*, p. 134, quadro 4; *Nobiliário das*



matrimónio, com a filha de um contador, terá sido fulcral no percurso de ascendência social de Rui Leite. Por outro lado, o segundo casamento, feito com uma família do patriciado da Invicta, denota a forte vinculação dos Leite àquele centro urbano nortenho.

Contrapondo esta informação genealógica com a documental, existem vários documentos que referem este ou outros com o nome Rui Leite. Em 1497, um Rui Leite recebeu a mercê da administração da albergaria da Vinha, no termo de Aveiro, que rendia “70 a 80 alqueires de pão”<sup>237</sup>. Dois anos depois, o mesmo ou outro Rui Leite, obteve uma tença de dez mil reais brancos<sup>238</sup>, alcançando, em 1504, outra tença anual no mesmo valor<sup>239</sup>. Não se pode, no entanto, ter a certeza de que este(s) indivíduo(s) fosse(m) o primo do biografado, acima citado.

A documentação é mais esclarecedora a partir de 1505, dando indicações sobre Rui Leite, o neto de Álvaro Eanes Leite, *o Velho*. Este homem é mencionado como recebedor dos Armazéns da Guiné e Índia naquele ano<sup>240</sup>, sendo que em 1514 surge como cavaleiro da Casa Real e recebedor do tesouro<sup>241</sup>. Em 1517, foi nomeado tesoureiro da moeda de Lisboa, com trinta mil reais por ano e casa<sup>242</sup>. Contudo, dois documentos anteriores, emitidos por D. Manuel I e pela rainha D. Maria, parecem mencioná-lo como tesoureiro<sup>243</sup>. Provavelmente, Rui Leite já detinha a responsabilidade do ofício, que só lhe foi outorgado alguns anos mais tarde. A informação documental aqui exposta parece estar em sintonia com a veiculada pelos genealogistas, havendo uma forte probabilidade deste tesoureiro régio ser, de facto, neto de Álvaro Eanes Leite,

---

*Gerações*, v. II, p. 333. Acerca do ofício do sogro, João de Figueiró, veja-se IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fls. 23-23v.

<sup>237</sup> Segundo carta régia de 10 de Maio de 1497. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fls. 113v-114.

<sup>238</sup> Carta régia de 21 de Novembro de 1499. Esta tença foi originalmente entregue a Nuno Pereira, que a transferiu para Rui Leite. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fls. 113v-114; IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 37, fl. 130v.

<sup>239</sup> Segundo carta régia de 25 de Fevereiro de 1504. Esta tença foi trespassada por Vasco da Silveira. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 19, fl. 3; IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 37, fl. 130v.

<sup>240</sup> Segundo ordem régia de 6 de Junho de 1505, Rui Leite, recebedor dos armazéns da Guiné e Índia devia entregar mil reis a Diogo Gomes, almoxarife dos mantimentos da Índia. Cf. IAN/TT, CC-II-9-117.

<sup>241</sup> Segundo um alvará régio, para o próprio, de 12 de Junho de 1514. Cf. IAN/TT, CC-I-5-57.

<sup>242</sup> Segundo carta régia de 22 de Junho de 1517. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 91; IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 37, fls. 130-130v.

<sup>243</sup> Provisão de D. Manuel I, de 8 de Fevereiro de 1514, ordenando a Rui Leite que fizesse um pagamento a Simão Vaz, é citado como tendo o “cargo do nosso tesouro”. IAN/TT, CC-II-44-171. Ordem da rainha de 13 de Julho de 1515 para que fizesse uma entrega de dinheiro a Manuel Ferreira, seu tesoureiro. Cf. IAN/TT, CC-II-59-7.

*o Velho*, e primo do biograftado<sup>244</sup>. Entre 15 de Junho de 1520 e 13 de Março de 1521, foi, temporariamente, escrivão dos órfãos do Porto, cargo que tinha sido do seu sogro, João Figueiró, e que por carta régia, foi passado para o seu cunhado, Gaspar de Figueiró<sup>245</sup>. O segundo casamento de Rui Leite, que aparentemente parece estar abaixo das suas possibilidades sociais, revela que apesar das suas maiores responsabilidades estarem em Lisboa, não deixou de se manter ligado ao contexto social do patriciado do Porto, ao qual a sua família pertencia. Este matrimónio tem de ser entendido no contexto das estratégias de casamento do seu grupo familiar.

A considerável capacidade económica e social de Rui Leite é provada por uma carta régia de 1524, onde este era referido como fidalgo da Casa Real e tesoureiro da moeda na cidade de Lisboa, estando pronto a servir na guerra com seus homens e cavalos. Nesta missiva obteve o privilégio de isentar todos os que o servissem de “peitas, fintas (...) ou outros carregos”<sup>246</sup>. Num alvará de D. João III, do ano de 1540, o tesoureiro Rui Leite era referido como tendo já falecido<sup>247</sup>.

Rui Leite, primo de António Leite, era um homem com considerável capacidade social e económica. Tendo ultrapassado o âmbito do espaço familiar de Entre-Douro-e-Minho, deslocou-se para Lisboa, onde se introduziu na administração financeira central. Com os contactos que teve após 1514, talvez tivesse alguma capacidade para influenciar a carreira do capitão de Mazagão e Azamor.

\*

Um coligir mais aprofundado da documentação pertencente às chancelarias ajudou a tornar mais nítido o retrato social da família Leite do Porto. Foram encontrados outros vinte e sete homens com o apelido Leite, não contabilizados nas genealogias, que nos dão importantes indícios da qualidade social dos Leite e da sua distribuição

---

<sup>244</sup> Em 1520 foi referido um Rui Leite, numa carta de quitação régia, feita a 31 de Janeiro daquele ano, para um Fernão Álvares, como tendo sido tesoureiro da Santa Cruzada. Embora sem certezas, parece tratar-se do mesmo indivíduo. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fl. 5 v.

<sup>245</sup> Segundo carta régia, de 13 de Março de 1521, em que Gaspar de Figueiró, filho de João de Figueiró e cavaleiro da Casa Real, foi nomeado para o ofício de escrivão dos órfãos do Porto. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fls. 23-23v.

<sup>246</sup> Carta régia de 28 de Novembro de 1524. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 13, fls. 4v-5. Em 1525, este ou outro Rui Leite foi nomeado administrador do hospital de Águeda Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 13, fls. 4-4v.

<sup>247</sup> Um alvará de D. João III de 17 de Dezembro de 1541, ordenava que “se levasse em conta dez mil reais à mulher e herdeiros do tesoureiro Rui Leite”. IAN/TT, CC-I-68-105.

geográfica<sup>248</sup>. Deste conjunto de indivíduos dez eram moradores em vários concelhos a norte do Douro, sendo que oito destes detiveram vários cargos locais. Dos outros, onze terão participado na expansão: três eram capitães de navio; dois exerceram ofícios no além-mar, um como vedor das obras de São Jorge da Mina, o outro como capitão e feitor em Arguim; outro teve o cargo de escrivão na feitoria de Ormuz sem lá ter ido; cinco estiveram no Norte de África, três serviram em Mazagão, tendo um deles sido adail, e outros dois em Azamor, um foi identificado como sobrinho de António Leite. Dos quatro restantes: um foi recebedor de sisas de Lisboa; e outro era detentor de uma tença régia; quatro foram moradores da casa Real, um durante o reinado de D. João II, outro durante o reinado de D. Manuel I, e dois no reinado de D. João III.

Especificando, há notícia de um Afonso Leite, escudeiro da Casa Real, que surge como patrono de um Fernando Álvares, morador em Guimarães<sup>249</sup>. Gonçalo Dias Leite, escudeiro, que foi morador em Guimarães e Cabeceiras de Basto, deixou um vasto rasto documental, desde 1492 a 1523, que dá informação dos muitos ofícios ocupados por si na administração concelhia e administração régia local<sup>250</sup>. Surgem ainda os nomes de

---

<sup>248</sup> Sobre os indivíduos que à frente se analisa veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro I sobre os parentes de António Leite.

<sup>249</sup> Segundo carta régia de D. Afonso V, de 15 de Julho de 1462, Afonso Leite obteve para Fernando Álvares várias isenções régias: de ser besteiro do conto, da obrigação de dar pousada, de qualquer encargos, servidões e ofícios concelhios, como do pagamento de diversos impostos ao concelho e de ser tutor e curador. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 1, fl. 44.

<sup>250</sup> Gonçalo Dias Leite é referido como morador em Guimarães, tendo sido nomeado, por carta régia de 13 de Outubro de 1492, escrivão dos órfãos do julgado de Cabeceiras de Basto. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 7, fl. 68 v. Foi nomeado por carta régia de 6 de Agosto de 1492, escrivão das sisas desse concelho. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 11, fl., 30 v. Mencionado como morador em Cabeceiras de Basto, foi nomeado por carta régia de 9 de Julho de 1499 escrivão das sisas do julgado de Pena, na comarca de Trás-os-Montes. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 53 v – 54). Em 1500, foi nomeado, por carta régia de 15 de Janeiro, escrivão dos órfãos. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 82 v. No mesmo ano, foi nomeado escrivão da câmara da Pena, por carta régia de 26 de Janeiro. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 83. Segundo carta régia de 30 de Setembro de 1501, foi ainda nomeado tabelião de Cabeceiras de Basto. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 1, fl. 46 v. Referido outra vez como morador de Guimarães, foi nomeado por carta régia de 29 de Abril de 1502, procurador do número de Cabeceiras de Basto. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 2, fl. 23 v. Sendo referido novamente como morador em Cabeceiras de Basto, foi nomeado por carta régia de 12 de Março de 1504, tabelião público e judicial nessa vila. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 12 v. Foi destituído e preso por erros no ofício, por carta régia de 22 de Agosto do mesmo ano. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 29. Outra vez referido como morador de Guimarães, foi nomeado por carta régia (em que só foi identificado o ano de 1513), recebedor das sisas do julgado de Cabeceiras de Basto. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 30. Um ano depois foi referido como escrivão dos reguengos e do almoxarifado de Guimarães, cargo de que foi destituído, devido a erros que cometeu, por carta régia de 26 de Setembro de 1514. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 12. A sua eleição para o cargo de escrivão do concelho de Cabeceiras de Basto foi confirmada por carta manuelina de 14 de Fevereiro de 1515. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 24, fl. 6 v. Referido como morador em Guimarães, foi confirmado como juiz das sisas do concelho de Cabeceiras de Basto por carta de D. Manuel I, de 20 de Dezembro de 1523.

João Leite, morador em Bragança onde foi escrivão dos órfãos<sup>251</sup>; outro Gonçalo Dias Leite, dado como escudeiro, morador em Vila do Conde onde teve vários ofícios camarários<sup>252</sup>; João Leite, escudeiro fidalgo da Casa Real<sup>253</sup>, escudeiro do Bispo da Guarda e escrivão em Cabeceiras de Basto<sup>254</sup>; Álvaro Leite, cavaleiro e morador no concelho de Atei, onde foi juiz das sisas<sup>255</sup>; Diogo Leite, filho de João Leite, referido como moço de câmara matriculado na casa de D. Manuel I, no primeiro quartel do ano de 1518<sup>256</sup>; Baltasar Leite, moço de câmara da cidade do Porto<sup>257</sup>; Diogo Leite, cavaleiro da Casa Real, capitão de um navio da carreira da Mina<sup>258</sup>. A documentação indica o mesmo Diogo Leite, ou um homónimo, como cavaleiro da Casa Real, e morador em Vila do Conde<sup>259</sup>. Continuando o rol de nomes, há notícias de Afonso Leite, morador em Cabeceiras de Basto onde teve vários ofícios municipais<sup>260</sup>; Fernão Leite, cavaleiro fidalgo da Casa Real, capitão e feitor em Arguim<sup>261</sup>; Bartolomeu Leite, cavaleiro fidalgo da Casa Real nomeado escrivão na feitoria de Ormuz<sup>262</sup>; Álvaro Leite

---

Este cargo foi renunciado a seu favor, por procuração passada a João Leite escudeiro do bispo de Braga e seu familiar. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 125v-126.

<sup>251</sup> Morador em Bragança, detinha o ofício de escrivão dos órfãos nessa cidade, desde 1484, o qual foi confirmado por carta, de D. Manuel I de 2 de Maio de 1496. Cf. *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 40, fl. 70v-71.

<sup>252</sup> Segundo carta régia de 22 de Agosto de 1504, foi escrivão das sisas em Vila do Conde. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 23, fl. 35-35 v. Foi nomeado juiz dos órfãos de Vila do Conde e Póvoa do Varzim, por carta régia de 12 de Maio de 1511. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 60. Manteve-se neste ofício até 1518, quando por carta régia de 23 de Março daquele ano, foi substituído por um Afonso Gonçalves. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 44, fls. 109-109 v.

<sup>253</sup> Cf. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 12 vols., Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1946-1955, tomo II, 1ª parte, p. 544.

<sup>254</sup> João Leite foi nomeado escrivão dos órfãos e da câmara de Cabeceiras de Basto, assim como escrivão dos coutos e concelhos de Abadim e Refoios, por carta régia de 10 de Dezembro de 1515. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 1. Este homem foi procurador de Gonçalo Dias Leite, o que indicia uma estreita relação entre estes parentes (veja-se em cima, nota 250).

<sup>255</sup> Álvaro Leite foi citado como juiz das sisas nesse concelho, segundo carta régia de 22 de Novembro 1514. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 18, fl. 83 v. O concelho de Atei é hoje em dia uma freguesia do concelho de Mondim de Basto.

<sup>256</sup> Cf. António Caetano de Sousa, *Prova ...*, tomo II, 1ª parte, Coimbra, Atlântida Editora, 1947, p. 464.

<sup>257</sup> Foi, como moço de câmara, nomeado, escrivão das sisas, dos panos, do pão, carne, herdados e sal, da cidade do Porto, como António Fernandes seu pai, segundo carta régia de 6 de Novembro de 1522. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 3, fl. 51. O cargo foi confirmado por carta régia, de 12 de Agosto do ano seguinte. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 3, fl. 82.

<sup>258</sup> Foi nomeado para este cargo náutico por carta régia de 13 de Outubro de 1531. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 16, fl. 104.

<sup>259</sup> Este cavaleiro da Casa Real e morador em Vila do Conde, foi autorizado a andar de mula e a não ter cavalo, por carta régia de 17 de Maio de 1533. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 45, fl. 26.

<sup>260</sup> Foi nomeado juiz das sisas de Cabeceiras de Basto, por carta régia de 7 de Junho de 1543. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 6, fl. 83. Recebeu o ofício de escrivão da almotaçaria desse concelho, por carta régia de 3 de Setembro de 1548. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 70, fl. 152.

<sup>261</sup> Fernão Leite recebeu a feitoria e a capitania do castelo de Arguim, por 4 anos, segundo carta de D. João III de 15 de Dezembro de 1550. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 66, fl. 217.

<sup>262</sup> Em 1553, Bartolomeu Leite, tinha sido nomeado escrivão na feitoria de Ormuz. No entanto, em 1548, estava ainda em Lisboa, não tendo perdido o ofício por estar ao serviço da Coroa, segundo carta régia de 28 de Agosto de 1553. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 58, fl. 175.

morador no concelho de São João do Rei onde foi tabelião<sup>263</sup>; um Diogo Leite com vinte mil reais de tença por ano<sup>264</sup>. Há ainda indicação de dois outros homónimos do biografado: um António Leite, cavaleiro-fidalgo da Casa Real, vedor das obras de São Jorge da Mina<sup>265</sup> e António Leite, escudeiro-fidalgo da Casa Real, recebedor das sisas da carne da cidade de Lisboa<sup>266</sup>. Os moradores da casa de D. João III com o apelido Leite, atestados pela documentação, eram Bartolomeu Leite, filho de João Leite<sup>267</sup>; Álvaro Leite que tinha sido homem de João Rodrigues Pereira<sup>268</sup>, e Brás Leite que foi do infante D. Fernando<sup>269</sup>. Na compilação avulsa de Leites não identificáveis nas genealogias, observa-se uma forte participação dos homens com este apelido na expansão portuguesa, e uma grande participação em cargos locais, em concelhos do norte do país, o que reforça a ideia que nesta família predominou uma nobreza pertencente às elites locais, com especial incidência na região de Entre-Douro-e-Minho<sup>270</sup>.

\*

O estudo das obras genealógicas e da documentação citada, transmitiu uma miríade de incongruências em torno dos membros da família de António Leite, nomeadamente em relação ao próprio. Apresentaram-se as várias possibilidades para a sua filiação, considerando-se como a mais provável a que o dá como filho de Diogo Álvares Leite. Contudo, todas as imprecisões acima explanadas não parecem impedir que sejam retiradas algumas conclusões acerca do contexto familiar dos Leites do Porto.

---

<sup>263</sup> Foi nomeado tabelião nesse concelho, por carta régia de 12 de Dezembro do ano que parece ser de 15[4]4 (o ano é referido com dúvidas, pois o algarismo das dezenas não está bem legível). Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 5, fl. 143. O concelho de São João do Rei foi integrado como freguesia, em 1853, no concelho de Póvoa de Lanhoso.

<sup>264</sup> Segundo carta padrão de D. João III, de 26 de Julho de 1554, foi-lhe concedida essa tença a partir de Janeiro do ano transacto. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 61, fl. 139.

<sup>265</sup> Recebeu esse ofício por carta régia de 15 de Dezembro de 1552. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 68, fl. 171.

<sup>266</sup> Foi nomeado para esse ofício por carta régia de 10 de Junho de 1553, onde se referia que renunciou, para isso a uma mercê que tinha, no valor de doze mil reais por ano. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 56, fl. 266. Fez a declaração de renúncia dessa mercê em Lisboa, a 21 de Junho de 1553. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 56, fl. 266 v.

<sup>267</sup> Cf. António Caetano de Sousa, *Provas...*, op. cit., tomo II, 1ª parte, p. 282.

<sup>268</sup> Cf. *Ibidem.*, p. 285.

<sup>269</sup> Cf. *Ibidem.*, p. 298.

<sup>270</sup> Sobre a problemática das elites locais veja-se: Nuno Gonçalo Monteiro, “Os Poderes Locais no Antigo Regime”, in *História dos Municípios e do Poder Local*, dir. César Oliveira, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, pp.17-175.

Seguindo o conceito muito alargado de família, referido no início deste capítulo, entre os elementos desta parentela a que foi possível aceder, contam-se sessenta homens. Destes, a documentação informa que vinte e oito foram identificados como tendo sido moradores a norte do Douro. Os principais interesses desta família estavam, de facto, na região de entre Douro e Minho, pois ainda no reinado de D. Afonso V, Álvaro Eanes Leite, *o Velho* detinha o senhorio de Calvos em Cabeceiras de Basto; Vasco Leite, *o Velho* obteve a honra de Queice, no concelho de Santa Cruz de Riba Tamega; e Álvaro Leite instituiu o morgadio de Quebrantões. No reinado seguinte, Afonso Leite obteve o senhorio de Gaia a Pequena. Durante a governação de D. João III, João Dias Leite instituiu o morgadio de Ramalde e Diogo Álvares Leite herdou uma capela em S. Francisco do Porto. No final da sua carreira, António Leite, o biografado, obteve a alcaidaria de Santo António de Arenilha, no Algarve, diversificando, deste modo, as áreas do Reino onde a estirpe dos Leite, do Porto, jogava os seus interesses.

No que se refere ao estatuto, e de novo no reinado de D. Afonso V, encontram-se referências a dois indivíduos que passaram de escudeiro a cavaleiro da Casa Real, além de um escudeiro da Casa Real e um escudeiro do arcebispo de Braga. As genealogias referem, ainda, um parente por afinidade que serviu como guarda-roupa do Rei. Nos reinados de D. Manuel I e D. João III encontramos a menção de três moços de câmara; três escudeiros; sete cavaleiros; quatro cavaleiros fidalgos; quatro fidalgos da Casa Real, dois dos quais ascenderam a partir do foro de cavaleiro, durante a governança do Piedoso, sendo um deles o biografado. Encontramos, pelo menos, quatro homens com referências a comendas, três cavaleiros da Ordem de Cristo e um homem mencionado como guarda-roupa de D. João III. Já com D. Filipe I, são referidos dois netos de António Leite como fidalgos da Casa Real, um dos quais também cavaleiro da Ordem de Cristo. A observação da vinculação de membros dos Leite à Casa Real é uma ocorrência muito significativa.

Verificou-se, de igual modo, uma forte presença deste grupo familiar no contexto das elites municipais, de entre Douro e Minho, com a assumpção de bastantes cargos concelhios e da administração régia local do Reino. Nas quatro gerações, após Álvaro Eanes Leite, *o Velho*, durante os reinados de D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I e D. João III, foram detectados cerca de dezanove pessoas nessas condições, não se contando a maioria dos parentes afins nesta situação, sendo que muitos tiveram mais do que um desses ofícios.

Assim, tendo em conta o número de cargos e não de indivíduos, foi possível concluir que no Porto esta família acedeu a dois cargos de alcaides e três de capitães da moeda, além de três ofícios de recebedores régios e um de tesoureiro da rendição dos cativos e indulgências do bispado. No que diz respeito aos cargos de cariz municipal, ainda na Invicta, os Leite acederam por três vezes à vereação, uma ao juizado das sisas e outra ao juizado dos órfãos, duas vezes à escrivania das sisas e uma à dos órfãos. No resto da região de Entre-Douro-e-Minho, o alcance dos ofícios também é ilustrativo do seu estatuto na área nortenha do Reino. Foram encontrados quatro cargos de juiz, um de recebedor e outro de escrivão das sisas; um de juiz e quatro de escrivães dos órfãos; um de escrivão de almotaçaria; um de escrivão de almoxarifado; três de escrivães da câmara; três de tabeliães e um de procurador do número. Em Bragança, foi detectado um escrivão dos órfãos, sendo que em Lisboa, já fora do contexto geográfico original dos Leite, averiguou-se um recebedor das sisas. De sublinhar o peso dos cargos ligados aos sectores fiscal e financeiro, dos quais quinze homens deste grupo familiar foram incumbidos.

Num outro nível, vale a pena destacar de novo Rui Leite, que em Lisboa esteve ligado à administração central de D. João III, como recebedor do tesouro e tesoureiro da moeda. António Leite e este seu primo são, sem dúvida, a excepção familiar, no que respeita ao elevado estatuto social alcançado.

Transferindo a atenção para o Norte de África e para os cargos aí ocupados pelos membros dos Leite do Porto, nota-se que dos dezoito homens deste grupo familiar que ali estiveram, sete desempenharam ofícios a partir do reinado de D. Manuel I até D. João III. Verificam-se um escrivão de almoxarifado, um adail, dois secretários dos contos e escrivães de almoxarifado e dois capitães de navio, além de um outro Leite, contador. O biografado actuou ali como capitão de três praças, contador e juiz de alfândega. Importa reter que, destes dezoito familiares identificados, treze estiveram próximos de António Leite, durante algum período da sua estadia na Berbéria<sup>271</sup>. Para além destes dados, coloca-se a hipótese de outros parentes de sangue e afins terem escapado a esta contabilidade. Deste modo, conclui-se que António Leite terá estado, quase sempre, acompanhado por gente com quem tinha laços familiares, durante o seu serviço em Marrocos. Segundo os genealogistas, um destes, o seu primo como sobrinho,

---

<sup>271</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro I sobre os parentes de António Leite.

também de nome António Leite, ascendeu posteriormente a guarda-roupa de D. João III.

No restante território ultramarino, observou-se que já no segundo quartel do século XVI, os Leite desempenharam cargos em São Jorge da Mina (vedor das obras), em Arguim (um capitão e feitor) e em Ormuz (escrivão da feitoria), havendo ainda registo de um capitão da carreira da Mina. Conclui-se deste modo que esta família teve uma forte participação no projecto expansionista da Coroa.

A participação em cargos de relevo local, permitiu aos Leite uma capacidade de patronato, que indicia a participação em redes patrono-clientelares, nas quais o Rei ocupava o lugar de topo. Aliás, a documentação indica alguns elementos dos Leite do Porto a intercederem junto do monarca, em favor de indivíduos de menor estatuto social, sem dúvida seus protegidos.

No que diz respeito às alianças matrimoniais, detectou-se uma prevalência de casamentos com as famílias pertencentes às elites locais a norte do Reino, ligadas ao governo dos municípios. Em relação a esta questão dos matrimónios, deve ser assinalado o casamento de um António Leite (homónimo do capitão) com Mécia da Paz, filha de Diogo da Paz, pertencente a uma família de poderosos mercadores cristãos-novos, que se fixaram no Porto. Esta união entende-se em virtude do grande capital económico e social que os da Paz detinham, cujos contactos alcançavam os grandes do Reino e o próprio Rei, mas também em função do fraco estatuto nobiliárquico dos Leites, do Porto. António e Miguel Leite, estantes no Norte de África, não ficaram alheios a uma possível política de casamentos benéfica para a estirpe, embora de contornos um pouco diferentes. Ambos casaram com filhas de moradores das praças marroquinas, indicando uma vontade de consolidarem a sua presença e estabelecerem vínculos mais profundos às sociedades locais.

António Leite nasceu, assim, numa família da nobreza pertencente às elites locais de Entre-Douro-e-Minho, com um raio de acção centrado na cidade do Porto. Os Leites iniciaram uma ascensão social, aquando do apoio oferecido a D. Afonso V, no contexto da instabilidade política e militar que se viveu durante a sua subida ao trono e durante o seu reinado. A chave de acesso a um nível social superior esteve nas mãos de



Vasco e Álvaro Leite, filhos do patriarca da família, Álvaro Eanes Leite, *o Velho*, que fortaleceram o serviço à Coroa<sup>272</sup>.

No entanto, o estatuto nobiliárquico desta família manteve-se baixo. Durante a segunda geração, estes indivíduos chegaram apenas ao foro de escudeiros e cavaleiros da Casa Real. Só a partir da terceira geração surgiram membros dos Leite com o foro de fidalgos, como foi o caso de António e de Rui Leite, já acima assinalados como excepções no percurso desta família.

A participação deste grupo familiar no projecto da Coroa no Norte de África começou, como já foi referido, na geração dos filhos do patriarca Álvaro Eanes Leite, *o Velho*. No entanto, parece ter sido também na terceira geração que esta parentela começou a participar mais assiduamente no projecto de expansão régia, quando este se estendeu para a região do sul de Marrocos. António Leite parece ter sido fundamental na abertura desse território aos seus familiares, permitindo-lhes alargar os horizontes sociais e territoriais. Verifica-se uma recorrente presença da família de António Leite no Norte de África, tanto na época da sua presença como depois. Saliente-se que António Leite sempre se rodeou de parentela: vários sobrinhos, pelo menos um filho e um tio da sua mulher, com quem parece ter tido uma relação de maior confiança, pois substituiu-o interinamente no governo de Mazagão, por breves meses. Esta questão do apoio familiar durante os cargos que ocupou em Mazagão e Azamor terão sido fulcrais perante a constante necessidade de apoios face aos conflitos que teve com outros oficiais.

---

<sup>272</sup> A historiografia portuguesa tem chamado à atenção para a ocorrência de um alargamento da nobreza durante o século XV e XVI. No início da Expansão portuguesa, entre 1415 e 1433, verificou-se uma maior abertura e uma maior capacidade de ascensão social no grupo nobiliárquico. As hipóteses de serviço, tanto a nível régio, como nas casas dos infantes, aumentaram com o início da Expansão. Um dos momentos de grande mobilidade social, dentro do grupo nobiliárquico, terá acontecido durante o reinado de D. Afonso V, devido ao esforço militar exigido. Verificou-se, então, um aumento dos membros da Casa Real e dos cargos e ofícios de nomeação régia, que abrangeu todos os níveis da nobreza. Sobre esta temática e as suas implicações na relação da nobreza com a Coroa veja-se: Mafalda Soares da Cunha “A Nobreza Portuguesa no início do século XV: Renovação e Continuidade” in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra, (tomo xxxi, vol. 2, 1996), pp. 219-252; Humberto Baquero Moreno, “A Nobreza Portuguesa do Século XV nos Primórdios da Expansão Ultramarina”, in *A Viagem de Bartolomeu Dias e a Problemática dos Descobrimentos. Actas do Seminário...* s.l., Direcção Regional de Assuntos Culturais & Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1989, pp. 19-35; Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, “Um Processo de Reestruturação do Domínio Social da Nobreza. A Titulação na 2ª Dinastia”, in *Revista de História Económica e Social*, nº22, Lisboa, Livraria Sá da Costa, Janeiro-Abril 1988, pp. 77-114; João Cordeiro Pereira, “A estrutura...”, op. cit., pp. 277-338; Pedro Cardim, “Centralização Política e Estado na Recente Historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime”, in *Nação e Defesa*, Lisboa, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, (nº 87 – 2ª série, Março de 1998), pp. 134-135. Sobre a problemática da mobilidade social no Antigo Regime, veja-se António Manuel Hespanha, “A mobilidade na sociedade de Antigo Regime”, in *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, (vol. 11, nº 21, Julho de 2006), pp. 121-143.

### 3. O PERCURSO DE ANTÓNIO LEITE NO NORTE DE ÁFRICA

#### 3.1 Contextualização Histórica de Azamor e Mazagão

Num contexto em que o monarca tinha o exclusivo da definição social do grupo nobiliárquico, o Norte de África era um espaço privilegiado de busca de “honra e proveito”. Para além dos lucrativos saques e resgates de cativos que a guerra proporcionava, o monarca beneficiava os que aí a serviam, através dos proventos que a Expansão facultava e dos rendimentos da Igreja que o Papa concedeu, para ajudar nas despesas da guerra contra o islão. A participação de António Leite na aventura marroquina tem de ser entendida neste quadro de possibilidades de obtenção de maior capacidade económica e social que se ofereceu à nobreza portuguesa, através do serviço à Coroa.

A acção de António Leite centralizou-se no sul da costa atlântica de Marrocos, mais precisamente em Azamor e Mazagão, situadas a norte da província da Duquela<sup>273</sup>. Nos princípios de quinhentos, esta região foi alvo da política expansionista de D. Manuel I.

Nos finais do século XV e inícios do XVI, vivia-se nas regiões da Enxovia, da Duquela e de Suz uma instabilidade política, marcada tanto por fugas ao controlo do sultão de Fez, como por disputas políticas entre os oligarcas urbanos, além de contendendas territoriais entre tribos nómadas<sup>274</sup>.

Antes da chegada dos portugueses, as cidades mais importantes da Duquela eram Safim, Azamor, Tite<sup>275</sup> e Almedina. A população muçulmana estava dividida etnicamente entre berberes e grupos de origem árabe, designados pelos portugueses como alarves. Os berberes, cuja economia assentava na agricultura, artesanato e pesca, estavam sedentarizados, vivendo em lugares cercados, construídos em taipa, ou pedra.

---

<sup>273</sup> Veja-se, nos anexos cartográficos, I Mapa de Marrocos e do Sudoeste da Península Ibérica.

<sup>274</sup> Cf. António Dias Farinha, *Os Portugueses...*, op. cit., p. 37.

<sup>275</sup> Hoje em dia a localidade denominada Moulay Abdallah Amghar.

Os alarves, eram nómadas que se dedicavam essencialmente à pecuária e viviam em tendas de lã negra, as alcaimas, em comunidades denominadas aduares<sup>276</sup>.

As regiões da Duquela e, a sul, o Suz eram, desde há muito, importantes centros produtores de artefactos em cobre e têxteis, os alquices (el-Ksa) ou alagues (al-hayk)<sup>277</sup>, os lambeis (hambels), as aljaravias (al jalabiya ou el-djalabiya)<sup>278</sup>, que o tráfico caravaneiro comerciava há séculos com a África subsariana, em troca de ouro, marfim e escravos<sup>279</sup>. Na Enxovia e Duquela, nas planícies entre os rios Bou Regreg a norte e o Tensift a sul (região que no litoral vai de Rabat até Essaouira) a precipitação é de cerca duzentos a quatrocentos milímetros por ano, mas no litoral do rio Bou Regreg e o rio Mellah até Mazagão a precipitação chega aos seiscentos milímetros. Esta humidade, em conjunto com os solos férteis, torna esta zona muito apta para a agricultura e pecuária. Segundo Vitorino Magalhães Godinho, nestes territórios existia uma paisagem de pastos e cearas imensas, a que Jean Célérier chamou “oceano de cereais”<sup>280</sup>. Assim, este espaço era fundamental para a subsistência das populações e consequentemente para a estabilidade económica, política e social da região, que no presente se designa Marrocos<sup>281</sup>, sendo, por isso, um território muito disputado.

---

<sup>276</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 117; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel”, in Damião Peres (dir.), *História de Portugal...*, op. cit., tomo III, pp. 484-495. Segundo Damião de Góis, na Duquela existiam três grupos de alarves, aos quais ele designou de linhagens, que correspondiam a diferentes regiões: os Xerquias a norte e os Abidas e os Garabias a sul. Os Xerquias eram compostos por seis cabildas (tribos): os Oledambram Litahali, os Oledambram Diacani; os Oledu Duquo; os Oledu Zubetos; os Oledu Buazis e os Oledu Farax. Góis não referiu divisões nos Abidas e nos Garabias. Cf. *Crónica*, III, xlvii.

<sup>277</sup> Estas são duas designações para o mesmo produto, *el-ksa* é um termo do árabe clássico e *al-hayk* é um termo do árabe dialectal.

<sup>278</sup> Sobre algumas características destes têxteis veja-se Bernard Rosenberger, “Aspects du Commerce...”, op. cit., pp. 80-81.

<sup>279</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 105. Em relação ao comércio caravaneiro entre o espaço que é hoje Marrocos e a África subsariana veja-se Vitorino Magalhães Godinho, “A Tradição do Ouro e as Caravanas Saarianas”, in *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Presença, 1999, pp. 70-74, 78-80.

<sup>280</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “«As Guerras do Pão» em Marrocos”, in *Os Descobrimentos...*, op. cit., vol III, p. 252.

<sup>281</sup> Cf. *Ibidem*, p. 252 e segs. Em relação à região da Duquela, situada a sul da região da Enxovia e a norte da região do Suz, Duarte Pacheco Pereira escreveu que era uma terra de grande fertilidade em pão e carne. Um anónimo português, em 1596, descrevia-a como “um campo formoso e muito chão, sem árvores nem moita; para a parte de Safim corre vinte e cinco léguas. Por cima da terra há muitas pedemeiras soltas, pequenas. É um campo de muito trigo, cevada, centeio, milho e de muitas criações de gado vacum, miúdo e camelos. É este campo muito povoado de alcaimas – isto é tendas e aduares. Há nele muita cavalaria, e dizem que debaixo da terra há muitas covas a que chamam cisternas, de água das invernadas e mais de 400 poços” Citado por David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 484.

Bernard Rosenberger atenuou a visão optimista de Magalhães Godinho em relação às capacidades de produção do sul de Marrocos. Na sua opinião, formada a partir de um estudo baseado em documentos editados nas *Sources Inédites*, a referida produção cerealífera tem sido sobrestimada. Rosenberger sublinha como a região terá estado longe de ter sido o tal “oceano de cereais”, pois, em virtude dos frequentes maus anos agrícolas, as colheitas eram muito irregulares, o que provocava interrupções no seu comércio por parte das populações<sup>282</sup>.

No entanto, é indubitável que os cereais constituíam uma das produções centrais da área, sendo que desde meados do século XV, portugueses e castelhanos iam a essas paragens com o objectivo de os adquirir. A primeira referência sobre a participação portuguesa neste comércio data de 1450, com uma compra realizada por um João Nunes e um Luís Fernandes, em Safim e Anafé. Quando, em Outubro de 1502, se instalou na zona um feitor régio, já aí havia um comércio privado muito activo, onde o fundeadouro de Mazagão desempenhava um papel central<sup>283</sup>. A apetência portuguesa pelos cereais desta região está bem expressa quando a Coroa exigiu a Azamor, em 1504, que o pagamento dos tributos em atraso (desde 1501) fossem pagos em trigo, conjuntamente com a obrigatoriedade da venda de mais dois mil moios desse cereal<sup>284</sup>.

No reinado de D. João II verificou-se um crescente interesse comercial em relação à costa atlântica do sul de Marrocos, com o objectivo de se adquirir os já citados têxteis aí produzidos. Estes produtos eram especialmente importantes para o trato com as populações da costa da Guiné. Os portugueses pretendiam captar o ouro e escravos

---

<sup>282</sup> Sobre o assunto veja-se Bernard Rosenberger, “Aspects du Commerce...”, op. cit., p. 82; “Les Techniques de Conservation des Grains et Pouvoir dans le Maroc Pré Colonial”, in M. Gast, Fr. Sigant, C. Beutler (eds.), *Les Techniques de Conservation des Grains a Long Terme*, III, 1, Paris, CNRS, 1985, pp. 237-268. Esta instabilidade produtiva era, na época, uma realidade da agricultura em todos os lugares, que decorria de factores climáticos e de técnicas produtivas deficientes.

<sup>283</sup> Mazagão era o principal porto de exportação de cereais, por aí ser possível fundear barcos de grande porte. No entanto, em Tite podiam também ancorar dez a doze velas pequenas. A sul, a meio da costa da Duquela, numa enseada, protegida por uma ilha, chamada pelos autóctones Ouguer e pelos espanhóis e portugueses Casa do Cavaleiro, paravam navios de até oitenta tonéis. Safim, mais a sul, era outra paragem deste comércio. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “«As Guerras do Pão»...”, op. cit., pp. 255-257.

<sup>284</sup> Cf. Anselmo Braancamp Freire, *Arquivo Histórico Português*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, vol. VII, pp. 302-303. Também citado por David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 508 e Vitorino Magalhães Godinho, “«As Guerras do Pão»...”, op. cit., p. 257. Os cavalos foram outra mercadoria muito cobiçada pelos portugueses, mas os muçulmanos estavam proibidos de os comerciar com os cristãos. No entanto, nalguns momentos, foi possível obtê-los através dos tributos dos “mourões de pazes” e nas razias. Cf. Bernard Rosenberger, “Aspects du Commerce ...”, op. cit., p. 83.

da África subsariana com estas mercadorias e outras de origem europeia, substituindo o tráfico caravaneiro<sup>285</sup>.

Deve ser realçado que as trocas comerciais que se faziam nessa região, eram, de igual forma, proveitosas para as cidades e tribos. A procura incrementou a produção desses têxteis, o que favoreceu economicamente vários sectores da população. A título de exemplo, possibilitou que alguns notáveis locais adquirissem recursos, o que permitiu a sua afirmação política em relação ao poder do sultão de Fez<sup>286</sup>. Deste modo, o comércio foi, por si só, um elemento que certamente influenciou alguns aspectos da configuração social e política na região.

Aproveitando o ambiente de fragilidade política e militar, D. Manuel encetou uma política de conquistas no sul de Marrocos, que levou inicialmente a alguns choques entre castelhanos e portugueses<sup>287</sup>. No contexto dessas disputas, Diogo Lopes Sequeira construiu, em 1505, a posição acastelada de Santa Cruz do Cabo de Gué (hoje Agadir) na região do Suz, posteriormente vendida à Coroa portuguesa em 1513. Mais a norte, em 1506, D. Manuel mandou construir a fortaleza de Mogador (junto do que é hoje Essauira), abandonada em 1510. Em 1508, entre Safim e Mogador, o monarca português mandou erguer o castelo de Aguz, na foz do rio Tensifit. No mesmo ano, Diogo de Azambuja conquistou Safim, no sul da Duquela<sup>288</sup>. Neste contexto, Azamor

---

<sup>285</sup> Cf. Luís Filipe Thomaz, “Expansão Portuguesa e Expansão Europeia - Reflexões em Torno da Génese dos Descobrimentos”, in *De Ceuta...*, op. cit., p. 26. Sobre o assunto veja-se também Robert Ricard, “Le commerce de Berbérie et l’organisation économique de l’empire portugais aux XV et XVI siècles”, *Annales de l’Institut d’Etudes Orientales de la Faculté des Lettres d’Alger*, II, 1936, pp. 266-290; reed. *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955, pp. 81-114.

<sup>286</sup> Cf. Bernard Rosenberger, “Aspects du Commerce...”, op. cit., p. 75.

<sup>287</sup> No tratado das Alcáçovas, em 1479, tinha sido reconhecido o direito castelhano sobre as Canárias e o direito português sobre a Guiné, Cabo Verde, Açores e Madeira e conquista do reino de Fez. No entanto, no sul de Marrocos continuava a disputa entre os dois reinos ibéricos, pois havia dúvidas quanto ao limite sul do reino de Fez e o limite norte da Guiné. Em 1494, no tratado de Tordesilhas ficou estabelecido o direito de Castela a Caçaça e Melilha e, em relação ao sul de Marrocos, ficou deliberado que se constituiria uma comissão luso-castelhana para estudar os limites, o que nunca veio a acontecer. Só em 1509, Portugal e Castela assinaram a Convenção de Sintra que esclareceu as dúvidas. Portugal cedeu as suas pretensões de conquista seis léguas para ocidente de Beles da Gomeira e ficou com o direito da conquista até aos Cabos Não e Bojador, com excepção do forte de Santa Cruz do mar pequeno que a Coroa castelhana pôde manter. Contudo, os castelhanos podiam continuar a pescar e atacar os muçulmanos nessa região. Cf. *Crónica*, II, xxx; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., pp. 506-507.

<sup>288</sup> Situado no sul da região da Duquela, Safim era um dos centros mais importantes do sul Marrocos. Parece que, desde D. Afonso V, esta cidade constituiu uma relação de vassalagem com a Coroa portuguesa. Um documento do reinado de D. João II, de 1488, referindo os tributos que Safim deveria pagar, confirma essa sujeição. Em 1508, a pretexto de ajudar um dos grupos que disputava o poder, Diogo de Azambuja tomou essa urbe a mando de D. Manuel. Nos seus arredores estabeleceu-se uma importante comunidade de muçulmanos submetidos ao poder português, os denominados “mouros de pazes”, liderada por Bentafula (Yahya ben Tafut), que durou até à sua morte, em 1518. Sobre esta personagem

tornou-se outro centro de grande interesse para a Coroa portuguesa. O domínio de Azamor, fechando a norte a região da Duquela, era importante para o controlo desta área, sendo para além disso um posto avançado para a penetração na Enxovia, a norte, cujo projecto de conquista D. Manuel acalentou, mas acabou por abortar com a derrota portuguesa em 1515, durante a tentativa de construção de um forte, em Mamora, nas margens do rio Cebu.

Esta cidade situa-se no extremo norte da província da Duquela, numa faixa de costa voltada a noroeste, batida pela vaga do Atlântico, na margem esquerda do rio *Oum er Rbia* (designado nos documentos portugueses como Morobeia ou Morbeia)<sup>289</sup>, na zona da sua desembocadura, a cerca de dois quilómetros da barra. A foz deste rio sofria no passado, como no presente, um grande assoreamento que condicionava a sua navegação e a sua utilização como porto. Apenas barcos de pequeno calado podiam navegar nas suas águas. Esta insuficiência condicionou constantemente o abastecimento de Azamor e consequentemente, a presença portuguesa, tantas vezes ameaçada<sup>290</sup>.

Como acima foi referido, Azamor dominava uma região muito rica em cereais e gado. Para além disso, o seu mar e rio ofereciam a possibilidade de pesca intensa. Na segunda metade do século XV, é conhecida a presença de pescadores portugueses na zona. Damião de Góis referiu que esta cidade teria, na época da sua conquista, um rendimento anual de sete a oito mil cruzados, “somente das pescarias dos sáveis, cações, e outros peixes a que chamam tazartes que em levante tem a mesma valia dos atuns”<sup>291</sup>. Na obra *Descrição de África e das coisas notáveis que aí existem*, escrita no primeiro quartel do século XVI, Leão, *o Africano*, indicava que o rendimento destas pescarias era de seis a sete mil ducados<sup>292</sup>. A estes dados deve acrescentar-se o já mencionado comércio de têxteis, muito relevante na cidade.

---

veja-se: Maria Augusta Lima Cruz, “Mouro para os Cristãos...”, op. cit., pp. 39-63; Bernard Rosenberger, “Yahya U Tafut (1506-1518) des Ambitions Déçues...”, op. cit., pp. 21-59. Mathew T. Racine, “Service and Honor in sixteenth-century portuguese North Africa: Yahya-u-Tacuft and portuguese noble culture...”, op. cit., pp. 67-90.

<sup>289</sup> O rio Oum er Rbia nasce nas montanhas da cordilheira do Médio Atlas, a cerca de setecentos quilómetros de Azamor. Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 482.

<sup>290</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., pp. 104-105.

<sup>291</sup> *Crónica*, III, xlvii.

<sup>292</sup> Obra citada por Vitorino Magalhães Godinho, “A Pesca e o Sal”, in *Os Descobrimentos...*, vol. IV, pp. 130-131.

Em 1486, em consequência da instabilidade político-militar vivida na região, marcada pelos ataques espanhóis<sup>293</sup>, pelos confrontos entre oligarcas e facções autonomistas com o sultão de Fez, os moradores de Azamor ofereceram-se a D. João II como vassalos tributários, em troca de protecção. Uma carta patente de 3 de Julho desse ano continha os princípios desse acordo: a cidade pagaria, por ano, dez mil sáveis escalados; os navios portugueses que aí fossem comerciar ficavam isentos de pagamento de direitos; e seria disponibilizada uma casa segura, ou um terreno, para os portugueses estabelecerem uma feitoria<sup>294</sup>.

Em data não precisa, mas antes de 1504 (talvez em 1502), as relações entre a Coroa portuguesa e Azamor degradaram-se: a cidade deixou de pagar os tributos devidos e os moradores pilharam uns navios portugueses que naufragaram na barra<sup>295</sup>. Temeroso com uma reacção portuguesa, em 1504, o poder em Azamor pediu perdão a D. Manuel pelo sucedido. Segundo uma carta do monarca, de 22 de Abril, o pedido foi aceite, com a condição de serem restituídas as fazendas e as embarcações saqueadas, o pagamento dos dois anos do tributo em dívida em trigo e o fornecimento de dois mil moios desse cereal pelo preço do mercado<sup>296</sup>.

Contando com o apoio de Moulay Zeião (Zayyan)<sup>297</sup>, que na época era a figura mais importante da cidade, D. Manuel decidiu tomar Azamor, em 1508. Rodrigues

---

<sup>293</sup> Segundo uma descrição anónima, em 1480, uma expedição armada de cento e cinquenta velas, composta por homens de Xerez de la Frontera e de outras localidades limítrofes, partiu do porto de Cádiz e atacou Azamor, tomando quatro torres das muralhas. No entanto, perante a resistência da cidade, a expedição teve que recuar. Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 506.

<sup>294</sup> Cf. *Crónica*, III, lvi. Os responsáveis pela negociação deste tratado foram o rabi Abraham, judeu radicado em Azamor, e Martim Reinel, que terá estado nessa cidade como feitor até 1501. Cf. David Lopes, *A Expansão em Marrocos...*, op. cit., p. 36. Em 1497, veio à corte portuguesa um representante de Azamor, chamado Anaçar, para pedir a confirmação régia do acordo de paz, o que foi feito em Janeiro desse ano. Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., pp. 508-509. Nas trocas comerciais com os muçulmanos de Azamor, as principais mercadorias que os portugueses vendiam, até ao final do século XIV, eram os panos ingleses e bretões. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “As Escáfulas da Especiarias”, *Os Descobrimentos...*, op. cit., vol. III, p. 177.

<sup>295</sup> Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 509. Na *Crónica de D. Manuel I* de Damião de Góis é referido que este monarca enviou para a feitoria de Azamor, em 1503, um cavaleiro da Casa Real chamado Rui Gil Magro e, mais tarde, João Lopes e Diogo de Alcáçova, também cavaleiros da Casa Real, que aí estiveram até 1513. Cf. *Crónica*, III, lvii.

<sup>296</sup> Sancho Tavares foi encarregue de fazer cumprir, em Azamor, as condições estabelecidas. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Arquivo...*, op. cit., vol. VII, pp. 302-303. Como foi referido, esta exigência de pagamento em trigo reflecte a grande produção desse cereal na região de Azamor.

<sup>297</sup> Moulay Zeião, antigo caudilho de Mequinez, primo e cunhado do sultão Moulay Mafamede, estava refugiado em Azamor, pois, tendo sido obrigado a ceder o poder na sua antiga cidade a Moulay Naçar, irmão do Sultão, entrou em discórdia com ambos. Em 1507, ou um pouco antes, foi a Lisboa pedir protecção a D. Manuel. O monarca designou-o, então, como regedor da cidade de Azamor ficando com os seus filhos como penhor. Nesse mesmo ano, uma expedição comandada por D. João de Meneses, onde

Berrio de Tavira, que ia pescar sáveis todos os anos, tinha comunicado ao Rei que parte dos azamorense era a favor de uma ocupação portuguesa. Assim, foi preparada uma expedição, comandada por D. João de Meneses, com dois mil e quinhentos homens, cinquenta navios e uma nau com provisões. A armada chegou a Azamor a 12 de Agosto<sup>298</sup>, contudo, perante a resistência, os portugueses foram obrigados a retirar<sup>299</sup>.

Apesar deste revés, o projecto de conquista de Azamor não foi abandonado. Segundo a documentação, em Março de 1509 já se estava a preparar nova expedição militar, desta feita comandada pelo duque de Bragança, D. Jaime<sup>300</sup>. A 15 de Julho de 1513 começou, em Lisboa, a concentração das forças expedicionárias, saindo do Tejo a 17 de Agosto, indo aportar a Faro, onde se lhes juntaram mais homens e barcos. A armada era constituída por cerca de quinhentas velas de vários géneros e, fora os homens de mar, iam treze mil a pé e dois mil a cavalo<sup>301</sup>, entre os quais várias figuras importantes do Reino<sup>302</sup>.

---

participou Duarte de Armas, como desenhador encarregue de efectuar o registo gráfico da costa e das defesas das localidades, sondou as barras e verificou os dispositivos de defesa de Azamor, Mamora, Salé e Larache. Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., pp. 509-510.

<sup>298</sup> Entre outros iam o conde de Tentúgal e o capitão dos ginetes D. João de Mascarenhas. O piloto principal da expedição foi Rodrigues Bérrio. Cf. *Ibidem*, pp. 509-510.

<sup>299</sup> Nessa retirada perderam-se a nau e outros barcos. Cf. *Crónica*, II, xxvii. Moulay Zião foi acusado de traição pelos portugueses, mas um Ali ben Saide escreveu na época, a D. Manuel, que Zeião não tinha sido desleal, pedindo assim a libertação dos seus filhos. Cf. António Baião, *Documentos...*, op. cit., p. 37.

<sup>300</sup> Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 510. Apercebendo-se do perigo, Moulay Zeião enviou a Lisboa Amede bem Ale com uma proposta de paz por vinte anos. Neste contexto, a feitoria portuguesa ressurgiu novamente, como indicam umas cartas de quitação. João Lopes de Meça foi seu feitor de 22 de Dezembro de 1509 a 12 de Novembro de 1510. Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Archivo...*, vol. III, p. 399. Porém, a desconfiança entre as partes era muita, como o indica uma carta do feitor Diogo de Alcáçova, datada de 3 de Novembro de 1510, a D. Manuel: “Miguel Moniz esta nesta cidade a muito perigo; dizem que Mouley Zien o tem ameaçado muito e que ao caso é porque se pos aqui com dinheiro e palavras para que lançassem Mouley Ziem fora da cidade e que isto fazia por vosso serviço”. António Baião, *Documentos...*, op. cit., p. 37.

<sup>301</sup> O grande número de cavalos, usados numa expedição tão longínqua além-mar, terá causado admiração na época. Sobre isso, Garcia de Resende escreveu na *Miscelânea*: “Ho Duque vimos chegar / A Azamor, logo tomalo, / vimos sobrelle leuar / mais de dous mil de cavallo / tantas legoas sobre mar: / non há nenhua memoria / nem se secreveo em historia / de tantos caualllos yrem / sobre mar tam longe e virem, / e nam fallo da victoria”. Garcia de Resende, “Miscelânea”, in *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973, p. 359.

<sup>302</sup> Damião de Góis referiu, na *Crónica de D. Manuel I*, uma lista de nomes de nobres importantes que participaram nesse feito militar, entre eles destaque-se: D. João de Meneses, comandante da expedição de 1508, que foi depois como substituto do Duque e para ficar como capitão do campo da cidade; Rui Barreto, alcaide-mor de Faro e vedor da fazenda do Algarve, que ia também para ficar como capitão da cidade; D. Álvaro de Noronha, que depois foi capitão de Azamor e João Soares que, mais tarde, ocupou o mesmo posto. Cf. *Crónica*, III, xlv. Na corte portuguesa, a expedição militar a Azamor era vista como um grande feito cristão, como o demonstra a peça teatral de Gil Vicente, *Exortação da Guerra*, escrita para celebrar o acontecimento. Cf. Gil Vicente, “Exortação da Guerra”, in *Obras de Gil Vicente*, Porto, Lello e irmão editores, 1965, pp. 195-216.



A 25 de Setembro chegaram à barra de Azamor e, dois dias depois, desembarcaram em Mazagão. A 1 de Setembro, o exército começou a avançar por terra tendo chegado às imediações da cidade já de noite. Segundo Damião de Góis, dentro das suas muralhas existiam, então, vinte e oito mesquitas e oitenta torres, cerca de cinco mil e quinhentos fogos, dos quais quinhentos pertenceriam a judeus e, com reforços, aproximadamente onze a doze mil homens para sua defesa<sup>303</sup>. Depois de vários ataques e muito fogo de artilharia, a cidade começou a ser evacuada na noite de 2 para 3 de Setembro. Foram os judeus, com Jacob Adibe à frente, que comunicaram a D. Jaime que a cidade estava vazia, pedindo que os seus bens e vidas fossem poupados. No dia 3, as forças portuguesas fizeram a entrada. O saque foi fraco, pois os moradores tinham levado o que puderam. Acharam-se cerca de vinte mil moios de trigo em silos, muitos sáveis escalados e oitenta peças de artilharia de vários calibres<sup>304</sup>.

Nos inícios de Setembro, Rui Barreto foi nomeado capitão da cidade e D. João de Meneses capitão do campo. Assim, houve um momento em que existiram dois capitães, mas esta experiência não produziu bons resultados devido aos muitos desentendimentos entre estes dois homens. O monarca optou, posteriormente, por nomear apenas um capitão, como acontecia nos outros lugares em Marrocos. O Duque partiu para o Reino a 21 de Novembro, depois de ter feito uma incursão a norte, na região da Enxovia, deixando D. Francisco de Portugal a organizar a retirada do contingente<sup>305</sup>.

Os primeiros moradores cristãos vieram com a expedição de conquista e, aos poucos, foram chegando mais alguns vindos do Reino e de outras praças marroquinas. Assim, após a consolidação do poder português em Azamor, a população dividia-se em três grupos religiosos: os cristãos, onde se incluíam os cristãos-novos, tanto de origem judaica, como de origem islâmica, os designados mouriscos; os judeus; e os

---

<sup>303</sup> Cf. *Crónica*, III, xlvii. Embora esta informação deva ser lida com reservas, indicia que Azamor era, na época, uma cidade com dimensões consideráveis.

<sup>304</sup> Perante a tomada de Azamor, os moradores de Almedina, a cerca de dezasseis léguas, e os moradores de Tite, abandonaram as suas cidades com receio de um ataque português. Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., pp. 514-516. Sobre a questão da conquista de Azamor veja-se Durval Pires de Lima, *Azamor...*, op. cit. A tomada de Azamor, assim como a de Malaca, foram celebradas no Vaticano com missas e homílias. As conquistas portuguesas da época propiciaram um grande prestígio à Coroa portuguesa. Aos olhos do Papa, D. Manuel surgia como um dos três chefes de uma possível cruzada, ao lado do Imperador e do rei de França. Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I...*, op. cit., p. 218.

<sup>305</sup> Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., pp. 520-521. Sobre a reacção do sultão Oatácida à conquista de Azamor veja-se João Paulo Oliveira e Costa, Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcáides - 1514...*, op. cit.

muçulmanos. Para além dos muçulmanos que viviam em Azamor, como nas outras praças portuguesas, existiam comunidades de nómadas, os designados “mouros de pazes”, que estavam submetidos aos capitães da cidade, pagando tributos e servindo em batalha como aliados<sup>306</sup>.

O responsável máximo pela comunidade judaica era o rabi-mor. Este tinha funções religiosas e judiciais, sendo secundado por um tabelião das notas e por um tabelião judicial também judeu. O responsável pela comunidade muçulmana era o alcaide dos “mouros” que era um homem de fé islâmica que, para além de ser responsável pelos tributos dessa população, tinha funções judiciais, segundo os costumes locais. Este deveria reunir tropas entre esses “mouros de pazes”, para lutarem ao lado das forças portuguesas quando fosse necessário<sup>307</sup>. Tanto os muçulmanos como os judeus não eram considerados moradores<sup>308</sup>.

A população judaica em Azamor era muito significativa<sup>309</sup>. Depois da conquista da cidade, o duque de Bragança concedeu protecção às suas vidas e bens. Ficaram, então, a viver na zona mais baixa, perto da Porta da Ribeira<sup>310</sup>. A 20 de Maio de 1517, o capitão Simão Correia referiu que existiam cem homens judeus com capacidade para exercer o serviço militar<sup>311</sup>. Segundo Durval Pires de Lima, a população judaica rondava quatrocentas pessoas<sup>312</sup>.

Muitas destas famílias eram provenientes da Península Ibérica, nomeadamente de Portugal. Em virtude do vigor dessa comunidade, D. Manuel ordenou a Rui Barreto que não deixasse que se fixassem cristãos-novos na cidade, pois temia que estes voltassem à sua religião de origem<sup>313</sup>. Contudo, essa medida era inexecutável, pois, segundo Rui Barreto, estes eram insubstituíveis devido à escassez de moradores

---

<sup>306</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., pp. 108-109.

<sup>307</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 108-109, 119.

<sup>308</sup> Cf. *Ibidem*, p. 112.

<sup>309</sup> Sobre a presença judaica em Marrocos veja-se: Alberto Rodrigues da Silva Tavaim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa...*, op. cit.

<sup>310</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 108.

<sup>311</sup> Cf. Carta de Simão Correia a D. Manuel I, feita em Azamor a 20 de Maio de 1517; in IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 39; publ. in SI, vol I, pt. I, p. 85. Carta citada em Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 114.

<sup>312</sup> Cf. Durval Pires de Lima, *Precedentes...*, op. cit., p. 8. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 114.

<sup>313</sup> Uma carta do Padre Gonçalo de Almeida, Prior de Lagos, datada por Maria Augusta Lima Cruz de 3 de Dezembro de 1513, informava o Rei do perigo dos contactos entre cristãos-novos e judeus em Azamor. Cf. Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos...”, op. cit., pp. 129-130.

cristãos-velhos. De facto, como o monarca suspeitava, muitos dos cristãos-novos que foram viver para Azamor retornaram à religião hebraica, influenciados pelo convívio que tinham com a comunidade judaica<sup>314</sup>.

Os judeus foram um grupo fundamental para a presença portuguesa na região. A sua capacidade financeira, os seus conhecimentos tanto do português como do árabe e a sua rede social foram imprescindíveis para a actuação da Coroa. Foram eles os principais intermediários entre os muçulmanos e os portugueses, tanto nas relações diplomáticas como comerciais. Controlavam o comércio que, apesar das dificuldades provocadas pela guerra, nunca cessou completamente. Durante a presença portuguesa, o território marroquino exportava os tecidos atrás citados, assim como cera e mel, em troca de produtos europeus e, a partir do século XVI, de produtos da Rota do Cabo, como especiarias e lacre<sup>315</sup>. Segundo a carta de privilégios concedida por D. Manuel I aos judeus, estes estavam isentos de dízimos ou impostos sobre as mercadorias que exportassem de Azamor por terra, ou seja, como os outros habitantes portugueses, apenas pagavam pela entrada e saída de mercadorias por mar<sup>316</sup>. A disponibilidade financeira de alguns elementos desta comunidade derivada desse comércio, o que lhes permitiu também terem importantes ganhos com os adiantamentos que faziam dos soldos régios que a Coroa devia aos moradores e fronteiros.

O número de “mouros de pazes” que estavam afectos a Azamor variou muito em função da correlação das forças militares portuguesas e muçulmanas. Nos momentos em que os muçulmanos tiveram mais ascendente militar, o seu número era obviamente mais reduzido. Em 1526, o capitão de Safim, Garcia de Melo, em carta para D. João III, escreveu que existiam cerca de oito mil alcaimas (tendas) de muçulmanos sujeitos ao poder português em Azamor<sup>317</sup>.

A população cristã estava dividida em fronteiros e moradores. Os primeiros eram residentes temporários, com funções especificamente militares. Os segundos eram civis, aí estabelecidos definitivamente, embora pudessem participar em todas as

---

<sup>314</sup> Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 529. Sobre o assunto veja-se Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos...*, op. cit., pp. 213-244.

<sup>315</sup> Cf. Bernard Rosenberger, “Aspects du Commerce...”, op. cit., pp. 76-77.

<sup>316</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., pp. 112, 138-139; Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos...*, op. cit., p. 239.

<sup>317</sup> Cf. SI, vol I, pt. I, p. 371; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 115.

actividades militares, caso tivessem meios para o efeito, ou seja, armas e cavalo. Os moradores fixaram-se nas imediações da capitania<sup>318</sup>.

Os moradores recebiam mantimento e um soldo dependente da profissão<sup>319</sup>. Foi com base nos cadernos desses pagamentos, que estão no *Núcleo Antigo* da Torre do Tombo, que Maria Augusta Lima Cruz tentou identificar a origem geográfica dos moradores. O Algarve era a região que exportara maior número de população para Azamor, logo seguida pelo Minho, e das cidades de Aveiro, Tomar, Coimbra e Torres Novas. Depois destas, surgiam Elvas e Évora, e em último, Lisboa, Setúbal e, dispersamente, locais de Trás-os-Montes e das Beiras<sup>320</sup>.

A autora apontou quatro causas para a origem dos moradores. As regiões de Tavira, Porto, Setúbal e Lisboa tinham relações marítimas semelhantes a Azamor. A pressão demográfica de certos espaços propiciava a emigração. A força expedicionária foi comandada pelo duque de Bragança, o que justifica que alguns dos moradores fossem oriundos de lugares pertencentes ao Ducado, nomeadamente, Vila Viçosa. A necessidade de mão-de-obra especializada na construção ajuda a compreender a proveniência de muitos indivíduos de lugares onde se verificavam importantes obras como, por exemplo, Tomar, Évora, Beja e Lisboa<sup>321</sup>. O elevado número de algarvios deveu-se, certamente, à proximidade e tradição de relacionamento com Marrocos.

Os moradores com aptidão militar nunca ultrapassaram as três centenas. Em relação aos fronteiros, com excepção dos primeiros anos após a conquista e em 1541, ano de abandono da praça, só em casos de emergência militar ultrapassaram os quatrocentos homens<sup>322</sup>.

---

<sup>318</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 109. Também sobre a população e a estrutura administrativa nas praças marroquinas veja-se Maria Augusta Lima Cruz, “Vida nas Praças Marroquinas. População. Estrutura administrativa. O Abastecimento”, in *História dos Descobrimentos...*, op. cit., pp. 111-119.

<sup>319</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro II sobre os soldos de algumas profissões dos moradores em Azamor.

<sup>320</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., pp. 109-110. Em virtude da proximidade e tradição, o Algarve foi a região do Reino que mais contribuiu para as hostes militares, moradores e oficiais nas praças portuguesas em Marrocos. Cf. João Figueirôa-Rêgo, *O Algarve e as Praças marroquinas...*, op. cit., pp. 44-45.

<sup>321</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., pp. 110-111.

<sup>322</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 114, 117. Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro III sobre o número de moradores e fronteiros em Azamor.

### 3.2 António Leite a caminho da capitania de Azamor

Não foram encontrados dados sobre o momento em que António Leite terá ido para o Norte de África, no entanto, sabe-se pela mão do próprio que, antes de se ter fixado em Azamor e Mazagão, viveu em Tânger e Arzila<sup>323</sup>, onde, como atrás foi referido, contraiu matrimónio.

Nenhum documento consultado refere a participação de António Leite na tomada de Azamor. Contudo, pouco tempo depois, a 29 de Dezembro de 1513, foi nomeado por D. Manuel, contador daquela cidade, assim como de Mazagão e de Tite, com doze mil reais de mantimento por ano, desde o dia da sua chegada<sup>324</sup>. Esta última referência parece indiciar que o biografado não terá participado na expedição militar, mas que se deslocou para Azamor para tomar posse desse cargo. Duas semanas depois, a 12 de Janeiro de 1514, recebeu também, por carta régia onde era mencionado cavaleiro da Casa Real, o cargo de juiz da Alfândega de Azamor<sup>325</sup>. Desconhecem-se quais as responsabilidades de António Leite antes da sua chegada. De qualquer modo, é estranho que este homem tenha recebido estas nomeações sem qualquer experiência.

Para compreender a acção de António Leite é necessário atender ao aparelho administrativo que estava implantado na cidade e do qual fazia parte como oficial. O mais alto representante da Coroa era o capitão governador, concentrando na sua mão as duas funções, pois as praças estavam directamente dependentes do aparelho central no Reino, ao contrário da Índia onde respondiam ao governador ou vice-rei em Goa. Este cargo, de nomeação régia, tinha autoridade sobre as actividades económicas, jurídicas e militares. A segunda figura na cidade era o contador, também nomeado pelo monarca e a quem respondia directamente. A sua principal função era dirigir a fazenda. Como segundo poder, em caso de falecimento ou ausência do capitão, o contador era o substituto interino, até o Rei nomear um novo responsável. Dependente do contador, o feitor superintendia a feitoria que, como instituição com responsabilidades económicas,

---

<sup>323</sup> Segundo carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor a 27 de Julho 1514, in IAN/TT, CC-I-15-97. publ. in SI, vol I, pp. 577-588.

<sup>324</sup> Cf. Carta régia de 29 de Dezembro de 1513, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv.15, fol. 172. António Leite substituiu Nuno Gato que foi para Safim onde já era contador. Cf. João Cosme, *A Guarnição...*, op. cit., pp. XII-XIII. João Cosme refere por engano que Nuno Gato só deixou a contadoria de Azamor em 1520. Nuno Gato escreveu uma carta ao rei a 5 de Dezembro de 1513, em Azamor, sobre o início das obras. Cf. António Baião, *Documentos...*, op. cit., pp. 68-69.

<sup>325</sup> Cf. Carta de D. Manuel I feita em Almeirim a 12 de Janeiro de 1514, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fol. 172-172v.

financeiras e fiscais, tinha a incumbência de recolher os produtos necessários à vida da comunidade, gerir os recursos monetários para a manutenção da praça, receber os impostos alfandegários e os tributos dos “mouros de pazes”. Existiam diversas infra-estruturas para a execução destas actividades: a Casa da Feitoria, para onde eram levadas as mercadorias que entravam e saíam da cidade; a Casa da Alfândega, que tinha a responsabilidade de receber e registar todos os impostos alfandegários; os armazéns e celeiros, onde se armazenavam os produtos necessários à manutenção da cidade e população, nomeadamente, os cereais que vinham do exterior e os que eram entregues como tributo pelas populações locais<sup>326</sup>.

A guarnição militar tinha uma hierarquia constituída pelo adail que estava sujeito à autoridade do capitão. Abaixo daquele estavam o alcaide-mor, o alcaide-menor, o alcaide-da-torre, o alcaide-do-suk (mercado) “da banda da Enxovia”, o alcaide do mar, os pilotos, o anadel-mor, que comandava os besteiros e espingardeiros, e o condestável, que comandava os bombardeiros e outros cargos menores. A cidade tinha ao seu serviço pelo menos uma embarcação de pequeno calado, que fazia a defesa do rio, equipada por um mestre e dois marinheiros<sup>327</sup>. Uma figura de carácter militar fundamental nas praças em Marrocos, como guias das expedições militares em território inimigo, as almogavarias, eram os almocadões, que eram normalmente autóctones convertidos ao cristianismo, conhecedores da guerra e geografia da região<sup>328</sup>.

A hierarquia da estrutura militar e administrativa reflectia-se nos ordenados dos diversos oficiais. O capitão ganhava sessenta e oito mil e seiscentos e cinquenta e

---

<sup>326</sup> Os funcionários que estavam sob as ordens do feitor eram o escrivão da feitoria, o escrivão da alfândega, o escrivão dos armazéns, o almoxarife dos mantimentos, o corretor da feitoria, o almotaçé, o juiz da alfândega, o recebedor da alfândega, o recebedor dos mantimentos, os pagadores dos soldos, os medidores, etc. Segundo Maria Augusta Lima Cruz, os funcionários submetidos ao contador nunca se estruturaram completamente em Azamor. Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., pp. 115-116. Da mesma autora, também sobre as estruturas administrativas nas cidades marroquinas veja-se “Vida nas Praças Marroquinas...”, op. cit., pp. 111-119. Sobre os oficiais submetidos aos contadores nas praças de Marrocos veja-se também David Lopes, *A Expansão em Marrocos...*, op. cit., p. 44.

<sup>327</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 116.

<sup>328</sup> Em relação à hierarquia militar nas praças marroquinas veja-se também David Lopes, *A Expansão em Marrocos...*, op. cit., pp. 41-44; António Dias Farinha, *Os Portugueses...*, op. cit., pp. 55-57. Sobre a guarnição e administração de Safim veja-se João Cosme, *A Guarnição...*, op. cit., pp. X-XXVIII.

quatro reais; o contador, o feitor e os escrivães auferiam doze mil reais, o almoxarife dos mantimentos oito mil reais e o adail três mil e seiscentos reais<sup>329</sup>.

Em relação à organização judicial deve salientar-se que se encontraram poucas referências a ouvidores e tabeliães. Como acima foi mencionado, a relação entre as autoridades portuguesas e as comunidades judaica e muçulmana eram feitas respectivamente pelo rabi-mor e pelo alcaide dos “mouros de Pazes”.

Entre os responsáveis pela expedição de conquista havia dúvidas quanto à capacidade de manutenção de Azamor, face ao seu tamanho e recursos disponíveis. Os campos tinham sido abandonados pela população que antes os cultivavam, verificando-se uma consequente carência de géneros. Por outro lado, os navios que faziam o abastecimento tinham muita dificuldade em entrar na barra do rio. O duque de Bragança escreveu, então, ao Rei, aconselhando a construção de uma fortaleza em Mazagão que era um porto mais seguro. A redução da área da cidade era outra tarefa indispensável para a sua defesa<sup>330</sup>. Para este efeito era necessária a permanência de uma guarnição de cerca de mil e quinhentos homens<sup>331</sup>.

D. João de Meneses era, por sua vez, da opinião que Azamor deveria ser transformada numa fortaleza e que deveria ser construída uma nova cidade em Mazagão. Rui Barreto, que se digladiou nesta questão com D. João de Meneses, defendia que se deveria manter Azamor como cidade e construir uma fortaleza em Mazagão<sup>332</sup>. A posição de D. Jaime e de Rui Barreto foi avante. Deste modo, realizaram-se obras de reforço nas defesas da cidade de Azamor, dirigidas por Francisco

---

<sup>329</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 120. Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro IV sobre os soldos mensais dos homens de armas em Azamor, no final da década de 30 do século XVI.

<sup>330</sup> Para reduzir a área a defender, a cidade seria seccionada por uma muralha, ou seja, deveria ser construído o chamado “muro do atalho” que dividia o “castelo” ou “cidade nova”, da “cidade velha”, área posteriormente abandonada pelos moradores cristãos, ficando aí apenas a judiaria, na parte de fora, junto ao referido muro, ao pé da porta da ribeira. Cf. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África...*, op. cit., p. 294-303. Veja-se, nos anexos cartográficos, II Reconstituição da planta da fortaleza portuguesa de Azamor.

<sup>331</sup> Cf. Carta não datada de D. Jaime a D. Manuel I, publ. in António Baião, *Documentos...*, op. cit., pp. 57-59. Numa outra carta, de 30 de Setembro, o Duque escrevia que Mazagão era o “melhor porto do mundo”, aconselhando também nessa ocasião que se fizesse uma fortaleza nesse sítio. Cf. *Ibidem*, pp. 62-63.

<sup>332</sup> Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 522; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., pp. 107-108.

e Diogo de Arruda<sup>333</sup>. Os trabalhos nas muralhas foram uma constante durante toda a presença portuguesa<sup>334</sup>.

Em Julho de 1514, as obras de maior monta já tinham terminado, estando a decorrer a construção de uma fortaleza em Mazagão, dirigida também pelos Arrudas. Segundo uma carta de António Leite ao Rei, datada de 27 daquele mês, o monarca estaria, então, muito descontente com os gastos que ele tinha feito para acautelar a defesa da construção dessa fortaleza. Escrevia ele “pesa me em tam curto tempo fazer cousa em que Vossa alteza fôsse deservido”<sup>335</sup>. O contador tinha antes recebido directivas do próprio Rei para apoiar as obras, com ordens expressas para requisitar ao capitão de Azamor os besteiros e espingardeiros necessários para a sua defesa<sup>336</sup>. Na carta citada, o biografado afirmou que os homens que foram colocados para defesa de Mazagão estavam aí sob ordens do “capitã a requerimento dos mestres”<sup>337</sup>. No entanto, o monarca ameaçava-o de o fazer pagar essas despesas. Para evitar o cumprimento desta admoestação, as forças de defesa foram retiradas. Segundo o contador, perante o sentimento de insegurança que se passou a sentir, os trabalhadores ameaçaram retirar-se da obra. Diogo de Arruda terá pretendido ir à corte falar com o Rei, ao mesmo tempo que o capitão Rui Barreto e o almoxarife Álvaro de Cadaval<sup>338</sup> reafirmavam a necessidade de protecção<sup>339</sup>.

Este estranho episódio parece conter algumas incoerências. Afinal foi o próprio D. Manuel que tinha responsabilizado António Leite pela defesa da construção. Segundo este, essas forças estavam nos seus postos a mando de Rui Barreto, a pedido dos Arrudas. Por outro lado, era impossível o contador disponibilizar esses homens sem o assentimento do capitão da cidade. Sem dúvida que o biografado era cuidadoso,

---

<sup>333</sup> Estes arquitectos chegaram a Mazagão a 26 de Novembro de 1513. Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 524.

<sup>334</sup> Sobre o assunto veja-se Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África...*, op. cit., pp. 292-316; Jorge Correia et al., “L’Espace Urbain D’Azemmour Pendant La Domination Portugaise: Bilan de la Premieère Mission”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina. Actes du IV Colloque d’Histoire Maroco-Lusitanienne*, Lisboa/Braga, CHAM/CITCEM, 2011, pp. 199-212; Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., pp. 107-108.

<sup>335</sup> Carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor a 27 de Julho de 1514, publ. in SI, vol. I, pp. 577-588.

<sup>336</sup> Face às constates ameaças muçulmanas estiveram também presentes algumas fustas e caravelas com artilharia. Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 532.

<sup>337</sup> Cf. Carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor a 27 de Julho de 1514, publ. in SI, vol. I, pp. 577-588.

<sup>338</sup> Este almoxarife foi nomeado por carta régia de 1513. Cf. SI, vol. I, p. 579, nota 1.

<sup>339</sup> Cf. Carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor a 27 de Julho de 1514, publ. in SI, vol. I, pp. 577-588. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 532.



estava preocupado em não falhar na sua incumbência. Será que por excesso de voluntarismo e de cautela, ele terá ultrapassado o razoável? O apoio que parece ter posteriormente tido dos architectos, do capitão e do almoxarife indica *a priori* que não. O desagrado do Rei pode ter sido fruto de falta de informação acerca da realidade que se vivia em Azamor e Mazagão ou de uma insídia, executada por algum sujeito ou grupo insatisfeito com a ascensão de António Leite ao cobiçado ofício de contador. Como se verá, as intrigas entre facções e indivíduos pertencentes ao oficialato presente nos presídios marroquinos foram uma constante, nas quais António Leite também participou.

Em relação a Mazagão, no contexto do comércio de trigo realizado antes da ocupação portuguesa, um muçulmano chamado Celene bem Omar (Salem ben'Omar) fez, em 1502, através do feitor de Safim, Pero Mendes, uma proposta para o rei de Portugal construir aí uma fortaleza. Em 1505, Jorge de Melo pediu autorização a D. Manuel para erguer um forte à sua custa. O Rei assentiu e concedeu-lhe a capitania de juro e herdade para todo o sempre em 1506<sup>340</sup>. D. Jaime mencionou, em carta de 8 de Dezembro de 1513, o forte que tinha sido começado por Jorge de Melo, certamente uma construção muito frágil<sup>341</sup>. Depois dos muitos conselhos no sentido de se erguer uma fortificação mais robusta, quando os Arrudas foram trabalhar nas obras de Azamor já deveriam também estar incumbidos de aí erigirem uma fortaleza. Em carta ao Rei de 31 de Março de 1514, pediam mais madeira para Mazagão, pois tinham gasto em Azamor toda a que levaram. Segundo estes architectos, as obras começariam em fins de Maio, quando acabassem as de Azamor, e tencionavam terminá-las em Agosto<sup>342</sup>. Assim deve ter acontecido, pois um alvará régio de 6 de Julho ordenava que o almoxarife de Azamor entregasse ao vedor da obra, Vasco de Pina, entre mil a dois mil cruzados em ouro para despesas da construção<sup>343</sup>. A 10 de Agosto de 1514, D. Manuel concedeu a

---

<sup>340</sup> Cf. *Ibidem*, p. 530. Jorge de Melo foi anadel mor dos besteiros de 1490 até à sua morte, em 1506, quando tentava defender a fortaleza que estava a construir. Cf. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcáides...*, op. cit., p. 38. Em Agosto de 1514, Martim Afonso de Melo, fidalgo da Casa Real e filho do Jorge de Melo, foi nomeado capitão de Mazagão. Cf. Carta de D. Manuel I para António Leite notificando-o da nomeação de Martim Afonso de Melo, como capitão de fortaleza de Mazagão, feita a 10 de Agosto de 1514, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv.15, fol.118-118v. No sul de Marrocos apenas a capitania de Aguz foi também concedida de juro e herdade, a Diogo de Azambuja em 1510. Essa doação foi-lhe depois retirada mediante compensação. Na região do norte de Marrocos a Coroa concedeu mais frequentemente este tipo de mercê, a figuras maiores do Reino.

<sup>341</sup> Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 530.

<sup>342</sup> Cf. António Baião, *Documentos...*, op. cit., pp.75-78.

<sup>343</sup> Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 531.

capitania de Mazagão a Martim Afonso de Melo, filho do construtor do primeiro forte<sup>344</sup>.

Até ao abandono de Azamor, Mazagão foi uma fortaleza periférica que vivia em função dessa cidade, operando como o porto que a primeira não tinha. A maior parte dos abastecimentos com destino a Azamor eram aí descarregados e seguiam depois por terra.

Paralelamente às construções, os portugueses procuravam impor-se pela força das armas. Em Julho de 1514, António Leite participou numa expedição de punição a uns aduares dos Oley de Farax (Ouled Fredj) que se tinham recusado a pagar tributo. Nessa ocasião exprimiu opinião contrária à de João Soares, comandante da hoste<sup>345</sup>. Leite defendeu que essas comunidades não deveriam ser atacadas, em virtude de entretanto terem admitido o pagamento de um tributo. Por outro lado, não só os lugares alvos de ataque ficavam a grande distância de Azamor que, deste modo, ficava desprotegida; como os adversários estavam em larga maioria. No entanto, a acção militar foi vitoriosa, tendo resultado em cerca de quinhentos cativos, além do apresamento de duas mil e duzentas cabeças de gado vacum e de cento e sessenta camelos<sup>346</sup>.

A maneira como António Leite encarou este acontecimento militar talvez indicie, mais uma vez, o seu carácter cauteloso, em oposição à mentalidade bélica e temerária que caracterizava a maior parte da nobreza que participava na aventura marroquina, em busca de honra e proveito rápido, à conta da guerra. Em contraposição a essa nobreza, Leite parece que participou contrariado no ataque aos acampamentos dos

---

<sup>344</sup> Cf. *Ibidem*. Sobre Martim Afonso de Melo veja-se João Paulo Oliveira e Costa, Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides - 1514...*, op. cit., pp. 38-40. Veja-se, nos anexos cartográficos, III Planta dos vestígios do castelo de Mazagão do século XVI nas estruturas actuais.

<sup>345</sup> Segundo carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor a 27 de Julho de 1514, João Soares estava então em Azamor para substituir Rui Barreto, mas tal ainda não tinha acontecido. Cf. SI, vol I, pp. 577-588.

<sup>346</sup> Nesta incursão terá morrido um fidalgo chamado Diogo Soares, desapareceram seis besteiros e um criado de João Soares. Cf. *Ibidem*. As razias que partiam das praças portuguesas tinham como principais proveitos, para além do gado que era apesado, os cativos que eram feitos entre a população muçulmana. Muitos desses indivíduos eram posteriormente resgatados, mas os mais pobres, que não tinham quem lhes pagasse o resgate, eram vendidos como escravos. Segundo Rosenberger, o comércio de cativos no norte de África marroquino terá sido muito mais vasto do que se percepçiona *a priori*, necessitando de um estudo mais aprofundado. Este autor relembra o episódio de grande carência alimentar que o sul de Marrocos viveu, em 1521, e que levou a que muitos indivíduos se vendessem, a eles e a familiares, para escaparem à fome. Bernardo Rodrigues escreveu que nesse mesmo ano, na região de Azamor, partiram navios carregados de gente para outras paragens. Cf. Bernard Rosenberger, “Aspects du Commerce...”, op. cit., pp. 83-84.

Farax. Se tivermos em conta o seu quadro familiar, que terá condicionado certamente a sua educação, seria um homem mais à vontade em funções administrativas do que no campo de batalha.

João Soares, o comandante da entrada aos ditos aduares, tinha sido nomeado em Junho de 1514, capitão da cidade de Azamor, em substituição de Rui Barreto. Neste contexto, António Leite viu-se envolvido no conflito que opôs estes dois capitães, decorrente da demora, se não mesmo da relutância, na entrega da capitania. O contador foi, então, acusado por João Soares junto ao Rei, de lhe ter recusado uma “carta testemunhável” da situação que vivia. Em sua defesa retorquiu, escrevendo que “a fala que elle fez a Rui Barreto na Igreja, em que lhe requeria que lhe entreguasse a cidade, pidio disso hum estromento, mas o pidio ao Prior, o quall lhe repondeo que nom era de sseu officio; e depois meteo nisso o tabeliam da cidade, pêra que me pediram respostas e testemunhos meus, que eu nam deneguei nem tinha rezam para ysso”<sup>347</sup>.

Segundo testemunho de António Leite, este conflito terá causado grande tensão entre o oficialato de Azamor. Numa das confrontações que houve entre Rui Barreto e João Soares, este último terá ameaçado os oficiais que se não lhe obedecessem os “mandarya meter em huua masmorra”<sup>348</sup>. A advertência do novo capitão confirma que estes homens cediam a Rui Barreto, de outro modo João Soares não teria necessidade de os confrontar. O peso social de Rui Barreto pode ter sido decisivo para que pudesse protelar a entrega do poder. João Soares rumou a Azamor numa situação particularmente precária, uma vez que, a 2 de Junho de 1514, o Rei tinha nomeado antes para a capitania D. Pedro de Sousa<sup>349</sup>. Na impossibilidade deste novo capitão assumir o governo, João Soares foi enviado com um cariz, provavelmente, provisório, facto que terá encorajado Rui Barreto a desobedecer à ordem régia<sup>350</sup>.

---

<sup>347</sup> Carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor a 27 de Julho de 1514, publ. in SI, vol. I, pp. 577-588. O padre Gonçalo Ribeiro de Almeida, prior de Lagos e de Azamor, referiu a relutância de Rui Barreto na entrega da capitania a João Soares em carta para o rei com data de 16 de Junho de 1514. Publ. in Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos...”, op. cit., pp. 134-135.

<sup>348</sup> SI, vol. I, pp. 577-588.

<sup>349</sup> Carta de nomeação de D. Pedro de Sousa para capitão e governador de Azamor, publ. in Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos...”, op. cit., pp. 132-133.

<sup>350</sup> Cf. SI, vol. I, pp. 560 e 581. João Soares abandonou nesse mesmo ano a cidade e D. Pedro de Sousa acabou por assumir a capitania.

António Leite assistiu também a uma contenda entre Rui Barreto e o capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde<sup>351</sup> em relação aos tributos dos “mouros de Xerquia”, que o primeiro terá tomado indevidamente, por pertencerem a esta cidade. O contador avisou o Rei que o capitão cessante de Azamor levava para a sua casa algum gado e cavalos que constituíam parte do tributo em questão. O dito capitão, segundo ele, ter-lhe-á respondido que “haa destar com Vossa Alteza sobre isso”<sup>352</sup>. Mais uma vez, verifica-se que o temperamento e o calibre social de Rui Barreto não permitiam que a argumentação de outros oficiais tivesse efeito.

As relações entre os capitães, assim como entre os demais nobres a servir em Marrocos, foram, regra geral, sempre muito difíceis. Isto devia-se, em parte, à procura de engrandecimento social. Como era o Rei que controlava socialmente a nobreza, através do estatuto nobiliárquico que podia conceder, todos competiam pela sua atenção para obterem honras e mercês. Se os desentendimentos e rivalidade entre nobres eram, por vezes, um factor de instabilidade, terão sido também um factor de controlo por parte do poder régio, pois ao vigiarem-se e ao acusarem-se mutuamente, facultavam ao monarca muitas informações, que este de outro modo não teria acesso<sup>353</sup>.

Na carta de 27 de Julho de 1514 verifica-se que António Leite movia influências a favor de alguns homens da sua confiança. O abandono do cargo de escrivão dos contos por parte de um Sebastião Gonçalves, levou-o a aconselhar o monarca a nomear para o cargo Duarte Rodrigues que, na altura, era escrivão das obras de Mazagão. O contador rematava essa intercessão com a frase: “nom posso ser boom ofiçiall senam tener tall escriuam asy”. Perante a possível construção de um lugar cercado no outro lado do rio, intercedeu também, junto a D. Manuel, para que João Folgado, cavaleiro da Casa Real e alcaide do suk (mercado), ficasse com essa tarefa. Este tinha passado, tal como António Leite, por Arzila<sup>354</sup>, supondo-se assim uma ligação entre os dois homens. Nestes jogos de influência subentende-se o desejo de Leite criar uma rede clientelar no

---

<sup>351</sup> Nuno Fernandes de Ataíde foi o cabo-de-guerra que mais se distinguiu na expansão portuguesa no sul de Marrocos, tendo sido morto em combate em 1516. Sobre Nuno Fernandes de Ataíde veja-se André Pinto de S. D. Teixeira, “Nuno Fernandes de Ataíde...”, op. cit., pp. 161-205.

<sup>352</sup> Segundo carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor a 27 de Julho de 1514. Cf. SI, vol I, pp. 577-588.

<sup>353</sup> O tema sobre o conflito entre os vários poderes representantes do Rei no espaço ultramarino foi bastante mais bem desenvolvido para o “Estado da Índia” do que para Marrocos. Sobre este assunto vejam-se Maria Emília Madeira Santos, “Afonso de Albuquerque e os Feitores”, op. cit., pp. 201-226 e Inácio Guerreiro e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “O «grupo de Cochim»...” op. cit., pp.119-144.

<sup>354</sup> Cf. Carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor a 27 de Julho de 1514, publ. in SI, vol. I, pp. 577-588.

espaço de Azamor e Mazagão que lhe permitisse, como patrono, o domínio de homens. O estabelecimento dessas relações concedia-lhe capacidade de acção no contexto local.

A sua longa permanência nessas paragens deve ter funcionado como factor determinante para a sua afirmação enquanto patrono, uma vez que o tornava numa figura com que se podia contar a longo prazo e com experiência em relação à realidade que aí se vivia. Assim, terá provavelmente rivalizado com os capitães que se sucediam, antes dele próprio ter ascendido a esse cargo.

O mês de Julho de 1514 em Azamor parece ter sido vivido num ambiente de muita insegurança. A esse respeito António Leite escreveu: “nunqua me tantas vezes armei nem tam a meudo a repiques em tanjere e em Arzilla honde estiue muito tenpo”. No dia em que redigiu essa carta tinham sido raptados cinco cristãos que pescavam perto da cidade<sup>355</sup>.

No Verão seguinte, Azamor passava novamente por momentos de angústia. A 30 de Setembro, os fidalgos, cavaleiros e moradores lamentavam-se da falta de recursos. A cidade não tinha reforços há dois anos e não era abastecida com cereais. António Leite foi à corte pedir ajuda, mas regressou apenas com biscoito. Os moradores, esperando um ataque do rei de Fez, depois do mês de Outubro, após o Ramadão e as colheitas, queixavam-se que eram poucos e a “cidade muito grande, com muros derrubados por muitos lugares, e assim o castelo”. Deste modo, imploravam ajuda: “e por bem pedimos a V.A. que haja respeito e olhe a todas estas cousas com olhos da alma”<sup>356</sup>.

Estes testemunhos dão conta que, desde o início da sua ocupação, Azamor viveu uma recorrente falta de recursos e instabilidade militar. Sem dúvida que o ambiente de guerra não foi constante, mas houve muitos momentos em que a vida dos portugueses nas praças marroquinas era, recordando as palavras de Oliveira Martins, “como a bordo das (...) naus”, como em “pontões ancorados, constantemente batidos pelas vagas da mourama tempestuosa”<sup>357</sup>.

---

<sup>355</sup> Por esses tempos, a mando do Rei, faziam-se obras nas casas da alfândega, contos e feitoria, acrescentando-se um andar ao edifício. Os contos, onde António Leite exerceria o seu cargo, ficavam no primeiro andar e a feitoria e alfândega no piso térreo. Cf. *Ibidem*.

<sup>356</sup> Carta dos nobres moradores em Azamor a D. Manuel I, feita a 30 de Setembro de 1515, publ. in SI, vol, I, pp. 761- 763. Citado também por David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., p. 528.

<sup>357</sup> Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães Editores, 1958, p. 205.

Decorrente da instabilidade militar verificou-se um ermamento dos campos à volta de Azamor. Logo depois da conquista, apesar de todo o trigo encontrado, o duque de Bragança referiu que, com o desaparecimento da população, os campos estavam improdutivos, verificando-se uma escassez alimentar<sup>358</sup>. D. João de Meneses, a 9 de Dezembro de 1513, também deu conta que só se cultivavam os campos de Tageste para cima, a cerca de dezoito léguas de Azamor, sendo que tudo à volta da cidade estava deserto, o que obrigava à procura de abastecimentos noutros lugares<sup>359</sup>.

Algum tempo após a tomada da cidade, apesar da insegurança, foram aparecendo povoadores muçulmanos atraídos pela fertilidade das terras. Contudo, após a derrota em Mamora, nas margens do rio Cebu, na tentativa de construção de um forte, em 1515; depois da morte de Nuno Fernandes de Ataíde, em combate, no ano de 1516; e do assassinato de Bentafufa (Yahya ben Tafut) em 1518; os portugueses foram perdendo iniciativa militar e capacidade de captação de cereais. Não obstante as dificuldades, até cerca de 1523, ainda conseguiam recolher localmente mais trigo do que aquele que recebiam de fora, mas depois desta data a dependência do exterior agravou-se<sup>360</sup>.

No início da expansão em Marrocos, os abastecimentos eram feitos a partir de Lisboa e do Algarve e, mais tarde, também através dos Açores e da Madeira. Nos primeiros anos do século XVI, ou já talvez desde o final do século XV, estes aprovisionamentos também passaram a ser oriundos da Andaluzia. Com a expansão para a costa atlântica do sul de Marrocos verificou-se, segundo Vitorino Magalhães Godinho, uma especialização nos abastecimentos. As praças do sul eram fornecidas sobretudo pelos Açores e as do norte pela feitoria da Andaluzia<sup>361</sup>.

---

<sup>358</sup> Cf. António Baião, *Documentos...*, op. cit., pp. 57-59.

<sup>359</sup> Cf. *Ibidem*, p. 65.

<sup>360</sup> Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “«As Guerras do Pão»...”, op. cit., pp. 258-267. Apesar dos tributos dos “mouros de pazes” terem sido insuficientes para suprir as necessidades de Azamor e Mazagão, os abastecimentos com esta origem foram aí mais importantes do que nas outras praças. Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 121. 1521 e 1522 foram anos de muita fome e peste em Marrocos, que afectaram também Portugal. Depois dessas calamidades, a instabilidade e as dificuldades de aprisionamento das praças marroquinas aumentaram, o que permitiu aos xerifes reforçarem ainda mais as suas forças. Cf. Bernard Rosenberger, “Le Portugal et l’Islam maghrébin...”, op. cit., pp. 76-78. Sobre o impacto da produção agro pastoril nas praças portuguesas no sul de Marrocos na primeira metade do século XVI veja-se Yassir Benhima, “Activités Pastorales et Produits de l’élevage dans L’Economie des Places Portugaises du Sud du Maroc (Première Moitié du XVI<sup>e</sup> Siècle)”, in *Portugal e o Magrebe...*, op. cit., pp. 101-107.

<sup>361</sup> Segundo Magalhães Godinho, a feitoria da Andaluzia tinha o encargo de suprir com provisões, tropas e barcos, as praças portuguesas em Marrocos e de abastecer a Armada do Estreito, com os recursos do sul

Em Azamor eram necessários, em média, cinco mil e setecentos alqueires de trigo por ano, só para o pagamento da guarnição<sup>362</sup>. Cada indivíduo recebia para seu mantimento quatro alqueires de trigo ou um arrátel e três quartos de biscoito e para o alimento de cada cavalo quinze alqueires de trigo ou vinte e dois e meio alqueires de cevada<sup>363</sup>.

Por uma ordem de D. Manuel dos finais de Janeiro de 1516, D. Pedro de Sousa, o capitão de Azamor em exercício, e António Leite foram encarregues de iniciar o processo de transferência dos moradores para dentro do castelo e abandonarem o resto da cidade. Neste sentido, o monarca dera instruções para se construírem casas dentro dos muros<sup>364</sup>. O livro de “Pagamentos à gente da ordenança e aos trabalhadores das obras da cidade e do castelo – 1514/1516” é um dos principais testemunhos desse reordenamento da urbe<sup>365</sup>.

Recorde-se que o duque de Bragança tinha aconselhado a redução da área da cidade com o objectivo de a tornar defensável com um menor número de homens. Os desacordos entre D. João de Meneses e Rui Barreto sobre onde devia passar o muro que seccionaria Azamor terão atrasado a obra<sup>366</sup>. Só depois da ordem em cima referida, em 1517, entrou em vigor o “regimento da obra do muro e atalho da cidade de azamor”, para assim se completar a construção de um muro eficaz para defender os moradores<sup>367</sup>. A muralha do atalho só foi terminada em 1520, durante a capitania de D. Álvaro de

---

de Castela e da Andaluzia. A sua criação terá ocorrido, o mais tardar, em Outubro de 1500, no decurso da organização de uma expedição militar régia para intervir em Marrocos, que nunca se realizou. Cf. Vitorino Magalhães Godinho, “A Feitoria da Andaluzia, o Abastecimento das Praças Marroquinas e o Pão de Marrocos”, in *Os Descobrimentos...*, op. cit., p. 269. Sobre a feitoria da Andaluzia veja-se também Manuel Henrique Corte Real, *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos Históricos Faculdade de Letras de Lisboa, 1967. Sobre os abastecimentos de trigo açoriano às praças portuguesas em Marrocos veja-se Maria Augusta Lima Cruz, “O Trigo açoriano em Marrocos no século XVI, op. cit., pp. 625-650. Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro V sobre os abastecimentos a Azamor.

<sup>362</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 120.

<sup>363</sup> Parte das despesas da cidade eram pagas com os rendimentos provenientes das actividades comerciais, da dízima, dos impostos alfandegários e da percentagem da pesca do sável à qual o monarca tinha direito. Como estas quantias nunca eram suficientes, o resto era pago pela fazenda real Cf. *Ibidem*, pp. 111-112.

<sup>364</sup> Cf. Carta de D. Manuel I a António Leite, feita a 24 de Janeiro de 1516, in SI, vol. I, pp. 768-769

<sup>365</sup> Cf. IAN/TT, NA, 765.

<sup>366</sup> A proposta vencedora foi a de D. João de Meneses. Cf. Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa...*, op. cit., pp. 298-299, 300.

<sup>367</sup> No regimento o Rei nomeou Álvaro do Cadaval, almoxarife da cidade, como vedor e recebedor das obras. Cf. *Regimento da obra do muro e atalho da cidade de azamor*, publ. in Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos...”, op. cit., pp. 147-148.

Noronha que, no ano anterior, tinha arrasado as últimas casas na parte que o atalho excluía, que ficou conhecida por “cidade velha”<sup>368</sup>.

António Leite aparece na documentação com as responsabilidades de capitão de Mazagão em 1516<sup>369</sup>. No entanto, estaria submetido à autoridade do capitão de Azamor<sup>370</sup>. Como responsável de Mazagão, preocupou-se em melhorar as suas condições defensivas. Disto deu conta, numa carta para o Rei, datada de 20 de Outubro de 1517, onde aconselhava que se fizesse um fosso à volta do castelo, no qual deveria entrar água, para evitar que os muçulmanos o pudessem minar, como o tinham feito no cerco anterior. Nesse escrito pedia também que se duplicasse a artilharia, pois só dispunha de dois falcões e uma bombarda<sup>371</sup>. Apesar da importância do fundeadouro de Mazagão, o forte aí construído, segundo desenho dos Arrudas, parece que tinha enormes carências de armamento e necessitava de aperfeiçoamentos. O conhecimento que Leite tinha de Mazagão, derivado do seu cargo de contador e responsável máximo pela logística das obras de construção do forte, deve ter sido fundamental para que lhe tivesse sido entregue o seu governo. Esta responsabilidade tinha um carácter pouco formal: segundo uma carta de D. Álvaro de Noronha a D. Manuel, de Dezembro desse ano, o próprio refere-se como capitão de Mazagão, acumulando nas suas mãos a capitania dessa praça e a de Azamor<sup>372</sup>.

Em Julho do ano seguinte, depois de ter regressado do Reino, António Leite ressurgiu como responsável de Mazagão. Constatava que as obras de reforço da fortaleza

---

<sup>368</sup> Posteriormente houve melhoramentos nas defesas da muralha do atalho, como foi o caso das obras de 1530, começadas por António Leite e acabadas por Pedro de Mascarenhas. Sobre o atalho veja-se Jorge Correia, *Implantação da Cidade portuguesa...*, op. cit., p. 303; Jorge Correia et al., “L’Espace Urbain D’Azemmour...”, op. cit., pp. 201-203.

<sup>369</sup> António Ferreira do Amaral refere um documento manuscrito de Álvares de Lousada que menciona que António Leite tomou a responsabilidade da capitania de Mazagão em 1516. Cf. *História de Mazagão...*, op. cit., p. 92. Não foi possível averiguar em que ano e em que condições Martim Afonso de Melo deixou a capitania de Mazagão.

<sup>370</sup> Em carta ao Rei, de 20 de Outubro de 1517, António Leite escrevia “quanto as pazes o capitão [Simão Correia] escreve largamente a vossa Alteza...”. Esta frase demonstra que o biografado embora tivesse a responsabilidade de Mazagão, estaria submetido à autoridade de capitão de Azamor, a quem ele reconhece como seu capitão. Cf. SI, vol. I, 174-177.

<sup>371</sup> António Leite pedia também nessa carta cabos e âncoras, pois os navios precisavam de ser bem seguros no porto, em virtude das correntes. Na sua ausência em Azamor, Martim Vaz tinha as funções de contador. Cf. Carta de António Leite ao Rei, feita em Mazagão, com data de 20 de Outubro, sem ano, mas que os responsáveis das *Sources Inédites* consideraram que datava de 1517, publ. in SI, vol. II, 1<sup>a</sup> pt., pp. 174-177. Nesta época, o capitão de Azamor era Simão Correia que foi, pouco tempo depois, substituído por D. Álvaro de Noronha, provavelmente por má administração. A 11 de Outubro de 1517, Duarte Rodrigues Alcoforado escreveu uma carta ao Rei a denunciar os desmandos desse capitão. Cf. *Ibidem*, p. 177, nota 4.

<sup>372</sup> Cf. Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão...*, op. cit. p. 92.



não estavam a decorrer da melhor maneira. Em carta do dia 22 desse mês, queixava-se que o capitão de Azamor, D. Álvaro de Noronha, tinha má vontade em ceder-lhe mão-de-obra para os trabalhos, pois estava a fazer um acrescento ao atalho da cidade, sem a devida autorização régia<sup>373</sup>. Neste queixume ao monarca talvez se denote uma tentativa de autonomização do biografado em relação ao capitão de Azamor.

Em carta régia de 20 de Janeiro de 1520, onde era mencionado como cavaleiro da Casa Real, António Leite foi finalmente nomeado capitão de Mazagão, tendo por isso abandonado os cargos de contador e juiz da alfândega. Como pagamento do novo posto recebia trinta mil reais e cinco moios de trigo por ano<sup>374</sup>. Também como recompensa do serviço à Coroa, Leite recebeu, ainda no reinado de D. Manuel I, a mercê de umas casas na vila de Tavira, benefício que terá inaugurado a sua relação com o Algarve<sup>375</sup>.

O biografado que, nos finais de 1513, fora designado contador de Azamor e Mazagão, passados quatro anos era responsável pelo governo desta última praça e três anos depois, como se estivesse estado à experiência, foi nomeado seu capitão. Assim, pode afirmar-se que se tratou de uma ascensão significativa para um indivíduo de baixa condição nobiliárquica e que antes da primeira data acima indicada não tinha antecedentes relevantes. No contexto desta afirmação social de António Leite, num documento de 24 de Setembro 1517 é referido como freire da Ordem de Cristo, estatuto que tinha adquirido, sem dúvida, em consequência do seu serviço no Norte de África<sup>376</sup>.

Quando António Leite assumiu o governo de Mazagão tinha a seu lado António das Neves, seu cunhado ou tio de sua mulher<sup>377</sup>. Entre Novembro de 1520 e Janeiro de

---

<sup>373</sup> Cf. SI, vol. II, 1ª pt., pp. 202-203. Em carta ao Rei, de 18 de Maio, D. Álvaro de Noronha referiu umas obras de fortificação do atalho de Azamor. Cf. *Ibidem*, pp. 240-242.

<sup>374</sup> Cf. Carta de D. Manuel I de 20 de Janeiro de 1520, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I, Livro das Ilhas*, fl. 165v. Na carta de D. João III, feita em Évora, a 10 de Setembro de 1524, confirmando António Leite como capitão de Mazagão, este era ainda referido como cavaleiro da Casa Real. Cf. IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv., 37, fol. 130. Ocupou esse cargo até 1529. Cf. IAN/TT, *Cartas dos Governadores de África*, nº 339.

<sup>375</sup> C.f. Carta régia de confirmação, feita a 13 de Agosto de 1522, de mercê feita por D. Manuel I, in IAN/TT *Chancelaria de D. João III*, liv. 47, fol. 56.

<sup>376</sup> Cf. António Machado de Faria, “Cavaleiros da Ordem de Cristo no Século XVI”, in *Arqueologia e História*, Lisboa, (vol. VI, série 8), 1955, (separata), p. 21.

<sup>377</sup> Cf. *Crónica*, IV, lii. António das Neves terá participado na tomada de Azamor, pois consta no *Livro de pagamento à gente da ordenança do mês de Novembro, efectuado por Pedro Álvares de Faria, recebedor dos mantimentos*, o chamado “Livro do Alardo”, onde é referido como homem de Sancho de Vasconcelos e “morador del Rei”, pertencente à hoste de D. João de Meneses. Cf. IAN/TT, NA, 600, fl. 8 v [os fôlios

1521, este parente foi capitão interino<sup>378</sup>, o que indicia a estreita ligação que havia entre os dois sujeitos. Esta informação é mais uma prova do esforço que o biografado fez para se rodear de gente da sua confiança.

A relação entre António Leite e D. Álvaro de Noronha foi muito tensa. Um dos factores para os desentendimentos entre estes protagonistas terá sido uma maior autonomia de Mazagão face a Azamor, que foi mal aceite por parte de D. Álvaro. Em carta de 12 de Novembro de 1521, dirigida a D. Manuel, António Leite acusava o capitão de Azamor de ter instigado Aco (Lacou bel Garib, xeque dos Garabias) a atacar o território de Mazagão, do qual resultou a perda de gado de “mouros de pazes” e vários mortos, alguns deles cristãos<sup>379</sup>. Deste episódio pode concluir-se que, para além do perigo muçulmano em si, as rivalidades entre capitães, que punham os seus interesses particulares à frente dos da Coroa, foram elementos destabilizadores da coesão das forças portuguesas em Marrocos. A distância relativamente ao Reino permitia que os nobres facilmente escapassem ao poder central, agindo, por vezes, como mais um poder local marroquino.

No âmbito do diferendo, o capitão de Mazagão terá requerido ao ouvidor de Azamor para que fizesse uma inquirição, mas este não se mostrou disponível<sup>380</sup>. Neste confronto, António Leite estava em grande desvantagem, dada a diferença social entre ele e D. Álvaro de Noronha<sup>381</sup>. No entanto, encontrou um aliado no contador de

---

do livro não estão numerados]. António das Neves assina um documento de 13 de Abril, como escrivão do almoxarifado de Azamor. Cf. António Baião, *Documentos...*, op. cit., p. 99.

<sup>378</sup> Cf. Conhecimento de António das Neves, feito em Mazagão, a 11 de Novembro de 1520, in IAN/TT, CC-II-92-90; Conhecimento de António das Neves, feito em Mazagão, a 7 de Janeiro de 1521, in IAN/TT, CC-II-93-90; Mandado de António Leite, feito em Mazagão, a 28 de Abril de 1520, in IAN/TT, CC-II-95-154. Estes documentos foram referidos por Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão...*, op. cit., p. 93.

<sup>379</sup> Cf. SI, vol. II, 1ª pt., pp. 291-293.

<sup>380</sup> António Leite acusou o ouvidor de encobrir os acontecimentos e de ser um “melhor comerciante de escravos”, aludindo que punha os seus interesses neste tráfico à frente do seu ofício, em conluio com D. Álvaro de Noronha. Cf. *Ibidem*, pp. 291-293. A acusação de que D. Álvaro participava no negócio de venda de cativos já tinha sido feita antes, pois em 15 de Fevereiro de 1519, Martim Vaz, escrivão dos contos e ao tempo contador interino de Azamor, fez um auto, por ordem do próprio capitão, desmentindo esse envolvimento. Cf. “Auto que ffez Martim Vaz contador por mandado do senhor capitão”, publ. in Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos...”, op. cit., pp. 151-152.

<sup>381</sup> Sobre as diferenças sociais entre os capitães, veja-se o capítulo 4.2 e os quadros VI-XVII, nos anexos sinópticos.

Azamor, Sebastião Leite, provavelmente seu parente, que também se tinha incompatibilizado com D. Álvaro<sup>382</sup>.

Por outro lado, nestes jogos de influências, Sebastião Leite exaltou, junto de D. Manuel, as capacidades de António Leite, afirmando que este tinha competências para ocupar um cargo mais elevado do que o de contador, ou seja, subentende-se que o considerava apto para ser nomeado para uma capitania. Estas considerações decorrem das seguintes palavras: “Antonio Leite nam ha nunca de tornar a servir estes ofícios [de contador] por nam serem de seu geito. Pode lhe Vossa Alteza fazer Iaa mercê doutros de seu geito que merece a Vossa Alteza toda a mercê”<sup>383</sup>.

Como já foi referido no capítulo anterior, o mais provável é que Sebastião e António Leite fossem parentes, no entanto, não existe prova desse facto<sup>384</sup>. Por conseguinte, a presença de Sebastião Leite em Azamor deve ter tido a intervenção do seu familiar ou dos seus contactos na corte.

A maneira como os conflitos com D. Álvaro de Noronha se articularam com os dois Leites indicia que ultrapassavam o mero choque pessoal, tratando-se de uma disputa entre grupos. Segundo os dados coligidos, António Leite dispunha já de uma rede clientelar e familiar no terreno<sup>385</sup>.

Em fins de 1522 decorrente de uma entrada militar do capitão Gonçalo Mendes Sacoto, Ali Mune (Ali Moumen), dirigente dos Xauhias, aceitou um acordo de

---

<sup>382</sup> No contexto da contenda entre o contador Sebastião Leite e D. Álvaro de Noronha, este capitão escreveu uma carta para o Rei, em Maio de 1519, a acusar o dito contador de o ter difamado junto do barão do Alvito, ao incrimina-lo de ter maltratado um criado deste, morador em Azamor, de nome Vicente Pires. Cf. Carta de D. Álvaro de Noronha ao Rei, feita em Azamor, a 18 de Maio de 1519, publ. in *Ibidem*, pp. 240-242. Este homem foi um dos treze possíveis parentes do biografado, que estiveram próximos dele em Marrocos. Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro I sobre os parentes de António Leite.

<sup>383</sup> Cf. Carta de Sebastião Leite ao Rei, feita em Azamor, datada de 12 de Novembro de 1510, erradamente, na publicação *As Gavetas...*, op. cit., vol. V, pp. 463-471. No contexto dos desentendimentos que teve com D. Álvaro de Noronha, Sebastião Leite esteve detido em Azamor durante quarenta e cinco dias. Segundo ele, antes da sua estadia em Azamor serviu na Índia durante seis anos e em Safim durante vinte e um meses. Cf. *Ibidem*, pp. 463-471. Sebastião Leite, cavaleiro da Casa Real, foi contador em Azamor durante, pelo menos, dois anos, nas capitánias de Simão Correia e D. Álvaro de Noronha, terminando o exercício deste ofício entre 1518 e 1519. Cf. SI, vol. II, 1ª pt., pp. 240-242. Uma carta de D. Manuel I a Sebastião Leite, feita em 1519, mas sem referência ao dia e mês, confirmava a posse, por parte deste, de umas casas, em que era referido um sobrado que foi “dos contos velhos”, em Azamor, obtido por carta do capitão Simão Correia. Cf. IAN/TT, *Livro das Ilhas*, fl. 233.

<sup>384</sup> Veja-se capítulo 2

<sup>385</sup> Sobre o assunto veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro I sobre os parentes de António Leite.

pagamento de tributos<sup>386</sup>. Para assegurar o seu cumprimento, a tribo deveria entregar reféns que ficariam em Azamor sob a responsabilidade do feitor ou, se fosse considerado mais apropriado pelo capitão, ao cuidado de António Leite, em Mazagão<sup>387</sup>. Neste pormenor pode inferir-se que esta capitania estava, nalguns aspectos, sujeita ao poder de Azamor.

Nos finais de 1525, quando a fortaleza de Mazagão logrou resistir a um ataque do monarca de Fez, António Leite viu recompensadas as suas diligências para o reforço da fortaleza<sup>388</sup>. Tratava-se de mais uma prestação à Coroa que valorizava a sua folha de serviço.

A partir de inícios de 1527, começaram a surgir indícios de dissensões em Azamor, entre alguns dos seus habitantes e o capitão Jorge Viegas. Em Mazagão, António Leite, em carta de 15 de Janeiro, dava conta a D. João III das desavenças entre Viegas e o contador Joane Mendes, que nesta contenda contou com o apoio do genro, Diogo Machado. António Leite parece ter dissuadido Joane Mendes de ir à corte, mas pediu ao Rei para que o transferisse para Mazagão, surgindo assim como intermediário entre os descontentes e o poder central<sup>389</sup>.

Contudo, longe de resolvidos, os conflitos ultrapassaram as muralhas de Azamor. Passados cerca de vinte dias, o próprio António Leite apresentava ao monarca várias queixas de Jorge Viegas, nomeadamente, de cativar “mouros” e cristãos mouriscos, que habitavam no termo de Mazagão; de proibir as populações de lavrarem e pastarem os animais nos campos ermos, contrariando a legislação régia; de tomar indevidamente os quintos dos “mouros” de Mazagão e de Azamor que iam a essa cidade fazer comércio; de ter agido militarmente contra a vila de Mazagão, cercando-a meia légua por mar. António Leite acusava ainda o feitor de Azamor, António de Freitas, de ter vendido, com outros, parte do trigo que tinha sido enviado para suprir as

---

<sup>386</sup> Gonçalo Mendes Sacoto substituiu interinamente D. Álvaro de Noronha na capitania de Azamor. Esteve nesta cidade poucos meses, deslocando-se depois para Safim. Cf. SI, vol. II, 1ª pt., pp. 303-307. Na campanha de Sacoto contra os Chaouias, António Leite enviou uma força de Mazagão comandada por António das Neves, com cem besteiros e espingardeiros e cinquenta homens a cavalo e mil homens dos “mouros de pazes” do xeque Acoo. Os aduares inimigos foram atacados a duas léguas de Salé, a 4 de Novembro de 1522, tendo sido feito um saque de dois mil camelos, vinte mil cabeças de gado e seiscientos cativos, entre os quais uma mulher do xeque e dois filhos. Participaram nessa entrada Diogo Leite e Sebastião Leite. Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais...*, pt. I, liv. I, cap. XVI.

<sup>387</sup> Cf. SI, vol. II, 1ª pt., pp. 303-307.

<sup>388</sup> Cf. Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão...*, op. cit. p. 92.

<sup>389</sup> Cf. SI, vol II, 2ª pt., pp. 389-390.

necessidades dos moradores, tendo nesta acção a convivência do capitão<sup>390</sup>. Mais uma vez, este episódio ilustra como os capitães, agindo em função dos seus interesses pessoais, se afastavam dos interesses da Coroa e escapavam ao seu controlo.

A 2 de Janeiro de 1528, António Leite informava o monarca de um revigoramento das forças muçulmanas, face a um poder português cada vez mais enfraquecido. Aconselhava, então, que dois dos principais do Reino se deslocassem ao Norte de África, de modo a se inteirarem do problema. Na mesma missiva, pediu uma provisão para Diogo Machado de Sampaio, fidalgo da Casa Real e genro do antigo contador de Azamor, para ficar a servir em Mazagão<sup>391</sup>. Como se viu, o capitão de Azamor tratara anteriormente da transferência do seu sogro para Mazagão, subentendendo-se uma relação de tipo patrono-clientelar entre estes dois parentes e António Leite.

Na mesma ocasião, o capitão referiu que, tendo o Rei pedido, há seis meses, para se deslocar ao Reino, de forma a esclarecer umas dúvidas em torno das suas contas, mostrava-se pronto a partir. No entanto, exigia uma caravela bem armada para não cair nas mãos dos corsários franceses, que de facto estavam muito activos na região<sup>392</sup>. Contudo, parece haver um desconforto por parte do capitão em relação às suas contas, o que lança a suspeita de obter ganhos pessoais, que ultrapassariam o que era considerado razoável na época. Leite tentou esquivar-se a uma justificação presencial, enviando pelo

---

<sup>390</sup> Cf. Carta de António Leite a D. João III, de 5 de Fevereiro de 1527, publ. in *Ibidem*, pp. 391-395. Uns meses depois, também o mestre Rodrigo, médico em Azamor, queixava-se de Jorge Viegas ao Rei, numa carta de 25 de Novembro desse ano e noutra de 1 de Janeiro do ano seguinte. Segundo as suas palavras, a pobreza grassava na cidade, não havia manutenção das portas e muralhas, o capitão abusava da sua autoridade exigindo tributos e punições monetárias irregulares aos “mouros” e havia roubo de mantimentos. Os moradores, para adquirirem os víveres que lhe eram devidos, vendiam a mercadores judeus os seus soldos que iam receber no futuro, por um preço muito baixo em relação ao seu valor real. Cf. Carta de mestre Rodrigo a D. João III, de 25 de Novembro de 1527, publ. in *Ibidem*, pp. 391-395. Carta de mestre Rodrigo ao Rei, de 1 de Janeiro de 1528, publ. in *Ibidem*, pp. 418-424.

<sup>391</sup> Cf. Carta de António Leite, feita em Mazagão, de 2 de Janeiro (sem ano, mas que os autores das *Sources Inédites* dataram de 1528), publ. in *Ibidem*, pp. 429-431.

<sup>392</sup> No princípio do Verão de 1524, um barco comandado por Gonçalo Leite foi tomado, nessas águas, pelo corsário francês Jean de Fleury. Cf. SI, vol. II, 1ª pt., pp. 329-333. Os corsários muçulmanos também agiam nas costas portuguesas e norte-africanas. Veja-se sobre este assunto Ahmed Boucharb, “La Course au Maroc Pendant la Première Moitié du XVI<sup>e</sup> Siècle: Une Autre Forme de Résistance”, in *Portugal e o Magrebe...*, op. cit., pp. 353-357; Vasco Resende, “Barberousse et les Portugais: La course Barbaresque Vue des Places Luso Marocaines et d’Ailleurs”, in *Ibidem*, pp. 359-365.

corregedor António Macedo uns papéis para esclarecer as dúvidas<sup>393</sup>. Deste pormenor fica a ideia de que também o capitão de Mazagão conseguiu fugir ao controlo central.

Lançarote de Freitas, feitor de Azamor, informava o Rei, a 9 de Junho de 1529, que um importante senhor muçulmano, Mouley Ahmed, tinha vindo de Marráquexe pedir refúgio<sup>394</sup>. Parece que, quem acolhera tão proeminente figura, não fora o capitão, pressentindo-se um certo vazio governativo em Azamor, nesta missiva do feitor. Sabe-se que, entre 1528 e 1529, o capitão Jorge Viegas fora alvo de uma devassa feita pelo corregedor António Macedo<sup>395</sup>. Uma vez que Viegas foi acusado de não ter acatado nenhuma das recomendações do corregedor<sup>396</sup>, é possível que tenha sido afastado no cargo. Na mesma missiva, onde relatou a chegada do príncipe muçulmano, Lançarote de Freitas recomendava que D. João III nomeasse um capitão íntegro, “como os antigos”<sup>397</sup>.

### 3.3 A primeira capitania de António Leite em Azamor

Depois de Jorge Viegas, em Setembro de 1529, António Leite estava em Azamor como capitão, com um carácter provisório, não se detectando nenhuma nomeação formal. Em carta dirigida ao Rei, feita no dia 10, o biografado indicia entusiasmo e empenho no novo cargo, aí delineava considerações sobre a estratégia para tomar o reino de Fez que evidenciam a sua experiência de muitos anos em Marrocos. Na sua opinião, para tomar esse reino bastava isolá-lo do exterior, retirando-lhe a sua principal saída para o mar, a cidade portuária de Salé<sup>398</sup>. Considerava, também, que se

---

<sup>393</sup> Cf. SI, vol II, 2ª pt., pp. 429-431. Este António de Macedo foi o corregedor que veio fazer uma inquirição em relação à acção do capitão de Azamor, José Viegas e do feitor Lançarote de Freitas, em virtude de várias queixas entre as quais de António Leite, Mestre Rodrigo e habitantes de Azamor. Cf. *Ibidem*, pp. 391-395, 418-424, 424-428, 429-431, 459-465, 472-474.

<sup>394</sup> Tratava-se de um filho de Moulay bo Haçam e de uma filha de Moulay Naçar, que por sua vez era filha do xeque dos Colotos. Cf. Carta de Lançarote de Freitas ao Rei, publ. in *Ibidem*, pp. 472-474. Moulay Naçar tinha sido xeque de Marráquexe até 1520. Cf. Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos* ..., op. cit., p. 141.

<sup>395</sup> Veja-se a nota 392.

<sup>396</sup> Depois da devassa feita à administração de Jorge Viegas, o corregedor responsável ordenou-lhe que indemnizasse alguns indivíduos, mas numa carta escrita em árabe, feita na Primavera de 1529, os seus autores queixavam-se que Jorge Viegas não tinha acatado essas ordens. Cf. SI, vol. II, 2ª pt., pp.459-465.

<sup>397</sup> Cf. Carta de Lançarote de Freitas, feitor de Azamor, feita em Azamor, a 9 de Junho de 1529, publ. in *Ibidem*, pp. 472-474.

<sup>398</sup> Aconselhava a tomada de Salé e de Rabat e referia que João de Castilho tinha feito um desenho da cerca antiga de Salé e das suas defesas. Cf. *Ibidem*, pp. 475-481. Esta carta não tem referido a ano mas segundo os compiladores das *Sources Inédites* foi escrita no ano de 1529.

Moulay Ahmed fosse apoiado poderia apoderar-se de Fez, pois tinha muitos apoios, nomeadamente, das tribos relacionadas com a sua família materna<sup>399</sup>.

Em relação à cidade de Azamor, referia que recentemente se tinham vivido ali momentos de grande perigo, quando as forças do reino de Fez fizeram vários ataques por terra e por mar. Mencionava que havia na cidade muitos cristãos-novos mouriscos que na realidade viviam como muçulmanos. Na sua opinião, estes eram um perigo para a segurança da cidade, por passarem importantes informações às forças do xerife de Marráquexe e do rei de Fez. Assim, aconselhava que as cartas que se mandassem para os domínios muçulmanos deveriam ter o aval do capitão e que muitos destes mouriscos deveriam ser transferidos para uma ilha, com as suas famílias, para aprenderem a serem bons cristãos<sup>400</sup>.

Na mesma missiva, António Leite levantou ainda a questão da dívida das rações aos moradores. Os mercadores judeus, aproveitando-se deste problema, compravam as rações que os moradores tinham a haver, por um preço muito baixo, obtendo lucros muito avultados quando eram ressarcidos pela Fazenda Real. Para pôr fim a esta situação, o capitão considerava que a Coroa devia recusar o pagamento aos que se aproveitavam da lastimável carência alimentar dos moradores<sup>401</sup>.

António Leite mencionava, também, o episódio de duas caravelas e um galeão do marquês de Ayamonte que tentaram tomar um navio de Ruão ancorado no porto de Azamor e que aí costumava comerciar todos os anos. Os navios do Marquês levavam um presente para um dos xerifes, com o intuito de fazer um acordo comercial na costa próxima do cabo Gué<sup>402</sup>, fragilizando os interesses portugueses. Aconselhava, então, D. João III a controlar a navegação comercial nos portos da Berbéria, forçando a passagem do trato entre europeus e muçulmanos pelas alfândegas portuguesas, o que permitiria significativos lucros para a Fazenda Real. Deste modo, evitava-se que Azamor perdesse

---

<sup>399</sup> Mais tarde, considerando-se responsável pela ida de Moulay Ahmed para Portugal e apercebendo-se da volubilidade das relações entre a nobreza muçulmana, António Leite aconselhou D. João III a não confiar homens a esse príncipe para tomar o trono de Fez, pois considerava que o mais provável era ele entrar em acordo com aquele monarca. Cf. Carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor, a 14 de Outubro de 1529, publ. in *Ibidem*, pp. 490-494.

<sup>400</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 475-481.

<sup>401</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>402</sup> O documento não refere com que xerife é que o Marquês pretendia fazer acordo mas, querendo negociar na zona perto de Santa Cruz do Cabo Gué, depreende-se que tenha sido o xerife do Suz, que era quem dominava essa região.

o comércio do lacre, que era uma importante fonte de receitas, e impedir-se-ia a aquisição de armas europeias pelas forças muçulmanas<sup>403</sup>.

António Leite pedia o regresso de Portugal do judeu Abraão Benzamerro (Abraham bem Zamirou)<sup>404</sup> que tinha sido nomeado, a 14 de Outubro de 1527, “língua” de Mazagão, Azamor e Safim, quando o cargo vagasse. Não obstante, ao que parece este continuou no Reino, razão pela qual o capitão de Azamor permitiu, sem provisão régia, que o feitor de Benzamerro, Jacob Daroque, exercesse o cargo de intérprete<sup>405</sup>.

Quando o biografado recebeu a responsabilidade da função de capitão de Azamor encontrou registados nesta cidade, com ração, duzentos homens a cavalo, mas, segundo suas palavras, nos repiques e guardas não dispunha de mais de cento e vinte<sup>406</sup>. Relembre-se que, pouco tempo depois da conquista de Azamor, o duque de Bragança considerava necessários mil e quinhentos homens para defender a cidade atalhada. Deste modo, fica claro que as forças que António Leite tinha sob seu comando eram muito reduzidas.

Em Outubro de 1529, António Leite recomendava ao Rei um Brás Ribeiro, cavaleiro e morador em Azamor desde a sua tomada. Este estava pronto para ir ao Reino, com licença do capitão, “fazer um pedido que lhe cumpre”, depois de se ter destacado durante o último cerco do Xerife, comandando um posto de combate, e onde

---

<sup>403</sup> Cf. SI, vol II, 2ª pt., pp. 475-481. Sobre o comércio em Marrocos veja-se: David Lopes, *A Expansão em Marrocos...*, op. cit., pp. 50-58; Vitorino Magalhães Godinho “As Escápulas das Especiarias...”, op. cit., p. 177; Bernard Rosenberger, “Aspects du Commerce...”, op. cit., pp. 80-81.

<sup>404</sup> Cf. SI, vol II, 2ª pt., pp. 475-481.

<sup>405</sup> Benzamerro, natural de Safim, teve o cargo de língua de 1529 a 1537, com a tença de oito mil reais por ano. Antes de ir para Portugal, onde terá chegado em Setembro de 1529, participou na negociação de um acordo de paz com o Xerife. Como referido, perante a sua ausência, António Leite usou como “língua” o seu feitor, Jacob Daroque, que era morador em Mazagão. No ano de 1535, este terá sido também arrendatário da alfândega de Mazagão, com os cristãos António Dias e Gaspar Faleiro. Cf. Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos...*, op. cit., p. 249. Benzamerro foi também “contratador dos pagamentos destes lugares em África”, como o comprova um documento de 15 de Julho de 1531, publ. in SI, vol. II, 1ª pt., p. 352, nota 1. No entanto, em carta feita em Azamor, a 14 de Outubro de 1529, António Leite referiu que o Rei estava a dever a Benzamerro o pagamento que este fazia aos moradores, tendo portanto, pelo menos desde essa data, essa responsabilidade. Segundo a mesma missiva, este judeu comerciava lacre português em Fez. Cf. *Ibidem*, pp. 490-494. Na época comerciavam-se em Marrocos cerca de cinquenta a cem quintais de especiarias e trezentos a quinhentos quintais de lacre por ano, trazidos do Oriente pelos portugueses pela Rota do Cabo. De Janeiro de 1514 a Março de 1517, passaram pela feitoria portuguesa de Azamor cerca de setenta e três quintais, uma arroba e trinta arráteis de pimenta, uma arroba e vinte arráteis de lacre vermelho, e quarenta e um quintais e quinze arráteis de lacre preto. Cf. Vitorino Magalhães Godinho “As Escápulas das Especiarias...”, op. cit., p. 177.

<sup>406</sup> Cf. SI, vol II, 2ª pt., pp. 475-481.



tinha perdido “muito da sua lavoura”<sup>407</sup>. Azamor nesse ano já tinha sofrido, pelo menos, outro cerco, realizado pelas forças do sultão de Fez.

Nesse ano, Leite fez uma apologia da conquista de Marrocos. Segundo as suas palavras, a Berbéria seria “menos trabalhosa de ganhar do que a Índia”<sup>408</sup>. Esta valorização do Norte de África em relação ao Oriente, que era do seu interesse, emanava de alguns sectores da sociedade portuguesa, afectos a uma visão cruzadística da expansão portuguesa, com raízes medievais<sup>409</sup>. Esta mentalidade ligada ao ideal de honra cavaleiresco está bem marcada na obra de Gil Vicente, nomeadamente no *Auto da Barca do Inferno*, onde apenas o tolo e os quatro cavaleiros da Ordem de Cristo, mortos na guerra contra os muçulmanos, vão para o paraíso, e no *Auto de Exortação da Guerra*, feito a propósito da campanha de conquista de Azamor. A visão carregada de moralismo de que era mais importante e honrado lutar pela cristandade no Norte de África do que buscar riqueza no Oriente está, de igual modo, bem marcado na figura do Velho do Restelo, que aparece no canto IV dos *Lusíadas*, assim como no projecto militar de D. Sebastião<sup>410</sup>.

O capitão de Azamor deu, também, nota das contendas que opunham o rei de Fez e o xerife de Marráquexe. Em Tédula (Tadla)<sup>411</sup>, na região da Duquela, estavam cerca de dois mil cavaleiros de Fez para a defender de um eventual ataque. Ao mesmo tempo, Leite fez advertência à instabilidade política nas hierarquias afectas aos

---

<sup>407</sup> Esta carta não tem data. Mas, segundo os seus compiladores, deve ter sido escrita a 13 de Outubro de 1529. Cf. *Ibidem*, pp. 488-489.

<sup>408</sup> Cf. Carta de António Leite ao Rei, feita em Azamor a 14 de Outubro de 1529, publ. in *Ibidem*, pp. 490-494.

<sup>409</sup> Como tão bem demonstrou Luís Filipe Thomaz, a expansão manuelina para o Oriente foi também movida por um plano cruzadístico. Cf. “L’idée impériale manuéline” in *La Découverte, le Portugal et l’Europe - Actes du Colloque*, ed. por Jean Aubin, FCG-CCP, Paris, 1990, pp. 35-103; versão portuguesa: “A ideia imperial manuelina” in Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima & Luiz Geraldo Silva (org.), *Facetas do Império na História – Conceitos e Métodos*, São Paulo, Editora Hucitec, 2008, pp. 39-104. Contudo, os que defendiam uma política oposta no Norte de África, regra geral, não partilhavam desta visão do Rei. Pelo contrário, entendiam que era mais natural à História e à própria Geografia de Portugal que a expansão se desenrolasse no outro Algarve.

<sup>410</sup> Fernanda Olival chamou a atenção que, ao contrário de Marrocos, ao longo do século XVI “raramente uma comenda era atribuída com base em serviços da Índia, feita excepção ao cargo de vice-rei ou governador”. Cf. Fernanda Olival, “Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI)” in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 795.

<sup>411</sup> A região de Tédula fica no sopé do Médio Atlas. Por aí passa o rio Morobeia que era o lugar de passagem para Fez e, por isso, a primeira linha da sua defesa. Na época, o poder nessa região estava nas mãos do alcaide Latar, que tinha lutado contra os portugueses na Batalha dos Alcaídes, mas que mais tarde, perante o perigo dos sáidas, se aproximou dos portugueses. Cf. David Lopes “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. João III: decadência do domínio português” in Damião Peres (dir.) *História de Portugal...*, op. cit., vol. IV, p. 88.

oatácidas. Segundo informações enviadas por Yahya bem Ed-dib (designado por Yahaya ou Hahe Adibe)<sup>412</sup>, na época o principal intérprete da cidade em comunicação com os poderes muçulmanos, o alcaide de Tédula, Latar (Ahamad al-Attar), tinha sido preso, a mando do Sultão, por suspeita de deslealdade<sup>413</sup>. A autoridade política deste monarca estava a sofrer um grande desgaste, à qual se contrapunha um reforço do poder do Xerife. Neste contexto, a conflitualidade e as suspeitas de traição abundavam entre os poderes que lhe eram afectos.

No final da primeira década do século XVI, no contexto do enfraquecimento do poder dos oatácidas<sup>414</sup> e da expansão dos portugueses, os xerifes sáidas<sup>415</sup>, com origem na região do vale superior do rio Drá, a sul do Atlas, revoltaram-se contra o Sultão. Imbuídos de um islamismo sufi, foram agregando crescentes apoios populacionais e começaram a expandir o seu território. Em 1509, o xerife Mohammed Ben el Quaim (referido nos textos portugueses como Alcaime), com os seus filhos Moulay Ahmede el Arej (referido nos textos portugueses como Alarege) e Moulay Mohammed ach Cheikh, tomou Tarundant, a capital da região do Suz. Após a morte de Nuno Fernandes de Ataíde, submeteram as tribos dos Hea (Haha) e dos Xiátima (Chyadma). Em 1524, depois de tomar Marráquexe, Moulay Ahmede el Arej estabeleceu-se como seu rei e o seu irmão como rei do Suz. Aos poucos, com as armas de fogo obtidas através de comércio com europeus, os sáidas ameaçavam tanto as praças portuguesas, como o poder decadente dos oatácidas de Fez<sup>416</sup>.

---

<sup>412</sup> A família Adibe era uma família judaica de comerciantes, de origem peninsular, que se instalou em Azamor após a expulsão dos judeus em Portugal. Em 1513, foi um Jacob Adibe que anunciou ao duque de Bragança o abandono de Azamor por parte dos muçulmanos. Esta família dominou o cargo de rabi-mor durante toda a presença portuguesa em Azamor. Jocef Adibe foi nomeado rabi-mor da cidade a 23 de Junho de 1514. Cf. Carta régia, publ. in Maria Augusta Lima Cruz, "Documentos inéditos...", op. cit., pp. 136-137. Tendo sido também nomeado corretor da casa da feitoria da cidade no dia seguinte. Cf. Carta régia, publ. in Maria Augusta Lima Cruz, "Documentos inéditos...", op. cit., p. 137. Yahya Adibe, que em 1529 tinha sido enviado por António Leite a Tédula, teve o cargo de "língua" em Azamor, a partir de 9 de Setembro de 1514, e de rabi-mor dessa cidade, a partir de 1523. Cf. Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa em Marrocos...*, op. cit., pp. 213-244.

<sup>413</sup> Cf. SI, vol. II, 2ª pt., pp. 490-494.

<sup>414</sup> Veja-se, nos anexos genealógicos, a genealogia II sobre os sultões oatácidas.

<sup>415</sup> Veja-se, nos anexos genealógicos, a genealogia III, sobre os sáidas.

<sup>416</sup> Cf. Maria Augusta Lima Cruz, "Os Portugueses em Marrocos...", op. cit., pp. 123-133; David Lopes, *A Expansão em Marrocos...*, op. cit., pp. 67-75; Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos...*, op. cit., pp. 137-165. Os Xerifes construíram uma genealogia que remontava a Ali, o califa primo do profeta, e a Saad, a ama do profeta, de onde provem o nome familiar. Cf. *Ibidem*, p. 137. O armamento dos sáidas melhorou em virtude de muitos artesãos judeus que estavam nos seus territórios e envolvidos no comércio que europeus faziam em Taftana, porto dos Hea, e mais tarde também em Santa Cruz do Cabo de Gué, depois dos muçulmanos conquistarem o forte. Cf. David Lopes "Os Portugueses em Marrocos no

Em Outubro de 1529, Azamor continuava a viver o problema do atraso dos pagamentos régios aos moradores. Benzamerro pedia para que lhe fossem pagas as dívidas da Coroa. Na época, ele e os seus associados avançavam com os pagamentos não executados pela Fazenda Real. Mesmo depois de ter deixado a cidade, Francisco Gomes efectuava as remunerações em seu nome, com dobras zeinas<sup>417</sup> ganhas com a venda de lacre em Fez<sup>418</sup>. Estes elementos revelam, mais uma vez, a extrema importância que a comunidade judia tinha em Marrocos para os interesses portugueses, tanto ao nível económico-financeiro, emprestando dinheiro e como intermediários comerciais entre portugueses e muçulmanos, como a nível diplomático, como intérpretes e como representantes. Muitos destes indivíduos, que viviam do lado muçulmano, eram fundamentais para a obtenção de informações.

No mesmo período, António Leite parece ter assumido, novamente, o seu papel de patrono. O acumular dos anos de serviço em Marrocos e a sua ascensão na estrutura do oficialato permitiram que um crescente número de homens o procurasse como figura mediadora com a Coroa. Nessa ocasião, o capitão intercedeu junto de D. João III a favor de um filho de António Gonçalves, adail da cidade, para quem pedia que entrasse no serviço régio, e recomendava Gaspar Madeira, “cavaleiro bem encavalgado”, sobrerrolda e apontador em Azamor, que naquele momento tinha sido enviado à corte com notícias<sup>419</sup>.

Na Primavera de 1530, António Leite terá negociado tréguas com os poderes muçulmanos afectos a Fez, próximos de Azamor, com a intermediação de judeus. Uma carta do alcaide de Salé, Mohammed bem Lahsen Zambak, feita antes 6 de Abril de 1530 e dirigida a António Leite, refere que, tendo recebido Yahya Adib, aceitou fazer tréguas por um período de trinta dias<sup>420</sup>.

Em Abril desse ano<sup>421</sup>, o capitão de Azamor informava D. João III sobre esse armistício e das boas relações que tinha com os alcaides de Salé e de Tédula.

---

Tempo de D. João III...”, op. cit., pp. 97-98. Sobre os Xerifes veja-se António Dias Farinha “Os Xarifes de Marrocos...”, op. cit., pp. 57-68.

<sup>417</sup> Moeda de ouro.

<sup>418</sup> Cf. Carta de António Leite ao Rei, de 14 de Outubro de 1529, publ. in SI, vol II, 2ª pt., pp. 490-494.

<sup>419</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>420</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 500-505.

<sup>421</sup> Cf. Carta de António Leite ao Rei, de 6 de Abril de [1530]. Esta carta não tem a referência ao ano em que foi feita, mas segundo os organizadores das *Sources Inédites* foi escrita em 1530, publ. in *Ibidem*, pp. 506 -507.

Considerava que o sultão de Fez deveria querer negociar paz com o rei de Portugal e que, se este assim o desejasse, tinha meios para o fazer. Contudo, avisava que negócios tão importantes não deveriam ser confiados aos judeus<sup>422</sup>. Mesmo um indivíduo como António Leite, cuja parte da família tinha parentesco com cristãos-novos, mantinha uma retórica de suspeição em relação a este grupo nas cartas que enviava para o poder central.

Em Junho de 1530, António Leite fez uma memória sobre a paz negociada com o Sultão<sup>423</sup>. Tudo terá começado quando Pero Martins, ourives em Fez<sup>424</sup>, depois de ter estado com o rei Oatácida, informou Yahya Adibe, em Salé, que era possível os portugueses realizarem um tratado de paz com esse monarca<sup>425</sup>. Perante o perigo dos sáidas, não restava alternativa aos oatácidas e aos portugueses se não procurarem um acordo.

Do lado muçulmano, os alcaides competiam para negociar a paz com os portugueses. O alcaide de Salé lançou o convite através de Yahya Adibe. António Leite aceitou, fazendo-se de imediato um mês de tréguas. As conversações continuaram com Adibe como representante de Leite, envolvendo também o alcaide Lutete, membro do conselho do Sultão<sup>426</sup>.

Embora o alcaide de Salé tivesse mais peso na corte de Fez, o capitão de Azamor conferenciou igualmente com o alcaide de Tédula, Latar, que, através destas acções diplomáticas, tentava ter mais preponderância junto do seu soberano<sup>427</sup>. A concorrência entre os alcaides para alcançarem maior peso político na monarquia Oatácida evoluiu numa teia de intrigas, nas quais Leite procurou jogar, deixando abertas todas as portas de negociação, o que revela maturidade diplomática e conhecimento do terreno onde se movia.

---

<sup>422</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>423</sup> Através da data fornecida por carta de Pedro de Mascarenhas, os organizadores das *Sources Inédites* concluíram que este documento terá sido feito em Azamor, a 20 de Junho de 1530. Cf. *Ibidem*, pp. 531-534.

<sup>424</sup> Mencionado como comerciante em Fez, em carta do duque de Barcelos. Cf. J. D. M. Ford e L. G. Moffat (ed.), *Letters of the Court of John III King of Portugal 1521-1557*, Cambridge, Harvard University Press, 1931, p. 152.

<sup>425</sup> Cf. SI, vol. II, 2<sup>a</sup> pt., pp. 531-534.

<sup>426</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>427</sup> Cf. *Ibidem*.

As negociações foram marcadas pelo papel fundamental da rede judaica, ao contrário do que Leite supostamente pretendia. Recorde-se que o acordo surgiu na sequência de uma chamada de atenção de um Pero Martins, certamente um judeu de origem portuguesa, que habitava em território muçulmano. O intérprete e rabi-mor da cidade de Azamor, Yahya Adibe, foi uma peça indispensável nas conversações, sendo o intermediário entre António Leite e os poderes muçulmanos.

Em Abril de 1530, António Leite notificava ainda que tinha interceptado uma carta de um Cide Naçar, que estava nesse momento em Portugal com o notável muçulmano que no Verão do ano anterior se tinha refugiado em Azamor, Moulay Ahmed, para o alcaide Latar, onde afirmava ser falso que D. João III estivesse a preparar uma frota para atacar o reino de Fez. O capitão de Azamor avisava o monarca que, se ele quisesse agir militarmente em Marrocos, devia fazê-lo contra os xerifes que procuravam um acordo de paz com Fez<sup>428</sup>. Da alusão a este rumor conclui-se que, se por um lado, a situação das fortalezas portuguesas no Norte de África foi quase sempre muito instável, por outro, os muçulmanos viviam com o temor de uma operação militar portuguesa em larga escala.

O juiz dos órfãos de Azamor, Vicente Rodrigues Evangelho<sup>429</sup>, a 10 de Abril de 1530, informava o monarca de um poderoso ataque efectuado pelo Xerife contra a cidade de Azamor. Segundo as suas palavras, António Leite já estaria avisado há um mês, pelo capitão de Safim, da probabilidade da sua ocorrência. Contudo, não ouvindo os conselhos dos fidalgos e cavaleiros do Rei e por sua incompetência, a cidade por pouco quase foi tomada. Os muçulmanos teriam penetrado na vila velha e quase entraram no castelo por um baluarte, provocando muito pânico<sup>430</sup>. O juiz dos órfãos acusava ainda António Leite de só ouvir os judeus da família Adibe. Seguindo os seus conselhos, o capitão parou com Moulay Idris, sogro de xerife de Marráquexe. Em troca da retirada dos sitiados restituiu um “mouro” cativo e os objectos que lhe tinham sido confiscados, quando antes os muçulmanos admitiam pagar cerca de dez mil cruzados. Para além disso, aceitou entregar um camelo carregado com duas arcas e mais

---

<sup>428</sup>Cf. *Ibidem*, pp. 506-507. No início dos anos 30, falou-se muito de uma possível expedição a Marrocos comandada pelo infante D. Luís. Cf. David Lopes “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. João III...”, op. cit. p. 88.

<sup>429</sup> Vicente Rodrigues Evangelho era cavaleiro da Casa Real, juiz dos órfãos em Azamor e adjunto do almoxarife de Mazagão. Cf. SI, vol. II, 2ª pt., p. 515.

<sup>430</sup> Segundo o autor desta carta a cidade precisava de um fosso para melhor se defender, o que indica que ainda não existia aí nenhum. Cf. *Ibidem*, pp. 508-515.

sete a oito cargas de sáveis. Um dos Adibe doou ainda setenta cruzados em “alfobre e grãos e baretes” e outras coisas às mulheres e filhos do Xerife e aos alcaides<sup>431</sup>.

O confronto entre portugueses e muçulmanos afectos ao Xerife não durou muitos dias, uma vez que chegaram notícias ao terreiro das forças inimigas que o rei de Fez se movimentava para atacar Marráquexe, o que forçou a interrupção do cerco<sup>432</sup>.

Vicente Rodrigues Evangelho insistindo nas suas queixas contra António Leite expô-lo ao ridículo, afirmando que a sua maior preocupação era com uma horta que tinha em Mazagão, que o Mouley Idris mandara guardar. Considerava que das decisões do capitão resultou um desprestígio para os portugueses. O pagamento feito ao inimigo foi sentido como um tributo, com a agravante de ter tido a assistência dos “mouros de pazes” e de alguns enviados do alcaide de Tédula, que estavam na cidade para entregar trigo<sup>433</sup>.

Segundo o mesmo testemunho, António Leite impediu os moradores de relatarem a verdade dos factos. Depois de passado o perigo, o capitão fingiu um rebate obrigando os moradores a dormirem duas noites nas estâncias, para assim impedir que entregassem a sua correspondência a Pero Lopes, enviado à corte como mensageiro. Portanto, Vicente Rodrigues avisava o Rei que não se admirasse se na carta do capitão fossem elogiadas sete a oito pessoas por actos de heroísmo e que esses, por sua vez, louvassem os feitos do capitão. Denunciava também que os moradores não eram pagos há dez meses, que o trigo não era devidamente repartido e que os “mouros” abandonavam a cidade. Acusava António Leite e o feitor Lançarote de Freitas de conluio com os rendeiros para explorar os moradores nesta situação de carência<sup>434</sup>. Relembre-se que o próprio biografado fizera queixas semelhantes dos capitães que o antecederam.

Esta carta de Vicente Rodrigues ultrapassa a mera denúncia de comportamentos irregulares por parte de António Leite. O pormenor de ridicularizar o capitão com a

---

<sup>431</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>432</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>433</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>434</sup> Segundo Vicente Rodrigues Evangelho, o feitor tinha quebrado uma cana na cabeça do fidalgo castelhano Martim Alonso e oito dias depois quebrou outra na cabeça do contador por este o ter advertido da falta de equidade nas distribuições que fazia aos moradores. Tudo isto “sem o capitão acudir”. Cf. *Ibidem*. Em carta ao Rei, de 18 de Março de 1530, Vicente Rodrigues Evangelho já se tinha queixado do capitão e de outros oficiais e da desigualdade na distribuição das rações. Cf. IAN/TT, CC-I-44-113.

questão da horta em Mazagão revela que haveria entre os dois homens uma relação de inimizade. No entanto, como já foi referido, as querelas entre oficiais da Coroa ultrapassavam muitas vezes o âmbito pessoal, transformando-se em disputas entre grupos consubstanciados em redes clientelares. A situação apresentada na missiva indicia que, do lado de António Leite estariam, entre outros, o feitor e, que do lado de Vicente Rodrigues estaria, pelo menos, o contador. No entanto, não foi possível determinar a dimensão total deste conflito.

O feitor Lançarote de Freitas informava D. João III, a 23 de Abril, da existência de notícias de que o Sultão se preparava para entrar em guerra com o xerife de Marráquexe. Mas, segundo outros rumores, havia a possibilidade de atacar Azamor, em virtude da imagem de fraqueza das forças portuguesas, durante a última investida das forças do Xerife<sup>435</sup>. Esta missiva parece sugerir que Lançarote de Freitas não estava em tanta sintonia com António Leite como Vicente Rodrigues Evangelho insinuava.

Os acontecimentos que se passaram em Azamor durante este ataque do Xerife terão beliscado a reputação de António Leite, talvez pondo mesmo em causa as suas capacidades para exercer o cargo de capitão. Assim, cerca de dois meses depois e passado quase um ano desde que ascendera às funções de capitão de Azamor, foi revezado por Pedro de Mascarenhas<sup>436</sup>. Contudo, o seu governo em Azamor tinha um carácter provisório, não se conhecendo uma nomeação formal para o cargo, deste modo, é provável que esta sua substituição já estivesse prevista.

Quatro dias depois de chegar, a 9 de Junho de 1530, o novo responsável fez um ponto da situação de como encontrou a cidade. Estavam seiscentos e dezoito indivíduos assentes com ração: cento e oitenta e dois homens a cavalo; cento e vinte e três moços de pé, que serviam com os de cavalo; duzentos e quarenta moradores; catorze degredados; doze clérigos e frades; oito homens que serviam no batel da barra; doze bombardeiros; e dezassete homens da armada de Sebastião Leite. Muitos destes eram crianças, gente fraca e mal armada. Estavam ainda na cidade Baltasar Dias e Pero da Costa, capitães de duas caravelas, com cento e dez homens, que tinham ido em socorro de Santa Cruz do Cabo de Gué e depois a Mazagão, onde António Leite lhes deu ordens para se dirigirem para Azamor, pois considerava estar iminente um ataque. Com Pedro

---

<sup>435</sup> Cf. SI, vol II, 2<sup>a</sup> pt., pp. 516-517.

<sup>436</sup> O novo capitão de Azamor chegou à vila a 5 de Junho de 1530. Cf. Carta de Pedro de Mascarenhas ao Rei, feita em Azamor em 9 de Junho de 1530, publ. in SI, vol II, 2<sup>a</sup> pt., pp. 526-530.

de Mascarenhas tinham vindo mais cento e cinquenta soldados. Assim, estavam ao todo oitocentos e setenta e oito indivíduos preparados para a guerra. O autor da carta mandou difundir que tinha oitocentos espingardeiros, tentando, deste modo, dissuadir o inimigo. Azamor tinha grandes deficiências no sistema de defesa passiva. Os muros eram em taipa, sendo muito estreitos e fracos, tanto os do atalho como os do castelo. Pedro de Mascarenhas mandou fortalecer um baluarte, obra que António Leite já tinha começado, e reparou outros. Colocou todas as caravelas no rio, com a intenção de só as retirar quando tivesse a certeza de que o rei de Fez não viria contra a cidade. Sobre este assunto, o capitão pediu informações ao alcaide de Tédula, de onde mandou regressar o médico da cidade, mestre Francisco, que aí estava com autorização para tratar um seu sobrinho<sup>437</sup>. Ordenou, de igual forma, o regresso de uma caravela que estava em Salé. Em virtude da quantidade da população existente na cidade, tanto muçulmana como judia, que contava com muitas mulheres e crianças, preparava-se para organizar a defesa no atalho e não no castelo<sup>438</sup>.

No contexto das boas relações criadas com os alcaides mais próximos de Azamor, o novo capitão referia, em Junho de 1530, que o alcaide Latar mostrava-se interessado em prolongar a paz negociada com António Leite. Perante um eventual avanço do xerife de Marráquexe, este alcaide pedia refúgio ao rei de Portugal, que para este efeito lhe tinha dado um alvará quando estivera no Reino.<sup>439</sup> Neste contexto de boa vizinhança, o alcaide de Tédula fez um contrato comercial em Lisboa, a 1 ou 2 de Agosto de 1530, onde comprou várias especiarias transportadas pela Rota do Cabo, para vender em terras muçulmanas, em troca de cera e têxteis<sup>440</sup>.

Num momento em que os conflitos com o xerife de Marráquexe estavam mais acesos, a substituição de António Leite na capitania de Azamor pode ser justificada pelo

---

<sup>437</sup> Tal como descrito nos *Anais de Arzila* as relações entre os capitães portugueses e os poderes muçulmanos tinham muitas vezes um carácter cavaleiresco. Tal como acontecia em Arzila em que o físico Duarte Rodrigues foi tratar duas vezes Moulay Abraham e a sua mulher a Fez, o médico de Azamor também ia tratar o alcaide vizinho e os seus familiares. Veja-se Bernardo Rodrigues, *Anais...*, op. cit., tomo II, liv. 4, caps. XVI e XLIX.

<sup>438</sup> Pedro de Mascarenhas não sabia nada da vinda do rei de Fez para atacar Azamor. Tinha informações de que estava em conversações de paz com o xerife de Marráquexe, mas dadas as suas diferenças, considerava que a possibilidade de um acordo era muito remota. Cf. Carta de Pedro de Mascarenhas ao Rei, feita em Azamor em 9 de Junho de 1530, publ. in SI, vol II, 2<sup>a</sup> pt., pp. 526-530.

<sup>439</sup> O alcaide Latar afirmava que depois poderia ir para a Turquia, mas preferia servir o monarca português numa das suas cidades ou em Anafé. Cf. Carta de Pedro de Mascarenhas para o Rei, de 20 de Junho de 1530, publ. in *Ibidem*, pp. 535-543.

<sup>440</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 544-548.



seu pouco peso social e por não possuir as competências bélicas necessárias numa situação de guerra. No entanto, no campo diplomático demonstrou grande habilidade.

As várias queixas que recaíram sobre o biografado, sobretudo da parte do juiz dos órfãos de Azamor, Joaquim Rodrigues Evangelho, que o acusara de não ter estado à altura na defesa da cidade e de ter cometido alguns desmandos, podem, de igual modo, ter contribuído para o cessar das suas funções. Contudo, deve reconhecer-se que os meios que dispunha para fazer face às forças inimigas eram insuficientes.

Depois de ter abandonado o cargo em Azamor em 1530, as informações sobre Leite reduzem-se drasticamente. A 14 de Fevereiro de 1537, D. João III fez-lhe a mercê da comenda da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis com a sua anexa de S. Tiago de Ribardul, no bispado do Porto<sup>441</sup>. O documento refere que tinha sido capitão de Mazagão, onde serviu na guerra durante dois anos, omitindo a sua capitania em Azamor<sup>442</sup>. Estes dados sugerem que exerceu novamente o governo de Mazagão depois de deixar o cargo em Azamor. Esta hipótese é reforçada por outros documentos. Nos *Anais de D. João III*, Frei Luís de Sousa fez referência a uma missiva de 14 de Abril de 1541, onde Leite mencionava que “a capitania de Mazagão, [...] lhe pertencia por carta, que dela tinha del-rei D. Manuel”<sup>443</sup>. A 20 Agosto de 1542, recebeu a mercê da alcaidaria de Santo António de Arenilha, junto à foz do Guadiana onde se esclarecia que esse benefício era feito em troca da dita capitania. O documento relata que no acto de entrega da alcaidaria a carta de mercê de Mazagão foi “rota”<sup>444</sup>. Deste modo, tudo parece indicar que depois de abandonar Azamor, António Leite foi, outra vez, capitão de Mazagão.

No início do ano de 1537, o exercício da capitania de Azamor ainda perseguia António Leite. Conjuntamente com o antigo capitão D. Álvaro de Abranches e o vigário de Azamor, João Álvares de Avelar, foi denunciado à Inquisição. Os acusadores eram Francisco Frazão, cavaleiro e juiz dos órfãos naquela cidade, Estêvão Ribeiro de

---

<sup>441</sup> O documento refere-o como cavaleiro da Ordem de Cristo. A comenda rendia cinquenta cruzados por ano. Cf. Carta de D. João III, feita em Évora a 14 de Fevereiro de 1537, in IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 24, fol. 36.

<sup>442</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>443</sup> Frei Luís de Sousa, *Anais...*, op. cit., pt. II, liv. I, cap. XIV.

<sup>444</sup> Na carta de doação de Santo António de Arenilha a António Leite é referido que este tinha a capitania de Mazagão, por carta da chancelaria de D. João III, provavelmente uma confirmação da mercê de D. Manuel I. Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 13, fls. 375v-379v, publ. in Hugo Cavaco, *Revisitando...*, op. cit, pp. 16, 36-47. Sobre a doação de Arenilha veja-se o capítulo seguinte.

Almeida, prior da coligada desde 1532, e Afonso Vaz, cristão-novo, com família judaizante. Segundo os seus testemunhos, o antigo capitão António Leite teria permitido que cristãos-novos, tanto de origem muçulmana como de origem judia, regressassem à sua antiga fé. O último dos acusadores referiu que era “voz corrente” que, por tal, recebia dinheiro <sup>445</sup>. Note-se, contudo, que as referências a cristãos-novos que regressavam às suas anteriores práticas religiosas foram uma constante ao longo da presença portuguesa em Azamor. Como já foi referido, o próprio D. Manuel I, apercebendo-se da força da comunidade judaica nessa cidade, pensou impedir aí a fixação de cristãos-novos, mas tal tornou-se inviável pela falta de moradores cristãos-velhos.

### **3.4 A segunda capitania de António Leite em Azamor**

O capitão de Azamor, D. Álvaro de Abranches, foi durante o seu mandato consecutivamente acusado de abusos pelos moradores, pelos habitantes judeus e muçulmanos e por alguns poderes muçulmanos. Em 1537 a situação tornava-se insustentável; as queixas que chegavam ao Passo obrigaram à acção. Num primeiro momento, D. João III ordenou a António Leite, estante em Mazagão há poucos meses como capitão, que realizasse uma devassa em Azamor, mas este não se conseguiu impor à figura do antigo mestre sala do Rei<sup>446</sup>. O monarca enviou, então, a Azamor o desembargador Sebastião Álvares para resolver a situação definitivamente. Com base num regimento régio, o desembargador demitiu Abranches e empossou António Leite como capitão de Azamor a 17 de Setembro de 1537<sup>447</sup>. O instrumento da entrega da

---

<sup>445</sup> Cf. Denúncia feita em Évora a 10 de Janeiro de 1537, publ. in SI, vol. V, pp. 120, 119-130. Francisco Frazão, em carta ao Rei, escrita na prisão do Limoeiro em Lisboa, datada de 14 de Maio de 1542, acusou novamente António Leite de abusos e dizia-se vítima das suas intrigas. Culpava de igual forma, o genovês Andrea, que se tinha estabelecido em Azamor, e o corregedor Simão Martins, de conivência. Cf. SI, vol. IV, p. 42.

<sup>446</sup> Cf. *Ditos Portugueses Dignos de Memória. História Intima do Século XVI*, ed. Anotada e comentada por José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Europa América, s.d., pp.126-127; Cf. Instrumento público de entrega da capitania de Azamor a António Leite, feito em Azamor a 17 de Setembro de 1537, publ. in Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos...”, op. cit., pp. 161-164. António Leite substituiu Manuel de Sande na capitania de Mazagão que terá exercido esse cargo pelo menos até os fins de Março. Cf. Carta de Manuel de Sande ao Rei, feita em Mazagão a 27 de Março de 1537, in SI, vol. III, pp. 90-94. A denúncia à Inquisição de 10 de Janeiro de 1537, já citada, refere que António Leite tinha sido capitão de Mazagão e que no momento “estava por capitão de Azamor”. Cf. SI, vol. V, pp. 120.

<sup>447</sup> António Leite prestou menagem ao monarca através do representante régio Sebastião Álvares, que era desembargador do Paço e da Casa da Suplicação. Cf. Instrumento público de entrega da capitania de Azamor a António Leite, publ. in Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos...”, op. cit., pp. 161-

capitania ao biografado é o documento acedido mais antigo, onde ele é denominado fidalgo da Casa Real<sup>448</sup>.

Esta nomeação parece ter sido um golpe de sorte na vida de António Leite. Provavelmente se não fosse a situação de instabilidade que se vivia em Azamor, em virtude da acção de D. Álvaro Abranches, o biografado não passaria da capitania de Mazagão. A opção por António Leite para o governo de Azamor deve ter tido em conta a sua proximidade e capacidade para resolver os problemas que se tinham levantado, graças à sua longa experiência das especificidades da vivência da região. Note-se que o seu retorno a Azamor dava-se num contexto marcado pelo aumento da capacidade militar dos xerifes. No Verão do ano anterior, o sultão de Fez tinha sofrido uma pesada derrota em batalha, contra o Sádida de Marráquexe, tendo um dos seus filhos perecido<sup>449</sup>. Perante o perigo, em Setembro desse ano, em Azamor, realizaram-se obras na sua estrutura defensiva<sup>450</sup>.

Desde o início da nova capitania, António Leite foi bastante activo no campo diplomático, tanto com Fez como com Marráquexe. Nos finais de 1537, estes poderes fizeram-se representar em Azamor por emissários, que ficaram acomodados em casas do judeu Jacob Daroque<sup>451</sup>. Este pormenor evidencia, mais uma vez, a importante colaboração dos judeus na diplomacia portuguesa em Marrocos.

Contudo, apesar dos esforços diplomáticos as tensões avolumavam-se. Estando em Azamor em 1538, Sebastião Álvares, em carta ao Rei, de 6 de Março, informava que tinham chegado notícias que o Xerife tencionava atacar o soberano de Fez, depois do Ramadão. Contudo, segundo o entendimento do oficial português, sabendo que o Sádida tinha reforçado os seus postos na Duquela e tendo em conta o risco que essa incursão constituía para a sua artilharia, uma vez que tinha de atravessar vários rios, esses

---

164. No final do Inverno de 1537 e até meados de Maio de 1538, este desembargador, esteve em Azamor a fazer uma devassa à acção do capitão, D. Álvaro Abranches. Cf. SI, vol. III, pp. 137, 138, 143-145. Uma carta de Sebastião Vargas de 30 de Julho de 1542 refere a prisão de D. Álvaro Abranches. Cf. *Ibidem*, p. 144. Sobre os problemas de D. Álvaro com a justiça veja-se A. Braancamp Freire, “A Gente do Cancioneiro”, in *Revista Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional, (vol. X, 1907), pp. 274-275.

<sup>448</sup> Cf. publ. in Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos...”, op. cit., pp. 161-164.

<sup>449</sup> Cf. SI, vol. III, pp. 44-45; 46-48, 49-51, 52-53.

<sup>450</sup> Segundo Manuel de Sande, governador de Mazagão, em carta ao Rei, de 21 de Setembro de 1536, a cidade estava a ser reforçada com “muros e cavas”, enquanto Mazagão era esquecida. Cf. *Ibidem*, pp. 60-64.

<sup>451</sup> Daqui resultaram duas ordens de pagamentos a Jaquo Daroque pelas despesas que teve, uma de 26 de Novembro e outra de 20 de Dezembro. Cf. *Ibidem*, pp. 133-134, 135-136.

rumores eram uma manobra de distração. Na sua opinião era provável que os objectivos do ataque fossem as praças de Safim ou Azamor<sup>452</sup>.

Na sequência destes receios foi enviado um emissário ao xerife de Marráquexe. No entanto, este soberano recusou-se a receber o mensageiro o que aumentou o clima de suspeição. Segundo uma mensagem de um Henrique Vieira<sup>453</sup>, que estava em Marráquexe, esta recusa devia-se ao facto de Azamor não ter pago o tributo de duas mil onças que tinha sido exigido. Por essa razão, o Xerife ameaçava também entrar em guerra com a cidade. Neste contexto, Henrique Vieira chegou a Azamor no dia 1 de Maio comunicando que, para evitar um ataque eminente, tinha acordado com o Sádida que, para além das duas peças de escarlata que António Leite lhe daria, ser-lhe-iam entregues uma peça de grã, mais duas peças de pano no valor de cinquenta onças referentes a dívidas de cal que fora vendida à cidade. Segundo Sebastião Álvares, quando Henrique Vieira estabeleceu o acordo já tinha partido uma força de ataque de Marráquexe que foi mandada recuar. Os habitantes de Azamor, tanto cristãos como judeus, prontificaram-se a pagar a peça de grã e as duas peças que valiam cinquenta onças. Enquanto estes acontecimentos se sucediam prosseguia a guerra entre Marráquexe e Fez<sup>454</sup>.

A situação relatada demonstra como, na época, os portugueses em Azamor estavam numa posição completamente defensiva face às ameaças muçulmanas. A relação com Marráquexe era de uma grande ambiguidade. Ainda que oficialmente não se aceitasse qualquer pagamento de tributos ao Xerife, na prática havia cedências. Alguns habitantes, sobretudo judeus e certamente cristãos-novos, dispunham-se a contribuir para os pagamentos exigidos, na medida em que as suas actividades comerciais eram muito prejudicadas pela guerra. Recorde-se que quando o Xerife cercou Azamor em 1530 foram também os judeus que se ofereceram para pagar uma parte do tributo exigido. A maioria dos habitantes de Azamor estava mais interessada no comércio com os muçulmanos do que nas incursões de saque que se faziam no passado.

---

<sup>452</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 137-138.

<sup>453</sup> Henrique Vieira, em carta dirigida ao Rei, feita em Tarudante, a 4 de Novembro de 1546, pedindo ajuda para a sua família que estava cativa em Santa Cruz do Cabo de Gué, refere que serviu a Coroa aí, em Safim e Azamor, com armas e cavalos, e como representante dos interesses portugueses em Marráquexe e Tarudante. Cf. IAN/TT, CC, 1, 78, 89.

<sup>454</sup> Cf. Segundo carta de Sebastião Álvares ao Rei, de 4 de Maio de 1538, publ. in SI, vol. III, pp. 143-145.

A diplomacia de António Leite com os poderes muçulmanos vizinhos foi um trabalho continuado. O alcaide Djian esteve em Azamor durante quatro dias para acordar a delimitação de terras que os habitantes da cidade poderiam cultivar<sup>455</sup>. Na Primavera do ano seguinte, estiveram na cidade quarenta cavaleiros de Fez que iam entrar nas terras do Xerife<sup>456</sup>. As conversações de paz entre a Coroa portuguesa e o monarca de Fez tomavam um cariz cada vez mais sério, face às ameaças do xerife de Marráquexe. No Verão de 1539, existia uma feitoria portuguesa em Fez da qual Sebastião Vargas era responsável. Este, para além da incumbência comercial, era embaixador de D. João III, com poderes para ajustar a paz<sup>457</sup>. Este último dado demonstra como os interesses comerciais com os muçulmanos tinham ganho um maior relevo.

No entanto, apesar de todas as negociações de paz e comércio, as relações com os poderes de Fez não deixaram de ser instáveis. As causas talvez residissem na dificuldade que o Sultão tinha em controlar os poderes periféricos, em virtude de uma indisciplina instalada na hierarquia do Reino, devido ao seu crescente descrédito face aos sáidas e em consequência de um arreigado hábito de excursões de rapina entre os senhores locais. Neste contexto, em Setembro de 1539, o responsável pela feitoria portuguesa em Fez, Sebastião Vargas, queixava-se que os criados do alcaide Abdallah, afecto a Fez, tomaram uma cáfila comercial perto de Azamor, pertencente a judeus<sup>458</sup>.

Em Agosto de 1540, as tréguas com os xerifes estavam a terminar<sup>459</sup>. Em carta de 11 desse mês, D. João III dava ordens para se negociarem tréguas por mais oito a nove meses, mas não mais. D. Guterre de Monroy, capitão da praça de Santa Cruz do Cabo de Gué, já estava a conferenciar a paz com o xerife de Suz. D. João III incumbia António Leite de estabelecer negociações por Azamor, Mazagão e Safim, ou apenas pelas duas primeiras praças, com o xerife de Marráquexe. D. Rodrigo de Castro, se

---

<sup>455</sup> Cf. Ordem de pagamento a favor de Jacob Daroque feita a 4 de Agosto de 1539, publ. in *Ibidem*, pp. 207-209.

<sup>456</sup> Cf. Ordem de pagamento de António Leite feita a 10 de Março de 1540 a favor do judeu Breguis, por despesas que teve com os homens do Sultão, publ. in *Ibidem*, p. 240.

<sup>457</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 212-217. Sobre Sebastião Vargas veja-se Robert Ricard, “Bastião Vargas agent de Jean III de Portugal au Maroc...”, SI, vol. III, pp. 176-102.

<sup>458</sup> Cf. Carta de Sebastião Vargas, feitor em Fez, a D. João III, de 21 de Setembro de 1539, publ. in *Ibidem*, pp. 212-217.

<sup>459</sup> A paz anterior com o xerife de Marráquexe tinha sido negociada, em 1537 pelo capitão de Safim, D. Rodrigo de Castro. Essa paz não englobava Santa Cruz do Cabo Gué que estava na fronteira com do território do xerife do Suz. Cf. David Lopes “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. João III...”, op. cit., p. 88.

fosse necessário, parlamentar com este soberano em nome de Safim<sup>460</sup>. Desta directrizes régias subentende-se que, na época, a Coroa portuguesa estava pouco interessada em sustentar uma guerra no Norte de África. Por outro lado, o processo ressalta o papel diplomático e não apenas bélico dos capitães.

No Outono desse ano, António Leite mandou Francisco Fernandes<sup>461</sup> a Marráquexe tratar das tréguas, ao mesmo tempo que mantinha relações diplomáticas com Fez, através do alcaide Abdallah<sup>462</sup>. A presença portuguesa em Azamor, no final da década de trinta, equilibrava-se no “fio da navalha”, entre a ofensiva dos sáidas e a resistência do sultão de Fez. Face ao crescente poder do xerife de Marráquexe, os portugueses e o Oatácida tendiam estreitar relações.

Nenhuma das negociações com os xerifes produziu resultados. Sebastião Vargas, em Fez, informava o Rei, a 9 de Dezembro de 1540, que António Leite e D. Rodrigo, capitão de Safim, tinham enviado mensagens ao sultão de Fez avisando-o que se encontravam em estado de guerra com os xerifes<sup>463</sup> e que as forças de Marráquexe estavam a onze léguas de Azamor, onde se vivia uma fome mortal. O feitor considerava que o avanço do Sádida teria como objectivo atacar Azamor ou Safim<sup>464</sup>. Três dias depois, Vargas avisava D. João III que o Xerife tinha ultrapassado o rio Oum er Rbia. Desta vez, na sua opinião, era a cidade de Salé que deveria estar na mira do ataque. Apesar do perigo eminente, Sebastião Vargas mencionava a inacção e alheamento do rei de Fez em relação a tudo o que se passava<sup>465</sup>.

As notícias dos avanços dos sáidas tornavam-se alarmantes. A 7 de Março de 1541, D. João III informava o conde da Castanheira e vedor da fazenda, D. António de Ataíde, que as forças do xerife de Marráquexe estavam a duas léguas de Mazagão e que

---

<sup>460</sup> Cf. SI, vol. III, pp. 251-252.

<sup>461</sup> Jerónimo Dias era talvez sobrinho e representante do mercador de Tavira, Fernão Dias. Provavelmente seria o mesmo que aparece como Jerónimo Diaz Sanchez, estabelecido em Tetuão entre 1548 e 1549. Em 1555 foi encarregue de resgatar cativos em Alger. Todas as cartas que redigiu estavam em castelhano. Cf. *Ibidem*, pp. 277-278.

<sup>462</sup> Uma ordem de pagamento de António Leite, feita a 12 de Novembro em Azamor, a favor de Jerónimo Dias para pagar seis barretes ofertados aos criados de Mouley Nasser, filho do xerife de Marráquexe, que foram com Francisco Fernandes a essa cidade, e outros ofertados a dois criados do alcaide Abdallah, afecto ao monarca de Fez. Cf. *Ibidem*.

<sup>463</sup> Cf. Primeira carta de Sebastião Vargas ao Rei, de 9 de Dezembro de 1540, publ. in *Ibidem*, pp. 279-294.

<sup>464</sup> Cf. Segunda carta de Sebastião Vargas ao Rei, de 9 de Dezembro de 1540, publ. in *Ibidem*, pp. 300-303.

<sup>465</sup> Cf. Carta de Sebastião Vargas ao Rei, de 12 de Dezembro de 1540, publ. in *Ibidem*, pp. 304-307.

Santa Cruz do Cabo de Gué estava cercada pelo xerife do Suz. O Rei dava, então, ordens para se enviar biscoito, pólvora, munições e homens do Algarve e da Andaluzia em socorro daquelas praças. D. António de Ataíde e D. João de Meneses e Vasconcelos, conde de Penela e também vedor da fazenda, ficavam encarregues de providenciarem o auxílio<sup>466</sup>.

Em Março de 1541, António Leite advertiu o Rei que um muçulmano o avisara que o xerife de Marráquexe vinha atacar Azamor, trazendo para isso duas grandes correntes com o objectivo de fechar a barra, e assim isolar a cidade de possíveis ajudas que viessem por mar. Esse muçulmano foi, então, mandado para Portugal, pois parecia ter mais informações importantes. Segundo a opinião do biografado, sabendo que no arraial do Xerife não havia artilharia, a sua vinda para a região da Duquela era essencialmente para apoiar revoltas na serra de Xexuão contra o rei de Fez, assim como para fugir à seca que era mais rigorosa no sul. Considerava também que o socorro deveria ir prioritariamente para Mazagão<sup>467</sup>.

João Gomes, capitão de Mazagão, escrevia a 21 de Março que o Xerife estava a cerca de doze a treze léguas de Azamor, a montante do rio Oum er Rebia, na margem esquerda, do lado da Enxovia. Segundo este oficial, circulavam vários rumores em relação às forças do Xerife, por exemplo, que estavam à espera de um contingente de turcos; que tinha as correntes, já mencionadas, para bloquear a foz do rio; e que pretendia atacar também Mazagão. Gomes informava também que o “mouro” com importantes informações, mencionado pelo capitão de Azamor, estava de partida para o Reino com João Sodré<sup>468</sup>.

Os xerifes ameaçavam as forças portuguesas no sul de Marrocos em várias frentes. Em Março de 1541 deu-se o desastre: depois de um prolongado cerco, o forte de Santa Cruz do Cabo de Gué foi tomado no dia 12, por forças do xerife de Suz<sup>469</sup>. No entanto, nesse mesmo mês, tinha começado a ser a recrutada uma força de socorro no

---

<sup>466</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 311-312.

<sup>467</sup> Segundo os compiladores das *Sources Inédites*, esta carta terá sido feita em Março de 1541. Nessa epístola, António Leite referiu que tinha um filho em Mazagão, com Baltasar Rodrigues, que tinha servido como contador em Azamor. Cf. *Ibidem*, pp. 313-317, 384, 414, 420.

<sup>468</sup> Cf. Carta ao Rei, de 21 de Março de 1541, publ. in *Ibidem*, pp. 335-337.

<sup>469</sup> Como consta num relatório de D. Rodrigues de Castro, a 26 de Setembro de 1541, Moulay Ahmed, filho do xerife do Suz, começou a fortificar um monte que dominava o forte, o que demorou dois meses. Depois começaram a bombardeá-lo sistematicamente. Após seis meses de cerco, o outro filho do xerife, Moulay Abdelaide, iniciou vários ataques durante vinte e dois dias, tendo tomado a praça a 12 de Março de 1541. Cf. *Ibidem*, pp. 340-343.

Algarve e na Andaluzia, para as praças ameaçadas<sup>470</sup>. Os primeiros homens devem ter aportado em Mazagão a partir dos últimos dez dias de Março<sup>471</sup>.

D. João III ordenava, então, que Fernão Peres de Andrade, comandante das forças portuguesas<sup>472</sup>, e João Sodré dispusessem os seus navios de modo a defender Azamor e Mazagão, sendo que Luís Loureiro e António Leite se deviam juntar a Fernão Peres. D. Fernando de Noronha, que tinha participado no recrutamento na Andaluzia, entraria na capitania de Azamor<sup>473</sup>, ficando Leite aí a servir. Luís Loureiro, a segunda figura na hierarquia da expedição, assumiria o governo de Mazagão<sup>474</sup>.

Uma carta de D. João III, certamente de finais de Março, dirigida a D. Manuel de Mascarenhas, capitão de Arzila, e a António Leite, ordenava que se despejassem os judeus de Azamor em dois dias e que, com resguardo às suas vidas e bens, os enviassem para Arzila, para assim se obter o favor divino na defesa de Azamor<sup>475</sup>. Possivelmente, esta medida não foi executada, pois uma carta do Rei a D. Fernando de Noronha, de 2 de Setembro de 1541, retomava essa determinação. Numa nota final nesta carta é referido que foram quatro navios para Tanger<sup>476</sup>.

Segundo uma carta régia, a 13 de Abril estavam registadas em Azamor cerca de setecentas rações, das quais quinhentas deveriam pertencer a homens de guerra e duzentas a “moços e gente fraca”. Conjuntamente com estes quinhentos, mais os que estavam em Mazagão e os que tinham partido da Península Ibérica e da Madeira,

---

<sup>470</sup> Nesse esforço participaram Manuel Mendes, D. Fernando de Noronha, Domingos Lopes, Fernão Peres de Andrade, João de Sodré e António Gonçalves da Câmara. Do Algarve foram, entre outros, Francisco da Cunha e Jorge Cunha, Joam Araez e Diogo Viegas. Cf. *Ibidem*, pp. 333-334, 338-339 e 348-350.

<sup>471</sup> No dia 19, no Porto de Santa Maria, um contingente comandado por D. Fernando de Noronha e Domingos Lopes já se estava a preparar para partir para Mazagão. A este juntou-se, a partir de Sevilha, Manuel Mendes com quinhentos homens. Na manhã de dia 23, chegou a Mazagão uma hoste de Luís Loureiro e outra de Francisco da Cunha, vinda de Tavira. No dia 24, António Leite foi a esta praça, com sessenta cavaleiros, para receber o contingente tendo regressado a Azamor nesse mesmo dia. Cf. *Ibidem*, pp. 333-334, 338-339.

<sup>472</sup> Cf. Carta de D. João III a Fernão Peres de Andrade, feita em Lisboa a 13 de Abril de 1541, publ. in *Ibidem*, pp. 386-389.

<sup>473</sup> Cf. Carta de D. João III a Fernão Peres de Andrade, feita em Lisboa nos últimos dias de Março de 1541, publ. in *Ibidem*, pp. 348-350.

<sup>474</sup> Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais...*, pt. II, liv. I, cap. XIV.

<sup>475</sup> Cf. SI, vol. III., pp. 352-355; D. João III ordenou a D. Manuel de Mascarenhas, capitão de Arzila, que recolhesse os judeus de Azamor e castigasse os capitães dos navios que os maltratassem. Mandava ainda que entregasse a lenha aos navios que transportassem os judeus para abastecerem Azamor. Cf. Carta publicada por David Lopes em Bernardo Rodrigues, *Anais...*, op. cit., vol. II, p. 344.

<sup>476</sup> Na carta régia era ordenado para que enviassem os judeus para Arzila, Larache, Tanger ou Ceuta. Cf. SI, vol. III, pp. 516-517.



estariam nestas praças cerca de dois mil e setecentos a dois mil e oitocentos homens, contudo, ainda se esperavam mais reforços<sup>477</sup>.

Um dos últimos actos administrativos de António Leite terá sido a ordem dada a 12 de Abril de 1541 para se tapar alguns arcos da Sé, para aí se fazer um espaço para armazenar trigo e outros alimentos. No dia seguinte, entregou o poder a D. Fernando de Noronha<sup>478</sup>.

A apreciação inicial de António Leite sobre a vinda do xerife de Marráquexe para a região da Duquela e Enxovia estava correcta. O principal objectivo do Sádida não era atacar os portugueses, mas fugir à seca que assolava com mais rigor a região de Marráquexe e para socorrer os revoltados contra o rei de Fez. Com a concentração das forças portuguesas em Azamor, o Xerife acabou por fugir para a sua cidade<sup>479</sup>. Em Junho havia notícias que, devido à seca, havia em Marráquexe muita fome e que as muralhas estavam a ser fortalecidas, pois o xerife Moulay Ahmede estava em guerra com o seu irmão Moulay Mohammede, xerife do Suz<sup>480</sup>. Neste contexto de extrema precariedade, os cativos que estavam em Marráquexe pediam dinheiro para se alimentarem<sup>481</sup>.

As escassas forças portuguesas estacionadas no sul de Marrocos não conseguiam fazer frente aos numerosos exércitos muçulmanos providos com armas de fogo modernas. Como Santa Cruz do Cabo de Gué comprovou, as fortalezas portuguesas não estavam preparadas para grandes embates com artilharia. D. João III projectava há muito evacuar as praças portuguesas em Marrocos que davam pouco proveito e a sua defesa muitos custos. No entanto, este projecto régio chocava com a sensibilidade de alguns sectores do grupo nobiliárquico e do clero, nomeadamente, do Pontífice

---

<sup>477</sup> Cf. Carta de D. João III a Fernão Peres de Andrade, feita em Lisboa a 13 de Abril de 1541, publ. in *Ibidem*, pp. 386-389.

<sup>478</sup> Nesta ordem, António Leite intitulava-se “ffidalgo da casa d’ell rey”. A ordem foi dirigida a Pero Alves, feitor e recebedor dos mantimentos. Cf. *Ibidem*, pp. 384-385. O Rei tinha mandado fazer um celeiro novo em Azamor. No parecer de António Leite e do doutor Simão Martins, a igreja era o sítio ideal para um armazém. Segundo o “Livro de receita e despesa de Pedro Alvares Faria, feitor e recebedor dos mantimentos - 1541”, a obra terá começado no Domingo de 11 de Abril. Cf. IAN/TT, NA 628, fl. 201.

<sup>479</sup> Cf. SI, vol. III, pp. 403-405, 406-409, 410-412, 448-449.

<sup>480</sup> Cf. Carta do corregedor, doutor Simão Martins, ao Rei, feita a 25 de Novembro de 1541, publ. in *Ibidem*, pp. 448-449. Carta do caid Alah Bem Said a D. João III, de 30 de Junho de 1541, publ. in *Ibidem*, pp. 452-453.

<sup>481</sup> Cf. Carta de D. Henrique de Noronha ao Rei, feita em Safim a 21 de Junho, publ. in *Ibidem*, pp. 445-447.

Romano. Contudo, o desastre de Santa Cruz do Cabo de Gué deu mais argumentos ao monarca português. Deste modo, o abandono de Azamor, conjuntamente com Safim, tomava forma. Surgiu, então, a hipótese de se entregar Azamor ao sultão de Fez, para impedir que a cidade caísse nas mãos do xerife de Marráquexe, mas essa possibilidade foi posta de parte por se considerar que esse monarca já não tinha capacidade militar para manter a cidade sem ajuda<sup>482</sup>.

O projecto joanino para o sul de Marrocos previa somente a manutenção de Mazagão, construindo-se aí uma fortaleza segundo os novos conceitos militares<sup>483</sup>. Uma carta do monarca a Luís de Loureiro, capitão de Mazagão, de 5 de Outubro de 1541, referindo o abandono de Azamor, ordenava que se levasse dessa cidade para Mazagão tudo o que pudesse ser útil, desde telhas até à artilharia. Determinava, ainda, que os moradores que tivessem cavalo, assim como as suas mulheres, se recolhessem em Mazagão, e os outros deveriam deslocar-se para o Reino ou outras praças do Norte<sup>484</sup>.

No início de Novembro já se previa um outro possível ataque das forças do xerife de Marráquexe<sup>485</sup>. A 8 de Novembro de 1541, o Papa autorizava formalmente a desocupação portuguesa das praças de Safim e Azamor, pela bula *Licet apostolicae sedis*, demolindo os locais consagrados ao culto<sup>486</sup>. No final de 1541, Azamor foi abandonada.

No dia seguinte a ter abandonado a capitania de Azamor e tendo-lhe sido ordenado que ficasse aí a servir, António Leite queixava-se ao Rei de não ter sido nomeado para a capitania de Mazagão que, segundo ele, lhe pertencia por carta de D.

---

<sup>482</sup> Cf. Carta de Lourenço Pires de Távora a D. João III, escrita a 6 de Setembro de 1541, publ. in *Ibidem*, pp. 520-526. O embaixador Pires de Távora chegou à corte do sultão Ahmed em Junho. Nas negociações em que surgiu a hipótese do Sultão ficar com Azamor, este exigiu ficar com a artilharia, o que foi recusado pelo embaixador. Este monarca só teve conhecimento do abandono de Safim e Azamor a 6 de Novembro de 1541. Cf. Maria Leonor Garcia da Cruz, “Portugal e o Norte de África no século XVI – A intervenção de Lourenço Pires de Távora, Diplomata e Homem de Guerra, no Problema da Manutenção ou Abandono das Praças Portuguesas”, in *Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 1063-1064, em linha a 20/02/2012 <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4839/1/ml.garciacruz-actas-JornHMod.pdf>

<sup>483</sup> Sobre a questão do abandono do sul de Marrocos veja-se: Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos...*, op. cit., David Lopes, *A expansão em Marrocos...*, op. cit., pp. 67-75. O plano da fortaleza de Mazagão foi da autoria do arquitecto italiano Benedito de Ravena e o mestre-de-obras foi João de Castilho. Cf. David Lopes “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. João III...”, op. cit., p. 99.

<sup>484</sup> Cf. SI, vol. III, pp. 534-535.

<sup>485</sup> Cf. Carta de D. João III a D. Fernando de Noronha, escrita em Lisboa a 2 de Setembro de 1541, publ. in *Ibidem*, pp. 516-517.

<sup>486</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 540-542. David Lopes “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. João III...”, op. cit., p. 98; António Dias Farinha “Norte de África...”, op. cit., p. 131.

Manuel I<sup>487</sup>. Como anteriormente foi descrito, em troca dessa capitania, D. João III concedeu-lhe a comenda da alcaidaria-mor do lugar de Santo António de Arenilha, pertencente à Ordem de Cristo<sup>488</sup>.

Deste episódio fica claro que, aos olhos da Coroa, António Leite não tinha nem estatuto, nem as competências necessárias para estar à frente de Mazagão, quando esta praça assumiu uma maior dimensão. Por outro lado, como atrás foi dito, terá sido considerado pouco apto para o ofício de capitão quando eram necessários esforços bélicos acrescidos, como foram os casos do cerco de Azamor em 1530 e do seu abandono.

### 3.5 António Leite, capitão do Seinal

No decorrer da década de quarenta, os sáidas reforçaram os seus poderes. Mohammed ech Cheikh, depois de derrotar o seu irmão, e assim unir os reinos do Suz e Marraqueche, a 29 de Janeiro de 1549, tomou a cidade de Fez ao sultão Oatácida<sup>489</sup>. Com esta vitória a sua capacidade militar multiplicou-se. Os portugueses não estavam preparados para um recrudescimento dos confrontos. Só Mazagão e Ceuta estavam devidamente fortificadas para resistirem à artilharia. As armas de fogo, que tinham sido um das grandes vantagens dos portugueses em relação às forças islâmicas, tornavam-se agora uma vantagem para o inimigo. Num primeiro momento, o rei português ponderou reforçar Tânger, Arzila e Alcácer Ceguer, assim como apoiar o Moulay Buaçou (Bou Hassoun), rei de Velez e irmão do sultão, e entregar-lhe Arzila. Para o efeito chegou a pedir ajuda a Carlos V que declinou a proposta<sup>490</sup>.

---

<sup>487</sup> Cf. Carta ao Rei, de 14 de Abril de 1541, publ., in Frei Luís de Sousa, *Anais...*, op. cit., pt. II, liv. I, cap. XIV.

<sup>488</sup> Na carta de doação de Santo António de Arenilha a António Leite é referido que este tinha a capitania de Mazagão, por carta da chancelaria de D. João III, provavelmente uma confirmação da mercê de D. Manuel I. Cf. IA/NTT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv 13, fls. 375v-379v, publ. in Hugo Cavaco, *Revisitando...*, op. cit., pp. 16 e 36-47.

<sup>489</sup> Maria Augusta Lima Cruz, “Os Portugueses em Marrocos...”, op. cit., p. 129. O organizador da resistência do reino de Fez ao Sádida foi Boaçum, rei de Velez e irmão do Sultão, que conseguiu fugir primeiro para Velez e depois para Málaga. Cf. David Lopes “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. João III...”, op. cit., p. 123.

<sup>490</sup> Cf. Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, M. Lopes de Almeida (introd.), Porto, Lello, 1976, pt. IV, cap. XXXX. Sobre o assunto veja-se também Maria Leonor Garcia da Cruz, “Portugal e o Norte de África...”, op. cit., pp. 1066-1067.

Em 1547, provavelmente tinham decorrido reforços nas muralhas de Alcácer Ceguer, cuja supervisão teria ficado a cargo de António Leite. Numa carta de 2 de Maio de 1547, este pedia provimentos para estas obras<sup>491</sup>. Não foram encontrados mais documentos que esclarecessem melhor quais as suas responsabilidades nesta nova estadia no Norte de África.

Tânger foi alvo de obras de fortificação que, no mês de Julho de 1549, decorriam sob a superintendência de Miguel de Arruda<sup>492</sup>. Alcácer Ceguer era uma praça frágil, em virtude da proximidade de um monte sobranceiro, denominado Seinal, que podia ser usado para a atingir com artilharia, tal como acontecera com Santa Cruz do Cabo de Gué. Desta maneira, em Fevereiro de 1549, D. João III mandou que se construísse um forte nesse monte, nomeando D. Afonso de Noronha como responsável máximo do projecto<sup>493</sup>. Este tinha como colaboradores mais próximos Álvaro de Carvalho, capitão de Alcácer, e Rui Loureiro. Mais uma vez, Miguel de Arruda era o mestre escolhido para a obra. Em Abril, começou a fazer-se um forte de terra e madeira, com o objectivo de se erguer posteriormente uma edificação em pedra<sup>494</sup>.

Contudo, as dúvidas em relação à manutenção destas praças-fortes começaram a crescer<sup>495</sup>. Em 1549, o Rei mandou abandonar Arzila<sup>496</sup>. Nos inícios de Agosto, D. Pedro de Mascarenhas e outros responsáveis, eram da opinião que o porto de Alcácer

---

<sup>491</sup> Cf. Carta de António Leite ao Rei, in IAN/TT, CC-I-79-31.

<sup>492</sup> Cf. Francisco de Andrada, *Crónica...*, op. cit., pt. IV, cap. XXXXVI.

<sup>493</sup> D. Afonso de Noronha estava como capitão em Ceuta, em substituição do irmão, o marquês de Vila Real. Com ele partiram de Ceuta D. Fernando, seu filho, D. Pedro de Noronha, D. João Abranches (então degredado), Aires Gomes de Brito, Cristóvão de Melo, Filipe de Aguillar, Luís Álvares da Cunha, Luís Brito, Rui de Melo e mais alguns moradores de Ceuta. Cf. *Ibidem*, cap. XXXV e XXXIX.

<sup>494</sup> Cf. *Ibidem*, caps. XXXV e XXXIX-XXXX. Andrada baseou-se, em parte, numa carta de D. João III, de 27 de Fevereiro, para D. Fernando de Noronha em que é referido que este deveria comandar cinco mil trezentos e sessenta e seis homens, quatro mil de guerra e o resto trabalhadores, que deveriam ser recrutados em Lisboa, Algarve e Andaluzia. O adail-mor Luís Loureiro era o responsável pela organização da logística e pelo recrutamento de homens na Andaluzia, que seriam dois mil soldados. Cf. SI, vol. IV, pp. 310-315.

<sup>495</sup> Ao mesmo tempo que surgiam informações de que o Xerife se preparava para atacar Alcácer, como é o caso de uma carta em cifra, de 22 de Março, vinda de Fez. Cf. *Ibidem*, pp. 322-327. Por outro lado, D. Afonso de Noronha escreveu do Seinal para o Rei, a 30 de Maio, referindo que o Xerife não estaria pronto para de imediato atacar Alcácer, mas que havia rumores que o corsário otomano Dargut (Gurgute nas fontes portuguesas), com quarenta navios, se dirigia para o Estreito. Cf. *Ibidem*, pp. 328-330.

<sup>496</sup> A 30 de Junho de 1549, D. João III escreveu várias cartas a comunicar o abandono de Arzila: ao conde de Redondo, seu capitão, aos fidalgos, aos cavaleiros e moradores da praça, a António de Sá, seu fronteiro; a D. Pedro de Meneses, capitão de Tanger; e a Estêvão Gago, embaixador junto da corte de Castela. Cf. Bernardo Rodrigues, *Anais...*, op. cit., pp. 442-446. Em Março e Abril de 1550, essa praça estava a ser desmantelada. Cf. Maria Leonor Garcia da Cruz, “Portugal e o Norte de África...”, op. cit., p. 1067.

Ceguer não era seguro e que o forte do Seinal era uma obra muito dispendiosa e difícil de defender, pois não tinha água e necessitava de um ancoradouro protegido.

Seguindo a opinião de D. Pedro de Mascarenhas, secundado por D. Afonso de Noronha<sup>497</sup>, por D. João de Mascarenhas, sobrinho de D. Pedro de Mascarenhas, e por outros responsáveis, o Rei tomou a resolução que, enquanto não se soubesse se seria possível ter um porto mais seguro, as acções no Seinal deveriam limitar-se à edificação do forte em terra e madeira. Ordenou ainda que o capitão de Alcácer Ceguer, Álvaro de Carvalho, abandonasse a praça, assim como que D. Afonso de Noronha retornasse a Ceuta e nomeou como capitão do Seinal António Leite, que tinha, entre outras tarefas, o encargo da evacuação da vila de Alcácer. Segundo as ordens do monarca, na vila ficaria somente uma guarnição de quinhentos peões e trinta homens a cavalo, sendo que as casas deveriam ser destruídas e as pedras lançadas ao rio, para bloquear a sua entrada<sup>498</sup>.

Segundo D. Afonso de Noronha, em princípios de Agosto, o forte do Seinal ainda não estava acabado e António Leite necessitava de mais instruções régias<sup>499</sup>. Apesar do ritmo lento, as obras avançavam, pois nos finais de Setembro, este tinha ordenado que se construíssem os alojamentos para os oficiais e militares, para deste modo se prepararem para o Inverno<sup>500</sup>. Porém, estes esforços foram em vão, pois, por ordem de D. João III, no dia 25 de Novembro de 1549, Lourenço Pires de Távora comunicava a Carlos V, em Bruxelas, a intenção de abandonar Alcácer Ceguer e o forte do Seinal<sup>501</sup>. Os homens, armas, munições e tudo o que fosse possível deveria ser transferido para Tânger<sup>502</sup>. Esta cidade e a de Ceuta foram as únicas praças portuguesas mantidas no norte de Marrocos, conjuntamente com Mazagão, no sul<sup>503</sup>. Este curto episódio do Seinal parece ter encerrado a carreira de António Leite no Norte de África.

---

<sup>497</sup> Sobre D. Afonso de Noronha veja-se Nuno Vila-Santa, *O Vice-Reinado de D. Afonso de Noronha (1550-1554): uma perspectiva política da Ásia Portuguesa em meados de quinhentos*, Lisboa, FCSH-UNL, 2009, (dissertação de mestrado).

<sup>498</sup> Cf. Francisco de Andrada, *Crónica...*, op. cit., caps. XXXXVI, XXXXVII, LI.

<sup>499</sup> Cf. Carta de D. Afonso de Noronha a D. João III, feita no Seinal, a 9 de Agosto de 1549, publ. in SI, vol. IV, pp. 356-360.

<sup>500</sup> Cf. Carta de Gaspar Dias de Laudim a D. João III, escrita no Seinal a 21 de Setembro de 1549, publ. in *Ibidem*, pp. 370-372.

<sup>501</sup> Cf. Carta de Lourenço Pires de Távora, feita em Bruxelas, a 30 de Novembro de 1549., publ. in *Ibidem*, pp. 383-389.

<sup>502</sup> Cf. Francisco de Andrada, *Crónica...*, op. cit., cap. LII.

<sup>503</sup> Sobre o abandono das praças marroquinas veja-se David Lopes “Os Portugueses em Marrocos...”, op. cit., pp. 78-129 e “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. João III...”, op. cit., pp. 124-126; Robert Ricard “L’Evacuation des Places du Maroc sous Jean III”, in *Études sur L’Histoire...*, op. cit., pp. 357-381; Maria Augusta Lima Cruz, “Do Fim da política Expansionista em Marrocos ao Abandono de

António Leite chegou a contador de Mazagão e Azamor em 1513, quando tinha então o foro de cavaleiro da Casa Real, sem se detectar que tenha exercido antes outros cargos régios. A sua designação para este ofício está envolta numa penumbra documental, sabendo-se apenas que tinha estado antes em Tânger e Arzila onde casou. A partir daí António Leite foi ganhando notoriedade. Depois de ter tido a responsabilidade do governo de Mazagão desde 1516, foi nomeado capitão dessa praça somente em 1520, onde esteve até 1529. Nesse ano foi para a capitania de Azamor onde esteve até 1530, com um carácter provisório. Em 1537, já com o foro de fidalgo, terá estado por breves momentos como capitão em Mazagão, mas o comportamento de D. Álvaro de Abranches em Azamor catapultaram-no para essa capitania, onde só foi substituído em 1541, no contexto do abandono da cidade. Em troca da capitania de Mazagão a que tinha direito, recebeu, em 1542, a alcaidaria de Santo António de Arenilha, no Algarve. A passagem pela capitania do Seinal, no quadro do abandono de Alcácer Ceguer, terá sido o epílogo da sua acção no Norte de África. Na escrutínio da documentação não se conseguiu averiguar como é que António Leite conseguiu obter os cargos que ocupou. Numa sociedade em que o percurso individual estava tão dependente das solidariedades familiares, dos amigos, e das relações patrono clientelares, não se detectaram ligações que influenciassem a sua carreira. No entanto sabe-se, que, como foi referido no capítulo anterior, o seu primo Rui Leite, que teve vários cargos financeiros no Porto e em Lisboa, estando mais próximo do poder central, talvez pudesse ter intercedido por ele a partir de cerca de 1514.

António Leite terá sido um oficial régio de confiança para aspectos administrativos e para a negociação diplomática com os poderes muçulmanos. Apesar dessas qualidades, em momentos de maior exigência militar e capacidade de mando foi retirado do seu posto e remetido para segundo plano. A comprovar esta realidade temos o seu afastamento em 1530 de Azamor, quando estava cercada pelas forças do xerife de Marráquexe e, em 1541, durante o despejo desta praça. A sua nomeação para o forte do Seinal, no contexto do abandono de Arzila e Alcácer Ceguer em 1549-1550, foi uma

---

Algumas Praças”, in *História dos Descobrimentos...*, op. cit., pp. 125-133; Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos...*, op. cit.; João Paulo Oliveira e Costa, “Império Português em Meados de Século XVI”, in *Anais da História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, (vol. III, 2002), pp. 92-94, 107; A. Meyrelles do Souto, “O Abandono das Praças do Norte de África”, in *Stvdia*, Lisboa, CEHU, (nº 33, 1971), pp. 251-339.

excepção, provavelmente porque já tinha outra capacidade social, como alcaide de Santo António de Arenilha. Deve ter-se em conta que o estatuto social era o fulcro da legitimação da autoridade no Antigo Regime. Assim, antes de receber a alcaidaria, António Leite não sendo um cabo-de-guerra e pertencendo a uma nobreza de baixa condição ligada “à pena”, não tinha o estatuto necessário para estar à frente de homens em situações de combate de maior escala. Uma das suas características foi a falta de belicosidade comparativamente aos demais nobres que estiveram no Norte de África, não tendo sido encontradas referências documentais à sua participação como comandante em entradas em território muçulmano. Lembre-se como participou contrariado na expedição contra os Farax, chefiada por João Soares, em Julho de 1514. A atitude de biografado talvez fosse ao encontro da necessidade por parte da Coroa de uma nobreza mais disciplinada, que agisse menos em função do princípio da conquista da honra por feito de armas, de cariz medieval, que muitas vezes a conduzia a actuar em campo de batalha em nome próprio e anárquico<sup>504</sup>.

A acção de António Leite em Marrocos caracterizou-se por um esforço de diálogo com as forças muçulmanas, tanto com o Sultão como com o xerife de Marráquexe. No quadro de ascensão dos sáidas, ele participou na aproximação diplomática ao Oatácida, sendo parte importante no acordo alcançado em 1530. Neste contexto, saliente-se o papel dos judeus como intermediários na diplomacia entre portugueses e muçulmanos. Também é de destacar a sua relação pessoal com alguns indivíduos pertencentes às elites judias. Se por um lado, nalgumas missivas ao Rei mostra-se desconfiado em relação aos judeus, por outro, não só acaba por confiar nas suas capacidade de negociação diplomática como, por indícios de cartas de terceiros, terá participado com eles, de maneira pouco lícita, no negócio dos adiantamentos aos moradores, tal como outros capitães o fizeram.

Constatou-se que António Leite sempre tentou rodear-se de gente da sua confiança. Na documentação consultada verificou-se uma recorrente intercessão, da sua parte, junto da Coroa, em prol de determinados oficiais ou moradores em Mazagão e Azamor, assim como se detectaram nessas praças treze homens da sua parentela. Deste

---

<sup>504</sup> Como João Paulo Oliveira e Costa chama a atenção, que se a nobreza foi o protagonista da expansão portuguesa, a partir do século XVI alguns dos seus sectores tornam-se forças de bloqueio, pois os seus valores bélicos de honra e a sua acção individualista e anárquica em campo de batalha não se adaptavam à evolução das técnicas militares e às novas necessidades que a Coroa tinha para consolidar a expansão. Cf. “O Império Português...”, op. cit., p. 96.

modo, os dados parecem indiciar que António Leite terá conseguido construir à sua volta uma rede clientelar nessas duas localidades. Os vários documentos que referem disputas que teve com outros indiciam que estas ultrapassavam a relação individual e que se alargavam a mais sujeitos que agiam concertados. Assim foi, quando teve os confrontos com o capitão, D. Álvaro de Noronha, no ano de 1519, em que teve como aliado o contador de Azamor, Sebastião Leite, um presumível familiar, e as contendas que surgiram com Vicente Rodrigues em 1530.

È importante ter em conta que a acção de António Leite foi condicionada pela intermitência dos assédios muçulmanos e por um estado de escassez de quase todos os produtos que seriam necessárias à existência dos portugueses na Berbéria. No reinado de D. João III, Azamor e Mazagão careciam crescentemente de investimento por parte da Coroa que não sentia o projecto norte africano como uma prioridade. Manuel de Sande ao escrever ao Rei sobre a praça de Mazagão, ilustrava o sentimento nestes lugares, face à míngua que se vivia: “E certo senhor que esta vila esta tam esquecida e faz-se tam pouca conta dela que parece la que a gente daqui se ha de manter de vento, como os camaleões...”<sup>505</sup>

---

<sup>505</sup> Cf. Carta para D. João III, de 21 de Setembro de 1536, publ. in David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., pp. 532-533.



## 4. MARROCOS E A MOBILIDADE SOCIAL DE ANTÓNIO LEITE

### 4.1 As mercês régias

Como já foi referido, o meio da ascensão social de António Leite foi o serviço à Coroa em Marrocos. Para além das mercês dos cargos de contador em Azamor, Mazagão e Tite e das várias capitánias já mencionadas, o monarca concedeu-lhe outros benefícios no Reino. Após a sua nomeação para a capitania de Mazagão, recebeu de D. Manuel umas casas na vila de Tavira, em 20 de Janeiro de 1520<sup>506</sup>. Assim, estabeleceu-se a primeira ligação patrimonial, de que há registo, do biografado com o reino do Algarve.

Sendo António Leite cavaleiro da Ordem de Cristo, pelo menos desde a segunda década de quinhentos<sup>507</sup>, após ter estado como capitão em Azamor entre 1529-1530, recebeu de D. João III, a 14 de Fevereiro de 1537, a comenda dessa ordem militar, da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, com a sua anexa S. Tiago de Ribardul, no bispado do Porto e de todas as suas rendas, que ascendiam a cinquenta cruzados por ano. Segundo o documento, esta mercê ter-lhe-á sido concedida pelos serviços como capitão em Mazagão durante dois anos<sup>508</sup>. Uma vez que a recompensa foi feita na terra onde nasceu e na região de implantação da sua família, esta deveria ter tido um importante significado, tanto para a sua afirmação no seio familiar, assim como para a dos seus parentes na região.

Depois de ter cessado a segunda capitania em Azamor, no quadro do seu abandono, o biografado recebeu do monarca, a 20 de Agosto de 1542, a comenda da alcaidaria-mor do lugar de Santo António de Arenilha, pertencente à Ordem de Cristo, “em dias de sua vida somente, com toda a sua jurisdição, sível e crime mero e misto

---

<sup>506</sup> Esta mercê foi-lhe concedida antes de 13 de Dezembro de 1521, data da morte de D. Manuel I. Cf. Carta régia de confirmação, de 13 de Agosto de 1522, da mercê feita por D. Manuel I, in IAN/TT *Chancelaria de D. João III*, liv. 47, fol. 56.

<sup>507</sup> António Leite foi referido como freire cavaleiro da Ordem de Cristo a 24 de Setembro de 1517. Cf. António Machado Faria, “Cavaleiros da Ordem de Cristo...”, op. cit., p. 21.

<sup>508</sup> Cf. Carta de D. João III, feita em Évora, a 14 de Fevereiro de 1537, in IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 24, fol. 36.

império” podendo ser designado “Senhor da dita Villa”<sup>509</sup>. Assim, o Rei reservava para si a “correição e alçada”, os poderes do tribunal supremo e os de fiscalização, mas de resto, segundo o que estava escrito no documento que concedia o benefício, o alcaide tinha plenos poderes para designar “os tabeliães do publico e iudicial, e escrivão dos orfãos, e almotaçaria, e escrivão da Camara, e do julgado dos órfãos, e escrivão Dante o seu ouvidor, e enqueredor, e contador, e estribuidor da dita Villa, os quaes officios elle poderá dar por suas contas, e as pessoas a que os der servirão por elas sem mais tirarem outras de minha chancelaria, e se chamarão pelo dito Antonio Leite; e elles lhes mandara dar iuramento que sirvão seus officios bem e verdadeiramente, e lhes dara os Regimentos por onde ande servir conforme aos quaes e dão na minha Chancelaria, e assi ei por bem, que elle dito Antonio Leite, ou seu ouvidor possa fazer eleições, e passar cartas aos ditos juizes, os quaes se chamarão por elle, e que possa assi mesmo elle ou seu ouvidor entrar e estar na guovernança da Camara quando lhe bem pareser e necessário for”<sup>510</sup>.

Cinco dias depois de ter recebido a alcaidaria, no dia 25 do mesmo mês, António Leite recebeu também “em dias de sua vida”, a terça parte da dízima nova da pesca feita por barcas e “xaueyas” estrangeiras “na armação e pescaria” de Monte Gordo<sup>511</sup>, mercê que ficou sempre ligada à alcaidaria-mor da dita vila, e recebeu uma tença de sessenta e cinco mil reais<sup>512</sup>.

Arenilha tinha sido antes uma localidade mandada criar por D. Manuel como um couto de homiziados, através de uma carta de privilégio feita em Fevereiro de 1513<sup>513</sup>. Localizava-se ao pé da embocadura do Guadiana, a duas léguas da vila de Cacela e a uma de Castro Marim<sup>514</sup> onde, provavelmente, haveria antes um povoado piscatório

---

<sup>509</sup> IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. 13, fls. 375v-379, publ. in Hugo Cavaco, *Revisitando...*, op. cit., pp. 16, 36-47. No bispado do Algarve havia só duas comendas da Ordem de Cristo: a comenda e alcaidaria-mor de Castro Marim, que, em 1608, foi avaliada em cinquenta mil reais; e a comenda da alcaidaria de Santo António de Arenilha, avaliada, nesse mesmo ano, em cento e trinta mil reais ao ano. Cf. *Ibidem*, p. 52.

<sup>510</sup> *Ibidem*, pp. 36-47. Como já foi referido, a entrega de Santo António de Arenilha a António Leite foi feita em troca da capitania de Mazagão que lhe tinha sido concedida por D. Manuel I e reconhecida por D. João III. A alcaidaria foi entregue em vida de António Leite, mas a documentação refere que o Rei estendeu a mercê ao seu filho mais velho. Nas palavras contidas no documento: ao “seu filho barão lídimo que ao tempo do seu falecimento ficar”. *Ibidem*.

<sup>511</sup> Cf. Carta de D. João III, feita em Lisboa, a 25 ou 26 de Agosto de 1542, in IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv. 38, fol. 130v, publ. in *Ibidem*., pp. 36-47.

<sup>512</sup> Cf. IAN/TT, *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv.13, fls. 375v-379, publ. in *Ibidem*, p. 20.

<sup>513</sup> Cf. *Ibidem*., pp. 12, 27-28; Andreia Fidalgo et. al., *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal, 2010, p. 3.

<sup>514</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 3, 36.

sazonal<sup>515</sup>. Em 20 de Agosto 1542, D. João III mandou que se chamasse esse lugar Vila de Santo António, passando a ter estatuto de município<sup>516</sup>.

A instituição da vila tinha como principais objectivos o povoamento desse espaço de fronteira, zelar e explorar os recursos piscatórios do mar de Monte Gordo que, na época, eram muito cobiçados pelos pescadores espanhóis, assim como vigiar a costa dos ataques do corso muçulmano. Seria um lugar constituído por habitações em colmo e dois edifícios em alvenaria, a igreja da Trindade, edificada entre as casas e a ermida<sup>517</sup>. Apesar da sua função defensiva o lugar não estava fortificado, existindo no entanto um sistema de controlo da costa, constituído por torres de vigia que davam sinal por fogo quando avistavam navios corsários<sup>518</sup>.

Santo António de Arenilha era uma povoação com escassíssima população. O numeramento de 1527 refere que tinha catorze vizinhos<sup>519</sup> e o documento, que foi feito na visitação efectuada em 1554, menciona quinze moradores na vila e cinquenta no seu termo. Nessa visitação foram contados cento e noventa e cinco indivíduos “de confissão e comunhão” e noventa de confissão<sup>520</sup>. Tendo em conta que um vizinho ou morador correspondia a uma habitação, e que cada habitação teria cerca de quatro ou cinco pessoas, a vila em si teria apenas cerca de sessenta e cinco habitantes<sup>521</sup>. Como doação régia, a pequenez e a marginalidade de Arenilha, traduz a situação precária de António Leite na hierarquia nobiliárquica.

---

<sup>515</sup> Cf. Hugo Cavaco, *Revisitando...*, op. cit., p. 12.

<sup>516</sup> Cf. *Ibidem*, p. 47.

<sup>517</sup> Cf. Andreia Fidalgo, et al., *Vila Real de Santo António...*, op. cit., p. 4. Hoje não subsistem vestígios do lugar, nem da ermida e nem da igreja. Existem apenas provas documentais da sua existência. Uma visitação feita à vila, em 1554, constatou que não tinha, então, capelão, quando necessitavam mandavam chamar um clérigo de Ayamonte. A igreja que tinha uma implantação norte-sul estava a “um tiro de besta” do rio, que corria em paralelo. As suas paredes tinham quinze palmos de alto, trinta e dois de comprido e vinte de largo. No seu interior estavam, na época, vários elementos que a ligavam a António Leite. Uma pia de baptismo que tinha escrito à sua roda “esta pia mandou trazer ay (e) fazer Antonio Leite estando per capitão no Sainal”. Havia também um altar que tinha a mesma inscrição da pia que estava sobre uma coluna “lavvrada em quadra” com as armas de António Leite. Cf. Hugo Cavaco, *Revisitando...*, op. cit., pp. 48-49. Segundo a visitação, a ermida de Santo António foi mandada construir por Leite num cabeço perto da vila, a poente. Tinha catorze palmos de altura, vinte de comprimento e dezassete de largura. No seu interior havia um altar semelhante ao da igreja e uma pia também trazidos do Seinal, com a mesma inscrição atrás mencionada. Cf. *Ibidem*, p. 51.

<sup>518</sup> Cf. *Ibidem*. Segundo Hugo Cavaco, existiu à beira mar um vestígio de uma destas torres perto de onde seria Arenilha até aos anos 60 do século vinte. Cf. *Ibidem*, p. 12.

<sup>519</sup> Cf. Andreia Fidalgo, et al., *Vila Real de Santo António...*, op. cit., p. 38.

<sup>520</sup> Cf. Hugo Cavaco, *Revisitando...*, op. cit., p. 49.

<sup>521</sup> Cf. Andreia Fidalgo, et al., *Vila Real de Santo António...*, op. cit., p. 38.

Após o abandono das praças portuguesas em Marrocos, Santo António de Arenilha viveu momentos de grande instabilidade, em virtude do recrudescimento dos ataques muçulmanos à costa portuguesa. Entre 1542 e 1547, António Leite apelou ao Rei que tivesse atenção ao lugar, “para o prover de risco e peryguo em que estaa dos mouros aquy darem e levarem alguns poucos de Jnoçentes que aqy ha; este verão pasado tyve tanto trabalho com hos poucos que me aquy ajudarão que nunca outro tal pasey de muytos que já tyve e isto pelos avizos que ouve dos loguares dallem de pesosas que sabem que os mouros trazem muyto em semtido de darem neste lugar, e vigiamo-nos com tramqueyras e repairos que fiz de madeyra com desordenado trabalho, o qual verão que vem não poderey soster se V.A. não prover com ajuda, e ate quy fiz nisto e em outras cousas mais do que que posopor servyr V.A. e fyqua em condocção de se despovoar este verão”<sup>522</sup>. Ao ler estas palavras, em relação ao perigo das investidas muçulmanas, fica-se com a ideia que António Leite poderia ter escrito esta carta numa das praças onde esteve em Marrocos. Parece que estes pedidos não terão sido atendidos pelo monarca, pois, no ano de 1548, o comendador de Cacela, D. Simão de Meneses, escrevia-lhe relatando, mais uma vez, a ameaça da pirataria maometana na costa algarvia: “aquy temos novas de como fustas de mouros se fazem prestes pera virem a esta costa e fazerem o salto em lugares dela pryncipallmente em sãotãotonyo a aqy e na guomeira que é termo de tavjra e asym chegarem ate o cabo de santa maria”<sup>523</sup>.

Tendo em conta os problemas defensivos do sítio, a nomeação do antigo capitão de Azamor como alcaide-mor de Santo António de Arenilha teve certamente em conta a sua experiência no Norte de África. Os problemas que o biografado encontrou no Algarve tinham algumas semelhanças com a vivência marroquina. Deste modo, ainda que com recursos muito limitados, António Leite, segundo as fontes, terá participado activamente na organização de uma estrutura defensiva em Santo António contra o corso muçulmano.

No início, a economia da povoação tinha como base a pesca, mas também contava com “algumas vinhas fracas”, assim como com muitos pinhais<sup>524</sup>. Com o tempo o contrabando parece ter crescido, tornando-se a actividade mais lucrativa. Por esse

---

<sup>522</sup> Hugo Cavaco, *Revisitando...*, op. cit., pp. 16-17.

<sup>523</sup> *Ibidem.*, p. 17. Andreia Fidalgo, et al., *Vila Real de Santo António...*, op. cit., p. 43.

<sup>524</sup> Cf. Hugo Cavaco, *Revisitando...*, op. cit., p. 47. Com o propósito de incrementar o povoamento de Arenilha, os seus habitantes foram isentos, a 21 de Maio de 1529, do pagamento da sisa “de todo o vinho que venderem atavernado ou a torno”. *Ibidem*, pp. 12, 34.

motivo, o provedor e feitor-mor das Alfândegas do Mar e Terra dos Reinos de Portugal, Diogo Fernandes de Povoas, fez, em 1547, uma visita ao lugar, onde constatou a existência de contrabando de várias mercadorias, de escravos e de dinheiro. Este oficial, depois de contactar com António Leite, entre outros, considerou que aí deveria existir um juiz ordinário e das sisas, assistido por um escrivão, para vigiar o possível comércio ilícito e obrigar os navios que quisessem comerciar a deslocarem-se à alfândega de Tavira<sup>525</sup>.

Quando António Leite morreu, em data que se desconhece, houve uma disputa por Santo António de Arenilha. Jerónimo Melo, fidalgo da Casa Real e alcaide-mor de Castro Marim, requereu e obteve o título. Então, Luís Leite, o filho mais velho do biografado, como seu pai cavaleiro da Ordem de Cristo, interpôs recurso. Em 1555, depois da morte de Jerónimo Melo, a alcaidaria-mor passou, para Luís Leite por uma vida<sup>526</sup> e, depois do seu falecimento, em 1588, para as mãos do seu filho António Leite de Vasconcelos, com as mesmas condições<sup>527</sup>.

Segundo uma carta datada de 10 de Agosto de 1601, o último senhor de Santo António de Arenilha, de que há conhecimento, foi Francisco Pereira de Vasconcelos, também neto de António Leite e irmão do anterior alcaide<sup>528</sup>.

Hugo Cavaco chamou a atenção que, apesar da pouca importância da alcaidaria-mor de Santo António de Arenilha e das muitas despesas que exigia para acautelar a sua defesa do curso, esta sempre foi requerida com grande firmeza pelos sucessores de

---

<sup>525</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 29-30.

<sup>526</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 18 e 36-47. A base deste recurso era um alvará de D. João III, dado a Antonio Leite, que lhe fazia mercê da entrega da Vila, a si e ao seu filho mais velho legítimo vivo, quando falecesse. Cf. *Ibidem*, pp. 36-47. Luís Leite também recebia uma tença anual de cem mil reais. Cf. *Ibidem*, pp. 18, 20.

<sup>527</sup> António Leite de Vasconcelos era como seu pai e avó cavaleiro da Ordem de Cristo. Segundo a documentação, recebeu esta mercê pelos serviços prestados à Coroa, nomeadamente, por ter estado num “navio d’armada a Ceita com quatro omens a sua custa, e em ambas as jornadas de Afriqua, e da segunda tornar na armada com dom Dioguo de Sousa, e acharse na tomada da ilha terceira com o marques de Santa Crus e servir em huma armada da costa, e no tempo das alterações do Reyno entregar a billa de Santo Antonio darenilha ao duque de Medina por mandado dos Guovernadores, e avendo em respeito aos serviços de Luís Leite seu pai e aos de António Leite seu aboo...”. *Ibidem*, pp. 18, 39-47.

<sup>528</sup> Não sendo cavaleiro da Ordem de Cristo, nem tendo participado na guerra no Norte de África, necessitou de uma autorização papal, feita a 26 de Julho de 1600, para tomar posse da alcaidaria. Cf. *Ibidem*, pp. 18, 36-47. Com os consecutivos avanços do mar e os ataques muçulmanos, o lugar foi sendo abandonado, a partir das primeiras décadas do século XVII, e sua população instalou-se na praia de Monte Gordo. Mais tarde, durante o governo do marquês de Pombal, para controlar esta zona de fronteira e os seus recursos piscatórios, foi mandado construir Vila Real de Santo António, inaugurada em 1776. As últimas ruínas da antiga povoação de Santo António de Arenilha terão sido destruídas pelo maremoto ocorrido durante o terramoto de 1755. Cf. Andreia Fidalgo, et al., *Vila Real de Santo António...*, op. cit., p. 4.

António Leite. Isto não só, em virtude do prestígio que lhes conferia, mas também devido aos proveitos económicos que a ela estavam agregados, tais como: a dízima nova das barcas e xávegas dos pescadores estrangeiros que vinham pescar no mar de Monte Gordo, assim como as tenças que recebiam anualmente<sup>529</sup>. O contrabando seria, pela documentação referida, uma outra provável fonte de rendimentos.

\*

Os benefícios régios que António Leite recebeu no decurso da sua estadia em Marrocos e, sobretudo, a mercê de Santo António de Arenilha, permitem tirar três conclusões importantes. Primeiro, que o escasso valor desta alcaidaria, traduz a baixa condição social de António Leite na graduação nobiliárquica. A segunda prende-se com a sua realocização no Reino. Oriundo de uma família do Porto, com fortes interesses no Norte, a experiência marroquina fê-lo instalar-se, no fim da vida, na região do Algarve, onde as ligações com o Norte de África são evidentes. A segunda conclusão permite estabelecer uma relação directa entre os serviços régios e a obtenção das mercês. A busca de “honra e proveito” pelos que participaram na empresa expansionista, tão mencionada pela historiografia, nem sempre é fácil de comprovar. Na maioria dos casos, as cartas régias onde o monarca exerce o direito da dádiva, quase nunca estabelecem uma relação directa com os serviços, ou pelo menos, raramente os especificam. No caso de António Leite sabe-se que a alcaidaria de Arenilha foi-lhe entregue pelos serviços que “a mi [D. João III] tem feitos assi nestes reinos com em Africa, aonde servio a minha capitania da Villa de Mazagão [...] em satisfação dos officios de contador, iuis dalfandegua dAzamor, Mazagão, e Titem”<sup>530</sup>. Deste modo, fica claro que os benefícios sociais e económicos que obteve derivam da sua prestação de serviços em Marrocos.

Por outro lado, quando em 1600, o seu neto necessitou de dispensa papal para receber a comenda da alcaidaria de Arenilha, por não ser nem cavaleiro da Ordem de Cristo, nem por ter estado no Norte de África, fica explícito que se tratava de uma

---

<sup>529</sup> Cf. Hugo Cavaco, *Revisitando...*, op. cit., p. 20.

<sup>530</sup> *Ibidem*, pp. 42-43.

comenda nova<sup>531</sup>. Esta constatação reforça a ideia que António Leite fora recompensado pelos seus longos anos passados no sul de Marrocos.

#### **4.2 António Leite e os outros. Uma comparação social**

Partindo da premissa que, para entendermos o percurso social de um indivíduo é fundamental avaliarmos a sociedade em que se insere e o espaço que ocupa na sua hierarquia, foi necessário localizar António Leite na pirâmide social do seu tempo. Neste sentido, tornou-se premente comparar os estatutos dos capitães de Azamor e Mazagão. Ao longo do trabalho recolheram-se vários sinais que apontam para o aspecto excêntrico da origem social de Leite quando comparada como a dos seus pares. Para testar esta ideia elaborou-se um inquérito capaz de caracterizar o tipo social dos capitães.

Em Azamor foram detectadas treze capitánias ocupadas por doze capitães, uma vez que António Leite teve duas comissões nessa cidade: uma curta capitania entre 1529-1530, que terá tido um carácter provisório e da qual não se encontrou documento de nomeação formal; e outra que se prolongou de 1537 até 1541<sup>532</sup>.

Em Mazagão identificaram-se cinco capitánias, mas foram contados apenas quatro capitães. Também no caso desta praça somente António Leite parece ter sido reincidente. Sabe-se que esteve com a responsabilidade do governo de Mazagão desde 1516, mas só foi nomeado oficialmente em 1520, mantendo-se aí até 1529. A sua segunda capitania registou-se em 1537, por um período muito breve, antes de ser investido em Azamor<sup>533</sup>.

Em Mazagão foram detectados vários períodos para os quais não existem referências a capitães. Esta ausência de informação poderá ser um indício de que os governadores de Azamor, por vezes, acumulavam as duas capitánias e que muitos dos

---

<sup>531</sup> Em 1514 e 1517, para incentivar a participação na expansão em Marrocos, o Vaticano outorgou a criação das comendas novas. Deste modo, era possível retirar rendimentos de priorados, mosteiros e igrejas para se formarem comendas destinadas a indivíduos que participassem na luta contra o “Infiel”. Cf. Isabel L. Morgado de Sousa e Silva, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, (separata n.º 6 da *Militarium Analeta*), 2002, p. 41.

<sup>532</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro VI sobre as nomeações dos capitães de Azamor.

<sup>533</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro VII sobre as nomeações dos capitães de Mazagão.

seus responsáveis não tinham uma nomeação oficial. Isto vai ao encontro da ideia de que Mazagão esteve subalternizada a Azamor, até ao abandono desta.

No panorama das capitânias observadas conclui-se que António Leite foi o capitão com ligações mais profundas e estáveis às duas praças. Relembre-se que, desde finais de 1513, quando foi nomeado contador de Azamor, Mazagão e Tite, até 1541, quando Azamor foi abandonada, esteve aí grande parte do seu tempo.

Com base na documentação recolhida concluiu-se que a maioria dos capitães de Azamor eram fidalgos da Casa Real. Dos doze capitães detectados só se tem certeza que um deles não pertencia à fidalguia<sup>534</sup>, desconhecendo-se o estatuto de Jorge Viegas<sup>535</sup>. António Leite na segunda capitania que assumiu nesta praça já possuía este foro, mas na primeira existem dúvidas. Observou-se também que, com excepção de Gonçalo Mendes Sacoto e o biografado, que ascenderam à fidalguia a partir do foro de cavaleiro, todos os outros eram fidalgos de geração<sup>536</sup>.

Em relação a Mazagão, no período estudado, a partir da análise genealógica dos quatro capitães constatou-se que o seu estatuto social era inferior aos dos seus congéneres de Azamor. António Leite, na primeira vez que ocupou este cargo, era cavaleiro da Casa Real, no entanto, na segunda comissão provavelmente já era fidalgo. Manuel de Sande era cavaleiro, mas ascendeu à fidalguia em data indeterminada. Quanto a João Gomes não foram encontradas informações sobre o seu estatuto, mas, uma vez que era almoxarife desta praça, tudo aponta para que o seu foro não fosse além do de cavaleiro. Assim, apenas Martim Afonso de Melo, que aí esteve como primeiro capitão, era fidalgo por transmissão familiar. Este homem pertencia a uma das mais prestigiadas famílias portuguesas do século XV. A sua nomeação para Mazagão foi uma singularidade, pois o seu pai, em virtude de ter tentado construir aí um forte, antes da conquista de Azamor, recebeu de D. Manuel I essa capitania hereditariamente<sup>537</sup>. O

---

<sup>534</sup> Lançarote de Freitas era cavaleiro da Casa Real.

<sup>535</sup> Através do estudo genealógico de Jorge Viegas deduz-se que este pertenceria à fidalguia, porém não foi encontrada nenhum documento que o comprovasse. Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro VIII sobre o estatuto dos capitães de Azamor.

<sup>536</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro VIII sobre o estatuto dos capitães de Azamor.

<sup>537</sup> Jorge de Melo morreu em Marrocos quando tentava edificar o dito forte. Cf. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides...*, op. cit., pp. 38-39.



panorama social dos capitães de Mazagão vai ao encontro da ideia da satelização desta praça em relação a Azamor<sup>538</sup>.

Reforçando esta última impressão, apurou-se que dos doze capitães de Azamor seis pertenciam ao Conselho Régio. António Leite fazia parte do grupo que não tinha assento neste órgão<sup>539</sup>. No caso de Mazagão, apenas Martim Afonso de Melo possuía esta dignidade<sup>540</sup>.

No Antigo Regime a posição social das pessoas dependia, à partida, do estatuto do seu grupo familiar. Assim, a análise social dos capitães de Azamor e Mazagão só estaria completa com o estudo mais atento das suas genealogias. Para deslindar esta problemática investigaram-se as ligações de parentesco com os alcaides-mores, com indivíduos com cargos palatinos e com as famílias titulares. Estas categorias permitem não só definir vários níveis de estatuto, como diferentes capacidades de diálogo com a Coroa.

Numa época em que a monarquia tendia a controlar socialmente a nobreza, através do monopólio da distribuição dos recursos que asseguravam esse estatuto, os vínculos que os elementos deste grupo tinham com o poder régio eram determinantes para o seu percurso social. Desta lógica resultava uma equivalência entre proximidade ao rei e a qualidade do estatuto social.

Os alcaides-mores exerciam o poder militar, administrativo e judicial como representantes régios nos locais para onde eram nomeados. Desde logo, estes cargos eram concedidos a sujeitos com contactos com a Coroa. Apesar da sua essência local, estes ofícios permitiam uma considerável capacidade de interlocução com o poder régio, que constituía uma vantagem nos seus trajectos sociais e dos seus parentes.

A partir da investigação desenvolvida apurou-se que oito dos doze capitães de Azamor tinham ligações a alcaides-mores. António Leite e mais três capitães não possuíam esta conexão. Saliente-se que dois destes foram interinos, Gonçalo Mendes Sacoto e Lançarote de Freitas, e João Soares, que também não tinha parentes alcaides, recebeu a nomeação para a capitania de Azamor com carácter provisório, onde esteve

---

<sup>538</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro IX sobre o estatuto dos capitães de Mazagão.

<sup>539</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro VIII sobre o estatuto dos capitães de Azamor.

<sup>540</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro IX sobre o estatuto dos capitães de Mazagão.

pouco mais de dois meses. Refira-se que, em 1542, após a sua saída de Azamor, António Leite ascendeu à qualidade de alcaide-mor de Santo António de Arenilha, pelo serviço prestado em Marrocos<sup>541</sup>.

No caso de Mazagão detectaram-se dois capitães em cinco com ligações de parentesco a alcaides-mores: Manuel de Sande e Martim Afonso de Melo<sup>542</sup>. Não obstante, a família do último tinha um prestígio muito superior. Enquanto em Azamor mais de metade dos capitães tinha conexões com alcaides, em Mazagão a realidade era inversa, comprovando-se mais uma vez que o espectro social dos seus capitães era mais baixo.

Os cargos palatinos caracterizavam-se pela grande proximidade em relação ao monarca, sendo que os de maior significado social eram ocupados por grandes figuras do Reino. Daqui redundava que as ligações com os detentores desses cargos permitiam não só dotar os indivíduos de maior capacidade de diálogo com a Coroa, mas representavam também um vínculo com figuras maiores da sociedade. No caso dos capitães, os que tinham ou tiveram parentes com cargos no Palácio mais facilmente acediam aos favores régios, o que poderia ser decisivo nas suas carreiras.

Em Azamor cinco dos doze capitães tinham ligações a homens com cargos palatinos. Um deles, D. Álvaro Abranches, foi mestre-sala de D. Manuel I. Dos cinco capitães que não tinham estas conexões contam-se Pero Mascarenhas, o biografado, João Soares e os dois capitães interinos<sup>543</sup>. No caso de Mazagão, nenhum dos comandantes da praça possuía familiares a servir no Palácio<sup>544</sup>.

Dentro da hierarquia nobiliárquica, a titulação era o culminar do estatuto social. Ter um parente com um título era por si só um factor de engrandecimento. Para além do estatuto intrínseco que este parentesco podia dotar, proporcionava também uma grande capacidade de comunicação com o poder régio. Deste modo, os nobres com títulos ou com parentes titulares tinham enormes vantagens nas suas trajectórias.

---

<sup>541</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro X sobre as ligações dos capitães de Azamor a alcaides-mores.

<sup>542</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro XI sobre as ligações dos capitães de Mazagão a alcaides-mores.

<sup>543</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro XII sobre as ligações dos capitães de Azamor a indivíduos com cargos palatinos.

<sup>544</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro XIII sobre as ligações dos capitães de Mazagão a indivíduos com cargos palatinos.

Em Azamor foram encontrados seis capitães com ligações à nobreza titulada. Um deles, D. Pedro de Sousa, obteve posteriormente o título de conde de Prado, nomeadamente, pelos serviços prestados à Coroa no Norte de África, e um dos seus filhos casou com a filha do barão do Alvito<sup>545</sup>. No caso de Mazagão nenhum dos capitães possuía ligações directas à nobreza de primeira grandeza, se bem que Martim Afonso de Melo fosse um parente afastado do conde de Tentúgal<sup>546</sup>.

Uma parte dos que serviam nas praças portuguesas em Marrocos tinha ligações ao Algarve. Esta ocorrência é também visível entre os capitães de Azamor, oito deles tinham ligações a esse território. António Leite, apesar de ser oriundo de uma família do Porto, também acabou por centrar os seus principais interesses no Algarve, através de doações régias que lhe foram concedidas pelo exercício das suas funções<sup>547</sup>. Em Mazagão esta ligação não é evidente, pelo contrário, dois capitães aparecem relacionados com outros territórios, um com Santarém e outro com Estremoz, nada se sabendo sobre João Gomes<sup>548</sup>.

\*

Comparando os atributos sociais dos capitães de Mazagão e Azamor constatou-se dois panoramas sociais diferentes. Mazagão foi até ao abandono de Azamor, em 1541, uma fortaleza de segunda ordem, satélite desta última. Esta realidade reflectia-se no estatuto dos seus capitães, verificando-se que era mais baixo do que dos seus congéneres de Azamor. Como atrás foi sublinhado, a excepção a esta regra foi Martim Afonso de Melo.

Na comparação social entre António Leite com os outros capitães de Azamor verificou-se que a sua qualidade social era mais baixa, tendo equivalência apenas com Lançarote de Freitas e Gonçalo Mendes Sacoto. Contudo, as trajectórias destes diferiram, com Leite e Freitas a construírem o seu currículo através da pena e Sacoto através da espada. No cotejo destes três percursos verificou-se que a carreira de armas era mais vantajosa, tendo permitido que Sacoto ascendesse ao Conselho régio e ao cargo

---

<sup>545</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro XIV sobre as ligações dos capitães de Azamor à nobreza titular.

<sup>546</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro XV sobre as ligações dos capitães de Mazagão à nobreza titular.

<sup>547</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro XVI sobre as ligações dos capitães de Azamor ao Algarve.

<sup>548</sup> Veja-se, nos anexos sinópticos, o quadro XVII sobre as ligações dos capitães de Mazagão ao Algarve.

de adail-mor do Reino<sup>549</sup>. No entanto, para a presente análise, é mais profícuo o confronto entre os resultados obtidos por Lançarote de Freitas, feitor, e António Leite que iniciou a sua ascensão como contador. Conclui-se que, enquanto o primeiro estagnou no posto da feitoria, tendo apenas ocupado a capitania interinamente, o biografado logrou ir mais além.

Depois do abandono de Azamor e a construção da cidadela abaluartada de Mazagão, em 1542, esta praça ganhou outra importância, que se reflectiu no estatuto dos capitães nomeados a partir de então. Lembre-se que, nestas condições, António Leite já não teve cabimento como seu capitão, tendo-lhe sido doada, em troca, a alcaidaria de Santo António de Arenilha.

Quando António Leite foi responsabilizado, por um breve período, pelo forte do Seinal e pela desocupação de Alcácer Ceguer, em 1549, já era um homem com outro estatuto. Na época, era à cerca de oito anos alcaide-mor de Santo António de Arenilha e desta maneira o seu centro de interesse transferira-se definitivamente para o Algarve.

Parece pertinente fazer aqui uma pequena observação sobre a diferença do estatuto social entre os capitães das praças do sul e os das praças do norte de Marrocos. Enquanto a sul predominou uma nobreza média, embora com contactos aos Grandes, nas praças do norte foram muito frequentes as capitánias entregues a titulares. Por exemplo, Arzila foi dominada pelos Coutinhos, condes de Borba, e por outros fidalgos que lhe eram próximos. Tânger foi entregue aos Meneses de Tarouca e Ceuta aos Meneses de Viana e Marqueses de Vila Real. Em Alcácer Ceguer muitos dos seus governadores pertenciam à Alta Nobreza. Nas praças do norte, quando os capitães não eram titulares, eram pelo menos oriundos de famílias com títulos. A diferença dos perfis sociais dos capitães de Marrocos explica-se, em parte, pelo ambiente das épocas em que as diversas praças foram conquistadas. No norte as posições portuguesas foram tomadas durante o século XV, até ao reinado de D. Afonso V. Em muitas destas verificou-se a presença do Rei ou de elementos pertencentes à Casa Real e a participação da maioria das grandes casas nobiliárquicas. A título de exemplo, durante o reinado de D. Afonso V, das desasseis casas senhoriais, só duas não participaram no

---

<sup>549</sup> Cf. Carta de mercê, de 1 de Julho de 1539, de adail-mor do Reino a Gonçalo Mendes Sacoto, in IAN/TT, CC-II-63-131.

esforço militar na Berbéria. No sul, apesar do empenhamento de D. Manuel, as conquistas que se realizaram nos primeiros anos de quinhentos, salvo o caso excepcional de Azamor, que contou com a presença de D. Jaime, duque de Bragança, não tiveram a comparência maciça das famílias maiores de Portugal<sup>550</sup>.

---

<sup>550</sup> Sobre o assunto veja-se André Teixeira e Teresa Lacerda, “La Haute Noblesse au Maroc...”, op. cit.; Abel Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV...*, op.cit.

## CONCLUSÃO

A família de António Leite, os Leites do Porto, pertencente à nobreza de Entre-Douro-e-Minho, ganhou visibilidade e prestígio ao serviço de D. Afonso V. Datam dessa época as primeiras informações credíveis sobre este grupo, que indicam fortes vínculos dos seus elementos á Casa Real e aos poderes locais. No seu seio predominavam homens com os foros de escudeiros e cavaleiros que ocupavam alguns cargos nos concelhos da região. O principal núcleo da estirpe, onde ocorriam uns raros fidalgos e pequenos senhorios, estava sediado na região do Porto, onde partilhava com as outras famílias do patriciado local os ofícios municipais e régios da Invicta. Sensivelmente a partir da geração de António Leite esta família caracterizou-se também por uma forte participação no projecto expansionista da Coroa.

António Leite ultrapassou os horizontes locais do seu grupo familiar, seguindo o caminho de serviço à Coroa, participando no projecto de expansão manuelina em Marrocos. Após a conquista de Azamor, em 1513, aparece nomeado contador de Azamor, Mazagão e Tite. Os contornos deste provimento são obscuros, desconhecendo-se outros cargos que tenha exercido que o possam justificar, ou conexões a indivíduos que pudessem ter intercedido. Da sua vida anterior sabe-se apenas que tinha estado em Tânger e Arzila, onde se casou com uma Maria de Vasconcelos que pertencia a uma família de moradores desta praça. Um tio ou irmão da mulher acompanhou-o na sua estadia em Mazagão, não havendo mais notícias sobre outros parentes.

O meio de promoção social de António Leite foi o serviço régio. Partindo do cargo de contador foi subindo na hierarquia de Mazagão e Azamor. Neste trajecto chegou a capitão destas praças e, no final da carreira, a capitão do forte do Seinal, no contexto da desocupação de Alcácer Ceguer. Neste encadeamento ascendeu de cavaleiro da Casa Real a fidalgo.

O serviço em Marrocos valeu a António Leite a sua entrada para a Ordem de Cristo, da qual chegou a freire cavaleiro. Em 1537 ganhou a comenda da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis. No culminar do seu percurso social, em 1542, depois

da evacuação de Azamor, obteve, novamente na Milícia de Cristo, a comenda da alcaidaria-mor de Santo António de Arenilha, com outras mercês incluídas, nomeadamente o direito de transmissão ao filho mais velho. Desta maneira, Leite recentrou os seus interesses e os da sua prole no Algarve. Para além de transmitir uma melhor condição social aos seus descendentes, proporcionou a alguns parentes laterais a possibilidade de prestarem serviços em Marrocos.

O empenho de António Leite no serviço régio deve ser entendido como o único veículo capaz de o promover socialmente. No Antigo Regime, o rei era, como detentor dos principais recursos simbólicos e materiais de dotação do estatuto nobiliárquico, a fonte de onde emanava o destino social da nobreza. Este poder do monarca tornava-se mais premente no caso dos nobres com menores recursos.

António Leite foi sobretudo um homem de pena, o que ia ao encontro da tradição do serviço régio da sua família. Não se conhece que tenha comandado nenhuma das famosas entradas que os capitães tanto gostavam de fazer em território muçulmano, em busca de honra e proveito imediato. Na única incursão onde terá participado, em 1514, tê-lo-á feito contrariado. Em contrapartida vemo-lo a superintender a construção do castelo de Mazagão em 1514, a negociar a paz com os alcaides do sultão em 1530 e a comandar a construção do malogrado forte do Seinal e o abandono de Alcácer Ceguer.

Ao estudar o seu percurso em Marrocos, verificou-se que nos momentos de maior exigência de comando militar, António Leite foi preterido em relação a homens com mais estatuto. Foi assim em 1530, em consequência de um perigoso cerco a Azamor, e, em 1541, no contexto de abandono dessa cidade. Os que o substituíram podiam ter mais competências militares, mas o que se afigura como mais importante era a sua superioridade social. Se em tempo de paz se podia tolerar alguma contestação, em tempo de guerra o comando tinha que estar investido de uma autoridade inquestionável, que, na época, provinha da qualidade social.

Comparando os capitães de Azamor e Mazagão concluiu-se que António Leite tinha um perfil social que estava em conformidade com os seus pares de Mazagão, ao tempo uma fortaleza de segunda categoria, mas tinha um estatuto bastante inferior aos de Azamor. Esta carência social está bem visível nos confrontos que teve com outros capitães e moradores. Relembre-se o episódio em que Vicente Rodrigues queixando-se

da sua acção, durante o cerco de 1530 a Azamor, troçava dele, acusando-o de estar mais preocupado com a sua horta do que com a defesa da cidade. Outro acontecimento que ilustra a dificuldade em impor-se ocorreu em 1537, quando o monarca lhe pediu que averiguasse o comportamento do governador de Azamor, D. Álvaro de Abranches. Leite ter-se à desdobrado em esforços para que D. Álvaro lhe respondesse à inquirição, mas sem sucesso. Como resposta a um dos escritos que lhe enviou obteve apenas, assinada por baixo, a frase: “Quão grande trabalho é viver!”<sup>551</sup>.

A investigação sobre a vida de António Leite ultrapassou a dimensão individual, permitindo traçar um retrato das vivências nas praças de Mazagão e Azamor. Decorrente do estudo dos testemunhos dos conflitos que teve com os outros oficiais, comprova-se o intenso clima de disputa e intriga que se vivia nos espaços confinados das fortalezas portuguesas, assim como o eco que tiveram na corte, criado a partir de queixas registadas epistolograficamente. Estas alterações tinham protagonistas, mas estendiam-se a grupos que se digladiavam entre si. Recorde-se a solidariedade que Sebastião Leite demonstrou com o biografado no contexto dos conflitos que estes dois homens tiveram com D. Álvaro de Noronha; assim como a acusação que Vicente Rodrigo fez de conluio entre António Leite, Lançarote de Freitas e outros.

Os conflitos revelam a existência de redes de solidariedade nestas praças. António Leite fez sempre um esforço para se rodear de gente da sua confiança. Recapitule-se as várias intercessões que dirigiu ao Rei para que determinados sujeitos fossem colocados junto de si e para que obtivessem cargos do seu interesse. Relembre-se, também, os seus treze parentes que foram detectados em Azamor e Mazagão e a sua confiança em António das Neves, familiar da sua mulher. Tudo isto aponta para a existência de uma rede de parentesco e patrono-clientelar local, que tinha, provavelmente, prolongamento no Reino. No contexto da disputa que se vivia nestas praças, estas solidariedades eram fundamentais para a sobrevivência social dos indivíduos.

Decorrente da investigação comprovou-se a ideia do ambiente de grande precariedade que se vivia nos presídios portugueses. Salvo raros momentos em que chegavam ajudas do exterior, para fazer face às ameaças muçulmanas mais graves, a carência de homens com capacidade militar foi uma constante. No caso de Azamor

---

<sup>551</sup> *Ditos Portugueses...*, op. cit., pp. 126-127.



nunca se garantiu os cerca de mil e quinhentos defensores recomendados, após a sua conquista, para acautelar a cidade atalhada. O panorama da defesa era agravado pelas dificuldades financeiras que também atingiam a manutenção das muralhas, sendo constantes as referências a muros caídos. De todas as queixas e pedidos de ajuda destacam-se as recorrentes referências a precisões alimentares. Na praça de Azamor não faltaria peixe, mas faltava o trigo, o pão, que era a base dos hábitos alimentares da época.

As fontes trabalhadas sugerem que se entre portugueses e muçulmanos havia um ambiente de guerra, não deixaram de existir também cumplicidades. É preciso entender que o conflito em Marrocos tinha três a quatro partes: os portugueses, o sultão de Fez e os dois xerifes sádidas. A partir do momento em que os xerifes se tornaram de tal maneira preponderantes, os portugueses e os representantes do poder Oatácida não puderam deixar de se entender. As relações entre os alcaides muçulmanos e os capitães guiavam-se quase sempre por normas de conduta cavalheiresca. Em Azamor, tal como nos retrata Bernardo Rodrigues em relação a Arzila, o médico da cidade também tratava alguns senhores muçulmanos. No contexto dos contactos amistosos, saliente-se a visita do alcaide Latar a Portugal e o contrato que obteve para comerciar mercadorias do Oriente, vindas pela rota do Cabo.

A relação entre portugueses e judeus em Marrocos foi feita de convívios e ambiguidades. Se em Portugal se acentuava a intolerância em relação aos judeus, em Marrocos estes tornaram-se imprescindíveis para a presença portuguesa. Em virtude da sua expulsão da Península Ibérica, uma parte desta comunidade emigrou para o Norte de África, dominando assim, para além do Português e do Castelhana, o Árabe. Deste modo, eram naturalmente os intermediários entre portugueses e muçulmanos.

Contudo, a relação com os judeus foi sempre dúbia. Se, por um lado, António Leite avisava o Rei que os assuntos mais importantes não deveriam ser tratados por judeus, por outro, não pôde prescindir da sua intervenção na paz que negociou com os alcaides em 1530. Curiosamente foi por eles que ficou a saber da possibilidade desta iniciativa diplomática, o que não era de estranhar, uma vez que a comunidade hebraica também habitava nas cidades muçulmanas, convertendo-se assim numa das principais fontes de informação em relação ao inimigo.

Não eram só os portugueses que beneficiavam, pois através desta relação os judeus tinham acesso facilitado às mercadorias orientais, provenientes da rota do Cabo, que vendiam nos territórios islâmicos. Neste trato, Benzamerro e Francisco Gomes ganhavam as valiosas “dobras zeinas”, com as quais adiantavam aos moradores os pagamentos não executados pela Fazenda Real. Estes empréstimos eram um bom negócio. Segundo os testemunhos, estes judeus, com a conivência dos capitães, compravam os soldos por um preço mais baixo. Aos olhos do direito cristão tratava-se de usura, mas ao que parece, segundo Vicente Rodrigues, António Leite e outros, apesar das frases suspeitosas acerca dos judeus, também participavam neste ganho.

Os capitães das praças na Berbéria tinham uma grande margem de manobra em relação ao poder central, conseguindo obter ganhos mais ou menos escusos. Contudo, havia um limite à sua actuação. Recorde-se o episódio de D. Álvaro Abranches em que, como nobre imbuído do seu estatuto superior, se recusou a responder à inquirição que o monarca lhe mandara fazer através de António Leite. Apesar da sua inicial desconstracção, o desenlace foi desastroso, tendo sido condenado à prisão durante vários anos<sup>552</sup>. Mesmo no Norte de África, longe do Reino, em última instância o Rei era o elemento regulador e garantidor da justiça.

Ainda que mais difícil para uns do que para outros, a busca de proveito era arriscada para todos. As palavras que Abranches dirigiu a António Leite num tom jocoso, no fim revelaram-se também aplicáveis ao seu destino. No sul de Marrocos, os portugueses “mantiveram-se de vento, como os camaleões”<sup>553</sup> e os nobres que aí agiram, nomeadamente António Leite, muitas vezes terão repetido de modo sério a frase irónica de D. Álvaro de Abranches: “Quão grande trabalho é viver!”<sup>554</sup>.

---

<sup>552</sup> Cf. *Ibidem*

<sup>553</sup> Cf. Carta para D. João III, de 21 de Setembro de 1536, publ. in David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel...”, op. cit., pp. 532-533.

<sup>554</sup> *Ditos Portugueses...*, op. cit., pp. 126-127.

## BIBLIOGRAFIA

### I – Arquivos

#### IAN/TT

##### *Chancelaria de D. Afonso V*

Livro 1, fólio 53. Livro 4, fólhos 47v. Livro 6, fólio 124. Livro 9, fólhos 1, 57v, 77, 123. Livro 29, fólhos 207 v-208. Livro 31, fólhos 60, 67v-68. Livro 33, fólhos 49 v-92v. *Além Douro*, Livro 3, fólio 242 v; Livro 4, fólio 13.

##### *Chancelaria de D. João II*

Livro 6, fólio 64v. Livro 23, fólhos 26v-27v.

##### *Chancelaria de D. Manuel*

Livro 6, fólhos 117v-118. Livro 7, fólio 12. Livro 8, fólhos 60, 97 v. Livro 10, fólhos 13 v-15, 91, 115 v, 116 v, 118, 155 v, 452. Livro 15, fólhos 118-118v. Livro 18, fólio 83 v. Livro 19, fólhos 3, 24. Livro 23, fólhos 35-35 v. Livro 25, fólhos 1; 159. Livro 28, fólhos 113v-114. Livro 35, fólhos 90, 127v. Livro 37, fólio 86 v. Livro 39, fólhos 23-23v. Livro 40, fólhos 70v-71. Livro 41, fólhos 94v, 113v-114. Livro 42, fólhos 41, 125v-126. Livro 43, fólio 82. Livro 44, fólhos 5 v, 109-109v. *Livro das Ilhas*, fólhos 165v, 233.

##### *Chancelaria de D. João III*

Livro 3, fólhos 51, 82. Livro 5, fólio 143. Livro 6, fólhos 83; 70, 152. Livro 13, fólhos 4-4v, 5. Livro 15, fólio 82. Livro 16, fólio 104. Livro 17, fólio 72 v. Livro 24, fólio 36. Livro 28, fólio 36. Livro 32, fólhos 31 v, 35v. Livro 37, fólhos 130, 130v; Livro 38, fólio 130v. Livro 40, fólio 110. Livro 43, fólio 10. Livro 45, fólio 26. Livro 47, folio 56. Livro 48, fólio 44. Livro 50, fólio 134. Livro 56, fólhos, 266, 266 v. Livro 58, fólio 175. Livro 61, fólio 139. Livro 66, fólio 217. Livro 68, fólio 171. Livro 71, fólhos 186 v-187. Livro 72, fólio 164.

##### *Chancelaria da Ordem de Cristo*

Livro 13, fólhos 375v-379v.

##### *Corpo Cronológico*

1ª Parte, maço 5, documento 57. 1ª Parte, maço 44, documento 113. 1ª Parte, maço 59, documento 70. 1ª Parte, maço 68, documentos 70, 105. 1ª Parte, maço 79, documento 31. 2ª Parte, maço 9, documento 117. 2ª Parte, maço 16, documento 160. 2ª Parte, maço 22, documento 175. 2ª Parte, maço 44, documento 171. 2ª Parte, maço 56, documentos 84, 195. 2ª Parte, maço 59, documento 7. 2ª Parte, maço 63, documento 131. 2ª Parte, maço 92, documento 90. 2ª Parte, maço 117, documento 18.

##### *Núcleo Antigo*

Livro 600, fólio 8 v. Livro 627, fólio 3. Livro 765. Livro 628, fólio 201. *Conto do Reino e Casa*, Núcleo Antigo, n.º 581.

*Cartas dos Governadores de África*, n.º 339.

## II – Genealogias

BRITO, Pedro de, *Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias Dominantes do Porto (1500-1580)*, Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1997.

CORDEIRO, António, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeitas no Oceano Occidental*, vol. I, Lisboa, Typ. do Panorama, 1866.

GAIO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 12 vols., Braga, Edição de Carvalhas de Basto, 1992.

MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, 12 vols., ed. Alexandre António Pereira de Miranda de Vasconcelos, António Augusto Ferreira da Cruz, Eugénio Eduardo, Andrea da Cunha e Freitas, Porto, Livraria Fernando Machado, 1943.

SILVA, Manuel de Souza da, *Nobiliário das Gerações de Entre-Douro-e-Minho*, vol. II, Ponte de Lima, Edições Carvalhos de Basto, Lda, 2000.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 12 vols., Coimbra, Atlântida Livraria Editora, 1946-1955.

## III – Crónicas e outras fontes narrativas e literárias

ANDRADA, Francisco de, *Crónica de D. João III*, M. Lopes de Almeida (introd.), Porto, Lello, 1976.

*Chronique de Santa Cruz du Cap de Gué, Agadir: texte portugais du XVI<sup>e</sup> siècle*, ed. Pierre de Cénival, Paris, Paul Geuthner, 1934.

*Ditos Portugueses Dignos de Memória. História Intima do Século XVI*, ed. José Hermano Saraiva, Lisboa, Publicações Europa América, s.d.

*História de Santa Cruz do Cabo de Gué (Agadir), 1505-1541*, ed. Joaquim Figanier, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

GÓIS, Damião, *Crónica de D. Manuel I*, 4 vols., Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1954.

RESENDE, Garcia de, “Miscelânea”, in *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1973, pp. 335 382.

RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila*, 2 tomos, intr. e notas David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915-1919.

*Santa Cruz do Cabo Gué D’Agoa e Narba: Estudo e Crónica*, eds. João Marinho dos Santos, Mohammed Nadir, José Manuel Azevedo e Silva, Viseu, Palimage & Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2007.

SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, 2 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-1954.

VICENTE, Gil, “Exortação da Guerra”, in *Obras de Gil Vicente*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1965, pp. 195-216.

#### **IV – Colectâneas Documentais e fontes avulsas**

AZEVEDO, Pedro (dir.), *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, 2 vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934.

BAIÃO, António (coord.), *Documentos do corpo chronologico relativos a Marrocos (1488 a 1514)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1925.

COELHO, Laranjo (ed.), *Documentos Inéditos de Marrocos: Chancelaria de D: João II*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943.

*Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603) de António de Saldanha, Chronique d’Al-Monsour, Sultan de Maroc (1578-1603), de António de Saldanha*, est. e intr. António Dias Farinha e trad. Léon Bourdon, Lisboa, IICT, 1997.

*Description de la Côte d’Afrique de Ceuta au Sénégal*, ed. Pierre Cénival; trad. Th. Monod, Paris, Larose, 1938.

FREIRE, Anselmo Braancamp, *Arquivo Histórico Português*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001.

*Gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964.

*Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, eds. Pierre de Cénival; Robert Ricard; David Lopes, 1ª série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946.

*Letters of the Court of John III King of Portugal 1521-1557*, eds. J. D. M. Ford e L. G. M. Moffat, Cambridge, Harvard University Press, 1931.

LOPES, David, *Textos de Aljamía portuguesa: Documentos para a História do Domínio Português em Safim Extrahidos dos Originaes da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

*O Manuscrito “Valentim Fernandes”, oferecido à academia por Joaquim Bensaúde*, ed. lit. António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940.

#### **V – Dicionários**

ALBUQUERQUE, Luís de (ed.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Caminho, 1994.

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Livraria Figueirinhas, s/d.

## VI – Estudos

ALBERTO, Edite, “Resgatar cristãos em terras no Norte de África. O ofício de Alfaqueque no século XV”, in Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 41-50.

ALBERTO, Edite, *Um negócio piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2010, (dissertação de doutoramento).

ALBUQUERQUE, Luís de, “História dos Descobrimentos e da Expansão”, in *Ler História*, Lisboa, Teorema, (n.º 21, 1991), pp. 79-84.

ALBUQUERQUE, Viriato A. C. B. de, “Breves notas para a história da administração da fazenda da Índia Portuguesa”, in *Oriente Português*, vol. I, n.ºs 10-11, 1904, pp. 408-417 e 468-477.

AMARAL, Augusto Ferreira do, *História de Mazagão*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *História de um fidalgo quinhentista português. Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade de Letras e Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.

AUBIN, Jean, *Le Latin et l’Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, 2 vols., Lisboa-Paris, CNCDP – CCCG, 1996-2000.

AUBIN, Jean, *Le Latin et l’Astrolabe. Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521*, vol. III, ed. póstuma preparada por Maria da Conceição Flores; Luís Filipe Thomaz; Françoise Aubin, Paris, CCCG, 2006.

BENHIMA, Yassir, “Activités Pastorales et Produits de l’élevage dans L’Economie des Places Portugaises du Sud du Maroc (Première Moitié du XVI<sup>e</sup> Siècle)”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina. Actes du IV Colloque d’Histoire Maroco-Lusitanienne*, Lisboa/Braga, CHAM/CITCEM, 2011, pp. 101-107.

BENHIMA, Yassir, *Safi et son territoire. Une ville dans son espace au Maroc (11<sup>ème</sup> – 16<sup>ème</sup> siècle)*, Paris, L’Hamattan, 2008.

BICALHO, Maria Fernanda, “As câmaras ultramarinas e o governo do Império” in João Fragoso, Maria de Fátima Silva Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho (org.), *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

BICALHO, Maria Fernanda, “Conquista, Mercês e Poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, *Almanak Braziliense*, (nº 2, Novembro 2005), pp. 21-34.

BICALHO, Maria Fernanda, “Elites coloniais: a *nobreza da terra* e o governo das conquistas. História e historiografia” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha, *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, pp. 73-97.

BOUCHARB, Ahmed, “La Course au Maroc Pendant la Première Moitié du XVI<sup>e</sup> Siècle: Une Autre Forme de Résistance”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina. Actes du IV Colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne*, Lisboa/Braga, CHAM/CITCEM, 2011, pp. 353-357.

BOUCHARB, Ahmed, “La vision des Marocains dans les “Anais de Arzila” de B. Rodrigues”, in Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 165-177.

BOUCHARB, Ahmed, “Le contrebande portugaise le long de la côte atlantique marocaine au XVI<sup>e</sup> siècle d’après le procès de l’inquisition de Lisbonne” in *Actas do Colóquio Internacional: Portugal, Espanha e Marrocos, O Mediterrâneo e o Atlântico*, Faro, Universidade do Algarve, 2004, pp. 225-235.

BOUCHARB, Ahmed, *Os Pseudo-Mouriscos de Portugal no Século XVI – estudo de uma especificidade a partir das fontes inquisitoriais*, Lisboa, Hugin, 2004.

BOUCHON, Geneviève, *Albuquerque, o Leão dos Mares*, Lisboa, Quetzal, 2000.

BOUCHON, Geneviève, *Vasco da Gama*, Lisboa, Terramar, 1998.

BOUCHON, Geneviève; THOMAZ, Luís Filipe, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l’Irraouaddy – Relation portugaise anonyme (1521)*, Paris, CCCG, 1988.

BRAGA, Paulo Drumond, “A Expansão no Norte de África” in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. II, A. H. de Oliveira Marques (coord.), *A Expansão Quatrocentista*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 237-337.

BUESCU, Ana Isabel, *Catarina de Áustria (1507-1578). Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

BULST, Neithard, “Sobre o objecto e o método da prosopografia”, in *Politéia*, História e Sociedade, (vol. 5, nº 1, 2005), pp. 47-67.

BURGUIÈRE, André, KLAPICH-ZUBER, Christiane, SEGALEN, Martine, ZANABEND, Françoise, (dir.), *História da Família*, 3º vol., *O Choque das Modernidades: Ásia, África, América, Europa*, Lisboa, Terramar, 1998.

CABRAL, Iva, “Elites atlânticas: Ribeira Grande do Cabo Verde (séculos XVI-XVIII)”, in *Actas do Congresso Internacional, “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e*

sociedade”, (Lisboa, FCSH, 2 Novembro 2005), em linha [http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/iva\\_cabral.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/iva_cabral.pdf)

CAMPOS, Nuno Miguel Silva, *D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Colibri, 2004.

CANAVARRO, Ana Rita, “Gonçalo Gil Barbosa”, in João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000, pp. 255-278.

CARDIM, Pedro, “Centralização Política e Estado na Recente Historiografia sobre o Portugal do Antigo Regime”, in *Nação e Defesa*, Lisboa, FCSH-UNL, (nº 87 – 2ª série, Março de 1998), pp. 129-158.

CARDIM, Pedro: ver MONTEIRO, Nuno Gonçalo.

CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*, Lisboa, FCSH-UNL, 2006, (dissertação de mestrado).

CASEY, James, *História da Família*, Lisboa, Teorema, [1991].

CAVACO, Hugo, *Revisitando Santo António de Arenilha*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Santo António, 1995.

CÉNIVAL, Pierre de, “La conquete de Safi”, in *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Pierre de Cénival, Robert Ricard e David Lopes (ed.), 1ª série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946, vol. I, pp. 151-161.

CÉNIVAL, Pierre, “L’établissement de la suzeraineté portugaise sur Azemmour 1486 ”, in *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Pierre de Cénival, Robert Ricard e David Lopes (ed.), 1ª série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946, vol. I, pp. 1-3.

CÉNIVAL, Pierre, “La Conquête d’Azemmour, 3 Septembre 1513”, in *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Pierre de Cénival, Robert Ricard e David Lopes (ed.), 1ª série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946, vol. I, pp. 394-402.

CÉNIVAL, Pierre, “Les origines de Mazagan”, in *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Pierre de Cénival, Robert Ricard e David Lopes (ed.), 1ª série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946, vol. I, pp. 103-107.

CERUTTI, Simona, “Microhistory: social relations versus cultural models?” in Anna-Mija Castrén, Markku Lonkila; Matti Peltonen (eds.), *Between Sociology and History: essays on microhistory, collective action, and nation-building*, Helsinki, SKS/Finnish Literature Society, 2004, pp. 17-40.



CORREIA, Jorge et al., “L’Espace Urbain D’Azemmour Pendant La Domination Portugaise: Bilan de la Premieère Mission”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina. Actes du IV Colloque d’Histoire Maroco-Lusitanienne*, Lisboa/Braga, CHAM/CITCEM, 2011, pp. 199-212.

CORREIA, Jorge, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, FA/UP, 2008.

CORTE REAL, Manuel Henrique, *A Feitoria Portuguesa na Andaluzia (1500-1532)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos Históricos Faculdade de Letras de Lisboa, 1967.

COSME, João, *A Guarnição de Safim em 1511*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004.

COSTA, António Carvalho da (Padre), *Corografia Portuguesa: e descripçam topográfica do famoso Reyno de Porttugal*, 3 vols., Braga, tipografia de Domingos Golçalves Govea, 1869.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000.

COSTA, João Paulo Oliveira e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, *A Batalha dos Alcaides - 1514. No Apogeu da presença portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “O Império em meados do século XVI”, in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, (vol. III, 2002), pp. 87-121.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “Os Capitães-mores das Armadas da Índia no Reinado de D. João III” in *A Carreira da Índia, V Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 213-231.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “Vasco Fernandes Coutinho, construtor do Estado da Índia e do Brasil”, in *D. João III e a formação do Brasil*, Lisboa, CEPCEP, 2004, pp. 167-194.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *D. Manuel I. 1469-1521. Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *Henrique, o Infante*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

COSTA, João Paulo Oliveira; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (coord.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, CHAM/IICT, 2004.

CRUZ, Abel Santos, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1415-1464)*, Porto, FL/UP, 1995, (dissertação de mestrado).

CRUZ, Maria Augusta Lima, “Do Fim da política Expansionista em Marrocos ao Abandono de Algumas Praças”, in Aurélio de Oliveira, Maria Augusta Lima Cruz, Inácio Guerreiro, Francisco Contente Domingues, *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990.pp. 125-133.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “Marrocos” in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz, *Vinte Anos de Historiografia Ultramarina Portuguesa 1972-1992*, Lisboa, CNCDP, 1993, pp. 67-72.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “Marrocos”, in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Caminho, 1994, pp. 694-702.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “Mouro para os cristãos e cristão para os mouros: o caso Bentafufa” in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, (vol. III, Dezembro de 2002), pp. 39-63.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “O trigo açoriano em Marrocos no século XVI”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, (vol. XLI, 1983), pp. 625-650.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “Os cronistas do império: da gesta das armas aos heróis do mar”, in Ana Maria Rodrigues; Joaquim Soeiro de Brito (coord.), *Outro mundo novo vimos*, Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 51-59.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “Os Portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI” in Aurélio de Oliveira; Maria Augusta Lima Cruz; Inácio Guerreiro; Francisco Contente Domingues, *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990, pp. 55-125.

CRUZ, Maria Augusta Lima, LOUREIRO, Rui Manuel (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010.

CRUZ, Maria Augusta Lima: ver FAGUNDES, Maria Augusta Lima Cruz.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África” in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, (n.º 13, 1997), pp. 123-199 e n.º 14, pp. 117-198.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *A Governação de D. João III: a fazenda real e os seus vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da, “Portugal e o Norte de África no século XVI – A intervenção de Lourenço Pires de Távora, Diplomata e Homem de Guerra, no Problema da Manutenção ou Abandono das Praças Portuguesas”, in *Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, pp.1063-1064, em linha a 20/02/2012

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4839/1/ml.garciacruz-actas-JornHMod.pdf>

*Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Ângela Barreto Xavier e Catarina Madeira Santos (coord.), *Cultura Intelectual das elites coloniais*, Lisboa, Centros de

História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa e Campo das Letras, (vol. XXIV-2007/II Série).

CUNHA, Luís Maria do Couto de Albuquerque da, *Memória para a História da Praça de Mazagão*, Lisboa, 1864.

CUNHA, Mafalda Soares da, “A Nobreza Portuguesa no início do século XV: Renovação e Continuidade” in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra, (tomo xxxi, vol. 2, 1996), pp. 219-252.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno, “Vice-reis, governadores e conselheiros de governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e caracterização social”, in *Penélope*, Lisboa, Edições Cosmos, (n.º 15, 1995), pp. 91-120.

CUNHA, Mafalda Soares: ver MONTEIRO, Nuno.

DEWALD, Jonathan, *The European Nobility, 1400-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

DOMINGUES, Francisco Contente, “A Guerra em Marrocos”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severino Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, 5 vols., António Manuel Hespanha (coord.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, vol. II, pp. 224-230.

DORNELAS, Afonso, “O custo das Praças do Norte de África no século XVI – Subsídios Históricos”, in *História e Genealogia*, vol. V, Lisboa, 1919, (separata).

FAGUNDES, Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, FCG, 1970, pp. 104-179.

FAGUNDES, Maria Augusta Lima Cruz: ver CRUZ, Maria Augusta Lima Cruz-

FARIA, António Machado, “Cavaleiros da Ordem de Cristo no Século XVI”, in *Arqueologia e História*, Lisboa, (vol. VI, série 8), 1955, (separata).

FARINHA, António Dias, “A Madeira e o Norte de África nos Séculos XV e XVI”, in *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira* (Funchal, 1986), 2 vols., Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, DRAC, 1989, vol. I, pp. 360-377.

FARINHA, António Dias, “Características da presença portuguesa em Marrocos”, in Luís de Albuquerque (ed.), *Portugal no Mundo*, vol. I, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 113-124.

FARINHA, António Dias, “Marrocos”, in Carlos Moreira Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 174-178.

FARINHA, António Dias, “Norte de África”, in Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri, (coord.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, *A Formação do Império (1415-1570)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 118-136.

FARINHA, António Dias, “O Declínio da Política Africana: de Alcácer Quibir ao Abandono de Mazagão”, in Luís de Albuquerque (ed.), *Portugal no Mundo*, vol. I, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 125-136.

FARINHA, António Dias, “O Interesse pelo Norte de África”, in Luís de Albuquerque (ed.), *Portugal no Mundo*, vol. I, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 101-112.

FARINHA, António Dias, “Os Marabutos e a Presença Portuguesa em Marrocos (Nótulas)” in *Colectânea de Estudos em Honra do Prof. Doutor Damião Peres*, Lisboa, APH, 1974, pp. 299-308.

FARINHA, António Dias, “Os Xarifes de Marrocos”, in *Estudos de História de Portugal – Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, vol. II, Estampa, 1983, pp. 57-68.

FARINHA, António Dias, “Plantas de Mazagão e Larache no Início do Século XVII” in *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, vol. II, Lisboa, Presença, 1987, pp. 159-166; (reed. Lisboa, CECHA, 1987, separata n.º 187).

FARINHA, António Dias, *História de Mazagão Durante o Período Filipino*, Lisboa, CEHU, 1970.

FARINHA, António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 1999.

FARINHA, António Dias: ver RICARD, Robert.

FIDALGO, Andreia et. al., *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal, 2010.

FIGUEIRÔA-RÊGO, João, *O Algarve e as Praças Marroquinas nos Livros de Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI a XVIII)*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2007.

FLANDRIN, Jean-Louis, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

FLORES, Jorge, “Expansão portuguesa, expansões europeias e mundos não-europeus na época moderna”, in *Ler História*, Lisboa, ISCTE, (n.º 50, 2006), pp. 23-43.

FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

FONSECA, Luís Adão da, *Vasco da Gama, o homem, a viagem, e época*, Lisboa, Expo 98 e D.L., 1998.

FONSECA, Luís Adão da, *Pedro Álvares Cabral, uma viagem*, Lisboa, Inapa, 1999.

FONTOURA, Otília Rodrigues, *Portugal em Marrocos na Época da D. João III. Abandono ou Permanência?*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura & Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

FRAGOSO, João, “Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra supracapitanias, no Setecentos” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha, *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, pp. 133-167.

FREIRE, Anselmo Braancamp, “A Gente do Cancioneiro”, *Revista Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional, (vol. X, 1907), pp. 262-297.

GARCIA FIGUERAS, Tomás; SANCHO, Hipólito, *Dos Expedientes de abastecimiento de Mazagán, Tánger y Ceuta, por factores portugueses del Puerto de Santa Maria, (1563-1567)*, Tânger, Instituto General Franco para la Investigación Hispano-Árabe, 1939.

GINZBURG, Carlo, *A Micro-História e Outros Ensaios*, Lisboa, Difel, 1991.

GODINHO, Vitorino Magalhães Godinho, “A Tradição do Ouro e as Caravanas Saarianas”, in *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Presença, 1999, vol. I, pp. 65-94.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “«As Guerras do Pão» em Marrocos”, in *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Presença, 1999, vol. III, pp. 245-267.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “As Escápulas das Especiarias”, in *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Presença, 1999, vol. III, p. 173-214.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “A Feitoria da Andaluzia, o Abastecimento das Praças Marroquinas e o Pão de Marrocos”, in *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Presença, 1999, vol. III, pp. 269-285.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “A Pesca e o Sal”, in *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Presença, 1999, vol. IV, pp. 119-149.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “Les Présides Portugais au Maroc”, in *Homenaje a Jaime Vicens Vives*, vol. II, Barcelona, 1967, pp. 183-198.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “Redescobrir os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa”, in Alfredo Pinheiro Marques, *Guia de História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987, pp. 7-16.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *O “Mediterrâneo” Saariano e as Caravanas do Ouro – Geografia Económica e Social do Saara Ocidental e Central do XI ao XVI Século*, São Paulo, 1956.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Sobre as Sociedades e Economias do Noroeste Africano*, Lisboa, Terra Editora, 1947.

GOULVEN, Joseph, *Safi – au Vieux Temps des Portugais*, Lisboa, 1938.

GOULVEN, Joseph, *La Place de Mazagan sous la Domination Portugaise (1502-1769)*, Paris, 1917.

GOULVEN, Joseph, *La Politique indigène du Roi Manuel Ier dans le Sud Marocain*, s/l, s/d.

GREGÓRIO, Rute Dias, *Terra e fortuna: os primórdios da humanização da ilha Terceira (1450?-1550)*, Ponta Delgada, CHAM, 2007.

GUERREIRO, Inácio e RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “O «grupo de Cochim» e a oposição a Afonso de Albuquerque”, in *Stvdia*, Lisboa, CEHCA, (n.º 51, 1992), pp.119-144.

GUIMARÃES, J. Vieira, *Marrocos e Três Mestres da Ordem de Cristo*, Lisboa, Academia das Ciências, 1916.

HESPANHA, António Manuel, “A família”, in *História de Portugal Moderno, político e institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995, pp. 99-119.

HESPANHA, António Manuel, “A Fazenda” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. IV, António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 203-230.

HESPANHA, António Manuel, “A mobilidade na sociedade de Antigo Regime”, in *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, (vol. 11, nº 21, Julho de 2006), pp. 121-143.

HESPANHA, António Manuel, “Carne de uma só Carne. Para uma Compreensão dos Fundamentos Histórico-Antropológicos da Família na Época Moderna”, in *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, (vol. XXVIII, nº 123-124, 1993), pp. 951-973.

HESPANHA, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – Século XVIII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Época medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

HESPANHA, António Manuel, *História de Portugal Moderno. Político e Institucional*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

HESPANHA, António Manuel, *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*, Macau, Fundação Macau, 1995.

HESPANHA, António Manuel: ver XAVIER, Ângela Barreto.

HUMBLE, Susannah Charlton, “O fardo do patrocínio real: o caso do conde de Tarouca, mordomo-mor da Casa Real” in João Paulo Oliveira Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, (coord.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 101-108.

JUNQUEIRA, Clara, “Marrocos na política da expansão portuguesa (1481-1578)” in José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Alfa, 1988, pp. 93-126.

KAMEN, Henry, *Early Modern European Society*, Londres-Nova Iorque, Routledge, 2000.

KETTERING, Sharon, *Patronage in Sixteenth and Seventeenth – Century France*, Aldershot / Burlington, Ashgate, 2002.

LACERDA, Teresa, “D. João de Meneses, um retrato da nobreza portuguesa em Marrocos”, in Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 117-140.

LACERDA, Teresa, *Os Capitães das Armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – Uma análise Social*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, no prelo.

LACERDA, Teresa: ver TEIXEIRA, André.

LAKATOS, Eva Maria, *Sociologia Geral*, São Paulo, Editora Atlas S. A., 1990.

LIMA, Durval Pires de, *História da Dominação Portuguesa em Çafim, 1506-1542*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930.

LIMA, Durval Pires de, *Os Precedentes da Conquista e a Expedição de D. Jaime*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1930.

LIMA, Durval Pires de, *Portugal em África*, parte I, Lisboa, 1931.

LIND, Gunner, “Great Friends and Small Friends: Clientelism and the Power Elite” in *Power Elites and State Building*, Wolfgang Reinhard (edit.), Oxford, European Science Foundation / Clarendon Press, 1996, pp. 123-147.

LOPES, David “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. João III: decadência do domínio português” in Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1932, vol. IV, pp. 78- 129.

LOPES, David, “A expansão em Marrocos”, in António Baião; Hernani Cidade, Manuel Múrias, *História da Expansão portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 131-210.

LOPES, David, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel”, in Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, vol. III, pp. 453-544.

LOPES, David, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema/Jornal DL, 1989.

LOUREIRO, Francisco Sales, “D. Sebastião e Alcácer Quibir” in José Hermano Saraiva (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Alfa, 1988, pp. 127-160.

LOUREIRO, Rui Manuel: ver CRUZ, Maria Augusta Lima.

MACEDO, Jorge Borges de, *História diplomática portuguesa constantes e linhas de força*, Lisboa, Rev. Nação e Defesa, [1987].

MADAHIL, António Gomes da Rocha (intr. e notas), *Tratado da vida e martírio dos Cinco Mártires de Marrocos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Os nobres da governança da terra” in Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha, *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, pp. 65-71.

MALTEZ, José Adelino, “O Estado e as Instituições”, in *Nova História de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, João José Alves Dias (coord.), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 341-342.

MANSO, Visconde de Paiva, *História Eclesiástica Ultramarina. África Setentrional: Bispado de Ceuta, Tânger, Safim e Marrocos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.

*Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, (n.º 5, Julho 1993).

MARTINS, F. A. d'Oliveira, “A Fundação de Vila Nova de Mazagão no Pará: Subsídios para a História da Colonização Portuguesa do Brasil”, in *I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo*, 3 Secção, Lisboa, 1938.

MARTINS, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães Editores, 1958.

MENDONÇA, Agostinho de Gary de, *História do Cerco de Mazagão*, 2ª ed., Lisboa, 1890.

MIRANDA Susana Münch, “A Administração da Fazenda do Estado da Índia (1545-1560): vedores da fazenda e Casa dos Contos”, in Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro (coord.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 319-335.

MIRANDA, Susana Münch e SERAFIM, Cristina Seuanes, “Organização Política e Administrativa” in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente. Em torno de Macau*, vol. I, tomo 1, Lisboa, Fundação Oriente, 1998, pp. 217-245.

MIRANDA, Susana Münch, *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*, Lisboa, FCSH-UNL, 2007, (dissertação de doutoramento).

MIRANDA, Susana Münch, *A Fazenda Real na Ilha da Madeira (Segunda Metade do Século XVI)*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/Centro de Estudos de História do Atlântico/Instituto de História de Além-Mar, FCSH-UNL, 1994.



MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Os sistemas familiares” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, IV vol., António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 279-282.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da, *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo: ver CUNHA, Mafalda Soares da

MOREIRA, Rafael (dir.), *Portugal no Mundo: História das fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

MOREIRA, Rafael, *Construção de Mazagão. Cartas inéditas 1541-1542*, Lisboa, IPPAR/CPML, 2001.

MORENO, Humberto Baquero, “A Nobreza Portuguesa do Século XV nos Primórdios da Expansão Ultramarina”, in *A Viagem de Bartolomeu Dias e a Problemática dos Descobrimentos. Actas do Seminário...* s.l., Direcção Regional de Assuntos Culturais & Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1989, pp. 19-35.

NASCIMENTO, Paulo, “Lançarote”, in *Dicionário de História dos Descobrimento Portugueses*, vol. II, Caminho, Lisboa, 1994, pp. 584-585.

OLIVAL, Fernanda, “Norte de África ou Índia? Ordens Militares e serviços (século XVI)”, in *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do Mundo Ocidental - Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2005, pp. 769-795.

OLIVAL, Fernanda, “Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste / FL-UL, (nº4, 2004), pp. 151-182.

OLIVEIRA, Luís Filipe, RODRIGUES, Miguel, “Um Processo de Reestruturação do Domínio Social da Nobreza. A Titulação na 2ª Dinastia”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, (nº22, Janeiro-Abril 1988), pp. 77-114.

OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia, 1999.

OSÓRIO, Baltazar, *Ceuta e a Capitania de D. Pedro de Meneses, 1415-1437*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1933.

PASSOS, Estela Ângela Leite de Barros Vilela, *Os Almeida Barreto na História de Mazagão*, Braga, [Edição de Autor], 2007.

PELÚCIA, Alexandra, “Lourenço Moreno: uma eminência parda em Cochim” in João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, SHIP, 2000, pp. 279-297.

PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem. Trajectórias de uma Elite no Império de D. João III e de D. Sebastião*, Lisboa, CHAM, 2009.

PEREIRA, João Cordeiro, “A estrutura social e o seu devir”, in *Nova Historia de Portugal*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), vol. V, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, João José Alves Dias (coord.), Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 277-283.

PERES, Damião, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisboa, 1955.

PERES, Damião, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime e 1513. Seguida duma nota Explicativa dos Três Painéis, que, Sobre o Assunto, Ornaram a Escadaria do Paço Ducal de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, Fundação da Casa de Bragança, 1951.

PINHEIRO, Magda, “A biografia em Portugal – uma agenda”, in *Ler História*, (n.º 50, 2006), pp. 67-80.

RACINE, Mathew T., “Service and Honor in sixteenth-century portuguese North Africa: Yahya-u-Tafuft and portuguese noble culture”, in *The Sixteenth Century Journal*, Santa Barbara, University of California, (n.º 32, 2001), pp. 67-90.

RACINE, Mathew T., «A most opulent Iliad». *The Portuguese occupation of Southern Morocco (1505-1542): the fortune of a frontier society*, Santa Barbara, University of California, 2003 (Dissertation for the degree Doctor of Philosophy in History).

RAU, Virgínia, “Feitores e Feitorias, ‘Instrumentos’ do Comércio Internacional Português no Século XVI” in *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, pp. 143-199.

RESENDE, Vasco, “Barberousse et les Portugais: La course Barbaresque Vue des Places Luso Marocaines et d’Ailleurs”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina. Actes du IV Colloque d’Histoire Maroco-Lusitanienne*, Lisboa/Braga, CHAM/CITCEM, 2011, pp.359-365.

RESENDE, Vasco, *A Sociedade da Expansão na época de D. Manuel I: mobilidade, hierarquia e poder entre o Reino, o Norte de África e o Oriente*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2006.

RIBAS, Rogério de Oliveira, “«Cide Abdella»: um marabuto na corte de D. João III” in Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro (coord.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 621-626.

RIBEIRO Madalena, “O conde D. Henrique de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer e Arzila”, João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 145-58.

RICARD, Robert “L’Evacuation des Places du Maroc sous Jean III”, in *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, AUC, 1955. pp. 357-381.

RICARD, Robert, *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, AUC, 1955.

RICARD, Robert, “Bastião Vargas agent de Jean III de Portugal au Maroc et le project d’alliance entre le Portugal et le Royaume de Fés (1539-1541) ”, in *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Pierre de Cénival, Robert Ricard; David Lopes (ed.) 1<sup>a</sup> série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946, vol. III, pp. 176-102.

RICARD, Robert, “Contribution à l’étude du Commerce génois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550)”, Paris, Extr. des A. I. E. O. – F. L. U. A., 1937.

RICARD, Robert, “Inacio Nunes Gato” in *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Pierre de Cénival, Robert Ricard; David Lopes (ed.), 1<sup>a</sup> série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946, vol. IV, pp. 67-69.

RICARD, Robert, “L’évacuation des places portugaises du Maroc sous Jean III”, in *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Pierre de Cénival, Robert Ricard e David Lopes (ed.), 1<sup>a</sup> série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946, vol. IV, pp. 335-349.

RICARD, Robert, “L’Évêché de Safi”, in *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Pierre de Cénival, Robert Ricard e David Lopes (ed.), 1<sup>a</sup> série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946, vol. III, pp.75-82.

RICARD, Robert, “La Factorerie portugaise d’Oran (1483-1487), Extr. des A. I. E. O. – F. L. U. A., Paris, 1939/41.

RICARD, Robert, “Le Commerce de Berbérie et l’Organisation économique de l’Empire Portugais aux XV<sup>e</sup> e XVI<sup>e</sup> siècles (avec une note annexe de R. Ricard sur les “hanbels” nord-africains) Extr. des A. I. E. O. – F. L. U. A., Paris, 1936.

RICARD, Robert, “Le commerce de Berbérie et l’organisation économique de l’empire portugais aux XV et XVI siècles”, in *Annalles de l’Institut d’Etudes Orientales de la Faculté des Lettres d’Alger*, II, 1936, pp. 266-290; reed. *Études sur l’Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1955, pp. 81-114.

RICARD, Robert, “Les Facteurs Portugais d’Andalousie (1509-1588)”, in *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Pierre de Cénival, Robert Ricard; David Lopes (ed.) 1<sup>a</sup> série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946, vol. II, 2<sup>a</sup> parte, pp.564-573.

RICARD, Robert, “Les Places Luso-Marocaines et les Îles Portugaises de l’Atlantique” in *Anais da Academia Portuguesa de História*, Lisboa, 1949, pp. 401-410.

RICARD, Robert, “Les Portugais et l’Afrique du Nord sous le Règne de Jean III (1521-1557) d’après la Chronique de Francisco de Andrade”, in *Hesperis*, 1937, pp. 259-345.

RICARD, Robert, “Les travaux de Mazagan en 1541”, in *Les Sources Inédites de l’Histoire du Maroc*, Pierre de Cénival, Robert Ricard e David Lopes (ed.), 1<sup>a</sup> série (Dynastie Sa’Dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal), 4 vols., Paris, Ernest Leroux, 1921-1946, vol IV, pp. 9-12.

RICARD, Robert, “Sur les facteurs portugais d’Andalousie” in *Mélanges d’études luso-marocains dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre Cénival*, Lisboa, Portugalíia, [1945] pp. 391-400.

RICARD, Robert, *Les Portugais et l’Afrique du Nord de 1521 à 1557. Extraits des “Annales de Jean III” de Luís de Sousa*, Lisboa, 1940.

RICARD, Robert, *Mazagan et le Maroc sous les Règne du Sultan Moulay Zidan, 1608-1627*, Paris, Geuthner, 1956.

RICARD, Robert; FARINHA, António Dias, “Les Documents sur le Maroc dans le Volume IV de “As Gavetas da Torre do Tombo” in *Stvdia*, Lisboa, CEHU – AGU, (nº 16, 1965), pp.167-177.

RODRIGUES, José Damião, *São Miguel no século XVIII. Casa, Elites e Poder*, 2 vols., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.

RODRIGUES, Miguel: ver OLIVEIRA, Luís Filipe.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III” in Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro (coord.), *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp. 185-195.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “As Linhagens Secundárias dos Coutinhos e a Construção do Império Manuelino”, in João Paulo Oliveira Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, (coord.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 177-180.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no séc. XV, princípios do XVI: sua importância como modelo referencial para a expansão portuguesa no Oriente” in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, (vol. 2, 2001), pp. 157-168.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “Os capitães-mores da carreira do Japão: o esboço de caracterização sócio-económica”, in *Arquipélago*, Ponta Delgada, (2.º Série, vol. I, n.º 1, 1995), pp. 141-159.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar: ver COSTA, João Paulo Oliveira e.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar: ver GUERREIRO, Inácio.

ROSENBERGER, Bernard, “Aspects du commerce portugais avec le Maroc (XV-XVI siècle)”, in Luís Filipe Thomaz (ed.), *Aquém e Além da Tapobrana. Estudos Luso-Orientais à Memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 73-84.

ROSENBERGER, Bernard, “Le Portugal et l’Islam maghrébin (XV-XVI siècle)”, in *Histoire Européenne. Actes du Colloque*, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 59-83.

ROSENBERGER, Bernard, “Les Techniques de Conservation des Grains et Pouvoir dans le Maroc Pré Colonial”, in M. Gast, Fr. Sigant, C. Beutler (eds.), *Les Techniques de Conservation des Grains a Long Terme*, III, 1, Paris, CNRS, 1985, pp. 237-268.

ROSENBERGER, Bernard, “Relations entre portugais et musulmanes au Maroc au XVI siècle” in *O Rosto feminino da Expansão portuguesa. Actas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, 1995.

ROSENBERGER, Bernard, “Yahya U Ta’fuft (1506.1518). Des ambitions déçues”, in *Hespéris-Tamuda*, (vol. XXXI, 1993), pp. 21-59.

ROSENBERGER, Bernard, *Le Maroc au XVIème siècle. Au seuil de la modernité*, [Casablanca?], Fondation des Trois Cultures, 2008.

SANCHO, Hipólito, “Un foco de cooperación Española a la Obra Portuguesa en África: Jerez de la Frontera y el Puerto de Santa Maria, 1500-1550”, Mauritania, Tânger, 1943, (separata).

SANCHO, Hipólito, *La colonia Portuguesa del Puerto de Santa Maria. Siglo XVI*, Jerez de la Frontera, s/d..

SANTOS, Catarina Madeira, “Expansión y descubrimientos portugueses: problemática y líneas de investigación”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, Servicio de Publicaciones – Universidad Complutense, (nº 20, 1998), pp. 111-128.

SANTOS, Catarina Madeira, “Goa é a Chave de toda a Índia”. *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, CNCDP, 1999.

SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos, “A entrada dos Jesuítas em Marrocos no século XVI”, in *Mélanges d’études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre Cénival*, Lisboa, Portugalíia, [1945], pp. 225-282.

SANTOS, Maria Emília Madeira, “Afonso de Albuquerque e os Feitores” in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (dir.), *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, IICT, 1985, pp. 201-226.

SANTOS, Maria Emília Madeira, “O Confronto entre Capitães e Feitores no Estado Português da Índia (primeira década do século XVI)”, in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe Thomaz (dir.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente. Actas do VI Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa (Macau, 22 a 26 de Outubro de 1991)*, Lisboa, CNCDP, 1993, pp. 531-536.

SANTOS, Maria Emília Madeira, “O Feitor e a sua Carreira: alguns casos”, in *Estudos Orientais*, vol. III, 1992, pp. 15-22.

SARMENTO, Alberto Artur, *A Madeira e as Praças de África*, Funchal, 1932.

SERAFIM, Cristina Seuanes: ver MIRANDA, Susana Münch.

SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e, *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, (separata n.º 6 da *Militarium Analeta*), 2002.

SILVA, Joaquim Candeias, *O fundador do “Estado Português da Índia”, D. Francisco de Almeida, 1457 (?) – 1510*, Lisboa, CNCDP e INCM, 1996.

SILVA, José Manuel Azevedo e, *Mazagão: uma cidade Luso-Marroquina deportada para a Amazônia*, Estudo e publicação de Fontes, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura / Palimage Editores, 2007.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Ser Nobre na Colônia*, São Paulo, Editora, UNESP, 2005.

SMITH, Ronald Bishop, *Martim Afonso de Mello. Captain-Major of the Portuguese fleet which sailed to China in 1522 being the Portuguese text of two unpublished letters of the national archives of Portugal*, Maryland, Decateur Press, 1972.

SOARES, Torquato de Sousa, “Algumas observações sobre a política Marroquina da Monarquia Portuguesa” in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, (t. X, 1962), separata.

SOUSA, Luís Costa e, *A Arte na Guerra. A Arquitectura dos Campos de Batalha no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

SOUTO, A. Meyrelles do, “O Abandono das Praças do Norte de África”, in *Stvdia*, Lisboa, CEHU, (nº 33, 1971), pp. 251-339.

STONE, Lawrence, “Prosopography” in Lawrence Stone, *Past & Present Revisited*, Londres, Taylor & Francis, 1987, pp. 45-73.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998.

TAVARES, Maria José Ferro, “Judeus de sinal em Portugal no século XVI” in *Cultura – História e Filosofia*, vol. V, Lisboa, INIC/Centro de História e Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 339-363.

TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva, *Os Judeus na Expansão Portuguesa de Marrocos durante o séc. XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997.

TEIXEIRA, André Pinto de S. D., “Nuno Fernandes de Ataíde, o nunca está quedo, capitão de Safim” in João Paulo Oliveira e Costa (coord.), *A Nobreza e a Expansão – Estudos Biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 159-206.

TEIXEIRA, André e LACERDA, Teresa, “La Haute Noblesse au Maroc” in *Actas do III Colóquio de História Luso-Marroquina, Présence Portugaise au Maroc et les Relations Actuelles entre les Deux Pays* (realizado em Marráquexe, nos dias 14 e 15 de Dezembro de 2007), Mohammedia, Ed. Anajah Al yadidah, 2009. Tive conhecimento deste estudo pelos seus autores, não conseguindo aceder à publicação marroquina, desconheço assim em que páginas foi publicado.

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, “Uma linhagem ao serviço da “Ideia Imperial Manuelina: Os Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia.” in João Paulo Oliveira Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, (coord.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, CHAM/IICT, 2004, pp. 109-174.

TEIXEIRA, André, “Nuno Fernandes de Ataíde et l’intervention portugaise à l’intérieur des terres du Maroc”, in Maria Augusta Lima Cruz, Rui Manuel Loureiro (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp. 97-116.

TERRASSE, Henri, *Histoire du Maroc: des origines à l’établissement du protectorat français*, 2 vols., Casablanca, Editions Atlantides, 1949-1950.

THOMAZ, Luís Filipe, “L’idée impériale manuéline” in *La Découverte, le Portugal et l’Europe - Actes du Colloque*, ed. por Jean Aubin, FCG, CCP, Paris, 1990, pp. 35-103 versão portuguesa: “A ideia imperial manuelina” in Andréa Doré, Luís Filipe Silvério Lima & Luiz Geraldo Silva (org.), *Facetas do Império na História – Conceitos e Métodos*, São Paulo, Editora Hucitec, 2008, pp. 39-104.

THOMAZ, Luís Filipe, “Diogo Pereira, o Malabar” in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, (n.º 5, Julho 1993), pp. 49-64.

THOMAZ, Luís Filipe, “Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexão em torno da génese dos descobrimentos”, in *De Ceuta a Timor*, s.l, Difel, 1994, pp. 1-41.

THOMAZ, Luís Filipe, “Le Portugal et l’Afrique au XV siècle: les débuts de l’expansion”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXVI, Paris, 1989, pp. 161-256.

THOMAZ, Luís Filipe, “O malogrado estabelecimento oficial dos portugueses em Sunda”, in *Aquém e Além da Taprobana*, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 381-607.

THOMAZ, Luís Filipe, *A questão da pimenta em meados do século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, UCP/CEPCEP, 1998.

THOMAZ, Luís Filipe: ver BOUCHON, Geneviève.

VALENTIM, Carlos Manuel, “Tomé Pegado de Paz: espião e servidor do duque de Naxos (1552-1578)”, in *Cadernos de Estudos Serfaditas*, Lisboa, Cátedra de Estudos Serfaditas Alberto Benveniste, (nº 4, 2004), pp. 281-299.

VICENTE, Paulo, *A violência na cronística sobre Marrocos nos séculos XV e XVI*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2009.

VIDAL, Laurent, *Mazagão la ville qui traverse l'Atlantique do Maroc à l'Amazonie (1769-1783)*, Département Aubier, Editions Glammation, 2005.

VILA-SANTA, Nuno, “Barreto, Francisco (1520-1573)” in *Enciclopédia Virtual da Expansão*, em linha a 14 de Março de 2012, <http://www.fcsch.unl.pt/cham/eve/>

VILA-SANTA, Nuno, *O Vice-Reinado de D. Afonso de Noronha (1550-1554): uma perspectiva política da Ásia Portuguesa em meados de quinhentos*, Lisboa, FCSH-UNL, 2009, (dissertação de mestrado).

XAVIER, Ângela Barreto, “Tendências na Historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social”, in *Penélope*, Lisboa, Editora Celta, (nº 22, 2000), pp. 141-179.

XAVIER, Ângela Barreto, HESPANHA, António Manuel, “As redes clientelares” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, IV vol., António Manuel Hespanha (coord.), *O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1993, pp. 381-393.



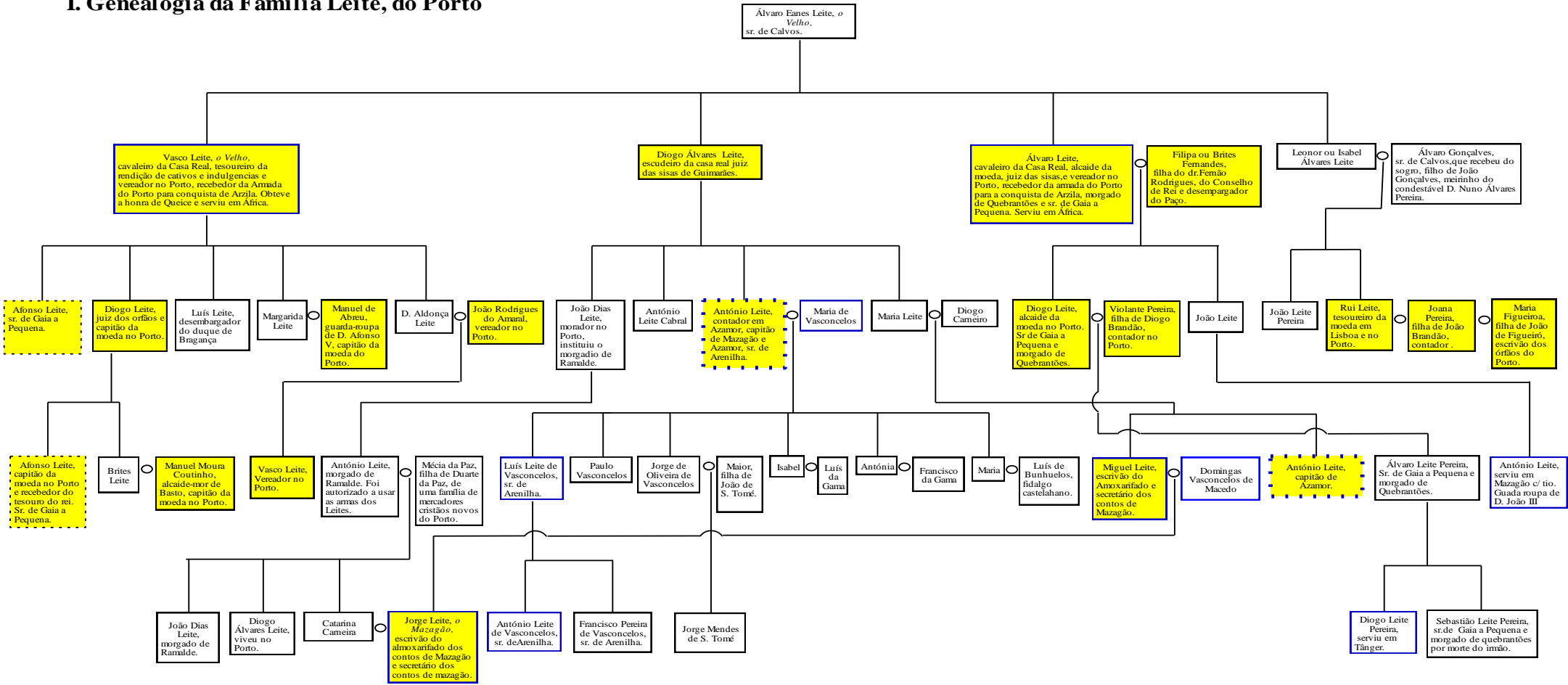
# **ANEXOS**



## **Anexos genealógicos**



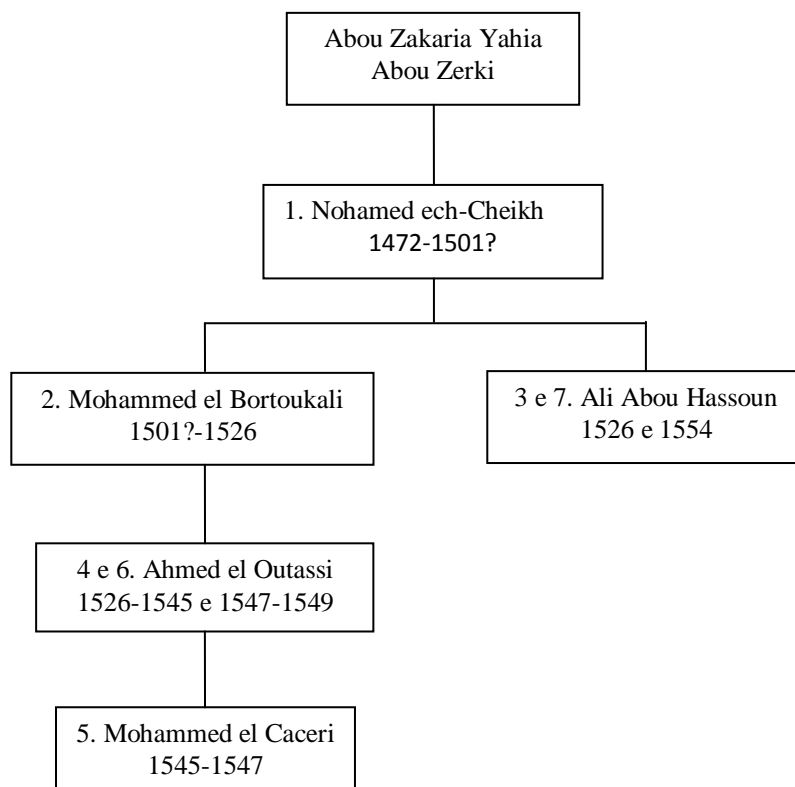
I. Genealogia da Família Leite, do Porto



Legenda

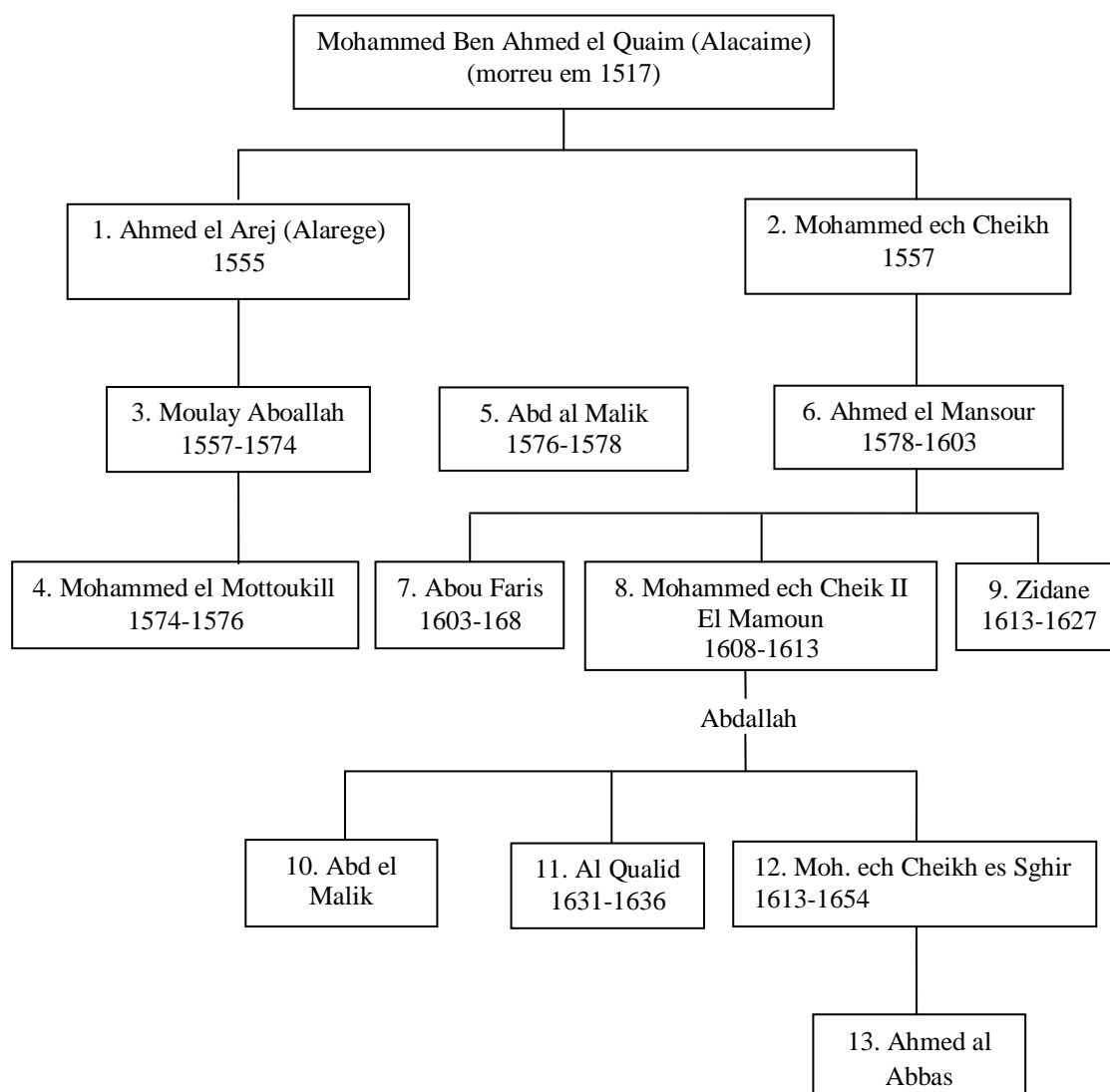
- Indivíduos com cargos
- Indivíduos que estiveram em Marrocos
- Indivíduos que surgem em diferentes posições nas genealogias

## II Genealogia da Dinastia Oatácida



*In* Maria Augusta Lima Cruz, “Os Portugueses em Marrocos...”, op. cit., p. 104.

## II Genealogia da Dinastia Sádida até 1603



*In* Maria Augusta Lima Cruz, “Os Portugueses em Marrocos...”, op. cit., p. 128.





## **Anexos sinópticos**



## I Os parentes de António Leite

Nome	Estatuto	Cargos e mercês	Local	Reinado	Observações
Afonso Leite (?)	Escudeiro da Casa Real	Obteve em 1462 para um Fernando Alvares, morador em Guimarães, as isenções régias de ser besteiro do conto, da obrigação de dar pousada e de encargos, servidões e ofícios concelhios.	Guimarães	D. Afonso V	Não identificado nas genealogias.
Afonso Leite (?) ○		Morador em Cabeceiras de Basto foi nomeado juiz das sisas (1543) e escrivão da almotaçaria (1548) desse concelho.	Cabeceiras de Basto	D. João III	Não identificado nas genealogias.
Afonso Leite (3/4) ○	Cavaleiro da Casa Real.	Capitão da moeda do Porto (como seu pai ou irmão). Recebedor do tesouro do Rei. Obteve o senhorio da Gaia a Pequena (1484).	Porto	D. Manuel I, ...	Filho de Diogo Leite ou de Vasco Leite
Álvaro Eanes Leite (1)		Senhor da terra de Calvos em Cabeceiras de Basto.	Cabeceiras de Basto	D. João I D. Duarte.	Patriarca da linhagem
Álvaro Gonçalves (2)		Senhor da terra de Calvos em Cabeceiras de Basto.	Cabeceiras de Basto		Casado com Leonor ou Isabel Álvares Leite, filha de Álvaro Eanes Leite. Recebeu a terra de Calvos do sogro.
Álvaro Leite (?) ○	Cavaleiro	Foi referido como morador e juiz das sisas no concelho de Atei em 1514.	Atei (Mondim de Basto)	D. Manuel I	Não identificado nas genealogias.
Álvaro Leite (?)		Morador da casa de D. João III.		D. João III	Não identificado nas genealogias. Foi de João Rodrigues.
Álvaro Leite (?) ○		Nomeado tabelião no concelho de São João do Rei, onde era morador nos anos 40 do século XVI.	S. João do Rei	D. João III	Não identificado nas genealogias.
Álvaro Leite (2) ○ ●	Escudeiro da Casa Real e depois cavaleiro da Casa real	Alcaide da moeda e juiz das sisas do Porto (1453). Recebedor do dinheiro para comprar farinha e fazer biscoito para o mantimento da armada que se fez no Porto para a conquista de Arzila. Morgado de Quebrantões e senhor da terra de Gaia a Pequena. Recebeu, em 1476, uma tença anual de 5 mil reais por ano.	Porto	D. Afonso V	Filho de Álvaro Eanes Leite, <i>o Velho</i> . Foi casado com Filipa ou Brites Fernandes, filha do doutor Fernão Rodrigues, que terá sido do conselho do rei, desembargador do Paço e deão de Coimbra. Serviu no Norte de África.

Álvaro Leite Pereira (4)		Morgado de Quebrantões e senhor da terra de Gaia a Pequena.	Porto		Filho de Diogo Leite.
António das Neves (2) ● +	Cavaleiro.	Referido como escrivão do almoxarifado de Azamor em 1515. Foi capitão interino de Mazagão na ausência de António Leite de Novembro de 1520 a Abril de 1521.	Azamor	D. Manuel I	Tio da mulher de António Leite (o biografado). Fez parte do contingente de conquista de Azamor
António Leite (?) ● +	Confirmação do estatuto de cavaleiro por carta régia (1543), com base num alvará de Luís Loureiro		Mazagão		Segundo alvará de Luís Loureiro este fê-lo cavaleiro por ter servido com armas e cavalos em Mazagão (1541). Não identificado nas genealogias
António Leite (?) ● +	Confirmação do estatuto de cavaleiro por carta régia (1546).		Mazagão Lisboa		Morador em Lisboa. Serviu em Mazagão com armas e cavalo. Não identificado nas genealogias
António Leite (?)	Cavaleiro fidalgo da Casa Real.	Em 1552 recebeu a mercê do ofício de vedor das obras de São Jorge da Mina.	S. Jorge da Mina		Não identificado nas genealogias.
António leite (?) ○	Escudeiro fidalgo da Casa Real.	Em 1553 foi nomeado recebedor das sisas da carne da cidade de Lisboa. Renunciava para isso a uma mercê que tinha antes, no valor de 12 mil reais por ano.	Lisboa	D. João III	Não identificado nas genealogias.
António Leite (4)		Morgado de Ramalde (herdou do pai). Autorizado a usar as armas dos Leite (1542).	Porto	D. João III	Filho de João Dias Leite. Casou com D. Mécia da Paz, pertencente a uma família de ricos mercadores cristãos-novos do Porto, os da Paz.
António Leite (4) ● +		Os genealogistas afirmam que foi guarda-roupa de D. João III.	Mazagão		Filho de João Leite e Lucrécia Vaz e neto de Álvaro Leite. Segundo os genealogistas terá servido em Mazagão com António Leite que era seu tio.

António Leite (4/5) ● +	Moço de câmara. Recebeu a confirmação régia do estatuto de cavaleiro (1541), com base num alvará de D. Rodrigo de Noronha.		Azamor	D. João III	Referido na documentação como filho de um Jorge Eanes e sobrinho de António Leite (o biografado). D. Rodrigo de Noronha, capitão de Azamor, fê-lo cavaleiro, por estar há um ano e meio com armas e cavalo a servir em Azamor. Não identificado nas genealogias.
<b>António Leite</b> <b>O biografado (3) ●</b>	<b>Foi cavaleiro da Casa Real e mais tarde fidalgo.</b>	<b>Contador e juiz da alfândega de Azamor. Capitão de Mazagão, Azamor e do forte do Seinal. Cavaleiro da Ordem de Cristo, comendador da igreja de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, no bispado do Porto. Alcaide-mor de Santo António de Arenilha.</b>	<b>Azamor</b> <b>Mazagão</b> <b>Seinal/</b> <b>Alcácer-</b> <b>Ceguer</b> <b>Algarve</b>	<b>D. Manuel I</b> <b>D. João III</b>	
António Leite de Vasconcelos (5) ●	Fidalgo da Casa Real	Cavaleiro da ordem de Cristo, alcaide-mor de Santo António de Arenilha, como o pai (1588).	Norte de África Algarve	D. Filipe I	Filho de Luís Leite e neto de António Leite. Serviu no Norte de África. Apoiou o Partido de D. Filipe I, participando na tomada da Terceira.
Baltasar Leite (?) ○	Moço de câmara (1522).	Nomeado em 1522 escrivão das sisas, dos panos, do pão, carne, herdados e sal, da cidade do Porto, como António Fernandes seu pai.	Porto	D. João III	Não identificado nas genealogias. Também seu pai, António Fernandes, tinha tido o mesmo cargo de escrivão.
Bartolomeu Leite (?)		Morador na casa de D. João III.		D. João III	Filho de João Leite. Não identificado nas genealogias.
Bartolomeu Leite (?)	Cavaleiro fidalgo.	Nomeado escrivão da feitoria de Ormuz em 1548. Segundo carta régia feita em 1553, ainda estava em Lisboa, mas não perdeu o ofício por estar ao serviço do rei.		D. João III	Não identificado nas genealogias. Em 1548 ainda estava em Lisboa, não perdendo o ofício porque estava ao serviço da Coroa.

Braz Leite (?)		Morador da casa de D. João II.			Não identificado nas genealogias. Foi do infante D. Fernando
Diogo Álvares Leite (5)		Herdou do seu avô materno, Diogo da Paz, uma capela em S. Francisco do Porto.	Porto		Filho de António Leite e de Mécia da Paz.
Diogo Álvares Leite, <i>o Velho</i> (2) ○	Escudeiro da Casa Real.	Juiz das sisas de Guimarães (1486).	Guimarães	D. Afonso V D. João II	Morador em Guimarães. Por sua influência João Gonçalves, morador na freguesia de Santa Maria, julgado de Lousada, foi isento de ser colocado como besteiro do conto.
Diogo Leite (?)	Moço de câmara.	Filho de João Leite, referido como moço de câmara matriculado na casa de D. Manuel I no primeiro quartel do ano de 1518.		D. Manuel I	Filho de João Leite. Não identificado nas genealogias.
Diogo Leite (?)	Cavaleiro da Casa Real	Foi nomeado, em 1531, capitão de um navio da carreira da Mina.		D. João III	Não identificado nas genealogias.
Diogo Leite (?)	Cavaleiro da Casa Real	Morador em Vila do Conde foi autorizado por carta régia a andar de mula e a não ter cavalo em 1533.	Vila do Conde	D. João III	Não identificado nas genealogias.
Diogo Leite (?)		Recebeu uma carta padrão do rei em 1554 que lhe concedia 20 mil reais de tença por ano desde Janeiro do ano anterior.		D. João III	Não identificado nas genealogias.
Diogo Leite (?) ● +			Azamor	D. João III	Cavaleiro a servir em Azamor em documento de 1529. Não identificado nas genealogias.
Diogo Leite (3) ○	Escudeiro do arcebispo de Braga.	Juiz dos órfãos e capitão da moeda do Porto.	Porto	D. Afonso V	Filho mais velho de Vasco Leite; <i>o Velho</i> .
Diogo Leite (3) ○	Cavaleiro-fidalgo da Casa Real,	Alcaide da moeda do Porto (1488 – por renúncia do pai, Álvaro Leite). morgado de Quebrantões e senhor da terra de Gaia a Pequena. Comprou uma tença anual de 20 mil reais, para si e seus herdeiros, pela aplicação de 320 mil reais num fundo régio para a construção da fortaleza de Mazagão (1542).	Porto	D. Manuel I D. João III	Filho mais velho de Álvaro Leite e de Filipa ou Brítes Fernandes. Foi casado com Violante Pereira filha de Diogo Brandão, contador no Porto.

Diogo Leite Pereira (5) •		Ganhou uma comenda em Tanger	Tânger		Filho de Álvaro Leite Pereira e bisneto de Álvaro Leite, 3º filho Álvaro Eanes Leite, o patriarca da linhagem. Serviu em Tânger.
Duarte da Paz (3) • +		Teve o hábito da Ordem de Cristo.	Mazagão (3 anos).	D. Manuel I D. João III	Mercador abastado pertencente a uma família de cristãos-novos do Porto. Uma das suas sobrinhas casou com um elemento da família Leite. Esteve 3 anos em Mazagão. Posteriormente, foi o principal representante dos cristãos-novos na Santa Sé para demover o Papa da introdução da Inquisição em Portugal.
Fernão Leite (?)	Cavaleiro Fidalgo da Casa Real	Cavaleiro fidalgo da casa Real, recebeu a mercê real da feitoria e capitania do castelo de Arguim em 1550, por 4 anos.	Castelo de Arguim		Não identificado nas genealogias.
Fernão/Fernando Leite (?) • +	Cavaleiro-fidalgo da Casa Real.	Foi adail de Mazagão. Recebeu uma tença anual de 10 mil reais a pagar no almoxarifado de Mazagão.	Mazagão	D. João III D. Sebastião	Cavaleiro e morador em Mazagão. Foi mensageiro a Marráquexe a Mouley Zidão e ao rei de Portugal. Morreu em combate, em Mazagão, em 1560. Não identificado nas genealogias.
Francisco Pereira de Vasconcelos (5)	Fidalgo da Casa Real	Alcaide-mor de Santo António de Arenilha (herdou do irmão - 1601).	Algarve	D. Filipe II	Filho de Luís Leite e neto de António Leite.
Gaspar Leite (4?)					Referenciado como possível filho de António Leite. Esteve na Índia.

Gonçalo Dias Leite (?) ○	Escudeiro	Gonçalo Dias Leite, escudeiro, foi morador em Guimarães e Cabeceiras de Basto. Em 1492 foi nomeado escrivão dos órfãos do e escrivão das sisas Cabeceiras de Basto. Em 1499 era escrivão das sisas do julgado de pena, na comarca de Trás-os-Montes. No ano seguinte foi designado escrivão dos órfãos e escrivão da câmara da Pena. Em 1501, era tabelião de Cabeceiras de Basto, um ano depois procurador do número e em 1504, foi tabelião público e judicial nessa vila. Em 1513 era recebedor das sisas do julgado de Cabeceiras de Basto. Um ano depois foi referido como escrivão dos reguengos e do almoxarifado de Guimarães. Em 1515 foi confirmada a sua eleição para o cargo de escrivão do concelho de Cabeceiras de Basto. Em 1523 foi confirmado juiz das sisas do concelho de Cabeceiras de Basto.	Guimarães Cabeceiras de Basto	D. João II D. Manuel	Não identificado nas genealogias. Foi morador em Guimarães e cabeceiras de Basto. Era familiar de um João Leite, escudeiro do bispo da Guarda, que foi procurador na renúncia a seu favor do cargo de juiz das sisas em Cabeceiras de Basto (1523). Veja-se em baixo
Gonçalo Dias Leite (?) ○	Escudeiro	Morador em Vila do Conde foi escrivão das sisas e Juiz dos órfãos de 1511 a 1518 dessa vila e da Póvoa do Varzim.	Vila do Conde	D. Manuel	Não identificado nas genealogias
Gonçalo Leite ●		Capitão de Navio (no Norte de África)		D. João III	Não identificado nas genealogias.
João Dias Leite (3)		Instituiu o morgadio de Ramalde (1543).	Porto	D. João III	Viveu no Porto. Filho mais velho de Diogo Alvares Leite, <i>o velho</i> .
João Dias Leite (5)		Morgado de Ramalde (herdou do pai) e morgado de Rio de Moinhos (?)	Porto		Filho mais velho de António Leite e de Mécia da Paz.
João Leite (?) ○		Referido como morador em Bragança, foi confirmado no ofício de escrivão dos órfãos em 1496, nessa cidade que detinha desde 1484.	Bragança	D. João II D. Manuel	Não identificado nas genealogias.
João Leite (?) ○	Escudeiro do bispo da Guarda	Nomeado escrivão dos órfãos e da câmara de Cabeceiras de Basto e escrivão dos coutos e concelhos de Abadim e Refoios em 1515.	Cabeceiras de Basto	D. Manuel	Não identificado nas genealogias. Foi procurador na renúncia do cargo de juiz das sisas em Cabeceiras de Basto a favor de Gonçalo Dias Leite, seu familiar, (1523). Veja-se em cima.



João Leite Pereira (3)		Senhor da Quinta do Vilar.	Região de Cabeceiras de Basto		Filho mais velho de Leonor ou Isabel Leite e de Álvaro Gonçalves.
João Rodrigues do Amaral (3) ○		Vereador no Porto	Porto		Casou com D. Aldonça Leite, filha de Vasco Leite, <i>o Velho</i> .
Jorge Leite, <i>o Mazagão</i> (5) ● +		Referido em carta de 1536, como secretários dos contos de Mazagão. Foi também escrivão do almoxarifado dos contos de Mazagão (herdou do pai).	Mazagão	D. João III	Filho de Miguel Leite e sobrinho neto de António Leite. Casou com a prima D. Catarina Carneira, filha de António Leite (homónimo do biografado) e de D. Mécia da Paz.
Luís Leite (3)		Desembargador do duque de Bragança.		D. Afonso V	Segundo filho de Vasco Leite, <i>o Velho</i> .
Luís Leite de Vasconcelos (4) ● +	Fidalgo da Casa Real.	cavaleiro da ordem de Cristo. Alcaide-mor de Santo António de Arenilha.	Algarve	D. João III D. Sebastião	Filho de António Leite (o biografado). Esteve em África
Manuel de Abreu (3)	Guarda-roupa de D. Afonso V		Porto	D. Afonso V ...	Casou com Margarida Leite Filha de Vasco Leite, <i>o Velho</i> . Terá sido graças a este indivíduo que Diogo Leite, seu cunhado, foi capitão da moeda no Porto.
Manuel Moura Coutinho (4) ○		Capitão da moeda no Porto (cargo que herdou de seu cunhado Afonso Leite). de Basto	Porto		Foi casado com D. Brites Leite, irmã de Afonso Leite e filha de Diogo Leite.
Miguel Leite (4) ● +		Referido como secretário dos contos (c. 1535/36) e escrivão do almoxarifado Mazagão (1540). Comendador de Santa Comba dos Vales.	Arzila Mazagão	D. João III	Filho de Maria Leite e Diogo Carneiro. Casou em Arzila com uma familiar da mulher de António Leite (o biografado, que deveria ser tio).
Rui Leite (3) ○	Passou de cavaleiro da Casa Real a fidalgo da Casa Real no reinado de D. João III.	Recebedor do Tesouro (1514). Tesoureiro da moeda em Lisboa (1517). Escrivão dos órfãos do Porto, entre Junho de 1520 e Março de 1521 (cargo que fora de seu sogro, João Figueiró e que depois voltou a ocupar). Em 1499 obteve uma tença de 10 mil reais brancos anuais. Em 1504 obteve outra tença de 10 mil reais. Em 1524, estando pronto a servir em guerra com seus homens e cavalos, foram isentos os que o servissem de “peitas, fintas (...) e outros carregos”.	Lisboa Porto	D. Manuel I D. João III	Filho segundo de Leonor ou Isabel Leite e de Álvaro Gonçalves. Casou a primeira vez com Joana Pereira, filha do contador João Brandão, e a segunda com Maria Figueiroa, filha de João de Figueiró.

Sebastião Leite (?) ● +	Confirmação régia do estatuto de cavaleiro concedido por alvará do vice-rei da Índia (1512).	Contador em Azamor durante pelo menos 2 anos enquanto foram as capitâncias de Simão Correia e D. Álvaro de Noronha, até 1518-1519. Recebeu a mercê de umas casas em Azamor.	Índia Azamor	D. Manuel	D. Manuel I confirmou-lhe a posse de umas casas em Azamor (1519). Não identificado nas genealogias.
Sebastião Leite (?) ● +		Capitão de uma armada que deixou homens de armas em Azamor, em 1530.		D. João III	Não identificado nas genealogias.
Sebastião Leite Pereira (5)		Morgado de Quebrantões e senhor da terra de Gaia a Pequena, por morte do seu irmão mais velho Diogo Leite.	Porto		Filho de Diogo Leite Pereira.
Vasco Leite (4) ○		Vereador da cidade do Porto.	Porto	D. João II ...	Filho de Aldonça Leite e de João Rodrigues do Amaral.
Vasco Leite, <i>o Velho</i> (2) ○ ●	Escudeiro da guarda de D. Afonso V (1463). Servidor da Toalha (1463).	Tesoureiro de todos os direitos e coisas da rendição de cativos e indulgências no bispado do Porto (1463). Recebedor de “dinheiros de pedidos outros de carnes e pescados que se despenderam na armada” que se constituiu no Porto para a conquista de Arzila. Vereador da cidade do Porto (1471). Foi isento, e aos que a ele estavam ligados, de servirem na guerra com homens, armas e bestas, assim como do direito de posada (1463). Confirmada a posse da honra de Queice, em Santa Cruz de Riba Tâmega (1469). Cavaleiro da Casa Real (1472) Recebeu uma tença de 4 mil reais por ano (1473).	Porto	D. Afonso V	Filho mais velho de Álvares Eanes Leite (patriarca da linhagem). Serviu o rei no Norte de África e na batalha de Toro (1476). Obteve o cargo de requeridor das sisas do pescado e dos vinhos da cidade do Porto para os seus criados Pedro Álvares (1463) e depois para Álvaro Eanes (1473). Em 1469 tinha conseguido, para este último, o cargo de homem do almoxarifado da alfândega do Porto.

### Legenda

O número entre parênteses que está depois do nome, corresponde à geração a contar a partir do patriarca da linhagem Álvaro Eanes Pereira (1).

■ Moradores a norte do Douro

A azul os parentes por afinidade.

○ Indivíduos com cargos concelhios e cargos régios locais.

● Indivíduos que estiveram no Norte de África.

+ Indivíduos que terão estado no Norte de África com António Leite.

## **II Soldos de algumas profissões dos moradores em Azamor.**

<b>Profissão</b>	<b>Tença anual</b>
Boticário	4 000 reais
Cirurgião	3 000 reais
Físico	2 600 reais
Ferrador	2 400 reais
Carpinteiro	2 000 reais
Ferreiro	2 000 reais
Pedreiro	2 000 reais

In Maria Augusta Lima Cruz Fagundes; “Documentos inéditos...”, op. cit., p.110.

## **III Número de moradores e de fronteiros em Azamor**

<b>Anos</b>	<b>Nº de moradores</b>	<b>Nº de fronteiros</b>
1521	252	347
1522	218	403
1530	266	352
1537-38	385 (?)	63 (?)

In Maria Augusta Lima Cruz Fagundes; “Documentos inéditos...”, op. cit., p.113.

## **IV Soldos mensais dos homens de armas em Azamor, no final da década de 30 do Século XVI**

Homens a cavalo	350 reais mensais
Homens a cavalo de outrem	185 reais mensais
Homens a pé	137,5 reais mensais
Escutas	555 reais mensais
Besteiros a cavalo	12 000 reais mensais
Bombardeiros	1 000 reais mensais
Patrão de fusta	600 reais mensais
Ajudantes de fusta	500 reais mensais
Homens do batel da barra	500 reais mensais
Degredados	85 reais mensais

In Maria Augusta Lima Cruz Fagundes; “Documentos inéditos...”, op. cit., p.111.

## V Abastecimentos feitos a Azamor (1513-1541)

	Andaluzia	Madeira	Açores	Reino	Biscaia
1513 <sup>555</sup>				30 855 alqueires de trigo	
1515	400 quintais de biscoito e 200 moios de trigo				
1516			Trigo (quantidade ignorada)		
1517	500 quintais de biscoito e 455 cafizes de trigo	113 moios de trigo			150 cafises de trigo
1525	230 quintais de biscoito e 42 cafizes de farinha.	190 moios de trigo			
1530				Trigo (quantidade ignorada)	
1533			500 moios de trigo <sup>556</sup> ?		
1536				780 moios de trigo	
1538			195 moios de trigo		
1539			285 moios de trigo		
1540			Trigo (quantidade ignorada)		
1541 <sup>557</sup>	3314 arrobas e 61 arrates de biscoito 849,5 moios e 163 alqueires de trigo 8 moios e 35,5 alqueires de grão 11 alqueires de lentilhas 12 moios e 53 alqueires de castanhas piladas 7 barris de farinha				

In Maria Augusta Lima Cruz Fagundes “Documentos Inéditos...”, op. cit., pp. 120-122, quadros II e III.

<sup>555</sup> Ano da conquista da cidade, quando aí esteve um grande efectivo militar. Maria augusta lima Cruz Fagundes “Documentos Inéditos...”, op. cit., p. 121.

<sup>556</sup> São referidos 2000 moios para dividir por quatro praças, entre as quais Azamor. Cf. Maria Augusta Lima Cruz Fagundes, “Documentos Inéditos...”, op. cit., quadro II, pp. 120-121.

<sup>557</sup> Ano da retirada de Azamor, quando esteve aí um grande efectivo militar.

## VI Nomeações dos Capitães de Azamor (1513-1541)

Nome	Anos/Cargo	Nomeação Régia
Rui Barreto	1513-1514?	Não se conhece nenhuma carta de nomeação. Foi deixado como capitão da cidade pelo duque de Bragança, o que muito desgostou D. João de Meneses que ficou por capitão do campo. São conhecidas as desavenças entre estes dois capitães.
João Soares	7/1514-9/1514	Não se acedeu a documento régio da sua nomeação, no entanto são referidas ordens régias para que substituísse Rui Barreto, algo a que este resistiu. (Carta de António Leite ao Rei, de 27 de Julho de 1514, publ. em SI, vol. I, pp. 577-588). Esteve poucos meses na praça.
D. Pedro de Sousa	1514?-1516	“A dom Pedro de Sousa, do Conselho del-rei e Alcaide-mor de Beja, mercê, em dias de sua vida, de Capitão da cidade de Azamor, do reino do Algarve de Africa, com toda a jurisdição e alçada, como tinham os outros capitães dos lugares de além.” 1514/6/12 (IAN/TT, <i>Chancelaria de D. Manuel I</i> , liv. 15, fl. 115 v.)
Simão Correia	1516-1518	“Simão Correia, fidalgo da Casa Real, que agora vai para capitão da cidade de Azamor, autorização para que possa fazer casas à sua custa, no chão do meio da fortaleza de Azamor e levar por elas um foro justo, alugando-as a cristãos ou a judeus”. 1516/12/3 (IAN/TT, <i>Chancelaria de D. Manuel I</i> , liv. 25, fl. 159).
D. Álvaro de Noronha	1518-1525	“A D. Álvaro de Noronha, fidalgo da Casa Real, mercê da capitania e governança da cidade de Azamor e castelo dela, com todo o dinheiro e pão que têm os capitães dos lugares de além.” 1518/12/30. (IAN/TT, <i>Chancelaria de D. Manuel I</i> , liv. 10, fl. 452)
Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	Não se conhece nenhuma carta de nomeação.
Jorge Viegas	1525-1529	Não foi encontrada carta na Chancelaria Régia, mas tudo leva a crer que fora nomeado pelo Rei.
<b>António Leite</b>	<b>1529-1530</b>	<b>Não se conhece carta de nomeação. A primeira carta acedida que escreveu como capitão data de 10/9/1529. (SI, II, 2ª parte, pp. 478-481)</b>
Pero Mascarenhas	1530-1534	Não foi encontrada carta na Chancelaria Régia, mas tudo leva a crer que fora nomeado pelo Rei.
Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	É apenas conhecida uma carta régia que o nomeava feitor de Azamor, datada de 1514/3/9. Cf. Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos...”, op. cit., pp. 131-132.
D. Álvaro Abranches	1535-1537	Não foi encontrada carta na Chancelaria Régia, mas tudo leva a crer que fora nomeado pelo Rei
<b>António Leite</b>	<b>1537-1541</b>	<b>O Instrumento público de entrega da capitania é de 17/9/1537. (IAN/TT, CC-I-59-70).</b>
D. Fernando de Noronha	1541	Não foi encontrada carta na Chancelaria Régia, mas tudo leva a crer que fora nomeado pelo Rei

## VII Nomeações dos Capitães de Mazagão (1514-1541)

Nome	Anos/Cargo	Nomeação Régia
Martim Afonso de Melo	1514-1517	“A Martim Afonso de Melo, fidalgo da casa del-rei, mercê da capitania da fortaleza de Mazagão, com a qual haveria, em cada ano, os 114”. 1514-08-10. (IAN/TT, <i>Chancelaria de D. Manuel I</i> , liv. 15, fl. 118.)
<b>António Leite</b>	<b>1517-1529</b>	<b>Só foi nomeado, por carta régia, a 20 de Janeiro de 1520. (IAN/TT, <i>Chancelaria de D. Manuel I, Livro das Ilhas</i>, fl. 165v; IAN/TT, <i>Chancelaria de D. João III</i>, liv., 37, fol. 130; IAN/TT, <i>Cartas dos Governadores de África</i>, n.º 339).</b>
Manuel de Sande	1536 (?) - 1537 (?)	Não se acedeu a carta de nomeação.
<b>António Leite</b>	<b>1537(?)</b>	<b>Não se conhece carta de nomeação, mas no Instrumento público de entrega da capitania de Azamor de 17/9/1537, é mencionado que era capitão de Mazagão. (IAN/TT, CC-I-59-70).</b>
João Gomes	1537(?) - 1541	Não se acedeu a carta de nomeação.

## VIII Estatuto dos capitães de Azamor (1513-1541)

### VII Nomeações dos Capitães de Mazagão (1514-1541)

Nome	Anos/Cargo	Estatuto
Rui Barreto	1513-1514	Fidalgo da Casa Real; Membro do Conselho do Rei <sup>558</sup> .
João Soares	7/1514-9/1514	Fidalgo da Casa Real <sup>559</sup> .
D. Pedro de Sousa	1514-1516	Fidalgo da Casa Real <sup>560</sup> ; Membro do Conselho do Rei <sup>561</sup> .
Simão Correia	1516-1518	Fidalgo da Casa Real <sup>562</sup> .
D. Álvaro de Noronha	1518-1525	Fidalgo da Casa Real <sup>563</sup> ; Membro do Conselho do Rei <sup>564</sup> .
Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	Cavaleiro da Casa Real (1510) <sup>565</sup> / Fidalgo da Casa Real (1515) <sup>566</sup> Membro do Conselho do Rei (1518) <sup>567</sup>
Jorge Viegas	1525-1529	Fidalgo? <sup>568</sup>
<b>António Leite</b>	<b>1529-1530</b>	<b>Cavaleiro da Casa Real?</b>
Pero Mascarenhas	1530-1534	Fidalgo da Casa Real <sup>569</sup> .
Lançarote de Freitas	1534-1535	Cavaleiro da Casa Real <sup>570</sup> .

<sup>558</sup> Cf. A Rui Barreto, fidalgo da Casa Real, pertencente ao Conselho Régio e Vedor da Fazenda, mercê da tença anual de seis mil reais, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 41.

<sup>559</sup> Cf. Provisão, de 30 de Abril de 1515, para se pagar a João Soares, fidalgo da Casa Real cinquenta mil reais de tença, in IAN/TT, CC-II-56-195.

<sup>560</sup> Cf. Carta de confirmação da doação da vila e lugar de Beringel a D. Pedro de Sousa, fidalgo da Casa Real, feita a 22 de Abril de 1499, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 41, fl. 94 v.

<sup>561</sup> Cf. Carta de nomeação de D. Pedro de Sousa, do Conselho Real e alcaide-mor da vila de Beja, para capitão de Azamor, feita em Lisboa, a 2 de Junho de 1514, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 155 v.

<sup>562</sup> Cf. Certidão, de 30 de Março de 1509, de Simão Correia, fidalgo da Casa Real, vedor da fazenda de Arzila, por que consta que Afonso Vaz servia na dita vila, in IAN/TT, CC-II-16-160.

<sup>563</sup> Cf. “Carta régia, de 30 de Dezembro de 1518, a D. Álvaro de Noronha, fidalgo da Casa Real, pela qual recebeu a mercê da capitania e governança da cidade de Azamor e castelo dela, com todo o dinheiro e pão que têm os capitães de lugares de além”, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 452.

<sup>564</sup> Cf. Carta régia, de 26 de Abril de 1520, a Nicolau Pinto, criado de D. Álvaro de Noronha, do Conselho do Rei, capitão e governador de Azamor, pela qual lhe foi confirmado o privilégio de cavaleiro, pela apresentação de um alvará de D. Álvaro de Noronha”, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 37, fl. 86 v.

<sup>565</sup> Cf. Provisão, de 31 de Julho de 1510, para se pagar a Gonçalo Mendes Sacoto, cavaleiro da Casa Real, doze mil reais de tença, in IAN/TT, CC-II-22-175.

<sup>566</sup> Cf. Provisão, de 16 de Abril de 1515, para se pagar a Gonçalo Mendes Sacoto, fidalgo da Casa Real, doze mil reais de tença com hábito, in IAN/TT, CC-II-56-84.

<sup>567</sup> Cf. António Caetano de Sousa, *Provas...*, op. cit., tomo II, 1ª parte, p. 448.

<sup>568</sup> Não foi possível encontrar nenhum documento que definisse concretamente o estatuto social de Jorge Viegas. Contudo, segundo Felgueiras Gaio, este capitão de Azamor casou com D. Isabel da Cunha, filha de Álvaro da Cunha, fronteiro do Algarve e alcaide-mor de Tavira. Deste modo, pode afirmar-se que Jorge Viegas pertencia possivelmente à fidalguia. O mesmo genealogista informa que a sua filha, D. Beatriz da Cunha, casou com João de Sousa, fidalgo da Casa do rei D. João II, embaixador ao rei do Congo. Cf. *Nobiliário*, vol. IV, p. 162. O cunhado de Jorge Viegas, Jorge da Cunha, em 1518, era membro do Conselho do rei. Cf. António Caetano de Sousa, *Provas...*, op. cit., tomo II, 1ª parte, p. 445.

<sup>569</sup> Cf. Carta régia, de 13 de Maio de 1517, pela qual Pêro Mascarenhas, fidalgo da Casa Real, recebia de tença anual sessenta mil reais, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 10, fl. 61 v.

(interino)		
D. Álvaro Abranches	1535-1537	Fidalgo da Casa Real <sup>571</sup> ; Membro do Conselho do Rei <sup>572</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1537-1541</b>	<b>Fidalgo da Casa Real<sup>573</sup>.</b>
D. Fernando de Noronha	1541	Fidalgo da Casa Real; Membro do Conselho do Rei <sup>574</sup> .

---

<sup>570</sup> Cf. Carta régia, de 9 de Março de 1514, pela qual Lançarote de Freitas, cavaleiro da Casa Real, recebeu a mercê de feitor da cidade de Azamor, assim como fora de Miguel Moniz, que falecera, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 178.

<sup>571</sup> Cf. Provisão, de 14 de Abril de 1524, para se pagar a D. Álvaro de Abranches, fidalgo da Casa Real, cinquenta mil reis de ordenado, in IAN/TT, CC-II-117-18.

<sup>572</sup> Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 14 vols., Coimbra: Atlântida Livraria Editora, 1946-1955, vol. III, p. 214.

<sup>573</sup> Referido como fidalgo da Casa Real no instrumento público de entrega da capitania de Azamor a 17 de Setembro de 1537. Cf. IAN/TT, CC-1-59-70.

<sup>574</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 682.



## IX Estatuto dos capitães de Mazagão (1514-1541)

Nome	Anos/Cargo	Estatuto
Martim Afonso de Melo	1514-1517	Fidalgo da Casa Real <sup>575</sup> ; Membro do Conselho do Rei <sup>576</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1517-1529</b>	<b>Cavaleiro da Casa Real<sup>577</sup>.</b>
Manuel de Sande	1536 (?) - 1537 (?)	Cavaleiro da Casa Real <sup>578</sup> / Fidalgo da Casa Real <sup>579</sup> .
<b>António Leite</b>	1537?	<b>Provavelmente já era fidalgo da Casa Real<sup>580</sup></b>
João Gomes	1537(?) - 1541	? <sup>581</sup>

<sup>575</sup> Cf. Carta régia, de 10 de Agosto de 1510, pela qual Martim Afonso de Melo, fidalgo da Casa Real, recebeu a mercê da capitania da fortaleza de Mazagão, com a qual havia, em cada ano, cento e catorze mil reis em dinheiro, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 118.

<sup>576</sup> Cf. António Caetano de Sousa, *Provas...*, op. cit., tomo II, 1ª parte, p. 443.

<sup>577</sup> Cf. Carta de D. Manuel I de 20 de Janeiro de 1520, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I, Livro das Ilhas*, fl. 165v. Na carta de D. João III, feita em Évora, a 10 de Setembro de 1524, confirmando António Leite como capitão de Mazagão, António Leite era ainda referido como cavaleiro da Casa Real in IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, liv., 37, fol. 130.

<sup>578</sup> Carta régia, de 10 de Agosto de 1514, pela qual Manuel de Sande, cavaleiro da Casa Real, recebeu a mercê de contador das obras, terças e resíduos, e de procurador dos hospitais, capelas, albergarias, confrarias e órfãos no almoxarifado de Portalegre e Estremoz, tirando os lugares de Evoramonte, Vimieiro, Cano, Sousel, Fronteira, Avis, Alandroal e Terena, com todos os seus termos, que se juntaram ao almoxarifado de Évora, para que o ofício fosse melhor servido e com mais diligência. In IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 116 v. “Carta de quitação, de 11 de Outubro de 1520, de Manuel de Sande, cavaleiro da Casa Real e feitor que foi da cidade de São Jorge da Mina, sobre tudo o que recebeu durante dois anos, quatro meses e 27 dias”. In IAN/TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 35, fl. 127.

<sup>579</sup> Segundo Felgueiras Gaio, Manuel de Sande foi fidalgo da Casa Real e alferes-mor da Ordem de Cristo e terá tido um grande morgado em Estremoz. Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 134. De certa forma, as informações disponibilizadas por este genealogista vão ao encontro do material encontrado na *Chancelaria de D. Manuel I*, uma vez que as duas fontes relacionam Manuel de Sande com Estremoz. Deste modo, pode concluir-se que Manuel de Sande terá, numa fase inicial, pertencido ao grupo dos cavaleiros da Casa Real tendo, em tempo não determinado, ascendido à qualidade de fidalgo.

<sup>580</sup> Referido como fidalgo da Casa Real no instrumento público de entrega da capitania de Azamor, a 17 de Setembro de 1537. Cf. IAN/TT, CC-1-59-70.

<sup>581</sup> A ausência de informação aponta para um estatuto social baixo. Por outro lado, sabe-se que João Gomes foi o almoxarife que fez um livro de receitas e despesas de Mazagão por volta de 1522, o que reforça a esta hipótese. Cf. IAN/TT, *Conto do Reino e Casa*, NA, 581.

## X Ligações dos capitães de Azamor a alcaides-mores (1513-1541)

Nome	Anos/Cargo	Ligação a alcaides-mores
Rui Barreto	1513-1514?	Sim. Rui Barreto foi alcaide-mor de Faro, tal como fora seu pai. O seu avô materno foi alcaide-mor de Serpa e o seu sogro, Manuel de Melo, alcaide-mor de Olivença <sup>582</sup> .
João Soares	7/1514-9/1514	Não foi possível construir a árvore genealógica de João Soares.
D. Pedro de Sousa	1514?-1516	Sim. D. Pedro de Sousa foi alcaide-mor de Beja e de Alcácer. O seu avô materno, Martim Afonso de Melo, foi alcaide-mor de Olivença <sup>583</sup> .
Simão Correia	1516-1518	Sim. O seu sogro, Antão Faria, foi alcaide-mor de Portel e Palmela <sup>584</sup> .
D. Álvaro de Noronha	1518-1525	Sim. O seu tio, D. João de Noronha, foi alcaide-mor de Óbidos. O seu irmão, D. Garcia de Noronha, foi alcaide-mor do Cartaxo <sup>585</sup> .
Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	Não
Jorge Viegas	1525-1529	Sim. O seu sogro, Álvaro da Cunha, foi alcaide-mor de Tavira <sup>586</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1529-1530</b>	<b>Não.</b>
Pero Mascarenhas	1530-1534	Sim. O seu tio, D. Fernão Martins Mascarenhas, foi alcaide-mor de Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal. A sua tia, D. Isabel de Ataíde, casou com Estêvão de Góis, alcaide-mor de Mértola. Outra tia, D. Beatriz de Ataíde, casou com Rui Gomes de Azevedo, alcaide-mor de Alenquer. O seu sogro, Fernão Pereira Barreto, foi alcaide-mor de Faro <sup>587</sup> .
Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	Não.
D. Álvaro Abranches	1535-1537	Sim. O seu cunhado, D. Garcia de Eça, casado com a irmã de sua mulher, foi alcaide-mor de Muge <sup>588</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1537-1541</b>	<b>Não.</b>
D. Fernando de Noronha	1541	Sim. O seu tio, D. Garcia de Noronha, foi alcaide-mor do Cartaxo <sup>589</sup> .

<sup>582</sup> Cf. *Crónica*, II, xlviii; IV, v; *Nobiliário*, vol. II, p. 456.

<sup>583</sup> Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida Editora, tomo XII, pt. II, 1947, pp. 125-126.

<sup>584</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. V, p. 102.

<sup>585</sup> Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, “Uma linhagem ao serviço da “Ideia Imperial Manuelina”: Os Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia.” In João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Alta Nobreza...*, op. cit., pp.172 (genealogia, n.º 6).

<sup>586</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. IV, p. 162.

<sup>587</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. VI, pp. 575, 582.

<sup>588</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. VIII, p. 161.

<sup>589</sup> Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, “Uma linhagem ao serviço da “Ideia Imperial Manuelina”: Os Noronhas e Meneses de Vila Real, em Marrocos e na Índia.” In João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Alta Nobreza...*, op. cit., pp.172 (genealogia, n.º 6).

## XI Ligações dos capitães de Mazagão a alcaides-mores (1514-1541)

Nome	Anos/Cargo	Ligação a alcaides-mores
Martim Afonso de Melo	1514-1517	Sim. O seu pai, Jorge de Melo, foi alcaide-mor de Redondo e Pavia <sup>590</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1517-1529</b>	<b>Não.</b>
Manuel de Sande	1536 (?) - 1537 (?)	Sim. Casou, em segundas núpcias, com D. Teresa Juzarte, filha de Gil Fernandes Juzarte, alcaide-mor de Monforte <sup>591</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1537?</b>	<b>Não.</b>
João Gomes	1537(?) - 1541	Não.

---

<sup>590</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa, “Vasco Fernandes Coutinho, construtor do Estado da Índia e do Brasil”, in *D. João III e a formação do Brasil*, Lisboa, CEPCEP, 2004, pp. 167-194. Ronald Bishop Smith, *Martim Afonso de Mello. Captain-Major of the Portuguese fleet wich sailed to China in 1522 being the Portuguese text of two unpublished letters of the national archives of Portugal*, Maryland, Decateur Press, 1972.

<sup>591</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 134.

## XII Ligações dos capitães de Azamor a indivíduos c/ cargos palatinos (1513-1541)

Nome	Anos/Cargo	Ligações a indivíduos c/ cargos palatinos
Rui Barreto	1513-1514?	Sim. A sua filha casou com D. Henrique de Meneses, filho de D. João de Meneses, mordomo-mor de D. João II e 1.º conde de Tarouca <sup>592</sup> .
João Soares	7/1514-9/1514	Não foi possível construir a árvore genealógica de João Soares.
D. Pedro de Sousa	1514?-1516	Sim. O seu pai, Rui de Sousa, foi meirinho-mor do príncipe D. João <sup>593</sup> .
Simão Correia	1516-1518	Não.
D. Álvaro de Noronha	1518-1525	Sim. O seu tio, D. Pedro de Noronha, foi mordomo-mor de D. João II e um outro seu tio, D. Fernando de Noronha, foi governador da <i>Excelente Senhora</i> <sup>594</sup> .
Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	Não
Jorge Viegas	1525-1529	Não.
<b>António Leite</b>	<b>1529-1530</b>	<b>Não.</b>
Pero Mascarenhas	1530-1534	Não
Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	Não.
D. Álvaro Abranches	1535-1537	Sim. O próprio D. Álvaro Abranches foi mestre-sala de D. Manuel I, cargo que terá herdado do seu sogro, Jorge de Melo, o <i>Bochechas</i> <sup>595</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1537-1541</b>	<b>Não.</b>
D. Fernando de Noronha	1541	Sim. O seu sogro, D. Álvaro da Costa, foi camareiro e armeiro-mor de D. Manuel I. A sua mãe, D. Violante Jácome, foi colação do príncipe D. Afonso, filho de D. João II <sup>596</sup> .

<sup>592</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. II, p. 456.

<sup>593</sup> Cf. Carta de confirmação da doação da vila e lugar de Beringel a D. Pedro de Sousa, in IAN/TT, *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 41, fl. 94 v.

<sup>594</sup> Cf. Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, “Uma linhagem ...”, op. cit., pp.172 (genealogia, n.º 6).

<sup>595</sup> Cf. A. Braamcamp Freire, “A Gente...”, op. cit., p. 272.

<sup>596</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 681-682.

### XIII Ligações dos capitães de Mazagão a indivíduos c/ cargos palatinos (1514-1541)

Nome	Anos/Cargo	Ligações a indivíduos c/ cargos Palatinos
Martim Afonso de Melo	1514-1517	Sim. O próprio Martim Afonso de Melo foi camareiro-mor e guarda-mor do infante D. Duarte <sup>597</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1517-1529</b>	<b>Não.</b>
Manuel de Sande	1536 (?) - 1537 (?)	Não.
<b>António Leite</b>	<b>1537?</b>	<b>Não.</b>
João Gomes	1537(?) – 1541	Não.

---

<sup>597</sup> Cf. João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides...*, op. cit., pp.38-39.

#### XIV Ligações dos capitães de Azamor à nobreza titular (1513-1541)

Nome	Anos/Cargo	Ligações à nobreza titular
Rui Barreto	1513-1514?	Sim. A sua filha casou com D. Henrique de Meneses, filho de D. João de Meneses, 1.º conde de Tarouca. O seu filho, Francisco Barreto, casou, a primeira vez, com D. Filipa de Meneses, filha do 1.º conde de Tarouca e, segunda vez, com D. Brites de Ataíde, filha do 2.º conde de Atouguia <sup>598</sup> .
João Soares	7/1514-9/1514	Não foi possível construir a árvore genealógica de João Soares.
D. Pedro de Sousa	1514?-1516	Sim. O próprio D. Pedro recebeu o título de 1.º conde do Prado <sup>599</sup> , a 1 de Janeiro de 1526. O seu filho, D. Francisco de Sousa, casou com a filha do 2º Barão do Alvito <sup>600</sup> .
Simão Correia	1516-1518	Não
D. Álvaro de Noronha	1518-1525	Sim. Através dos casamentos das suas tias, era sobrinho do 1.º marquês de Montemor, do 2.º conde de Abrantes e do 1.º conde de Penamacor <sup>601</sup> .
Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	Não
Jorge Viegas	1525-1529	Não.
<b>António Leite</b>	<b>1529-1530</b>	<b>Não.</b>
Pero Mascarenhas	1530-1534	Sim. A sua filha, D. Catarina Barreto, casou com D. João Castelo Branco filho do 1.º conde de Vila Nova de Portimão <sup>602</sup> .
Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	Não
D. Álvaro Abranches	1535-1537	Sim. O seu avô, Álvaro Vaz de Almada, foi conde de Abranches, tendo morrido junto do infante D. Pedro, na batalha de Alfarrobeira. O seu tio, D. Fernando de Almada, foi o 2.º conde de Abranches <sup>603</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1537-1541</b>	<b>Não.</b>
D. Fernando de Noronha	1541	Sim. As suas tias-avós casaram com o 1.º marquês de Montemor, o 2.º conde de Abrantes e o 1.º conde de Penamacor <sup>604</sup> .

<sup>598</sup> Cf. Nuno Vila-Santa, “Barreto, Francisco (1520-1573)” in *Enciclopédia Virtual da Expansão*, em linha a 14 de Março de 2012, <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/>

<sup>599</sup> Cf. António Caetano de Sousa, *História Genealógica...*, op. cit., tomo XII, pt. II, 1947, pp. 125-126.

<sup>600</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 383, vol. X, p. 542.

<sup>601</sup> Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, “Uma linhagem ...”, op. cit., pp.172 (genealogia, n.º 6).

<sup>602</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. IV, p. 226; vol. VI, p. 582.

<sup>603</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. I, pp. 235, 245.

<sup>604</sup> Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, “Uma linhagem ...”, op. cit., pp.172 (genealogia, n.º 6).

### **XV Ligações dos capitães de Mazagão à nobreza titular (1514-1541)**

<b>Nome</b>	<b>Anos/Cargo</b>	<b>Ligações à nobreza titular</b>
Martim Afonso de Melo	1514-1517	Não.
<b>António Leite</b>	<b>1517-1529</b>	<b>Não.</b>
Manuel de Sande	1536 (?) - 1537 (?)	Não.
<b>António Leite</b>	<b>1537?</b>	<b>Não.</b>
João Gomes	1537(?) - 1541	Não.

## XVI Ligações dos capitães de Azamor ao Algarve (1513-1541)

Nome	Anos/Cargo	Ligações ao Algarve
Rui Barreto	1513-1514?	Sim. Rui Barreto foi alcaide-mor de <b>Faro</b> , tal como tinha sido seu pai, Nuno Barreto <sup>605</sup> .
João Soares	7/1514-9/1514	?
D. Pedro de Sousa	1514?-1516	Sim. O seu pai, Rui de Sousa, foi senhor da vila de <b>Sagres</b> <sup>606</sup> .
Simão Correia	1516-1518	Sim. Fundador do convento de São Francisco, em <b>Portimão</b> <sup>607</sup> .
D. Álvaro de Noronha	1518-1525	?
Gonçalo Mendes Sacoto (interino)	11/1/1522 – 31/3/1522	?
Jorge Viegas	1525-1529	Sim. Desde o século XV, são conhecidas as relações da família Viegas a Tavira. Jorge Viegas casou com D. Isabel da Cunha, filha de Álvaro da Cunha, fronteiro do Algarve e alcaide-mor de <b>Tavira</b> <sup>608</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1529-1530</b>	<b>Sim. Apesar de ser oriundo do Porto, recebeu a mercê de umas casas na vila de Tavira, a terça parte da dízima nova da pesca feita por estrangeiros na «armação e pescaria» de Monte Gordo e, por fim, o senhorio de Santo António de Arenilha, no Algarve.</b>
Pero Mascarenhas	1530-1534	Sim. Pero Mascarenhas casou com D. Maria Pereira Barreto, filha de Fernão Pereira Barreto, alcaide-mor de <b>Faro</b> , e sua mulher D. Catarina Sequeira <sup>609</sup> .
Lançarote de Freitas (interino)	1534-1535	Sim. É, provavelmente, descendente de um seu homónimo, almoxarife do rei da vila de <b>Lagos</b> e, segundo Zurara, escudeiro que tinha sido «criado de moço na câmara do Infante» <sup>610</sup> . Em 1528, Lançarote de Freitas recebeu 12 mil reis de tença, que tinha como hábito de Cristo, “que antes tinha assentadas nas almadras do Algarve” <sup>611</sup> .
D. Álvaro Abranches	1535-1537	?
António Leite	1537-1541	Sim. Apesar de ser oriundo do Porto, recebeu a mercê de umas casas na vila de Tavira, a terça parte da dízima nova da pesca feita por estrangeiros na «armação e pescaria» de Monte Gordo e, por fim, o senhorio de Santo António de Arnilha, no Algarve.
D. Fernando de Noronha	1541	?

<sup>605</sup> Cf. *Crónica*, II, xlviii; IV, v; *Nobiliário*, vol. II, p. 456.

<sup>606</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. X, p. 541.

<sup>607</sup> Cf. Padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa: e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal*, Braga, tipografia de Domingos Golçalves Govea, 1869, vol. III, p. 5.

<sup>608</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. IV, p. 162.

<sup>609</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 582.

<sup>610</sup> Cf. Paulo Nascimento, “Lançarote”, in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, Caminho, Lisboa, 1994, pp. 584-585.

<sup>611</sup> Cf. CC-II-150-90.



## XVII Ligações dos capitães de Mazagão ao Algarve (1514-1541)

Nome	Anos/Cargo	Ligações ao Algarve
Martim Afonso de Melo	1514-1517	? Era oriundo de Santarém <sup>612</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1517-1529</b>	<b>Sim. Apesar de ser oriundo do Porto, recebeu a mercê de umas casas na vila de Tavira, a terça parte da dízima nova da pesca feita por estrangeiros na «armação e pescaria» de Monte Gordo e, por fim, o senhorio de Santo António de Arenilha, no Algarve.</b>
Manuel de Sande	1536 (?) - 1537 (?)	?. Teve «um grande morgado em Estremoz» <sup>613</sup> .
<b>António Leite</b>	<b>1537?</b>	<b>Sim. Apesar de ser oriundo do Porto, recebeu a mercê de umas casas na vila de Tavira, a terça parte da dízima nova da pesca feita por estrangeiros na «armação e pescaria» de Monte Gordo e, por fim, o senhorio de Santo António de Arenilha, no Algarve.</b>
João Gomes	1537(?) - 1541	?

<sup>612</sup> Cf. João Paulo Oliveira e costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides...*, op. cit., pp. 38-39.

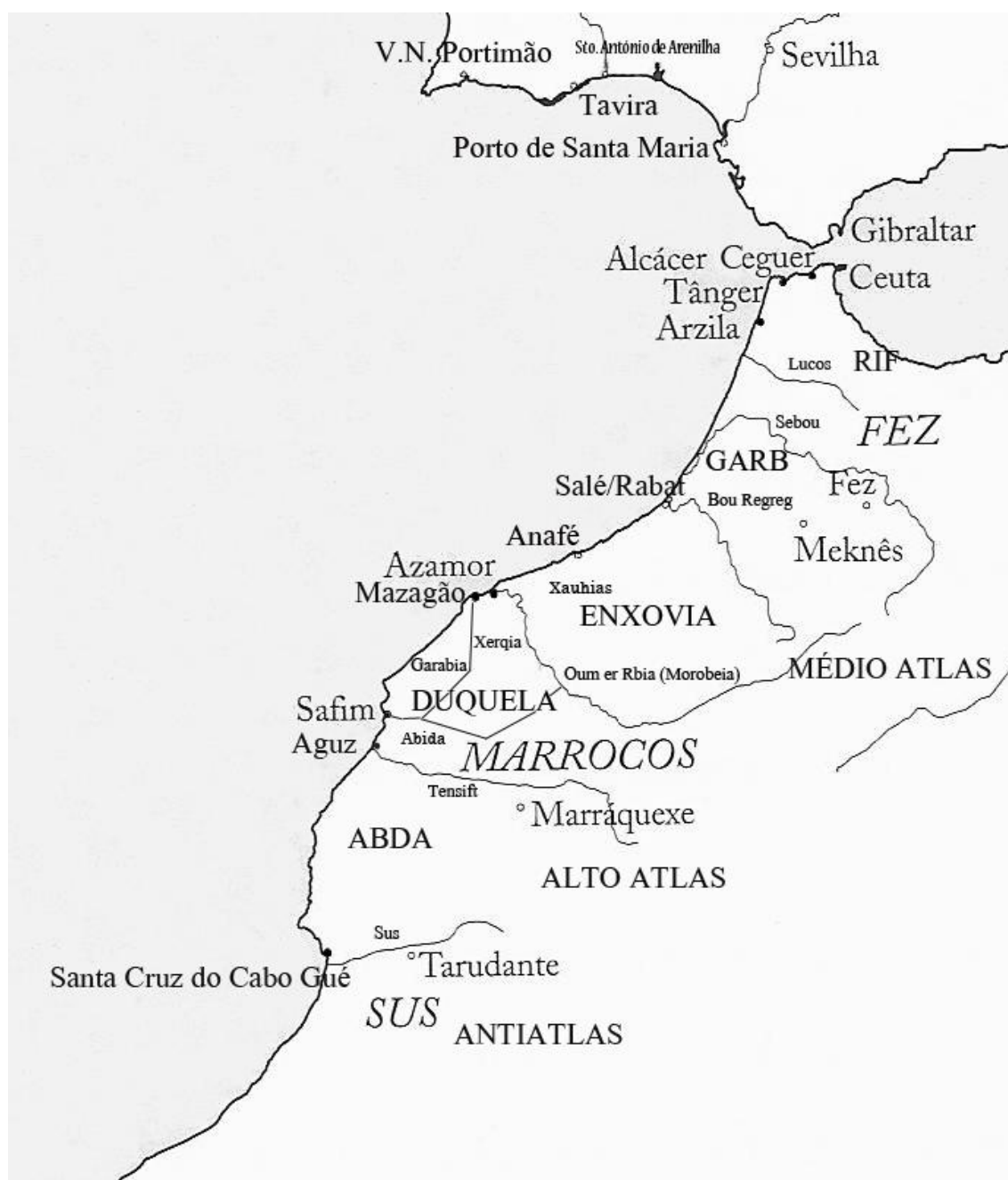
<sup>613</sup> Cf. *Nobiliário*, vol. VI, p. 134.



## **Anexos cartográficos**

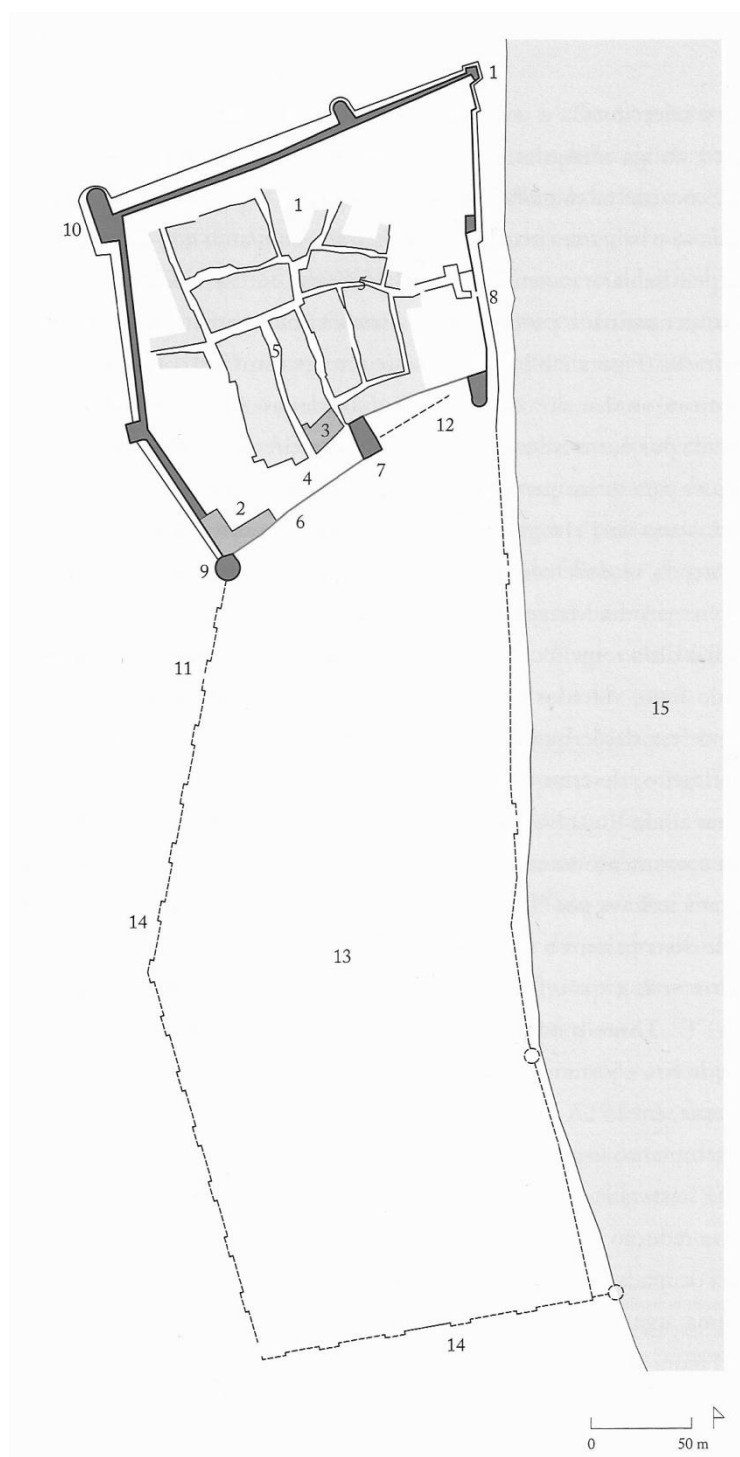


## I Mapa de Marrocos e do Sudoeste da Península Ibérica



Mapa elaborado a partir de André Teixeira, "Nuno Fernandes de Ataíde..." op. cit., p.204 e Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África...*, op. cit., pp. 24 e 55.

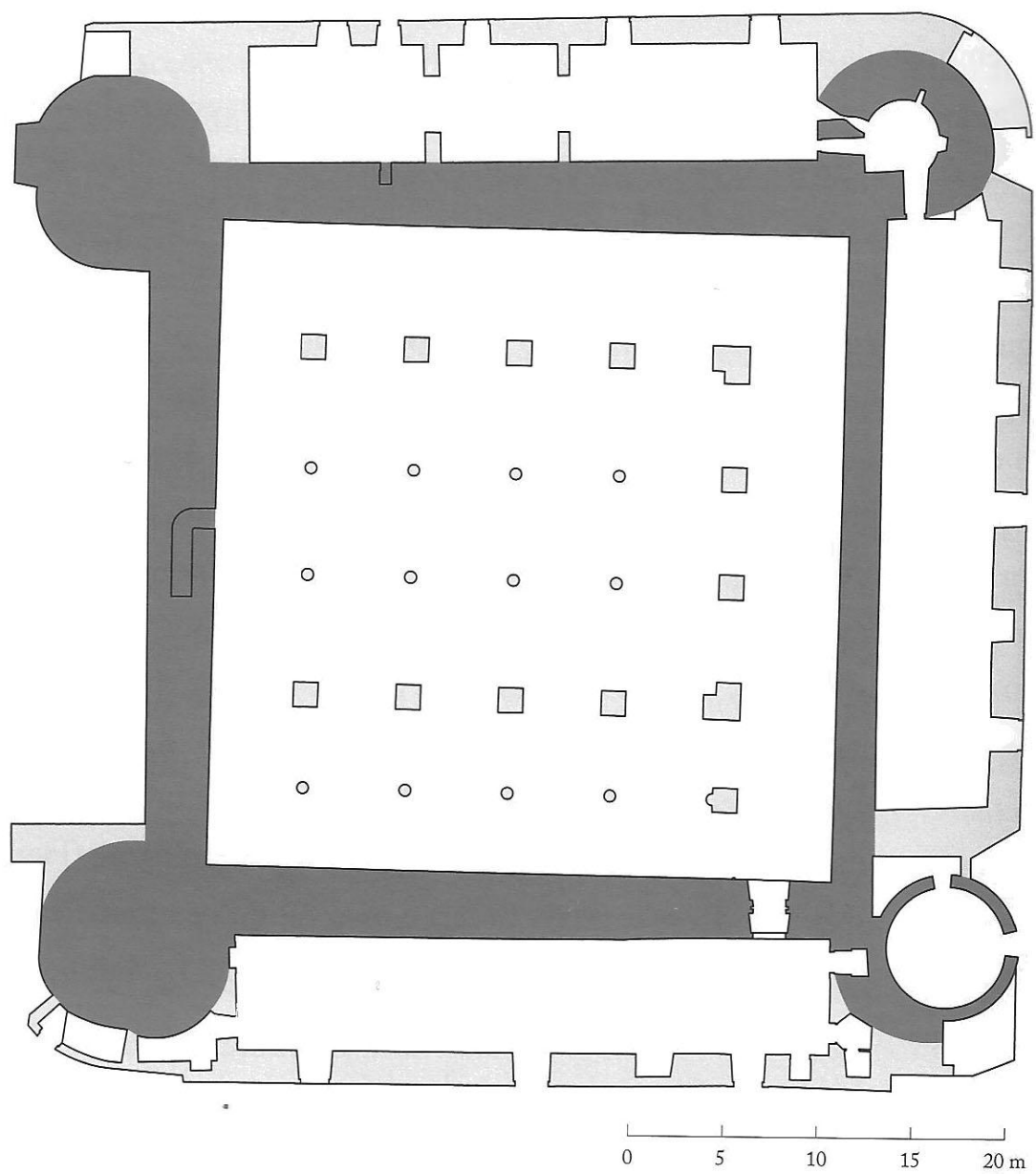
## II Reconstituição da planta da fortaleza portuguesa de Azamor



- |                        |                                  |                            |
|------------------------|----------------------------------|----------------------------|
| 1 - Castelo/Vila nova  | 7 - Baluarte e Porta da Vila, do | 12 - Judiaria              |
| 2 - Casa do governador | Castelo ou do Sertão             | 13 - Vila velha            |
| 3 - Igreja matriz      | 8 - Porta da Ribeira             | 14 - Muralhas do perímetro |
| 4 - Terreiro           | 9 - Baluarte de S. Cristóvão     | islâmico                   |
| 5 - Rua direita        | 10 - Baluarte do Raio            | 15 - Rio Oum er-Rbia       |
| 6 - Muro do Atalho     | 11 - Porta do Combate            | (Morobeia)                 |

*In Jorge Correia, Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África, op. cit, p. 300.*

### III Planta dos vestígios do castelo de Mazagão do século XVI nas estruturas actuais



*In Jorge Correia, Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África, op. cit, p. 340.*





## **Anexos Iconográficos**



## I Representação de Azamor antes da conquista portuguesa



Georg Braun, Frans Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, Band 1, 1572 (Ausgabe *Beschreibung vnd Contrafactur der vornembster Stät der Welt*, Köln, 1582), em linha (25 de Julho de 20012), <http://diglit.ub.uni-heidelberg.de/diglit/braun1582bd1>

## II Vista da muralha portuguesa de Azamor do lado do rio



Fotografia do autor

### **III Ruínas do edifício da capitania portuguesa em Azamor**



Fotografia do autor